



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 863

Quinta-feira - 10 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos .....	4
Arroio Trinta.....	5
Atalanta.....	6
Bela Vista do Toldo .....	6
Biguaçu .....	7
Caçador .....	7
Camboriú.....	30
Campos Novos .....	31
Canoinhas.....	33
Capinzal .....	36
Catanduvas.....	43
Chapadão do Lageado .....	43
Concórdia .....	53
Cordilheira Alta .....	68
Coronel Martins.....	95
Corupá .....	95
Curitibanos .....	97
Ermo .....	99
Erval Velho .....	99
Forquilha .....	100
Fraiburgo.....	101
Garopaba.....	107
Gaspar .....	111
Guaramirim.....	115
Herval do Oeste .....	116
Imbituba .....	117
Iomerê .....	119
Irineópolis .....	120
Itapoá .....	120
Joaçaba.....	120
José Boiteux .....	123
Lages .....	123
Leoberto Leal.....	125
Lindóia do Sul .....	127
Luzerna .....	132
Macieira.....	132
Massaranduba.....	132
Meleiro .....	136
Navegantes.....	136
Palhoça .....	138
Palmitos .....	142
Passo de Torres.....	143
Paulo Lopes .....	156
Pinheiro Preto .....	156
Porto Belo.....	157
Rio do Sul.....	158
Salto Veloso.....	170
São Lourenço do Oeste.....	171

Schroeder.....	174
Timbó .....	191
Três Barras .....	191
Tunápolis.....	191
Turvo .....	192
Vargeão.....	192
Videira.....	193
Vitor Meireles.....	201

### Consórcios

AGIR .....	202
CINCO.....	202

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Contrato Administrativo N.º 102/2011

Extrato de Contrato 102/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa GENTE SEGURADORA S/A

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A COMPRA, DE SERVIÇOS DE SEGURO PARCIAL E TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), COMO TAMBÉM, COBERTURA A TERCEIROS - DANOS MATERIAIS E DANOS PESSOAIS, ACIDENTE PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Valor Total R\$ 3.960,00 (Três mil novecentos e sessenta reais)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 17 de outubro de 2011, e expirará em 31 de outubro de 2012.

Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 102/2011

Alto Bela Vista (SC), em 17 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa GENTE SEGURADORA S/A

Contratado

#### Contrato Administrativo N.º 103/2011

Extrato de Contrato 103/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e AGROCOMERCIAL B. S. LTDA - ME

Objeto Contrato administrativo para a compra de forma parcelada, segundo as necessidades da Administração Municipal, de material de construção civil para reforma de 8 casas habitacionais rurais

Valor Total R\$ 11.981,08 (Onze mil novecentos e oitenta e um

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme e Guilherme Noronha - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

reais e oito centavos)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 19 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.  
Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 103/2011

Alto Bela Vista (SC), em 19 de outubro de 2011.  
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

AGROCOMERCIAL B. S. LTDA - ME  
Contratado

#### **Contrato Administrativo N.º 104/2011**

Extrato de Contrato 104/2011  
Partes Município de Alto Bela Vista e CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM/MO

Objeto Este contrato de rateio tem por objetivo a transferência de recursos públicos da Contratante ao Contratado para promover a consecução dos seguintes objetos colocados à disposição pelo Contratado em razão de contrato de consórcio público  
Valor Total R\$ 4.137,77 (quatro mil, cento e trinta e sete reais e setenta e sete centavos)

Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 21 de outubro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.  
Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 104/2011

Alto Bela Vista (SC), em 21 de outubro de 2011.  
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM/MO  
Contratado

#### **Contrato Administrativo N.º 105/2011**

Extrato de Contrato 105/2011  
Partes Município de Alto Bela Vista e empresa CONTAMAISS SERVIÇOS CONTABEIS LTDA

Objeto O presente contrato tem por objeto a contratação de Serviços para a realização das retificações das informações à Previdência Social - GFIP e/ou SEFIP referente a 01/1999 à 06/2001, com inclusões das informações dos prestadores de serviços autônomos.  
Valor Total R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)  
Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 01 de novembro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.  
Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 105/2011

Alto Bela Vista (SC), em 01 de novembro de 2011.  
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Empresa CONTAMAISS SERVIÇOS CONTABEIS LTDA  
Contratado

#### **Contrato Administrativo N.º 106/2011**

Extrato de Contrato 106/2011  
Partes Município de Alto Bela Vista e de outro lado o Senhor ERALDO NEUMANN

Objeto O PROPRIETÁRIO supra identificado, é detentor de uma área de terras rurais neste município, próximo a sede, com 106.616,00 m² (cento e seis mil e seiscentos e dezesseis metros

quadrados), Registrada no livro n.º 2 "BP" sob nº 15.826, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício, dentro da qual o proprietário possui uma área própria de aproximadamente 10.000,00 m², confrontando com o terreno municipal cedendo o espaço para o Município fazer estacionamento na Festa Tradicional "8º JIRICADA" a ser realizado nos dias 12 e 13 de novembro do corrente ano.  
Valor Total R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)  
Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 04 de novembro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.  
Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 106/2011

Alto Bela Vista (SC), em 04 de novembro de 2011.  
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Senhor ERALDO NEUMANN  
Contratado

#### **Contrato Administrativo N.º 107/2011**

Extrato de Contrato 107/2011  
Partes Município de Alto Bela Vista e de outro lado o Senhor EDSON FLAVIO HORN

Objeto O PROPRIETÁRIO supra identificado, é detentor de uma área de terras rurais neste município, próximo a sede, com 196.000,00 m² (cento e noventa e seis mil metros quadrados), Registrada no livro n.º 2 "AH" sob nº 7.911, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício, dentro da qual o proprietário possui uma área própria de aproximadamente 10.000,00 m², confrontando com o terreno municipal cedendo o espaço para o Município fazer estacionamento na Festa Tradicional "8º JIRICADA" a ser realizado nos dias 12 e 13 de novembro do corrente ano.  
Valor Total R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)  
Vigência O presente contrato tem a vigência a partir de 04 de novembro de 2011, e expirará em 31 de dezembro de 2011.  
Base Legal CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 107/2011

Alto Bela Vista (SC), em 04 de novembro de 2011.  
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Senhor EDSON FLAVIO HORN  
Contratado

#### **Contrato Administrativo N.º 051/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 051/2011  
Partes Município de Alto Bela Vista e Empresa DE MARCO LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO MICRO ÔNIBUS NOVO.  
Valor Total R\$ 115.990,00 (Cento e quinze mil novecentos e noventa reais)  
Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 10 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.  
Base Legal Contrato Administrativo Nº 051/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 10 de outubro de 2011.  
SÉRGIO LUIZ SCHMITZ  
Prefeito Municipal

Empresa DE MARCO LTDA  
Contratado

#### **Contrato Administrativo N.º 052/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 052/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa DALMED - Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 3.498,72 (Três mil quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e dois centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 052/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa DALMED - Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Contratado

#### **Contrato Administrativo Nº 053/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 053/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 3.927,60 (Três mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 053/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Contratado

#### **Contrato Administrativo Nº 054/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 054/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 1.648,94 (Um mil seiscentos e quarenta e oito reais e noventa e quatro centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 054/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.

Contratado

#### **Contrato Administrativo Nº 055/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 055/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 4.710,00 (Quatro mil setecentos e dez reais)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 055/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Contratado

#### **Contrato Administrativo Nº 056/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 056/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa MEDICAMENTOS DE AZ LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 3.322,50 (Três mil trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 056/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa MEDICAMENTOS DE AZ LTDA

Contratado

#### **Contrato Administrativo Nº 057/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 057/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 1.309,06 (Um mil trezentos e nove reais e seis centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 057/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa 1000 MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Contratado

**Contrato Administrativo Nº 058/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 058/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 302,50 (Trezentos e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 058/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Contratado

**Contrato Administrativo Nº 059/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 059/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa S &amp; R DISTRIBUIDORA LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 8.854,45 (Oito mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 059/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa S &amp; R DISTRIBUIDORA LTDA

Contratado

**Contrato Administrativo Nº 060/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 060/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 2.304,41 (Dois mil, trezentos e quatro reais e quarenta e um centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 060/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

Contratado

**Contrato Administrativo Nº 061/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 061/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas - ME

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA, SEGUNDO AS NECESSIDADES, DE MEDICAMENTO E ANTICONCEPCIONAL DE REFERÊNCIA OU GENÉRICOS PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor Total R\$ 5.307,90 (Cinco mil, trezentos e sete reais e noventa centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 13 de outubro e inspirará em 31 de dezembro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 061/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 13 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa Mauro Marciano Garcia de Freitas - ME

Contratado

**Contrato Administrativo Nº 062/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 062/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e empresa GENTE SEGURADORA S/A

Objeto CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA A COMPRA, DE SERVIÇOS DE SEGURO PARCIAL E TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), COMO TAMBÉM, COBERTURA A TERCEIROS - DANOS MATERIAIS E DANOS PESSOAIS, ACIDENTE PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS PARA OS VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Valor Total R\$ 3950,00 (Três mil novecentos e cinquenta reais)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 17 de outubro e inspirará em 31 de outubro de 2012.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 062/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 17 de outubro de 2011.

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Empresa GENTE SEGURADORA S/A

Contratado

**Antônio Carlos****PREFEITURA****2º Aviso de Licitação - PL Nº 138/2011**

2º AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 138/2011; Modalidade: Pregão Presencial nº. 081/2011; Tipo: Menor Preço Por Lote - Registro de Preços;

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de troca de óleo lubrificante, fluido de freio, filtros e graxa, com fornecimento diário de materiais para a manutenção da frota de máquinas da Prefeitura municipal de Antônio Carlos, quando estiverem, na Sede Municipal de acordo com os quantitativos e especificações, conforme descrito no edital e seus anexos; Abertura: dia 25/11/2011 às 16:00 (dezesseis) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro,

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.  
Fone (48) 3272-1123. Ou no site: [www.antoniocarlos.sc.gov.br](http://www.antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - PL Nº 150/2011**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 150/2011; Modalidade: Pregão Presencial  
nº. 088/2011; Tipo: Menor Preço Por Item;

Objeto: Locação de 150 (cento e cinquenta) horas de serviços de caminhão prancha, com equipamentos para transporte de máquina da Prefeitura com capacidade de pelo menos 20 (vinte) toneladas em perfeito estado; Abertura: dia 25/11/2011 as 09:00 (nove) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.  
Fone (48) 3272-1123.

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Aviso de Licitação - PL Nº 151/2011**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº. 151/2011; Modalidade: Pregão Presencial  
nº. 089/2011; Tipo: Menor Preço Global;

Objeto: locação de aparelhos de enfeites natalinos com serviço de instalação e desinstalação para o Município de Antônio Carlos; Abertura: dia 25/11/2011 as 14:00 (quatorze) horas.

Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.  
Fone (48) 3272-1123.

Antônio Carlos, 09 de Novembro de 2011.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### **Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 208/2011**

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº 208/2011;  
Origem: Processo Licitatório n.º 111/2011 - Tomada de Preços nº 012/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos - SC; Contratada: Ecolux Engenharia e Iluminação Ltda;

Objeto: Aditivar o valor do presente contrato, que consiste na execução de serviços de construção de um Centro de Educação Infantil - Programa Proinfância, MEC/FNDE tipo C, com fornecimento de materiais e mão de obra, na Rua São Francisco, Centro, do Município de Antonio Carlos-SC; Valor do Aditivo: R\$ 37.244,70; Valor do Contrato aditivado: R\$ 656.244,70

**Arroio Trinta**

**PREFEITURA**

**Decreto Nº 1436, de 09 de novembro de 2011.**  
DECRETO Nº 1436, de 09 de novembro de 2011.

Nomeia Comissão de Concurso Público para Provimento de Cargos na Administração Municipal.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, determinando que a investidura em cargo ou função pública seja precedida de aprovação em concurso público;  
CONSIDERANDO a existência, no quadro de pessoal da Administração, de funções vagas a serem preenchidas, gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço;  
CONSIDERANDO o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Concurso Público, para o processo de escolha de candidatos para provimento de cargos na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

1. SANTO POSSATO
2. RONIVAN BRANDALISE
3. CLAUDETE MANENTI MAGRO
4. FABIANA HOELTGEBAUM
5. EVERTON CAMPAGNIN
6. ERONI SCHULLER BIAVA

§1º - A Comissão será presidido pelo senhor SANTO POSSATO.

§2º - A comissão deverá instaurar procedimentos administrativos, que contenha os documentos relativos às fases do Concurso Público nº 001/2011.

Art. 2º - Serão selecionados candidatos para o provimento de função, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimentos constarão por inteiro teor do Edital de Concurso Público nº 001/2011, observadas as exigências e condições prescritas na legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º - O Concurso Público reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por este Decreto decidir sobre os casos eventualmente omissos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de novembro de 2011.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

### **Edital de Concurso Público Nº 001/2011**

#### **EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011**

O Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados a abertura das inscrições para Concurso Público modalidade Cargo Público para o preenchimento de vagas do Plano de Cargos da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta/SC nos termos do EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011. O edital encontra-se disponível no site e no mural da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta/SC.

Arroio Trinta - SC, 10 de novembro de 2011.  
CLAUDIO SPRICIGO  
Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

**Processo Licitatório: Nº. 29/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº. 29/2011

Modalidade: Pregão Presencial nº. 21/2011

Tipo: Menor Preço Item

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS 44 LUGARES (PASSAGEIROS) ZERO KM E DE UM VEÍCULO 4 PORTAS ZERO KM, sendo:

1.1 - UM ÔNIBUS ESCOLAR 44 LUGARES (PASSAGEIROS) ZERO KM COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

ÔNIBUS ESCOLAR 0 KM, ANO E MODELO 2011, MOTOR 04 CILINDROS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 170 CV, CAIXA DE CAMBIO DE NO MÍNIMO 6 À FRENTE E 1 À RÉ , PESO BRUTO TOTAL DE NO MÍNIMO 15 TONELADAS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, CHASSI REFORÇADO DO TIPO ESCADA, SISTEMA INJEÇÃO ELETRÔNICO MÍNIMO 24V, EMBREAGEM ACIONAMENTO HIDRÁULICO, AUTO AJUSTÁVEL, DIREÇÃO HIDRÁULICA, FREIOS DE SERVIÇO ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, FREIO DE ESTACIONAMENTO ACIONAMENTO PNEUMÁTICO NAS RODAS TRASEIRAS COM VÁLVULA MODULADORA, RODAS E PNEUS DE NO MÍNIMO 275/80 R 22.5", TANQUE DE COMBUSTÍVEL DE NO MÍNIMO 200 LITROS. CARROCERIA COM CAPACIDADE MÍNIMA 44 LUGARES (PASSAGEIROS) MAIS MOTORISTA; POLTRONAS MODELO ESCOLAR FIXO, CORTINAS NAS JANELAS MODELO PADRÃO, COR AMARELA COM FAIXA PADRÃO ESCOLAR ATENDENDO AS NORMAS, FABRICAÇÃO NACIONAL, COMPRIMENTO MÍNIMO 10.500MM, LARGURA MÍNIMA 2.500MM, ALTURA MÁXIMA 3.080MM, ESTRUTURA DOTADA DE BARRAS DE PROTEÇÃO NAS LATERAIS, UMA PORTA LATERAL DUPLA NAS MEDIDAS PADRÃO ESCOLAR COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO, REVESTIMENTO DO ASSOALHO EM MATERIAL ANTIDERRAPANTE LAVÁVEL, PEGA MÃO EM AÇO ENCAPSULADO NO TETO, SISTEMA DE AUTO FALANTES, ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATORIOS, ATENDENDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, MACACO, CHAVE. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

1.2 - UM VEÍCULO 4 PORTAS, ZERO KM COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

AUTOMÓVEL 0 KM, ANO/MODELO 2011/2012, BICOMBUSTÍVEL, NA COR BRANCA, COM MOTORIZAÇÃO DE 1.0 NO MÍNIMO E CONTENDO NO MÍNIMO 70 CV, COM QUATRO PORTAS, COM RODAS DE AÇO DE NO MÍNIMO 13, DESEMPAÇADOR DE AR QUENTE, CONTENDO TRANSMISSÃO MECÂNICA DE 5 MARCHAS À FRENTE E UMA À RE, COM FREIOS A DISCO NA DIANTEIRA E TRASEIROS A TAMBOR, COM CAPACIDADE PARA 5 PESSOAS. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.

Resultado: foi declarado vencedoras as empresas MASCARELLO CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA, com a proposta do veículo ônibus no valor de R\$ 210.999,00 (duzentos e dez mil cento e noventa e nove reais), e a empresa EJC VEÍCULOS LTDA, com a proposta do veículo automóvel no valor de R\$ 31.990,00 ( trinta e um mil novecentos e noventa reais)

Atalanta, 09 de novembro de 2011.

BRAZ BILCK

Prefeito Municipal

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: Nº 003/2011**  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: nº 003/2011

OBJETO: Construção da 2ª Etapa da Sede Própria da Câmara de Vereadores de Atalanta - Área Total de 340,25m² - Conforme Projetos Técnicos, Orçamentos, Cronograma Físico Financeiro e Memorial Descritivo, anexos ao presente edital nº 001/2011, modalidade Tomada de Preço nº 001/2011 e das demais normas pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZOS: Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA passando a ter a seguinte redação: O presente instrumento de Contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura e vigorará até o Recebimento Definitivo, com um prazo até 31 de Dezembro de 2011, considerando o Cronograma Físico-financeiro apresentado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ADITAMENTO: Considerando-se os aspectos técnicos apontados e a análise jurídica da proposição, fica acrescentado o valor de R\$ 21.923,11 (vinte e um mil novecentos e vinte e três reais e onze centavos), a título de aditivo de valor, ao contrato Nº. 003/2011, em razão da construção de muros com reboco e pintura total, pavimentação com briquete e meio fio de concreto e caixa de inspeção rede pluvial para escoamento da água da chuva.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E DOTAÇÃO: O valor deste Contrato com o acréscimo aditado será de R\$ 179.278,98 (cento e setenta e nove mil duzentos e setenta e oito reais e noventa e oito centavos), conforme especificações técnicas e deliberações aprovadas pelo presidente da Câmara.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Atalanta.

CONTRATADO: Construtora Ipê Amarelo Ltda.

Dimas Evaldo Becker, pela Contratante e Rafael Costa Paes, pela Contratada.

Atalanta, 28 de Outubro de 2011

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

**Extrato de Edital PP 10/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2011

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, para Aquisição de veículo. Dia 23/11/2011 as 14:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. Informações pelo e-mail planejamentobvt@hotmail.com, ou pelo telefone (47) 3629 0066.

Bela Vista do Toldo, 08 de novembro de 2011.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

**Extrato de Edital TP 01/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2011

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar

licitação, na modalidade de Tomada de Preços nº 01/2011 tipo licitação: menor preço global, para construção da escola Municipal Terezinha Correia Agostinho. Dia 23/11/2011 as 16h00min horas na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro. Informações pelo e-mail planejamentobvt@hotmail.com, ou pelo telefone (47) 3629 0066.

Bela Vista do Toldo, 08 de novembro de 2011.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### **Aditivo n. 01 do Contrato n. 139/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Aditivo n. 01 do contrato n. 139/2011, referente à aquisição de saibro para a Secretaria de Obras e Infra-Estrutura do Município de Biguaçu, celebrado com a empresa SL Vieira Com. e Terraplanagem Ltda de acordo com o Pregão Presencial 10/2011 - PMB. - Fica acrescido o valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) referente à aquisição de 1.250 m3 de Saibro conforme item 01 especificado na solicitação.

#### **Aditivo n. 01 do Contrato nº 278/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Aditivo n. 01 do contrato nº 278/2011, contratação de empresa especializada em sonorização para eventos da secretaria municipal de governo e secretaria de planejamento do Município de Biguaçu, celebrado com o Município de Biguaçu e Ademir Bosquetti Mateus ME, de acordo com o Pregão Presencial nº 96/2011 - PMB. - Fica acrescido o valor de R\$ 930,00 (Novecentos e trinta reais) referentes à aquisição de 6 horas de serviços de sonorização de acordo com o item 01 do referido processo.

#### **Contrato 433/2011**

Publicação do contrato 433/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 433/2011. Objeto: aquisição de tintas e acessórios para pintura da Creche Dona Virgínia e EBM. Prof. Roldão Manoel de Campos. Contratada: Cristiani Louri Rodrigues e Cia Ltda ME. Valor: R\$ 1.116,61 até 31/12/2011 de acordo com o PP 208/2011 - PMB.

#### **Contrato 434/2011**

Publicação do contrato 434/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

#### GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 434/2011. Objeto: aquisição de tintas e acessórios para pintura da Creche Dona Virgínia e EBM. Prof. Roldão Manoel de Campos. Contratada: Peixer Comércio de Eletroeletrônicos Ltda ME. Valor: R\$ 3.322,88 até 31/12/2011 de acordo com o PP 208/2011 - PMB.

#### **Contrato 436/2011.**

Publicação do contrato 436/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 436/2011. Objeto: aquisição de madeiras para instalação nos caminhões da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Contratada: Valdeli Cecílio dos Santos ME. Valor: R\$ 4.142,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 205/2011 - PMB.

#### **Contrato 439/2011.**

Publicação do contrato 439/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

GERENCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Contrato 439/2011. Objeto: aquisição de cadeiras giratórias para o setor de comunicação da prefeitura municipal de biguaçu. Contratada: CPS - Comércio Produtos e Serviços Ltda ME. Valor: R\$ 1.480,00 até 31/12/2011 de acordo com o PP 211/2011 - PMB.

## Caçador

### PREFEITURA

#### **Portaria Nº 21.163**

PORTARIA nº 21.163, de 08 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

Art. 1º - SUBSTITUIR o Membro da Comissão de Processo Administrativo n. 011/2011, nomeado pela Portaria nº. 21.113, de 17 de outubro de 2011, servidor público municipal JÚLIO CÉSAR MOSCHETTA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria de Agricultura, pelo servidor público municipal LUIZ RONALDO TORTATTO, ocupante do cargo de Técnico Florestal, lotado na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

**Aviso Dispensa de Licitação 06-2011 ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Secretaria Municipal de Assistência Social  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2011

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 06/2011 para a contratação do SENAC de Caçador/SC, para ministrar 20 horas de curso prático-teórico de unhas decoradas para 20 (vinte) usuários do CRAS Norte, através da empresa Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC - CNPJ sob nº 03.603.739/0001-86, com sede na cidade de Caçador/SC, pelo valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) para execução até 31.12.2011, de conformidade com o artigo 24, Incisos XIII, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 08 de Novembro de 2011.  
MARINES D. COLAÇO  
Secretária Municipal de Assistência Social

**Aviso Dispensa de Licitação 16-2011 PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CAÇADOR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
Secretaria de Educação  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2011

O Município de Caçador/SC através da Prefeitura Municipal de Caçador/SC torna pública a Dispensa de Licitação nº 16/2011 para contratação em caráter emergencial de Hotel para cursistas e palestrantes do curso de Educação Inclusiva a realizar-se nos dias 21 a 25 de novembro de 2011 através da empresa Hotel Kindermann Ltda - EPP/CNPJ nº 12.961.133/0001-03, com sede nesta cidade de Caçador/SC pelo valor total de R\$ 23.631,00 (vinte e três mil, seiscentos e trinta e um reais), pelo período de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 24, Inciso IV, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 08 de Novembro de 2011.  
IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal



**Editais Multas de Trânsito**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1303/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFN5277	55476773C	6920/0	06/09/2011	233
AJH2210	55478972C	6556/5	31/08/2011	230 * I
AJH2210	55478973C	6637/1	31/08/2011	230 * IX
AJJ9615	54145986D	5274/2	09/10/2011	175
DHK1758	55477336C	6726/1	08/10/2011	230 * XVIII
DHK1758	55477337C	5045/0	08/10/2011	162 * V
DHK1758	55477338C	6653/2	08/10/2011	230 * XI
DHK1758	55477339C	7340/0	08/10/2011	252 * IV
DHK1758	55481937C	5045/0	30/09/2011	162 * V
LYA0843	55479483C	6599/2	19/09/2011	230 * V
LYA0843	55479484C	6408/0	19/09/2011	221
LYA9386	55108243C	6599/2	09/09/2011	230 * V
LJR7531	55476800C	6920/0	28/09/2011	233
LZF4631	55108349C	6610/2	04/09/2011	230 * VII
LZI2285	55481389C	6599/2	09/09/2011	230 * V
LZZ8093	55110245C	6599/2	10/09/2011	230 * V
MAQ5738	54146112D	6637/2	18/09/2011	230 * IX
MAT0698	55479287C	5010/0	07/09/2011	162 * I
MBE2282	54146106D	5274/2	11/09/2011	175
MDS9694	55475396C	6599/2	05/10/2011	230 * V
MDS9694	55475398C	5010/0	05/10/2011	162 * I
MFV9906	54146289D	5010/0	25/09/2011	162 * I
MIB8924	54146155D	6912/0	04/09/2011	232
MIK6323	54146288D	5010/0	25/09/2011	162 * I
MIM1683	55480602C	5010/0	17/09/2011	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1304/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKI3563	54144966D	6122/0	10/10/2011	214 * I
CDY6002	54144849D	7366/2	15/09/2011	252 * VI
DHK1758	55477340C	5185/1	08/10/2011	167
LXA8159	54145706D	5185/1	10/10/2011	167
LZD8301	54145064D	6050/1	25/09/2011	208
LZL3018	54145982D	5738/0	05/10/2011	186 * II
MAA8272	55481734C	5215/2	12/10/2011	170
MAA8272	55481735C	6050/1	12/10/2011	208
MBO7148	55481392C	5380/0	16/09/2011	181 * I
MBT1945	54146123D	5541/2	10/10/2011	181 * XVII
MCV6926	55477322C	5967/0	22/09/2011	203 * V
MEO5122	54146209D	5541/2	10/10/2011	181 * XVII
MFN0559	54145060D	5185/1	23/09/2011	167
MGI6585	54145898D	5541/2	05/10/2011	181 * XVII
MHG7278	54145849D	5541/1	10/10/2011	181 * XVII
MHK8476	55480625C	5541/6	10/10/2011	181 * XVII
MHM0928	54144848D	7366/2	13/09/2011	252 * VI
MIB8924	54146154D	5568/0	04/09/2011	181 * XIX
MIK6249	54145850D	5541/1	10/10/2011	181 * XVII
MMK4710	55481925C	6122/0	02/09/2011	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1305/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABR5165	55481185C	6920/0	02/08/2011	R\$ 127,69	233
BYB9363	55481158C	6920/0	04/07/2011	R\$ 127,69	233
CXI3140	55110242C	6610/2	28/08/2011	R\$ 127,69	230 * VII
IBU1185	55481275C	6769/3	27/07/2011	R\$ 85,12	230 * XXII
LYA3804	55478025C	6599/2	23/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
LYX7272	55106787C	5169/1	25/06/2011	R\$ 957,69	165
MAA8272	55479357C	5010/0	17/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBC1535	55481181C	6920/0	27/07/2011	R\$ 127,69	233
MBP0014	55481177C	6920/0	21/07/2011	R\$ 127,69	233
MCS3202	55481905C	6599/2	01/08/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEG3453	55480451C	6599/2	06/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MFV7814	55481796C	6599/2	07/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MGJ1387	55108207C	5010/0	29/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGJ1387	55108208C	6610/2	29/07/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MGJ1387	55108209C	5118/0	29/07/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGJ1387	55108210C	6912/0	29/07/2011	R\$ 53,20	232
MGK1208	55476118C	5010/0	17/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGK1208	55480390C	5118/0	17/06/2011	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1306/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
KLR8405	55475941C	5460/0	20/02/2011	R\$ 85,12	181 * IX
LYH8902	54144717D	6050/1	12/07/2011	R\$ 191,53	208
LYT6825	54144961D	5410/0	05/08/2011	R\$ 85,12	181 * IV
LYX7272	55106788C	5878/0	25/06/2011	R\$ 85,12	199
MEP9170	54145118D	5185/1	19/06/2011	R\$ 127,69	167
MGT4716	54145824D	5746/3	16/06/2011	R\$ 85,12	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1307/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADA1333	54145988D	6610/2	18/10/2011	230 * VII
APZ6534	55477572C	6920/0	14/10/2011	233
AQJ4326	55481696C	6599/2	18/09/2011	230 * V
AQJ4326	55481698C	5169/1	18/09/2011	165
DCE5327	55477349C	5169/1	16/10/2011	165
DCE5327	55477350C	5290/0	16/10/2011	176 * II
DGA2656	54144969D	6599/2	18/10/2011	230 * V
DHK1758	55482326C	6548/2	17/10/2011	229
EGN9067	54146512D	6602/0	21/10/2011	230 * VI
IJR1178	55952004B	6610/2	19/10/2011	230 * VII
KGH7381	55476796C	6920/0	27/09/2011	233
LWV3647	55477346C	6610/2	12/10/2011	230 * VII
LWV3647	55477347C	6670/0	12/10/2011	230 * XIII
LWV3647	55481948C	5010/0	12/10/2011	162 * I
LWV3647	55481949C	6599/2	12/10/2011	230 * V
LWV3647	55481950C	6556/4	12/10/2011	230 * I
LYU9644	55482236C	6599/2	18/09/2011	230 * V
LYU9644	55482237C	6637/1	18/09/2011	230 * IX
LZE6699	55476774C	6920/0	14/09/2011	233
LZN9475	54145970D	5274/1	23/08/2011	175
MAA8272	55481731C	6599/2	12/10/2011	230 * V
MAP6760	55477569C	6920/0	13/10/2011	233
MDW5826	55476785C	6920/0	14/09/2011	233
MFZ7928	55477561C	6920/0	05/10/2011	233
MGJ4914	55477578C	6920/0	18/10/2011	233
MMM9930	55481465C	5045/0	10/09/2011	162 * V



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1308/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHU8082	54146220D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
AKL7422	54146469D	5550/0	18/10/2011	181 * XVIII
AOG0729	54145506D	7366/2	17/10/2011	252 * VI
AQJ4326	55481697C	7374/0	18/09/2011	253
DCW9636	54146249D	6122/0	17/10/2011	214 * I
DHK1758	55482323C	6440/0	18/10/2011	224
DHK1758	55482325C	7234/0	17/10/2011	250 * I * a
DNS8832	54145049D	5207/0	20/09/2011	169
IGF4689	54146284D	6050/1	25/09/2011	208
IHW3485	54146217D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
IJR1178	55952001B	5827/0	19/10/2011	194
IJR1178	55952002B	5835/0	19/10/2011	195
IJR1178	55952003B	5215/2	19/10/2011	170
ILI2537	54145882D	7366/2	19/09/2011	252 * VI
LXA3084	54146248D	5541/2	17/10/2011	181 * XVII
LXP1423	54146480D	5541/2	20/10/2011	181 * XVII
LZN9475	54145971D	5185/1	23/08/2011	167
MAA8272	55481729C	5835/0	12/10/2011	195
MAA8272	55481730C	6076/0	12/10/2011	210
MAA8272	55481732C	5720/0	12/10/2011	186 * I
MAA8272	55481733C	5215/1	12/10/2011	170
MAJ6961	54146244D	5541/2	15/10/2011	181 * XVII
MAY3014	54146458D	5541/2	17/10/2011	181 * XVII
MCE0242	54145512D	5541/2	19/10/2011	181 * XVII
MDN6493	54144965D	5967/0	05/10/2011	203 * V
MDT2575	54146221D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEB8570	54146132D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
MEC2511	54146291D	7366/2	26/09/2011	252 * VI
MEO5122	54146402D	5541/2	19/10/2011	181 * XVII
MFA9327	54146279D	7366/2	23/09/2011	252 * VI
MGD5987	55951313B	5835/0	17/10/2011	195
MGI6585	54145770D	5541/2	14/10/2011	181 * XVII
MGL6796	54146134D	5541/2	13/10/2011	181 * XVII
MHT4367	54146452D	5541/2	17/10/2011	181 * XVII
MHV1032	54145437D	7366/2	27/09/2011	252 * VI
MHZ1991	54145687D	7366/2	20/10/2011	252 * VI
MHZ1991	54145688D	5185/1	20/10/2011	167
MIF9616	54145216D	5967/0	29/09/2011	203 * V
MIK1026	54145452D	5452/6	10/10/2011	181 * VIII
MIK1026	54146354D	6050/1	13/10/2011	208
MIK6249	54145234D	5541/1	17/10/2011	181 * XVII
MIL0392	54146245D	5550/0	15/10/2011	181 * XVIII
MIR6383	54146092D	7366/2	23/09/2011	252 * VI
MIS1214	54146090D	7366/2	22/09/2011	252 * VI
MIU3631	54145516D	7366/2	19/10/2011	252 * VI
MIV7776	54146454D	5541/2	17/10/2011	181 * XVII
MJF8680	54145232D	7366/2	11/10/2011	252 * VI
MMM9930	55481464C	6050/1	10/09/2011	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1309/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAD6195	55476771C	6920/0	06/09/2011	R\$ 127,69	233
CIZ2568	55108533C	6661/0	08/07/2011	R\$ 127,69	230 * XII
JPH2817	55480501C	6556/5	08/07/2011	R\$ 191,53	230 * I
LXU8116	55476766C	6920/0	30/08/2011	R\$ 127,69	233
LZI0690	55110241C	5169/1	07/08/2011	R\$ 957,69	165
MAW0395	55476761C	6920/0	30/08/2011	R\$ 127,69	233
MDD1135	55482272C	6599/2	10/08/2011	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1310/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEK9501	55480554C	6050/1	28/08/2011	R\$ 191,53	208
AJL9638	54144743D	5568/0	06/09/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
AMG9787	54145186D	5185/2	06/08/2011	R\$ 127,69	167
CNW0292	54145847D	6050/1	10/08/2011	R\$ 191,53	208
HFP4592	54145144D	5410/0	05/08/2011	R\$ 85,12	181 * IV
ICF8871	55482514C	6050/1	25/06/2011	R\$ 191,53	208
LXH4820	54145871D	5967/0	09/08/2011	R\$ 191,53	203 * V
MDA5478	55482541C	5541/1	14/07/2011	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ4196	54145197D	7366/2	10/08/2011	R\$ 85,12	252 * VI
MGK5804	55107754C	5231/1	25/07/2010	R\$ 85,12	172
MIT0389	54145972D	6050/1	02/09/2011	R\$ 191,53	208
MIY8451	55478971C	6050/1	28/08/2011	R\$ 191,53	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 584 509/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEY3505	8584010105	7455/0	15/09/2010	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 584 510/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACA0083	8584034329	7455/0	01/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACA0083	8584036236	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ACQ9858	8584040079	7455/0	07/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEA5227	8584037834	7455/0	09/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AEG9091	8584035366	7455/0	16/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AFC3425	8584036112	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALB2028	8584035757	7455/0	08/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALI7757	8584040114	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
ALI7757	8584040117	7463/0	08/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
ALR8792	8584037173	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
AQU9286	8584039888	7463/0	02/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
DIZ9708	8584037294	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
GPM4400	8584036328	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
GZK1177	8584038479	7455/0	19/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPL1369	8584034083	7455/0	27/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPL1369	8584034161	7455/0	28/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPQ8257	8584035204	7455/0	13/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
KEQ9044	8584032253	7455/0	05/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LNB2755	8584038508	7463/0	19/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LVA6567	8584035135	7455/0	12/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LVA6567	8584035136	7455/0	12/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LWY8886	8584040026	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXH8279	8584037571	7455/0	04/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXK9519	8584035928	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXL9116	8584040091	7463/0	07/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
LXN3709	8584035042	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXS2167	8584037636	7455/0	05/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXW1974	8584038462	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYI4803	8584036110	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYI4803	8584036262	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYV2876	8584038448	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZF9620	8584040050	7463/0	06/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZG9182	8584037812	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZM7615	8584035915	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZN4102	8584037322	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZW1312	8584036277	7455/0	23/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZX4406	8584037511	7455/0	30/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZY4522	8584036690	7463/0	27/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAF0245	8584036488	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAF7496	8584040042	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAJ1828	8584037485	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAL3852	8584037858	7463/0	09/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAO5479	8584037032	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAP3066	8584006885	7455/0	07/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
MAR8572	8584039025	7463/0	24/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAR8572	8584039832	7455/0	01/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAX7663	8584036685	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBB9764	8584038062	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBG9162	8584034820	7455/0	06/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBG9162	8584034822	7463/0	06/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBH2145	8584007430	7455/0	10/08/2010	R\$ 85,12	218 * I
MBP2743	8584037100	7463/0	29/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MBW9034	8584039522	7455/0	29/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBY9109	8584040072	7463/0	07/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCA7310	8584037008	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCQ9913	8584038416	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCS8139	8584037824	7455/0	08/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCV6568	8584033145	7463/0	20/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCZ0016	8584035540	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ0016	8584035543	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ0016	8584035582	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCZ2578	8584038338	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDK2357	8584038262	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDL7614	8584037308	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDX6376	8584033284	7455/0	22/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEB6720	8584038429	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEF4742	8584035961	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH7900	8584040115	7455/0	08/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEH7900	8584040118	7471/0	08/08/2011	R\$ 574,61	218 * III
MEV0792	8584025536	7463/0	09/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEV1262	8584037793	7471/0	08/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFG5101	8584038254	7455/0	15/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY4940	8584037062	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFY4940	8584037092	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGD9800	8584040212	7455/0	09/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGE8951	8584036069	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGF1305	8584036604	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGJ6632	8584031453	7463/0	21/04/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGJ7689	8584036555	7463/0	26/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGX3159	8584038309	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGX3159	8584038313	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB0695	8584025383	7463/0	06/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHE4275	8584036111	7463/0	22/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHH9389	8584035448	7463/0	17/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHI5420	8584038927	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHJ5448	8584040047	7471/0	06/08/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHP4245	8584039614	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHP6370	8584039464	7463/0	29/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHS1287	8584037748	7455/0	06/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT1231	8584035976	7463/0	21/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHU3073	8584033095	7463/0	19/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIA0319	8584039543	7455/0	30/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIA0319	8584039592	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIH5381	8584034709	7455/0	05/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1062	8584039877	7455/0	02/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ7591	8584032180	7455/0	04/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ8195	8584039682	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIU5371	8584035415	7455/0	16/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJF4950	8584032238	7463/0	05/05/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJF4950	8584032259	7463/0	05/05/2011	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJG0669	8584038432	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJY9060	8584034487	7455/0	02/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 584 511/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEU7393	8584000497	7455/0	19/04/2010	R\$ 85,12	218 * I
AGF1749	8584037035	7455/0	29/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJD6217	8584035858	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AJJ1880	8584036607	7455/0	24/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
ARJ6174	8584036058	7455/0	22/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AZU2909	8584036005	7455/0	21/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
BMR2445	8584038078	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BND7538	8584039096	7455/0	25/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
BRG1918	8584039533	7463/0	29/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
BTE2770	8584037267	7463/0	02/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
BYF8362	8584038312	7463/0	16/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
BYF8362	8584038480	7471/0	19/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
CBR0732	8584040059	7455/0	06/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
CNV7788	8584037330	7455/0	03/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
EFB5693	8584038925	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
FMA0091	8584038420	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
HAR3347	8584037019	7455/0	28/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
IBE0098	8584040223	7455/0	10/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILX2046	8584034067	7455/0	26/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
ILX3687	8584032458	7455/0	08/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
JPL7079	8584025568	7463/0	09/02/2011	R\$ 127,69	218 * II
JTA4274	8584037288	7463/0	03/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
JTA4274	8584037289	7463/0	03/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LWV6119	8584038355	7455/0	17/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LXX9449	8584036185	7463/0	23/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LYJ6299	8584040022	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYK5917	8584038550	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYK5917	8584038554	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYZ6447	8584032369	7455/0	07/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
LZA8958	8584036421	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZB3368	8584037251	7463/0	02/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
LZB3368	8584037738	7463/0	06/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAG2576	8584036981	7463/0	27/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MAL2693	8584034962	7455/0	09/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAM6960	8584037556	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MAO2780	8584038624	7455/0	20/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBC3698	8584040011	7455/0	05/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBL7111	8584037254	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBT6650	8584035349	7455/0	15/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ9898	8584036149	7463/0	23/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCA9341	8584037842	7463/0	09/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MCF2792	8584036485	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCF2792	8584036490	7455/0	26/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCM2284	8584040139	7455/0	09/08/2011	R\$ 85,12	218 * I
MCQ4719	8584035893	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDJ4264	8584036410	7463/0	25/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MDP7614	8584038887	7471/0	22/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MDT6375	8584037209	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MDT7956	8584037860	7463/0	09/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MEG2095	8584039652	7455/0	31/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEJ6429	8584038270	7463/0	16/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MES2124	8584035610	7455/0	19/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MES2124	8584039002	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MET7437	8584035080	7455/0	11/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFB3118	8584037068	7463/0	29/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFC7843	8584037374	7463/0	04/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFC8029	8584040225	7471/0	10/08/2011	R\$ 574,61	218 * III
MFP2777	8584038064	7455/0	12/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFR0690	8584040063	7463/0	06/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MFS9850	8584035982	7455/0	21/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGE1765	8584040036	7463/0	06/08/2011	R\$ 127,69	218 * II
MGJ9135	8584037270	7455/0	02/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MGU6728	8584039060	7455/0	24/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHA5855	8584038054	7471/0	12/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHA5855	8584038069	7463/0	12/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHB4784	8584035950	7455/0	20/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHB4784	8584035952	7463/0	20/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MHC7883	8584036033	7455/0	18/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHH0306	8584037805	7455/0	08/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI3688	8584035063	7455/0	10/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHI9771	8584032790	7455/0	14/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHQ9834	8584038976	7455/0	23/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT9588	8584038201	7455/0	14/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHT9588	8584038447	7455/0	18/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MHU8861	8584037827	7463/0	08/07/2011	R\$ 127,69	218 * II
MIA6161	8584032448	7455/0	08/05/2011	R\$ 85,12	218 * I
MIJ1302	8584037185	7471/0	01/07/2011	R\$ 574,61	218 * III
MJD2839	8584034602	7455/0	04/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MJT4339	8584035240	7463/0	13/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MJT4339	8584036319	7463/0	24/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
MKP0209	8584038895	7455/0	22/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MLV5880	8584037170	7455/0	01/07/2011	R\$ 85,12	218 * I
MZD2739	8584038339	7455/0	16/07/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 8 DE NOVEMBRO DE 2011

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 203, de 08 de Novembro de 2011.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 203, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.  
Aprova as Contas do Prefeito Municipal de Caçador, referentes ao Exercício de 2009.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 07 de novembro de 2011, aprovou e ele promulga o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Prefeito Municipal de Caçador, Processo nº PCP 10/00125901, referentes ao Exercício de 2009.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice-Presidente.

WILSON LUIZ BINOTTO,  
1º Secretário.

**Resolução Nº 100, de 31 de outubro de 2011.**

RESOLUÇÃO Nº 100, de 31 de outubro de 2011.  
Instaura processo administrativo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR - SC, no uso das atribuições legais constantes no art. 269, II da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 e com fundamento nos arts. 185 e ss. do referido Diploma Legal e

CONSIDERANDO que nos termos do Relatório da Sindicância nº 001/2011 é imputada à servidora Ilvaita Maria Faoro Baron o descumprimento do disposto no art. 185, X da Lei Complementar nº 56/2004, qual seja o dever de zelar pela economia do material do Município e pela conservação do que for confiado à sua guarda e utilização;

CONSIDERANDO que a Sindicância ainda atribui à servidora acima nominada a infringência da proibição legal de opor resistência injustificada ao andamento de documento e processou ou execução de serviço, conforme prevê o artigo 186, XVI da Lei Complementar nº 56/2004;

CONSIDERANDO que a conduta omissiva e negligente da servidora Ilvaita Maria Faoro Baron, conforme apurado nos autos da Sindicância nº 001/2011 culminou na remessa das informações relativas à Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF 2010 em data posterior ao prazo legal;

CONSIDERANDO que o Relatório da Comissão Sindicante sugeriu a instauração de processo disciplinar;

CONSIDERANDO o Ofício Gab. nº 729/2011 que disponibiliza servidores públicos municipais para compor a comissão processante;

**R E S O L V E**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade da servidora Ilvaita Maria Faoro Baron pelo envio da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRF-2010, da Câmara Municipal de Caçador em data posterior ao prazo estabelecido em lei.

Art. 2º Constituir Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores efetivos municipais Leandro Chiarello de Souza, matrícula nº 007, ocupante do cargo de Técnico em Programação de Computador, Tânia Ferreira, matrícula nº 3932, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade e Joceli Cristiane Martins, matrícula nº 3276, ocupante do cargo de Operadora de Auditoria de Contas, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no art. 1º.

Art. 3º A Comissão tem o prazo de 60(sessenta) dias, contados da data de recebimento do ato de instauração, para conclusão dos trabalhos, podendo ser este prazo prorrogado por igual período, se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Determinar que a Comissão providencie as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos.

Art. 5º Esta Resolução entra vigor em 31 de outubro de 2011.

Gabinete da Presidência, 31 de outubro de 2011.

SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente

ITACIR JOÃO FIORESE,  
Vice - Presidente

CARLOS EVANDRO LUZ,  
1º Secretário

WILSON LUIZ BINOTTO,  
2º Secretário

**Camboriú****PREFEITURA****Aviso de Licitação PR 27/11 - PMC**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2011-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PEÇAS DE DECORAÇÃO NATALINAS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, DESTINADA A DECORAÇÃO DO NATAL LUZ, QUE OCORRERÁ DO DIA 09/12/2011 A 06/01/2012 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 10:00 horas do dia 23 (vinte e três) de Novembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 09 de Novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### Convocação para Assembléia

#### ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

1º Chamada 18:30 horas 2º Chamada 19:00 horas

Servidores,

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Camboriú, convoca todos os servidores para a Assembléia que se realizará no dia 17 de novembro de 2011, às 19:00 horas no auditório da OAB Camboriú, localizada na Rua São Paulo, nº 02, Centro - Camboriú - SC.

Pauta: Formação de nova diretoria provisória, que se propõe a dar andamento nas atividades do Sindicato.

Contamos com a sua presença, pois ela será muito importante para a classe dos servidores públicos municipais de Camboriú.

Atenciosamente,

ALEXANDRE DAMIÃO COSTA

## Campos Novos

### PREFEITURA

### Decreto Nº 6.397 de 01/11/2011

DECRETO Nº 6.397 DE 01/11/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 - MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 - Manutenção das Atividades do Fdo Municipal de Saúde - Rec. Próprios

Elementos de despesa: 12-3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0003-Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), provenientes da subtração do provável excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 01 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 6.398 de 08/11/2011

DECRETO Nº 6.398 DE 08/11/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, no projeto e na atividade abaixo discriminado o seguinte elemento de despesa:

ÓRGÃO: 01 - GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 01 - GABINETE DO Prefeito Municipal

PROJETO/ATIVIDADE: 2.000 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

Elementos de despesa: 116-3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 76.330,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 76.330,00 (setenta e seis mil, trezentos e trinta reais), provenientes da subtração do provável excesso da arrecadação de recursos próprios.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 08 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal



**Ata Registro Preço Nº 07/2011 Processo Nº 42/2011****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2011****Número do Registro de Preços: 7/2011****Data do Registro: 03/10/2011****Válido até: 03/10/2012****Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE BOBINAS DE PAPEL TÉRMICO PARA RELÓGIOS PONTO MODELO  
PRINTPOINT II , CONFORME ESPECIFICAÇÕES

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bobina de papel térmico para relógio ponto Printpoint II – V3 Revisão 2.0 com 360 metros, durabilidade da imagem de 05 anos, gramatura 60g/m2, espessura 62 microns, aspereza bendtsen máximo de 20ml de ar por minuto, umidade 6,5%, intensidade da cópia 1,20(x-rite), largura do papel 56,5 mm, diâmetro do tubete 12mm, fim do papel sem cola, sem adesivo e sem dobras, devendo a bobina estar com o lado sensível do papel para fora, bem enrolada e sem bordas amassadas	UN	L.A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ES. (9986)		0	27,9000	1
			COMAPE MAQS PARA ERSC LTDA (9725)		0	28,0000	2

CAMPOS NOVOS, 3 de Outubro de 2011.

# Canoinhas

## PREFEITURA

### Ata de Registro de Preços da Concorrência N.º 04/2011\_BUSCHLE & LEPPER S.A.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2011

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa BUSCHLE & LEPPER S.A., Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 84.684.471/0001-56, com sede à Rua Inácio Bastos, Bairro Bucarein, na cidade de Joinville/SC, neste ato representada por seu Diretor, Sr. Marcio Trembl, brasileiro, casado, portador do RG nº 94.467 SSP/SC e CPF nº 003.844.709-63, residente e domiciliado à Rua Inácio Bastos, 1000, na cidade de Joinville/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
02	TELA PARA ARMAÇÃO DE TUBO DE CONCRETO, FIO 3, 8, LARGURA DE 0,97 M., ROLO COM 120. METROS	03	817,00
42	PREGO 20 X 42	100	5,23

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado na Concorrência epigrafada.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. 95/2011, Concorrência nº. 04/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 04 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT BUSCHLE &amp; LEPPER S.A.

Prefeito Marcio Trembl

Diretor

### Ata de Registro de Preços da Concorrência N.º 04/2011\_C.E. MACEDO e CIA LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2011

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91,

residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa C.E. MACEDO E CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.965.552/0001-83, com sede na Rua Carlos Essenfelder, 1326, Bairro Boqueirão, Curitiba/PR, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Carlos Eduardo Macedo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 004.959.389-71, RG nº 7.515.044-0, residente e domiciliado na Rua Augusto Steembock, 492, apto 301, bloco 21, Bairro Uberaba, na cidade de Curitiba/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
36	T DE PVC ESGOTO 40 MM	100	0,85

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado na Concorrência epigrafada.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. 95/2011, Concorrência nº. 04/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 04 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT C.E. MACEDO E CIA LTDA

Prefeito Carlos Eduardo Macedo

Sócio-Administrador

### Ata de Registro de Preços da Concorrência N.º 04/2011\_Rio Verde Materiais de Construção LTDA. - EPP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONCORRÊNCIA Nº 04/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2011

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.014.568/0001-12, com sede na Avenida João Marques Vieira, 515, Centro, Fraiburgo/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Gian Carlo Meister Burda, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 594026109-44, RG nº 25/R-1.917.824-SSP-SC, residente e domiciliado na Avenida Brasil, 323, Bairro Bela Vista, na cidade de Fraiburgo/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	CIMENTO PORTLAND CP 320, SACO COM 50 KG	1500	17,50

03	TIJOLOS DE BARRO MACIÇOS	50000	0,39
04	TIJOLOS 06 FUIROS	1000	0,39
05	BARRA DE FERRO 5,00 MM, BARRA C/ 12 METROS.	100	4,97
06	BARRA DE FERRO 1/4, BARRA C/ 12 METROS.	100	8,71
07	BARRA DE FERRO 5/16, BARRA C/ 12 METROS.	500	14,45
08	BARRA DE FERRO 3/8 ", BARRA COM 12 METROS	100	20,92
09	FERRO CA 50 - 20 MM - R - 12 (BARRAS RETAS), BARRAS COM 12 METROS.	100	79,65
10	FERRO CA-60 4,2 MM, BARRA COM 12 METROS	300	3,39
11	ARAME RECOZIDO	100	4,43
12	PREGO 17 x 27	100	4,40
13	PREGO 18 x 36	100	4,40
14	PREGO 26 X 84	100	5,50
15	PREGO 25 X 72	100	5,50
16	PREGO 20X48	100	5,03
17	CAL HIDRATADA VIRGEM C/ 20 KG	200	4,93
18	TUBO DE PVC ESGOTO DE 100 MM, BARRA C/ COM 6 M	200	23,00
19	TUBO DE PVC ESGOTO 150 MM, BARRA COM 06 METROS	200	58,00
23	JOELHO DE PVC ESGOTO 100 MM 90°	100	1,35
24	JOELHO DE PVC ESGOTO 100 MM 45°	100	1,52
25	LUVAS DE PVC ESGOTO 100 MM	100	1,24
26	T DE PVC ESGOTO 100 MM 1º QUALIDADE	100	2,72
29	LUVAS DE PVC ESGOTO 150 MM	100	5,88
31	JOELHO PVC 90 GR 50 MM P/ ESGOTO	100	0,67
32	LUA DE PVC ESGOTO 50 MM	100	0,51
33	T DE PVC ESGOTO 50 MM	100	1,36
34	JOELHO PVC 90 GR 40 MM P/ ESGOTO	100	0,29
35	LUVAS DE PVC ESGOTO 40 MM	100	0,29
37	JOELHO DE PVC ESGOTO, SD 90° 25 MM - 1ª LINHA	100	0,12
38	LUVAS DE PVC ESGOTO 25 MM (ÁGUA)	100	0,11
39	T DE PVC ESGOTO 25 MM	100	0,16
40	PREGO 12 X 15	100	5,94

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado na Concorrência epigrafada.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente

ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. 95/2011, Concorrência nº. 04/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 04 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

RIO VERDE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP.

Gian Carlo Meister Burda

Sócio-Administrador

### Ata de Registro de Preços da Concorrência Pública N.º 06/2010\_Ktop Topografia e Projetos LTDA ME

PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2010

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, a Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa KTOP TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.890.398/0001-28, com sede à Rua Pedro Rodrigues Lopes, 450, Bairro Comerciário, Criciúma/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Ramon Mendes Knabben, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, portador do CPF nº 054.887.909-50, RG 6R 4.276.387, residente e domiciliado na Rua Pedro Luiz Lopes, 450, apto 402, Bairro Comerciário, na cidade de Criciúma/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Concorrência Pública em epígrafe, a prorrogação da vigência do Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

ITENS	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	M² DE PROJETO EXECUTIVO	120.000	0,75

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata, que era para o período de 20 de setembro de 2010 a 20 de setembro de 2011, passará a ser para o período de 20 de setembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo 67/2010, Concorrência Pública 06/2010.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 20 de setembro de 2011.

LEOBERTO WEINERT KTOP TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA ME

Prefeito Ramon Mendes Knabben

Sócio-Administrador

### Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º FMDR 02/2011\_Construcoes WHM LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMDR 02/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMDR 03/2011

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho do ano de 2011, na



cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito/Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa CONSTRUÇOES WHM LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.291.215/0001-25, com sede na Rua Antônio da Costa Gomes, 44, bairro João Paulo II, Três Barras/SC, neste ato representada por sua Sócia-Administradora, o Sra. Helga Irma Reisderfer, brasileira, casada, comerciante, portadora do CPF nº 638.940.929-04, RG nº. 18º R - 1.797.961 SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Antônio da Costa Gomes, 44, bairro João Paulo II, Três Barras/SC, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
01	Horas de Trator de Esteira. A maquina deve ter: lâmina angulável, peso mínimo operacional de 16.000 Kg, potência líquida mínima de 150 H.P e ano de fabricação a partir de 1985.	800	R\$ 168,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo FMDR 03/2011, Pregão Presencial FMDR 02/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 26 de julho de 2011.  
LEOBERTO WEINERT CONSTRUÇOES WHM LTDA  
Prefeito Helga Irma Reisderfer  
Sócia-Administradora

**Ata de Registro de Preços do Pregão Presencial N.º FMDR 02/2011\_L B - Comercio e Servicos LTDA ME**  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº FMDR 02/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº FMDR 03/2011

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de julho do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito/Presidente, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa L B - COMERCIO E SERVICOS LTDA ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.492.725/0001-03, com sede na Rua Nereu Ramos, 334, Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, neste ato representada por seu Sócio-Administrador, o Sr. Laureci Bitencourt, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do CPF nº 01493164961, RG nº. 3.263.197 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Nereu Ramos, 334, Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, acordam proceder, nos

termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

LOTE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
02	Horas de Escavadeira Hidráulica. A máquina deve ter lança e braço com no mínimo 7,00 metros, peso mínimo operacional de 16.000 Kg, potência líquida mínima 105 H.P e ano de fabricação a partir de 2000.	800	R\$ 155,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão Presencial epigrafo. O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo FMDR 03/2011, Pregão Presencial FMDR 02/2011. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas, 26 de julho de 2011.  
LEOBERTO WEINERT L B - COMERCIO E SERVICOS LTDA ME  
Prefeito Laureci Bitencourt  
Sócio-Administrador

**Ata de Registro de Registro de Preços da Concorrência Pública N.º 04/2011\_Brazil Saneamento Basico LTDA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
CONCORRÊNCIA Nº 04/2011  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2011

Aos 04 (quatro) dias do mês de agosto do ano de 2011, na cidade de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, A Prefeitura do Município de Canoinhas, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80, com sede à Rua Felipe Schmidt, nº 10 - Centro, nesta cidade de Canoinhas-SC, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. LEOBERTO WEINERT, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do CPF nº 247.300.099-91, residente e domiciliado à Rua Nazir Cordeiro, 867, Bairro Campo Da Água Verde, nesta cidade de Canoinhas - SC, no final assinado, e a empresa BRAZIL SANEAMENTO BASICO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.264.865/0002-71, com sede na Rua Vergílio Feltrin, 20, Bairro Parque Industrial 4, Iporã/PR, neste ato representada por seu Sócia-Gerente, a Sra. Lygia Maria Gadda Fadel, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 993.565.119-34, RG nº. 874.185 SSP/PR, residente e domiciliada na Rua Alvarenga Peixoto, 247, Bairro Lago Parque, na cidade de Londrina/PR, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 07/2005 e do Edital de Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários.

Item	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QTDE ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO
20	TUBO DE ESGOTO 50 MM, BARRA C/ 6 METROS - 1ª LINHA	100	12,96
21	TUBO DE ESGOTO 40 MM - BARRA COM 6 METROS	100	7,60
22	TUBO DE ESGOTO 25 MM, BARRA C/ 6 METROS - 1ª LINHA	100	5,81



27	JOELHOS DE PVC ESGOTO 90° 150MM	100	10,00
28	JOELHOS DE PVC ESGOTO 45° 150MM	100	8,00
30	T DE PVC ESGOTO 150MM	100	11,70

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado na Concorrência epigrafada.

O fornecimento do(s) produto(s), registrado através da presente ata, será efetuado em conformidade com o Processo Administrativo nº. 95/2011, Concorrência nº. 04/2011.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Canoinhas (SC), 04 de agosto de 2011.

LEOBERTO WEINERT BRAZIL SANEAMENTO BASICO LTDA

Prefeito Lygia Maria Gadda Fadel

Sócia-Gerente

### **Editais de Pregão Presencial n.º 75/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 181/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 75/2011

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/11/2011, às 10:05 horas, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES PREPARADAS, EM PORÇÕES EMBALADAS EM RECIPIENTES DESCARTÁVEIS DE ALUMÍNIO, TIPO MARMITEX, DESTINADAS ÀS EQUIPES DE FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, QUE PRESTAM SERVIÇOS NAS FRENTES DE TRABALHO DO INTERIOR DO MUNICÍPIO. informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

### **Editais de Pregão Presencial n.º 76/2011**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 182/2011

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 76/2011

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/11/2011, às 14h05min, pregão presencial para AQUISIÇÃO DE 17 BANCOS, 10 BICICLETÁRIOS, 20 CONJUNTOS DE LIXEIRAS E 01 RELÓGIO PÚBLICO DIGITAL, DESTINADOS AOS CALÇADÃO DAS RUAS FELIPE SCHMIDT, VIDAL RAMOS E PAULA PEREIRA. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 25/11/2011. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

### **Editais de Tomada de Preços n.º 42/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 168/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 42/2011

### **REPUBLICAÇÃO**

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25 de novembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa especializada para reforma do pavimento (pedra portuguesa), paisagismo e limpeza do calçadão das Ruas Felipe Schmidt, Vidal Ramos e Paula Pereira, conforme projetos e orçamentos em anexo. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

## **Capinzal**

### **PREFEITURA**

### **Lei 2.986/2011**

LEI Nº 2.986, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 350.115,43 (trezentos e cinquenta mil, cento e quinze reais e quarenta e três centavos), sendo R\$ 245.600,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) para reforço das dotações orçamentárias nºs 2009, 2193, 2046, 2058, 2035 e 2041, vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal e R\$ 104.515,43 (cento e quatro mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e três centavos), para reforço da dotação orçamentária nº 2123, vinculada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, na forma dos quadros a seguir:

I - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento da Prefeitura  
0301.04.122.0015.2009 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DA ADM FTE DR R\$ 0,00  
44905200-022 Equipamentos e material permanente 00 00 R\$ 2.750,00  
0302.28.122.0000.2193 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP FTE DR R\$ 0,00  
33904700-051 Obrigações tributárias e contributivas 00 00 R\$ 35.000,00  
0501.04.122.0065.2046 MANT SECRET EDUC CULTURA E ESPORTES FTE DR R\$ 0,00  
33903900-090 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 70.000,00  
0501.12.361.0065.2058 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR FTE DR R\$ 0,00  
33903900-106 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 22 55 R\$ 40.000,00  
33903900-106 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 58 49 R\$ 40.000,00  
1701.04.122.0055.2035 MANUT SECRET DESENVOLV ECONÔMICO FTE DR R\$ 0,00  
31901100-239 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 20.000,00  
33903900-241 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 22.850,00

1701.23.695.0055.2041 PROMOÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS FTE DR R\$ 0,00  
 33903900-250 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 15.000,00  
 Subtotal - I R\$ 245.600,00

II - Demonstrativo da Suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde  
 0801.10.301.0150.2123 MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA FTE DR R\$ 0,00  
 33903900-008 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 104.515,43  
 Subtotal - II R\$ 104.515,43  
 Total (I II) R\$ 350.115,43

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto nos incisos I e II do art. 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 245.600,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais) e o cancelamento parcial saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, no valor de R\$ 104.515,43 (cento e quatro mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e três centavos), na forma dos quadros a seguir:

I - Demonstrativo das Anulações no Orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal  
 0401.20.601.0045.1024 IMPLANT E ADEQ DA CASA COLONIAL AGROP FTE DR R\$ 0,00

44905100-073 Obras e instalações 00 00 R\$ 20.000,00  
 0501.12.361.0065.2050 MANUT E AMPLIAÇÃO DAS BIBLIOT ESCOLARES FTE DR R\$ 0,00  
 33903000-101 Material de consumo 19 00 R\$ 2.000,00  
 0501.12.361.0065.2051 AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO FTE DR R\$ 0,00

33903000-102 Material de consumo 19 00 R\$ 10.130,00  
 0501.12.365.0060.2042 MANUT DAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS FTE DR R\$ 0,00

44905200-122 Equipamentos e material permanente 01 00 R\$ 14.000,00

0501.12.365.0060.2044 MANUT CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL FTE DR R\$ 0,00

33903000-123 Material de consumo 01 00 R\$ 5.000,00  
 33903900-124 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 58 49 R\$ 5.000,00

0502.13.392.0095.2072 MANUTENÇÃO DA BIBLIOTÉCA MUNICIPAL FTE DR R\$ 0,00

33903000-139 Material de consumo 00 00 R\$ 1.000,00  
 0502.13.392.0095.2073 MANUTENÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE MÚSICA FTE DR R\$ 0,00

33903000-141 Material de consumo FTE DR R\$ 1.000,00  
 33903900-142 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 2.000,00

44905200-143 Equipamentos e material permanente 00 00 R\$ 780,00

0502.13.092.0095.2075 MANUTENÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL FTE DR R\$ 0,00

33903000-145 Material de consumo 00 00 R\$ 10.000,00  
 0601.15.452.0120.1093 PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDOS EM VIAS PÚB FTE DR R\$ 0,00

44905100-181 Obras e instalações 24 54 R\$ 71.831,40  
 0701.08.244.0180.2181 RECUPERAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS CRUZADAS FTE DR R\$ 0,00

33903000-217 Material de consumo 00 00 R\$ 500,00  
 33903900-218 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 5.000,00

0701.08.244.0185.2183 ASSISTÊNCIA À ORGANIZAÇÕES SOCIAIS FTE DR R\$ 0,00

33903000-221 Material de consumo 00 00 R\$ 5.000,00  
 0701.17.511.0165.2138 PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS FTE DR R\$ 0,00

33903000-223 Material de consumo 00 00 R\$ 4.000,00  
 33903900-224 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 4.000,00

44905100-225 Obras e instalações 00 00 R\$ 2.000,00  
 0701.17.511.0165.2139 INSTALAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA FTE DR R\$ 0,00

33903000-226 Material de consumo 00 00 R\$ 4.000,00  
 33903900-227 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 2.000,00

0701.17.511.0165.1140 AQUISIÇÃO E/OU CONST DE RESERVAT DE ÁGUA FTE DR R\$ 0,00

33903900-228 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 5.000,00

44905100-229 Obras e instalações 00 00 R\$ 10.000,00  
 0701.17.512.0165.2141 MANUT DO SANEAMENTO BÁSICO RESIDENCIAL FTE DR R\$ 0,00

33903000-230 Material de consumo 00 00 R\$ 8.251,88  
 33903900-231 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 4.106,40

1601.04.122.0010.2016 MANUTENÇÃO DA SECRET DE PLANEJAMENTO FTE DR R\$ 0,00

31901100-235 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil 00 00 R\$ 39.000,32

33903000-236 Material de consumo 00 00 R\$ 4.000,00  
 33903900-237 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 2.000,00

44905200-238 Equipamentos e material permanente 00 00 R\$ 4.000,00  
 Sob-total (I) R\$ 245.600,00

II - Demonstrativo das Anulações no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

0801.10.301.0150.2126 ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL FTE DR R\$ 0,00

33903900-011 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 02 00 R\$ 5.000,00

0801.10.301.0150.2127 MANUT.AMPL. ATENDIMENTO PREV SAÚDE BUCAL FTE DR R\$ 0,00

33903000-012 Material de consumo 64 11 R\$ 15.515,43  
 33903900-013 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 64 11 R\$ 6.000,00

0801.10.301.0150.2128 PREVENÇÃO AOS DST E COMBATE A AIDS FTE DR R\$ 0,00  
 33903200-014 Material de distribuição gratuita 02 00 R\$ 14.000,00

33903900-015 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 02 00 R\$ 1.000,00  
 0801.10.304.0150.2133 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA FTE DR R\$ 0,00

33903000-026 Material de consumo 66 15 R\$ 40.000,00

0801.10.305.0150.2134 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA FTE DR R\$ 0,00  
 33901400-028 Diárias - civil 66 16 R\$ 3.000,00

44905200-031 Equipamentos e material permanente 66 16 R\$ 20.000,00  
 Sub-total (II) R\$ 104.515,43

Total (I II) R\$ 350.115,43

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 9 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO  
Secretário da Administração e Finanças

**Lei 2.987/2011**

LEI Nº 2.987, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 167.690,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e noventa reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, para suporte das dotações descritas no quadro a seguir.

Demonstrativo das Suplementações

0503.27.812.0100.2078 REFORMA GINÁGIO DE ESPORTES PREF DILETO BERT FTE DR R\$ 0,00

44905100-152 Obras e instalações 24 55 R\$ 80.000,00

0601.15.452.0120.2090 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS FTE DR R\$ 0,00

33903000-177 Material de consumo 00 00 R\$ 25.000,00

33903900-178 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 62.690,00

Total R\$ 167.690,00

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º da presente Lei, a receita proveniente do repasse do Estado, relativa ao Convênio nº 11492/2011-8 celebrado com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR de Joaçaba, a realizar-se no exercício de 2011, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), sendo indicada ainda como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964, o cancelamento do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura no valor de R\$ 87.690,00 (oitenta e sete mil seiscentos e noventa reais), na forma do quadro a seguir.

Parágrafo único. O saldo dos recursos relativos ao convênio referido no caput deste artigo que não for liberado durante o exercício, deverá ser incorporado na previsão orçamentária do próximo exercício.

Demonstrativo das Anulações

0601.15.451.0115.1085 CONSTRUÇÃO DE PARQUES PÚBLICOS FTE DR R\$ 0,00

44905100-172 Obras e instalações 00 00 R\$ 20.000,00

0601.15.452.0120.2091 INDENIZ. DE TERRENOS PARA ABERTURA DE VIAS PÚ FTE DR R\$ 0,00

33903900-179 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 10.000,00

0601.15.452.0120.1094 CONSTRUÇÃO E REVITALIZ. DE PASEIOS PUBLICOS FTE DR R\$ 0,00

33903000-260 Material de consumo 00 00 R\$ 20.000,00

0601.15.452.0130.2099 MANUT DOS CEMITÉRIOS E CAPELA MUNICIPAL FTE DR R\$ 0,00

33903000-188 Material de consumo 00 00 R\$ 15.000,00

33903900-189 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 5.000,00

0601.26.782.0145.2120 LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS FTE DR R\$ 0,00

33903900-204 Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica 00 00 R\$ 17.690,00

Total R\$ 87.690,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 9 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

**Lei 2.988/2011**

LEI Nº 2.988, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011.

Institui cota de participação comunitária, na forma que especifica.

Prefeito Municipal DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, nos termos da presente Lei, a cota mensal de participação comunitária com a finalidade de auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores, associação privada inscrita no CNPJ sob o nº 33.789.850/0007-65, com sede à Rua Dr. Wilson Bordin, nº 48, nesta cidade de Capinzal, mantida pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras, entidade filantrópica sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 33.789.850/0001-70 e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com sede à Rua da Cascata, nº 47 - Tijuca, Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º A contribuição de que trata esta Lei, de caráter facultativo, objetiva estabelecer um sistema de cooperação financeira e será lançada e arrecadada mensalmente através do documento de recolhimento da fatura de água do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e será devida na seguinte proporção:

I - consumidor residencial pessoa física: dois reais (R\$ 2,00); e

II - consumidor comercial/industrial pessoa jurídica: cinco reais e quarenta centavos (R\$ 5,40).

§ 1º A cota comunitária não será lançada aos contribuintes beneficiados pela tarifa residencial social instituída na forma do Decreto nº 26, de 16 de maio de 2006.

§ 2º Os contribuintes que não desejarem participar da cota comunitária durante a vigência desta Lei deverão dirigir-se ao Centro Administrativo Municipal, munidos da última fatura de água e preencher formulário próprio para esta finalidade, cuja exclusão dar-se-á no mês subsequente ao do requerimento.

Art. 3º A receita resultante da contribuição referida no art. 1º será integralmente depositada pelo SIMAE até o décimo dia do mês subsequente ao do recolhimento, em conta bancária específica do Hospital Nossa Senhora das Dores, vinculada ao instrumento de cooperação celebrado entre as partes, acompanhado do respectivo demonstrativo de arrecadação.

Art. 4º Fica a entidade beneficiada obrigada a prestar contas dos recursos recebidos em audiência pública especialmente convocada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 31 de dezembro de 2012.

Capinzal, SC, 9 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças



**Decreto 089/2011**

DECRETO Nº 089, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011.

Estabelece horário especial de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, SC, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 14 de novembro de 2011, tendo em vista a passagem do feriado nacional de Proclamação da República no dia 15 de novembro de 2011.

Art. 2º Os serviços considerados essenciais, como atendimento à Saúde, Coleta de Lixo, Transporte Coletivo de Passageiros e outros serviços que vierem a se fazer necessários para suprir as necessidades de excepcional interesse público, permanecerão sendo praticados normalmente.

Parágrafo único. O atendimento a saúde de que trata este Decreto será prestado através do Sistema de Plantão 24 Horas junto ao Hospital Nossa Senhora das Dores durante todo o período do ponto facultativo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 9 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

**Pregão Eletrônico Nº 0133/2011****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0133/2011**

OBJETO: Aquisição de 02 Adubadoras Semeadoras, para Patrulha Agrícola da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, recursos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, referente ao Programa PRODESA conforme contrato de repasse nº. 0331340-04/2010.

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 24/11/2011.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO****INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:**

No endereço [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 10 de novembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

**Resultado de Análise de Documentos e Proposta - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 129/2011.**

RESULTADO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS E PROPOSTA  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 129/2011.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Construção da 1ª Etapa do Ginásio de Esportes, junto a Escola Municipal, Dr. Wilson Pedro Kleinubing, recursos próprios.

Após analisar os documentos de habilitação, constatou-se que a única empresa:

Andrade Construções Ltda.

Apresentou todos os documentos de habilitação em conformidade com o edital e foi considerada habilitada pela comissão de licitações.

Após abrir o envelope de proposta de preços constatou-se a seguinte cotação:

Andrade Construções Ltda.: R\$ 747.510,43

A empresa: Andrade Construções Ltda, única proponente, ofereceu o valor total de R\$ 747.510,43 (setecentos e quarenta e sete mil, quinhentos e dez reais e quarenta e três centavos), para execução total do objeto do presente processo licitatório. Pelo fato de ser a única proponente e seu preço estar abaixo do valor máximo orçado, a Comissão declara a empresa Andrade Construções Ltda., vencedora da licitação.

Abre-se vistas ao processo e prazo de recurso nos termos da lei.

Capinzal, 09 de novembro de 2011.

PAULO RONALDO WAMES

Presidente da Comissão de Licitações

**Contrato 0001/2011 - CIALAR****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO 0001/2011 - CIALAR

Pregão Eletrônico 0001/2011

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR - CIALAR

CONTRATADA: LUIZ ADRIANI DE ANDRADE ME

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos próprios.

VALOR R\$: 918,10

VIGÊNCIA: 08/11/2011 A 31/12/2011

**Contrato 0002/2011 - CIALAR****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO 0002/2011 - CIALAR

Pregão Eletrônico 0001/2011

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR - CIALAR

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA - ME

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos próprios.

VALOR R\$: 27.202,54

VIGÊNCIA: 08/11/2011 A 31/12/2011

### **Contrato 0003/2011 - CIALAR**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0003/2011 - CIALAR

Pregão Eletrônico 0001/2011

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR - CIALAR

CONTRATADA: DOLMORA & MASSON LTDA ME

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos próprios.

VALOR R\$: 1.011,68

VIGÊNCIA: 08/11/2011 A 31/12/2011

### **Contrato 0004/2011 - CIALAR**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0004/2011 - CIALAR

Pregão Eletrônico 0001/2011

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR - CIALAR

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de gêneros alimentícios, material de limpeza e gás de cozinha, para manutenção das atividades da Casa Lar, recursos próprios.

VALOR R\$: 1.015,30

VIGÊNCIA: 08/11/2011 A 31/12/2011

### **Contrato 0067/2011 - FMSC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0067/2011 - FMSC

Pregão Presencial 0026/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: F. VACHILESKI & CIA LTDA

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde, Recursos próprios.

VALOR R\$: 1.480,00

VIGÊNCIA: 09/11/2011 A 31/12/2011

### **Contrato 0068/2011 - FMSC**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO 0068/2011 - FMSC

Pregão Presencial 0026/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: TARGA PEÇAS E ACESSORIOS LTDA - EPP

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde, Recursos próprios.

VALOR R\$: 2.880,00

VIGÊNCIA: 09/11/2011 A 31/12/2011

### **Edital 033**

EDITAL Nº 033, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo por base a Lei Federal nº 8.742/93 e;

CONSIDERANDO que a Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o fórum máximo de deliberação da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para mobilização, implementação e monitoramento da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município;

CONSIDERANDO a decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal - CMDCA, em 19 de setembro de 2011, nos termos da Ata nº 018/2011;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam convocadas as entidades civis organizadas e população em geral para a 5ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal - SC, a realizar-se no dia 23 de novembro de 2011, com início as 13 horas, no Salão Nobre do Colégio Mater Dolorum, tendo como tema central da Conferência "Mobilizando, implementando e monitorando a política e o plano decenal de direitos humanos de crianças e adolescentes nos estados, no distrito federal e nos municípios".

Art. 2º A Conferência será presidida pela Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Capinzal, em 3 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### **Edital 034**

EDITAL Nº 034, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2011.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, no mês de outubro de 2011, conforme a seguir especificado:

ÓRGÃO PROVE-NIENTE	DATA DO CRÉ-DITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/2011	PNAE - Merenda - Ensino Fundamental	8.166,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/2011	PNAE - Merenda Creche	2.688,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/2011	PNAE - Pré Escola	4.212,00



Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/2011	PNATE - Ensino Médio	2.416,75
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/2011	PNATE - Ensino Fundamental	6.297,36
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	04/10/2011	PNATE - Ensino Infantil	1.021,94
Fundo Nacional de Saúde	06/10/2011	PAB - Piso Atenção Básica	31.153,50
Fundo Nacional de Saúde	17/10/2011	Programa Saúde da Família - PSF	20.100,00
Fundo Nacional de Saúde	17/10/2011	Saúde Bucal	2.100,00
Fundo Nacional de Saúde	17/10/2011	PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde - ACS	21.000,00
Fundo Nacional de Saúde	19/10/2011	Farmácia Básica	8.073,30
Fundo Nacional de Saúde	19/10/2011	Agentes Comunitários de Saúde	1.008,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	20/10/2011	Salário Educação	51.858,02
Fundo Nacional de Saúde	21/10/2011	ESF - Estratégia Saúde da Família	900,00
Fundo Nacional de Saúde	21/10/2011	Saúde Bucal	100,00

Capinzal - SC, 4 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

### Edital 035

EDITAL Nº 035, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2011.

Notifica recursos recebidos do Governo Federal - Orçamento Geral da União.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros no valor R\$ 368,77 (trezentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos), proveniente da complementação ao Contrato de repasse nº 0308.508-41/2009, do Governo Federal, no âmbito do Programa de Gestão de Política de Desenvolvimento, sob a gestão do Ministério das Cidades, objetivando a pavimentação asfáltica com C.A.U.Q das Ruas Valdemar José da Silva, Elói Lanhi e Oscar Streme. O crédito foi efetuado por meio da Conta Corrente nº 647071-7, em 27/10/2011, na Agência nº 1071-006, Caixa Econômica Federal, Capinzal - SC.

Capinzal - SC, 9 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor do presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças.

**SIMAE****Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Outubro/2011****SANTA CATARINA  
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2011

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	321.857,93	Despesa Orçamentária	316.158,06
RECEITA TRIBUTARIA	1.600,64	Despesas exceto Intra-orçamentárias	316.158,06
RECEITA PATRIMONIAL	6.362,08	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	86.706,63
RECEITA DE SERVIÇOS	307.446,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	214.382,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.448,94	INVESTIMENTOS	15.068,60
Receita Extra - Orçamentária	348.058,35	Despesa Extra - Orçamentária	349.055,59
DEPOSITOS	31.739,27	DEPOSITOS	32.736,51
CONSIGNACOES	9.336,65	CONSIGNACOES	9.791,60
PREVIDENCIA SOCIAL	7.207,74	PREVIDENCIA SOCIAL	7.608,19
PENSAO ALIMENTICIA	2.091,65	PENSAO ALIMENTICIA	2.091,65
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	37,26	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	91,76
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	22.402,62	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	22.944,91
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	22.402,62	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	22.944,91
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	316.319,08	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	316.319,08
OBRIGACOES A PAGAR	316.319,08	OBRIGACOES A PAGAR	316.319,08
FORNECEDORES	226.094,71	FORNECEDORES	226.094,71
PESSOAL A PAGAR	66.334,73	PESSOAL A PAGAR	66.334,73
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.782,89	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.782,89
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.517,74	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	3.517,74
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.589,01	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	4.589,01
Saldos anteriores	2.166.859,25	Saldos atuais	2.171.561,88
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	145.680,13	BANCO C/ MOVIMENTO	145.971,61
BANCOS C/ VINCULADAS	1.476,00	BANCOS C/ VINCULADAS	1.476,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	2.019.703,12	POUPANÇA	2.024.114,27
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	2.836.775,53	Total	2.836.775,53

CAPINZAL, 04/11/2011

SIDNEI PENSO  
DIRETORMARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0099/2011 - Edital de PREGAO PRESENCIAL Nº 0033/2011

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0099/2011

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0033/2011

Objeto: O objeto da presente licitação consiste na aquisição de combustível álcool, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: às 10 horas do dia 21 de novembro de 2011.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível em 11 de novembro de 2011 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 09 de novembro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 067/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 067/2011

"ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2011 - FMS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2011, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO".

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

- CONSIDERANDO, as disposições constantes do Parecer Jurídico, solicitado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio do Pregão;

- CONSIDERANDO, a possibilidade de a Administração Pública anular seus próprios atos, quando presente razões de interesse público decorrente de fato superveniente, conforme disposto na Súmula 473, do Supremo Tribunal Federal e nos artigos 38, IX e 49, ambos da Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993; e

- CONSIDERANDO a imprescindível observância dos princípios basilares que devem nortear qualquer ato oriundo da Administração Pública (art. 37, da Constituição Federal).

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 010/2011, na modalidade Pregão Presencial n. 05/2011, tipo menor preço por item, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS ZERO

KILOMETRO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 09 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

#### Edital N.º 006/2011/SMECE

EDITAL N.º 006/2011/SMECE

Abre inscrições para o processo seletivo para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) de professores de educação infantil, ensino fundamental séries iniciais, ensino fundamental séries finais e professores de projetos especiais, no Município de Chapadão do Lageado – SC, conforme Lei Complementar 006/99

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC, comunica que se encontram abertas, no período de 15/11/2011 a 24/11/2011 as inscrições do processo seletivo, para a admissão em caráter temporário (ACT) de professores para as áreas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Projetos Especiais da Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esporte para o ano letivo de 2012.

#### 1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo será realizado sob a responsabilidade da empresa Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas LTDA, localizada no seguinte endereço: Rua Tenente Costa 95, centro, Ituporanga – SC. telefone 47-35331343. Endereço eletrônico (sito): [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br). e-mail [concursos@clicksolucoesinteligentes.com.br](mailto:concursos@clicksolucoesinteligentes.com.br).

1.2 O processo seletivo será de caráter classificatório e envolverá provas escritas e contagem de tempo de serviço, conforme tabela abaixo:

FUNÇÕES	CARGA HORÁRIA	TIPOS DE PROVAS
1. Professor de Educação Infantil	20h ou 40h	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
2. Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais	20h ou 40h	Prova escrita e prova de títulos e tempo de serviço.
3. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Ciências	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
4. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Língua Portuguesa	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
5. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Matemática	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
6. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Educação Física	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
7. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Artes	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
8. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - História	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.



9. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Geografia	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
10. Professor Ensino Fundamental Séries Finais - Inglês	10, 20, 30 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
11. Professor Ensino Fundamental Séries Finais – Ensino Religioso	05,10, 15, 20, 25, 30, 35 ou 40hs	Prova escrita, prova de títulos e tempo de serviço.
12. Professor de Música	20h ou 40h	Prova escrita, prova de títulos e declaração de tempo de serviço na área específica.
13. Professor de Dança	20h ou 40h	Prova escrita, prova de títulos e declaração de tempo de serviço na área específica.
14. Professor Informática	20h ou 40h	Prova escrita, prova de títulos e declaração de tempo de serviço na área específica.
15. Professor de Libras	20h ou 40h	Prova escrita, prova de títulos e declaração de tempo de serviço na área específica.
16. Segundo Professor	20h ou 40h	Prova escrita, prova de títulos e declaração de tempo de serviço na área específica.

## 2. DAS ÁREAS/DISCIPLINAS, ESCOLARIDADE EXIGIDA, JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO.

2.1 O processo seletivo destina-se ao provimento das vagas que surgirem dentro do período estabelecido por este edital.

2.2 Os cargos/áreas/disciplinas e respectivas formações mínimas exigidas, objeto do presente processo seletivo, são os seguintes:

ÁREA/DISCIPLINA HABILITAÇÃO C.H

	<p>Habilitado</p> <p>a) habilitação de licenciatura plena Pedagogia ou Normal Superior em Educação Infantil;</p> <p>b) Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio MAGISTÉRIO com comprovante de curso de aperfeiçoamento de no mínimo de 40 horas, na área de Educação Infantil</p> <p>Não Habilitado</p> <p>a)Habilitação de Licenciatura Plena – Séries Iniciais e frequentando complementação em Educação Infantil;</p> <p>b)Habilitação em Magistério - 1ª a 4ª séries e frequentando curso de Licenciatura Plena – Educação Infantil, dando-se preferência à sequência de fases mais avançadas;</p> <p>c)Frequência a partir da 1ª fase de curso superior Licenciatura Plena - Educação Infantil, para os candidatos que não possuem Certificado Magistério – Nível Médio, dando-se preferência à sequência de fases mais avançadas;</p>	
ÁREA I Professor de Educação Infantil	<p>Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com comprovante de curso de aperfeiçoamento de no mínimo de 40 horas, na área de Educação Infantil</p>	20h ou 40h
ÁREA II Professor Ensino Fundamental Anos Iniciais	<p>Habilitado –</p> <p>a.Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior Habilitação Séries Iniciais.</p> <p>b. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio MAGISTÉRIO com comprovante de curso de aperfeiçoamento de no mínimo de 40 horas, na área do ensino fundamental, séries iniciais.</p> <p>Não Habilitado –</p> <p>a.Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia,– Séries Iniciais ou Curso Normal Superior;</p> <p>b. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com comprovante de curso de aperfeiçoamento de no mínimo de 40 horas, na área de ensino fundamental séries iniciais.</p>	20h ou 40h

ÁREA III		
Prof. Ensino Fundamental de língua Portuguesa	Para todos os professores da Area III	
Professor Ensino Fundamental de Matemática	HABILITADOS	
Professor Ensino Fundamental de Ciências	-Licenciatura plena na disciplina específica	
Professor ensino fundamental de Geografia	- Magistério na disciplina específica.	
Professor Ensino Fundamental de História	NÃO HABILITADOS	
Professor Ensino Fundamental de Arte	- A partir da 1ª.fase na disciplina específica e 40 horas de cursos de aperfeiçoamento na educação;	05,10,
Professor Ensino Fundamental de Inglês	- Ensino médio ( certificado magistério/normal e 40 horas de cursos de aperfeiçoamento na educação;	15,
Professor Ensino Fundamental de Ed. Física	- Ensino médio geral e 40 horas de cursos de aperfeiçoamento na educação;	20,
Professor Ensino Fundamental de Ensino Religioso		25,
		30,
		35 ou
		40hs
AREA IV – PROGRAMAS ESPECIAIS	- Curso Superior em Música (Habilitado)	
	- Licenciatura plena em áreas I, II e III com curso de 80hs de música	
	- Ensino médio (magistério) com curso de 80hs de música	
	- A partir da 1ª.fase em Licenciaturas das Areas I, II e III com Cursos Específicos em música de 80hs.	
	- Ensino médio geral com curso de 80hs de música	20 ou
Professor Música		40hs
AREA IV	-Curso Superior em dança ou Licenciatura em Artes (Habilitados)	
	- Licenciatura plena nas áreas I, II e III com curso de 40hs de dança	
	- Ensino médio (magistério) com curso de 40hs de dança	
	- A partir da 1ª.fase em Licenciaturas das Areas I, II e III com Cursos Específicos em dança de 40hs.	
	- Ensino médio geral com curso de 40hs de dança	20 ou
Professor de Dança		40hs

AREA IV	Habilitado - Curso Superior em Informática, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores ou Tecnólogo em Informática	
Professor Informática	Não Habilitado – - Licenciatura plena nas áreas I, II e III com curso de 40hs de informática; - Ensino médio (magistério) com curso de 40hs de informática; - A partir da 1ª.fase em Licenciaturas das Areas I, II e III com Cursos Específicos em informática de 40hs. - Ensino médio geral com curso de 40hs de informática.	20 ou 40hs
AREA IV	Habilitado – a. Diploma e/ou Histórico de Curso de Licenciatura Plena Educação Especial; b. Diploma e/ou Histórico de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia séries iniciais ou educação infantil com Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.  Não Habilitado – a.Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Curso Normal Superior com Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas. ; b. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.	20 ou 40hs
Professor Libras		
AREA IV	Habilitado – a. Diploma e/ou Histórico de Curso de Licenciatura Plena Educação Especial; b. Diploma e/ou Histórico de Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia séries iniciais ou educação infantil com Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.  Não Habilitado – a.Certidão de Frequência a partir da 1ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, ou Curso Normal Superior com Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas. b. Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Ensino Médio com Certificado de Formação Continuada em LIBRAS, mínimo de 120 (cento e vinte) horas.	20 ou 40hs
Segundo Professor		

2.3 A comprovação da formação mínima exigida do candidato na área/disciplina de inscrição constará na apresentação do diploma (original e fotocópia) devidamente registrado ou, provisoriamente, para os concluintes até o dia 30 de outubro 2011. Através

de certidão de conclusão do curso com histórico escolar, para os habilitados. A comprovação da formação/habilitação original ou autenticada deverá ser apresentada na inscrição e também na data de admissão.

### 3. DA REMUNERAÇÃO

3.1 Os candidatos chamados para exercer a função de professor, receberão a remuneração de acordo com sua habilitação previstas na Lei Complementar número 006/1999 e as devidas regulamentações da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado- SC.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO

4.1 A participação no processo seletivo iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

4.2 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste edital e das instruções específicas, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.3 No requerimento de inscrição, sob as penas da lei, o candidato declarará:

- a) Ser brasileiro nato ou naturalizado.
- b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também com as obrigações do serviço militar;
- c) Gozar de boa saúde, condição que será comprovada quando do processo de admissão, mediante atestado médico.
- d) Não ter sofrido, quando no exercício de cargo, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato de admissão, por meio da assinatura de regular termo de declaração;
- e) Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- f) Possuir a escolaridade exigida na forma deste edital e estar legalmente habilitado para o exercício do cargo.
- g) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.

4.4 A inscrição será efetuada via internet, no endereço eletrônico [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br) no período compreendido 15/11/2011 a 24/11/2011.

Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br)
- b) Ler atentamente o edital, preencher o requerimento de inscrição.

4.4.1 O preenchimento do requerimento de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo permitida a alteração das informações prestadas, exceto a eventual mudança de endereço.

4.4.2 Não haverá cobrança de taxa de inscrição;

4.5 É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.6 A CLICK SOLUÇÕES não se responsabilizará por solicitações de inscrição não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.

4.7 A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, referente a este processo seletivo.

4.8 A Click Soluções estará nos dias 22, 23 e 24/11/2011, das 8h às 17h disponibilizando profissionais e equipamentos para auxiliar nas inscrições, às pessoas que tiverem dificuldades de acesso a internet, na sede Secretaria Municipal da Educação do Município de Chapadão do Lageado.

### 5. DO PEDIDO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

5.1 A candidata que desejar amamentar durante a realização da prova escrita deverá, comparecer ao local com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada por pessoa maior de idade que ficará responsável pela guarda da criança. O menor e o responsável ficarão em sala especial. Nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza à sala reservada. O tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

#### 5.2 Necessidades especiais

### 6. DAS INSCRIÇÕES E DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

6.1 As inscrições serão feitas via internet no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br) através da ficha de inscrição disponível no link "CONCURSOS"- Chapadão do Lageado, no período de 15/11/2011 a 24/11/2011 ou nos dias com auxílio da empresa conforme descrito no item 4.8, deste edital.

6.2 Os candidatos poderão optar por até 3 (três) disciplinas e 3 (três) áreas de ensino.

6.2.1 Os candidatos que se inscreverem em mais de uma disciplina ou área de ensino terão que realizar todas as provas escritas no período de 4 horas, preenchendo os cartões respostas de todas as disciplinas ou áreas no qual se inscreveu.

6.2.2 – São consideradas Áreas de Ensino:

Área I – Educação Infantil.

Área II - Professor Ensino Fundamental anos iniciais

Área III - Prof. Ensino Fundamental de língua Portuguesa  
Professor Ensino Fundamental de Matemática  
Professor Ensino Fundamental de Ciências  
Professor ensino fundamental de Geografia  
Professor Ensino Fundamental de História  
Professor Ensino Fundamental de Arte  
Professor Ensino Fundamental de Inglês  
Professor Ensino Fundamental de Ed. Física  
Professor Ensino Fundamental de Ensino Religioso

Área IV – Professor de Projetos Especiais:

Professor de Música  
Professor de Dança



Professor de Informática  
Professor de Libras  
Segundo Professor

6.2.3 Aos candidatos inscritos na Área I – Educação Infantil é facultado também o direito de escolha de vagas para trabalhar no mês de janeiro 2012 para cobrir férias regulares dos professores titulares das creches sem prejuízo de participação na escolha das vagas do processo seletivo regular previsto por este edital.

6.3 Os candidatos deverão fazer sua inscrição e apresentar no dia da realização da prova escrita um documento de identificação com foto.

6.4 Para a prova de títulos, os candidatos deverão entregar todos os comprovantes de títulos e certidões de tempo de serviço nos dias 22, 23 e 24/11/2011, das 8h às 17h, na sede da Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

6.4.1 Não será aceita documentação que for encaminhada ou entregue após data mencionada no item 6.3, deste edital.

## 7. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

7.1 O processo seletivo constará das seguintes etapas:

7.1.1 Primeira etapa: prova escrita com questões objetivas para todos os cargos.

7.1.2 Segunda etapa: prova de títulos para todos os cargos.

7.1.3 Terceira etapa: cálculos do tempo de serviço.

## 8. DA PROVA ESCRITA

8.1 A primeira etapa do processo seletivo constará de 1 (uma) prova escrita com 30 (trinta) questões objetivas.

8.1.1 As questões da prova escrita versarão sobre as seguintes áreas de conhecimento:

a) Conhecimentos Gerais, – 05 (cinco) questões.

b) Língua Portuguesa 05 (cinco) questões

c) Matemática 05 (cinco) questões

d) Conhecimentos Específicos 15 (quinze) questões: (temas relacionados a área/disciplina/cargo para a qual o candidato se inscreveu).

8.1.2 Os conteúdos programáticos da prova escrita encontram-se no anexo I do presente edital.

8.1.3 A prova escrita será realizada no dia 03/12/2011 com início às 13h30m na sede da EEB OTÍLIA MULHER, centro de Chapadão do Lageado SC.

8.2 O candidato deverá estar presente no local de prova com 30 (trinta) minutos de antecedência.

8.3 O candidato deverá transcrever suas respostas para o cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta preta ou azul. As provas serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão resposta, não sendo válidas as marcações feitas no caderno de questões.

8.4 O candidato é responsável pela conferência dos dados

constantes em seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta dos números correspondentes às questões respondidas.

8.5 Será atribuída nota 0 (zero) às respostas das questões objetivas que contenha(m):

a) A questão cuja resposta não coincida com o gabarito oficial;

b) A questão que contenha emenda (s) e ou rasura(s), ainda que legível (eis);

c) A questão que possua mais de uma opção de resposta assinalada;

d) A questão que não estiver assinalada no cartão-resposta.

e) A questão cuja resposta for preenchida fora das especificações contidas no cartão-resposta, ou nas instruções da prova, ou seja, preenchidas com canetas não esferográficas ou com canetas esferográficas de cor diferente de azul ou preta.

8.6 A Prova escrita com questões objetivas será avaliada de 0 (zero) a 9,9 pontos (nove pontos e nove décimos).

8.7 As questões objetivas de múltipla escolha terão o valor de 0,33 pontos (trinta e três centésimos) por questão acertada.

8.8 A nota da prova escrita contará como pontos corridos para a nota final.

8.9 O candidato, ao encerrar a prova entregará ao fiscal de sua sala, o cartão resposta devidamente assinado.

8.10 Serão considerados aprovados todos os candidatos que não zerarem na prova escrita, tendo em vista que o processo seletivo é de caráter classificatório.

## 9. NORMAS DE SEGURANÇA DURANTE A REALIZAÇÃO DAS PROVAS.

9.1 A CLICK SOLUÇÕES poderá, por motivos técnicos ou de força maior, retardar o início da prova escrita objetiva.

9.2 A entrada nos locais de prova só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação.

9.3 São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

9.3.1 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

9.3.2 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

9.3.3 A não apresentação de documento de identidade nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e

automaticamente será excluído do processo seletivo.

9.3.4 Em caso de ser candidato, que participará da prova de títulos o não comparecimento para a prova escrita, fará com que o candidato seja excluído do processo seletivo.

9.4 Em face de eventual divergência de informações ou suspeitas, a CLICK SOLUÇÕES poderá suspender o processo para verificações;

9.5 Será vedado o acesso a porta de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado, ou seja, 10 minutos antes do início da prova, mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

9.6 Durante a realização das provas é permitida a posse e uso unicamente dos seguintes materiais:

a) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta das cores azul ou preta;

b) Documento de identificação;

c) Caso assim deseje, água acondicionada em embalagem plástica transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

9.7 Caso o candidato porte dinheiro poderá manter no bolso a sua carteira unicamente com seus documentos de identificação e dinheiro, não podendo conter qualquer outro papel, impresso, texto ou anotação.

9.8 É vedada, durante a realização de qualquer uma das provas, a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios e aparelhos celulares, ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico.

9.8.1 Os telefones celulares e demais equipamentos devem ser desligados, entregues aos fiscais da sala ou colocados ao chão antes do início da prova, para serem devolvidos ou recolhidos na saída, sob pena de eliminação do candidato se o mesmo tocar durante a realização da prova.

9.8.2 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do processo seletivo, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

9.9 Não será permitida a entrada no edifício onde realizarse-á as provas de candidato que porte qualquer tipo de armamento.

9.10 É vedado ao candidato, durante a realização das provas, ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.

9.11 A CLICK SOLUÇÕES poderá, por medida de segurança, submeter os candidatos a revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como exigir a sua identificação datiloscópica, assim como, solicitar a saída de candidatos que provocarem qualquer tipo de tumulto em sala de aula ou nas dependências do local das provas.

9.12 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova escrita, nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos.

9.13 Qualquer tipo de reclamação ou contestação deverá ser realizada por escrito em formulários próprios conforme previsto no edital.

## 10. DA PROVA DE TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO.

10.1 A prova de títulos para todos os cargos constará os seguintes itens:

10.1.1 A prova de títulos será constituída da soma do peso da habilitação mais o peso das horas de aperfeiçoamento:

a) Pontuação em relação ao nível do curso (fases da graduação, ensino médio magistério, graduação, especialização, mestrado e doutorado), valerá como pontos corridos para somar à nota final:

b) Pontuação em relação à horas de curso de aperfeiçoamento valerá como pontos corridos para somar à nota final;

10.1.2 Os cursos de aperfeiçoamento, ficarão restritos a 300 (trezentas) horas sendo considerado apenas os últimos 3 (três) anos, e só será validado se o curso for reconhecido por órgão oficial.

10.1.3 O cômputo dos pontos de horas de cursos receberá a seguinte pontuação:

8

a) Horas de curso – 1 (um) ponto para cada 30 (trinta) horas de curso.

10.2 Os títulos apresentados receberão pontuação unitária, não sendo cumulativos, conforme ordem da tabela a seguir:

TÍTULO NÍVEL DE CURSO PONTUAÇÃO

Não Habilitado	- Ensino médio geral	
Não habilitado	- Frequentando curso de licenciatura em pedagogia ou na disciplina específica	0,00 (zero pontos) 0,1 ponto (um décimo) por fase
Habilitação mínima	Cursos de ensino médio na área do magistério	1 (um) ponto
Habilitado	Licenciatura plena em pedagogia ou na disciplina específica	3 (três) pontos
Habilitado	Especialização em educação, pedagogia/ magistério/ psicopedagogia ou na disciplina específica	5 (cinco) pontos
Habilitado	Mestrado em educação, pedagogia ou na disciplina específica	7 (sete) pontos
Habilitado	Doutorado em educação, pedagogia ou na disciplina específica	8,5 pontos (oito pontos e cinco décimos)

10.3 Serão computadas para fins de tempo de serviço apenas as Certidões de Tempo de Serviço expressas em anos e meses, atualizadas, originais ou autenticadas.

10.4 Para fins de classificação serão computados 0,4 pontos (quatro décimos) por ano de efetivo exercício na área ou disciplina específica com peso máximo de 10 (dez) pontos contando no máximo 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço até o dia 31 de outubro de 2011.

10.5 Os candidatos que no ato da contratação não apresentarem seus respectivos diplomas ou certificados originais ou fotocópia autenticado, serão excluídos da lista de classificação. Fica a Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado com o poder de excluir os candidatos que não apresentarem seus diplomas ou certificados originais ou autenticados no momento da admissão.

10.6 Para o cômputo dos pontos na classificação dos cargos será utilizada a seguinte fórmula:

$$PE + PT + TS = NF$$

10.6.1 sendo:

PE = PROVA ESCRITA COM PESO DE 60%

PT = PROVA DE TÍTULOS COM PESO DE 20%

TS = TEMPO DE SERVIÇO COM PESO DE 20%

## 11 DOS RECURSOS

11.1 Caberão recursos do indeferimento das inscrições, formulação das provas escritas e gabarito provisório, resultado preliminar da prova de títulos e do resultado final do processo seletivo.

11.2 Os recursos só poderão ser interpostos via internet no site [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br) contra o Edital ou nos demais etapas conforme prazos abaixo relacionados:

a) Recurso quanto às inscrições: 2 (dois) dias úteis após a homologação das inscrições;

b) Recurso quanto a formulação das provas escritas e a publicação do gabarito: 2 (dois) dias úteis após a aplicação dos resultados das provas de títulos;

c) Pedido de reconsideração do resultado preliminar da prova de títulos: 2 (dois) dias úteis após a divulgação das provas;

d) Recurso quanto ao resultado final: 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado final.

11.3 Para interposição dos recursos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico do processo seletivo [www.clicksolucoesinteligentes.com.br](http://www.clicksolucoesinteligentes.com.br) e clicar no link concursos, CHAPADÃO DO LAGEADO, recursos;

b) Preencher o formulário on-line, atentamente, com clareza e argumentos consistentes e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

11.4 O despacho dos recursos será publicado no endereço eletrônico do processo seletivo. Para tomar conhecimento o candidato deverá clicar no link "recursos".

11.5 No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta, o gabarito provisório será alterado.

11.6 No caso de anulação de qualquer questão o ponto a ela correspondente será atribuído a todos os candidatos que a responderam.

11.7 Em caso de retificação através de recursos, o gabarito ou resultado, a nota e ou a classificação dos candidatos poderão ser alteradas para maior ou menor.

11.8 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.

11.9 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

## 12. DA CLASSIFICAÇÃO

12.1 Os candidatos serão classificados na respectiva área/disciplina de inscrição, em ordem decrescente da média obtida, expressa com 3 (três) decimais.

12.2 Ocorrendo empate, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

12.3 Para os candidatos que não estiverem amparados no item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) obtiver a maior nota na prova escrita de conhecimentos específicos;

b) obtiver a maior nota na prova escrita de conhecimentos gerais;

c) obtiver a maior pontuação na prova de títulos;

d) maior tempo de serviço;

e) tiver a maior idade.

f) sorteio.

## 13. A ESCOLHA DE VAGAS

13.1 As vagas serão preenchidas, observando-se a ordem de classificação por área/disciplina.

13.2 A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica, mediante comprovação da formação mínima exigida para a área/disciplina.

13.2.1 O candidato que não comprovar a formação mínima exigida para a área/disciplina, na data da admissão, será desclassificado.

13.3 O candidato que não se apresentar no local, data e horário determinado para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, deverá assinar Termo de Ciência que continuará na ordem de classificação, entretanto, deverá aguardar o término da lista de candidatos para uma nova chamada, podendo esta nova chamada ocorrer uma única vez.

13.4 O processo de escolha de vagas dar-se-á a partir de janeiro 2012, de acordo com a necessidade do Serviço Público Municipal, devendo ser comunicado todos os interessados, salvo os casos das férias dos professores de creches em janeiro 2012, previsto no item 6.2.1.

13.4.1 Fica a cargo da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado proceder a chamada e contratação dos candidatos, mediante vagas que surgirem no quadro de pessoal da Secretaria da Educação e Cultura.

13.4.2 O início das atividades será especificado no ato da escolha de vaga.

13.5 O candidato, após escolher vaga e de posse dos documentos

deverá comparecer em até 24 (vinte e quatro) horas, no setor administrativo da Secretaria da Educação e Cultura.

13.6 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, não podendo ocupar, neste processo seletivo, nenhuma outra vaga.

13.7 Para admissão, os candidatos deverão apresentar os documentos solicitados, conforme relação em anexo deste edital, bem como comprovar a idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data de início do contrato.

13.8 Em não havendo vaga em alguma área/disciplina relacionada, quando da primeira chamada, a Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado procederá a chamada no decorrer do ano letivo, na medida da existência de vaga e necessidade do serviço público.

13.9 A aprovação e classificação neste processo seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no quadro do município de Chapadão do Lageado. A admissão é de competência do Município, dentro do interesse e conveniência da mesma, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste edital.

13.10 O processo de escolha de vagas será de competência e responsabilidade da Secretaria da Educação e Cultura

13.11 A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados, obedecendo à ordem de classificação;

13.12 A chamada dos candidatos não habilitados quando do surgimento de uma nova vaga durante o ano letivo, além de obedecer ao disposto no item anterior, iniciará pelo primeiro candidato classificado que tenha disponibilidade de carga horária;

13.13 O candidato ao fazer a escolha de vaga, ficará excluído automaticamente da listagem de classificação para uma nova escolha no mesmo período (turno);

13.14 O candidato deverá adaptar-se ao horário de aulas das escolas;

13.15 O preenchimento das vagas surgidas no decorrer do ano letivo de 2012, obedecerá à classificação e, na falta de candidatos, o preenchimento da vaga se dará por determinação de autoridade competente, conforme determina o art. 5º, § 2º da Lei Nº 0085 de 30.06.99;

13.16 O candidato que já tiver um cargo público na rede municipal de ensino, somente poderá escolher mais um cargo, desde que não exceda 40 horas semanais;

13.17 O candidato que já possuir um cargo público de 40 horas semanais no período diurno, não poderá assumir a vaga;

13.18 No ato da escolha de vagas, o candidato poderá escolher até 40 horas semanais, desde que haja disponibilidade de vaga na sua área de habilitação;

13.19 Ao candidato que escolher uma vaga não será permitida troca da mesma até que termine o contrato, exceto por autorização expressa da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes atendendo o interesse maior da municipalidade;

13.20 O candidato contratado ficará em permanente avaliação; podendo ser dispensado a qualquer tempo quando não atender as

exigências pedagógicas, conforme dispõe o art. 16, inciso IV, § 1º da Lei Nº 0085 de 30.06.99.

#### 14. O FORO JUDICIAL

14.1 O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o processo seletivo e que trata este edital é da Comarca da Sede do Município de Ituporanga.

#### 15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Os efeitos legais do processo de seleção para contratação dos aprovados entrarão em vigência no ano letivo de 2012.

15.2 O candidato que apresentar incompatibilidade de horários, por ter escolhido mais de uma vaga ou ter outro vínculo empregatício, terá sua portaria cancelada.

15.3 O candidato que não corresponder ao proposto exigido pela função terá sua portaria cancelada, mediante parecer da comissão geral de avaliação de desempenho, instituída pela Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

15.4 Será excluído do processo seletivo o candidato que:

a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexistente;

b) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;

c) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

d) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;

e) recusar-se a proceder a autenticação digital do cartão resposta ou de outros documentos;

f) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal;

g) faltar ou chegar com atraso a qualquer dos eventos previstos no presente edital.

16. Ficam nomeados como membros da comissão de acompanhamento do processo seletivo representando a prefeitura municipal de Chapadão do Lageado os seguintes funcionários:

a. Vilma Rosa Correia de Oliveira

b. Crislei Sebold

c. Isolete Sebold Pereira

17. O presente processo seletivo terá vigência durante o ano letivo de 2012 e janeiro de 2013.

18. Os casos omissos serão resolvidos pela empresa organizadora em comum acordo com a comissão de acompanhamento do processo seletivo.

19. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 08 de novembro 2011..

José Bráulio Inácio

Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado.

ANEXO I





## 1. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### CONTEÚDO COMUNS PARA TODOS OS CARGOS:

#### LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Fonética e Fonologia, Morfologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbo, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, figuras de sintaxe, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira. Gêneros literários e discursivos.

#### CONHECIMENTOS GERAIS.

História e Geografia, Ciências Naturais, sendo: Atualidades, Cultura, Cinema, Artes do Mundo, do Brasil e de Santa Catarina, generalidades e conceitos do Brasil e do Mundo; História e Geografia Gerais Mundiais, História e Geografia do Brasil e de Santa Catarina e do Município de Chapadão do Lageado; constituição dos seres vivos, o planeta terra, a terra no universo, o ar, origem e evolução, sistema solar, fenômenos da natureza, estados físicos da matéria, a célula, genética, teorias da evolução da vida. Ecologia e meio ambiente,. - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Conteúdos específicos gerais comuns a todos os cargos na área do Magistério. Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S, RECNEI. Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público; Noções de prevenção de acidentes de trabalho e incêndio; Conhecimentos básicos de normas de higiene no ambiente de trabalho, conservação, limpeza e guarda de materiais sob sua responsabilidade; Execução de atividades afins, observando se a prática do dia a dia.

#### CONHECIMENTOS MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadrática. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

## 2. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

### PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Paulo Freire, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. LDB, Constituição Federal referente a Educação, ECA, Referências Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Novas diretrizes curriculares nacionais para educação infantil, obrigatoriedade da matrícula na educação infantil.

### PROFESSOR SÉRIES INICIAIS

- Educação no mundo atual, Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Didática: métodos, técnicas, livro didático, recursos/material didático, Processo Ensino-aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Métodos de Alfabetização, Tendências Pedagógicas, Papel do Professor, Decroly, Maria Montessori, Freinet, Rosseau, Vygotsky, Piaget, Psicologia da Educação. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento; Didática Geral. Novas diretrizes curriculares para o ensino fundamental, PCN Parâmetros Curriculares Nacionais, LDB.

### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES

- Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade; - Artes Plásticas: História geral das artes; história e ensino das artes no Brasil; - Artes: Conceitos e generalidades, fatos históricos, sua importância no contexto educacional no Brasil e no Mundo; - Pintores Brasileiros.

### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - INGLÊS

A metodologia da Língua Estrangeira; - Proposta Curricular de Língua Estrangeira Moderna; - O ensino de língua para a comunicação; - Dimensões comunicativas do inglês; - Construção da leitura e da escrita da Língua Estrangeira; - A escrita e a linguagem oral do inglês; - A natureza sociointernacional da linguagem; - O processo ensino e aprendizagem da Língua Estrangeira.

### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS

- Ciências Morfológicas: Anatomia humana, Citologia, Embriologia Humana, Histologia, Morfologia, Células. Ecologia; - Educação Ambiental; - Genética; - Parasitologia; - Reino Animal, Vegetal e Mineral; - Solo, água e ar;

### PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA

- Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval.

### PROFESSOR - GEOGRAFIA

Geografia Geral (Américas, África, Ásia, Europa e Oceania) e Geografia do Brasil; - Geografia Física dos Continentes; - Geologia, clima, relevo, vegetação, hidrografia, solos; - Aspectos Econômicos; modo de produção; - Sistema Financeiro; - Globalização Econômica (Formação de Blocos Econômicos); - Endividamento interno e externo; - Distribuição de Renda, PIB e PNB; industrialização; - Aspectos Sociais e Políticos; - Sistemas de governo; - População (crescimento vegetativo, emigração, imigração e xenofobia); - IDH; Urbanização; - Meio Ambiente; Transportes; Turismo; Informática e robótica; - Efeito Estufa; El Niño; Buraco na Camada de Ozônio e Chuva Ácida; - Ecossistemas e Biotecnologia.

### PROFESSOR - MATEMÁTICA

- Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); - Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; - Regra de Três e proporções; - Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões

algébricas; - Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. - Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; - Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; - Matrizes e Determinantes; - Sistemas Lineares. - Análise Combinatória; - Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; - Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; - Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; - Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; - Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral.

#### PROFESSOR - LÍNGUA PORTUGUESA

- Compreensão e interpretações de textos. - Denotação e Conotação; - Sistema ortográfico vigente: emprego das letras e acentuação gráfica; - Classes de palavras e suas flexões; Processo de formação de palavras; - Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais. - Concordância Nominal e Verbal, Regência Nominal e Verbal; - Emprego do acento indicativo da crase; - Colocação dos pronomes átonos; - Emprego dos sinais de pontuação; - Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia; - Literatura Geral e Brasileira; - Funções sintéticas de termos e de orações. Processos sintáticos: subordinação e coordenação.

#### PROFESSOR - ED. FÍSICA

- Didática Geral; - Históricos Conceitos e generalidades; - Conhecimento teórico prático das modalidades esportivas; - Concepções psicomotoras na educação física escolar; - Educação Física e o desenvolvimento humano; - Metodologia para o ensino da Educação Física; - As teorias da Educação Física e do Esporte; - As qualidades físicas na Educação Física e desportos; - Biologia do esporte; - Fisiologia do exercício. - Anatomia Humana; - Dimensões filosóficas, antropológicas e sociais aplicadas à Educação e ao Esporte: Lazer e as interfaces com a Educação Física, esporte, mídia e os desdobramentos na Educação Física; - Dimensões biológicas aplicadas à Educação Física e ao Esporte: as mudanças fisiológicas resultantes da atividade física; - Educação física escolar e cidadania; os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; - Esporte e Jogos na Escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor;

#### PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO

1. Idéia do Transcendente, os significados do transcendente na vida, A construção da idéia do Transcendente no tempo e no espaço. 2.Função política das ideologias religiosas A construção da verdade dos discursos religiosos, O sistema de valores determinando atitudes e comportamentos em vista de objetivos religiosos, As práticas religiosas e os mistérios. 3.Revelação - As verdades sagradas como referenciais da vontade do Transcendente, A autoridade do discurso religioso fundamentada na experiência mística do seu emissor. 4.Evolução da estrutura religiosa das organizações humanas, A evolução da estrutura religiosa das Tradições Religiosas no decorrer dos tempos, A sistematização da idéia do Transcendente pelas Tradições Religiosas, A estruturação do mundo pessoal a partir da experiência do Transcendente e da Tradição Religiosa. 5.Contexto cultural dos textos orais e escritos - A construção cultural da palavra sagrada no tempo e no espaço, pelas Tradições Religiosas. 6.Espiritualidade - A experiência religiosa, elemento vital para o fiel, A vivência com o mistério do Transcendente pelos ensinamentos, ritos e tradições, Auto-conhecimento na vivência do relacionamento com Transcendente. 6.Espiritualidade - A experiência religiosa, elemento vital para o fiel, A vivência com o mistério do Transcendente pelos ensinamentos, ritos e tradições, Auto-conhecimento na vivência do relacionamento com Transcendente 7.Valores (ética, respeito, solidariedade, virtudes, amor, felicidade, fidelidade) As exigências e qualidades éticas do procedimento humano na perspectiva da Tradição Religiosa, Orientações de vida

nas normas, crenças e doutrinas das Tradições Religiosas. 8. Bíblia - Velho e Novo Testamento.

#### PROFESSOR DE MÚSICA

História da Música no Brasil, Alguns dados sobre o som, As notas musicais, O pentagrama, Exercícios de automatismo das notas musicais, Linhas Suplementares, A pulsação, Como funciona os grupos musicais, As propriedades do som, Atividades para debater, As propriedades do som e a partitura, Duração- Longo e Curto, Gráficos e simbologias rítmicas, Notação musical – Ritmo, Notas ligadas e pontuadas  
Grafia do ritmo, Compassos, Indicação numérica dos compassos, A tabela de, imbológicas rítmicas, Fórmula de compasso e figuras rítmicas ( A história da família real), Tom e semitom, Soma de tons e semitons, Digitação básica para instrumentos de cordas, sopros e teclados de percussão. Escala diatônica, Como se designam as notas de uma escala (Tônica,s,m,s,d,s,sen).

#### PROFESSOR DANÇA

Coordenação motora, dissociação corporal, ampliação da consciência corporal, correção postural, exercícios respiratórios, desenvolvimento de equilíbrio; exercícios para desenvoltura; expressão e interpretação; introdução a ritmos árabes; ritmo e tempo/espaço na dança, Expressão e interpretação; movimentações de braços, dinâmicas em grupo; dança de bastão; memorização e união de passos/movimentos; ritmos, Desenvolvimento técnico para criação e composição de seqüências coreográficas (individual e em grupo); exercícios de intuição, sensibilidade, criatividade; correção de passos; musicalidade; improvisação.

Introdução de movimentos complexos com interpretação musical e expressão corporal.

#### PROFESSOR INFORMÁTICA

Ambiente operacional Windows (95/98/ME/2000/XP). Fundamentos do Windows, operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho, trabalho com pastas e arquivos, localização de arquivos e pastas, movimentação e cópia de arquivos e pastas e criação e exclusão de arquivos e pastas, compartilhamentos e áreas de transferência; Configurações básicas do Windows: Resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano e protetor de tela; Windows Explorer. Ambiente Intranet e Internet. Conceito básico de internet e intranet e utilização de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à internet. Principais navegadores. Ferramentas de Busca e Pesquisa. Processador de Textos. MS Office 2003/2007/XP – Word. Conceitos básicos. Criação de documentos. Abrir e Salvar documentos. Digitação. Edição de textos. Estilos. Formatação. Tabelas e tabulações. Cabeçalho e rodapés. Configuração de página. Corretor ortográfico. Impressão. Ícones. Atalhos de teclado. Uso dos recursos. Planilha Eletrônica. MS Office 2003/2007/XP – Excel. Conceitos básicos. Criação de documentos. Abrir e Salvar documentos. Estilos. Formatação. Fórmulas e funções. Gráficos. Corretor ortográfico. Impressão. Ícones. Atalhos de teclado. Uso dos recursos. Correio Eletrônico. Conceitos básicos. Formatos de mensagens. Transmissão e recepção de mensagens. Catálogo de endereços. Arquivos anexados. Uso dos recursos. Ícones. Atalhos de teclado. Segurança da Informação. Cuidados relativos à segurança e sistemas antivírus.

## ANEXO II – CRONOGRAMA PROCESSO SELETIVO

DATA	ATO
08/11/2011	Publicação do Edital de Abertura de Inscrições
08/11 a 13/11/2011	Prazo para impugnações do Edital de Abertura de Inscrições
14/11/2011	Publicação das decisões acerca das impugnações ao Edital
15/11 a 24/11/2011	Período de Inscrições
22, 23 e 24/11/2011	Entrega de documentos para prova de títulos e tempo de serviço na Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
26/11/2011	Publicação do rol de inscritos
27 e 28/11/2011	Prazo para recurso do não deferimento dos pedidos de inscrição
29/11/2011	Homologação das Inscrições
03/12/2011 13h30m	Realização da Prova Escrita – 13h30m
05/12/2011	Divulgação do Gabarito da Prova Escrita
06 e 07/12/2011	Prazo para recursos da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova escrita
09/12/2011	Publicação do Gabarito Definitivo
12/12/2011	Publicação do resultado das provas escritas de títulos e tempo de serviço.
13 e 14/12/2011	Recursos do resultado das provas escrita de títulos e tempo de serviço.
15/12/2011	Publicação Classificação Final
16 e 17/12/2011	Prazo de recursos da classificação final
19/12/2011	Homologação do resultado final
21/12/2012	Escolha de Vagas Prof. Educação infantil item 6.2.3 (suprir férias creches janeiro/2012)
26.01.2012 14hs /SMECE	Escolha de vagas ano letivo 2012.

## CÂMARA MUNICIPAL

## Decreto Legislativo N062 de 08 de Novembro de 2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

LEALBERTO SCHNEIDER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:  
DECRETO LEGISLATIVO Nº062 de 08 de novembro de 2011.

“APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2009 DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

A Câmara Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam APROVADAS as contas do Exercício de 2009, do Município de Chapadão do Lageado, atendendo recomendação e parecer exarado pelo Tribunal de Contas, no Processo nº. PCP - 10/00094330.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 09 de novembro de 2011.

LEALBERTO SCHNEIDER  
Presidente

## Concórdia

## PREFEITURA

Lei Complementar Nº 599, de 26 de Outubro de 2011  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 599, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alteração, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, institui novos Padrões de Vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º A Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alteração, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, institui novos Padrões de Vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - fica acrescido § 6º ao art. 46, com a seguinte redação:

“Art. 46. ( )

§ 6º De forma excepcional, os ocupantes do cargo de Farmacêutico, quando atuando na área Bioquímica, poderão ser dispensados da presença na unidade de trabalho, em até 50% (cinquenta por cento) da carga horária, quando justificadamente as condições para o desempenho da função demandarem essa situação, com posterior comprovação das atividades desenvolvidas, mediante apresentação de relatórios.” (NR)

II - fica ampliado para 4 (quatro) o número de vagas para o cargo de Auxiliar Artístico, constante no Anexo IV-A - Quadro Suplementar de Cargos da Fundação Municipal de Cultura - FMC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

GENAIR LOURDES BOGONI  
Secretária Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa



**Lei Complementar Nº 600, de 26 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 600, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei Complementar nº 549, de 15 de dezembro de 2009, que autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º O parágrafo único da Lei Complementar nº 549, de 15 de dezembro de 2009, que autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Associação Catarinense de Criadores de Suínos - ACCS, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ( )

Parágrafo único. As áreas de terras constantes nos incisos I e II deste artigo serão utilizadas para:

I - construção de museu, biblioteca da suinocultura e centro de treinamento para criadores;

II - especificamente, na área de terras de 47.200,00m2, constante no inciso II deste artigo, será edificada, também, a sede social da Associação Regional dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Alto Uruguai Catarinense - NUTAC, inscrita no CNPJ sob nº 03.722.828/0001-41, com área de 15.480,00m2, que será utilizada, em conjunto com a ACCS, desde que não obste a construção de que trata o inciso I deste parágrafo”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.352, de 25 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.352, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Declara de Utilidade Pública Municipal a APP da Escola de Educação Básica Walter Fontana.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a APP da Escola de Educação Básica Walter Fontana, com sede e foro no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, com seu estatuto devidamente registrado no cartório de Pessoas Jurídicas em 31 de maio de 1984, sob o nº 00537 no Livro A-5 e alteração do estatuto, protocolada sob o nº 53890 e registrada sob o nº 6502 no livro A-32, em 13 de setembro de 2011, com personalidade jurídica

comprovada mediante inscrição no CNPJ nº 75.321.729/0001-69.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.353, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.353, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a celebrar convênio com a Associação de Portadores de Fissuras Lábio-Palatais - PROFIS, inscrita no CNPJ sob nº 80.630.973/0001-43, objetivando a conjunção de esforços para manutenção da assistência social oferecida aos portadores de fissuras lábio-palatais, podendo o FMS participar com o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 2º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, autorizado a celebrar convênio com o Conselho de Criadores de Cordeiros do Alto Uruguai Catarinense - CCAC, inscrito no CNPJ sob nº 07.920.829/0001-51, objetivando a conjunção de esforços para incentivo à criação de cordeiros no Município de Concórdia, mediante aquisição de 2 (dois) conjuntos de tosquiadores, podendo o FUMDEAGRO participar com o valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Art. 3º As ações e obrigações das partes serão fixadas no Termo de que trata esta Lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa



**Lei Nº 4.354, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.354, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Altera expressão constante no Anexo I da Lei nº 4.268, de 28 de fevereiro de 2011, que autoriza celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica alterado o CNPJ da entidade SER Gasperini para: "82.811.233/0001-39", constante no Anexo I da Lei nº 4.268, de 28 de fevereiro de 2011, que autoriza celebrar convênios com entidades, com a finalidade de atender as prioridades estabelecidas pela população nas audiências do programa denominado Orçamento Participativo - OP.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.355, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.355, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Revoga o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, que dispõem sobre a eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 3.390, de 25 de junho de 2002 e alterações, que dispõem sobre a eleição de Diretores de Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA

Secretário Municipal de Educação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Lei Nº 4.356, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.356, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte da dotação constante nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal e Administração  
Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Projeto/Atividade 04.122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 85.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0011.1002 Investimentos de Modernização Administrativa - SEMAD

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 85.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 04.122.0038.2036 Manutenção das Atividades-Meio da SEDET

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 3.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.179, de 10 de maio de 2010 e 4.259, de 20 de dezembro de 2010, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Lei Nº 4.357, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.357, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

#### **Órgão 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Unidade Orçamentária 01.01 Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

#### **Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade 04.122.0006.1001 Modernização e Organização Administrativa - GP

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

#### **Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente  
Projeto/Atividade 20.601.0022.2023 Ações da Promoção da Produção Vegetal

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 20.605.0024.2025 Ações de Abastecimento na Agricultura

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

#### **Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.000,00  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00  
Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00  
Projeto/Atividade 04.122.0041.1012 Modernização e Organização Administrativa - SEDET

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

#### **Órgão 12 ENCARGOS GERAIS**

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 110.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 363.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

#### **Órgão 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Unidade Orçamentária 01.01 Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

#### **Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 140.000,00

#### **Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

#### **Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00  
Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo  
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00  
Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 115.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 363.000,00.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de setembro de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO**

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito  
Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Alta e Média Complexidade  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 270.000,00.

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.179, de 10 de maio de 2010 e 4.259, de 20 de dezembro de 2010, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

JOAQUIM PEDRO B. BICCA  
NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Lei Nº 4.358, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.358, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Autoriza o Município celebrar convênios com entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu

sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênios com as seguintes entidades:

I - Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do turismo de eventos, mediante a realização do "Sonho de Natal 2011", e assim proporcionar à população atividades culturais e apresentações natalinas, a fim de otimizar as atividades comerciais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais);

II - Clube dos Veteranos de Concórdia, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.674/0001-93, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de ampliar a sede da entidade, visando proporcionar ao Clube e população em geral, estruturação de local para o desenvolvimento de atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais);

III - Lions Clube Concórdia Vila São Miguel, inscrito no CNPJ sob nº 83.700.559/0001-51, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão dos trabalhos voluntários, de cunho social, prestados pelos Clubes de Lions, mediante realização da Segunda Distrital do Distrito LD-8, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração  
Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

JOAQUIM PEDRO B. BICCA  
NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

**Decreto Nº 5.635, de 25 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.635, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 5.628, de 17 de outubro de 2011, que abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 5.628, de 17 de outubro de 2011, que abre crédito suplementar, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de setembro de 2011, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS  
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 84.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 84.000,00.”

(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2011.

### **Decreto Nº 5.636, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.636, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.356, de 26 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal e Administração  
Projeto/Atividade 04.122.0008.2007 Manutenção das Atividades-Meio da SEMAD

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Projeto/Atividade 04.122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 85.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, fica suplementada a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0011.1002 Investimentos de

Modernização Administrativa - SEMAD

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 85.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 85.000,00.

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do excesso de arrecadação verificado até a presente data, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 04.122.0038.2036 Manutenção das Atividades-Meio da SEDET

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 3.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 5.637, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.637, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Abre crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.357, de 26 de outubro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária 01.01 Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.122.0006.1001 Modernização e Organização Administrativa - GP

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações



**Diretas**

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.601.0022.2023 Ações da Promoção da Produção Vegetal

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 20.605.0024.2025 Ações de Abastecimento na Agricultura

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 25.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade 04.122.0041.1012 Modernização e Organização Administrativa - SEDET

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Órgão 12 ENCARGOS GERAIS

Unidade Orçamentária 12.01 Encargos Gerais

Projeto/Atividade 28.846.0046.2043 Ações de Outros Encargos Especiais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 110.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 363.000,00.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária 01.01 Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 01.031.0001.2001 Manutenção das Atividades Legislativas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de

Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 140.000,00

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.691.0039.2038 Ações da Promoção Comercial e Serviços

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 35.000,00

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0.3.0000 Recursos Ordinários R\$ 115.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 363.000,00.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do excesso de arrecadação verificado até 30 de setembro de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 02 GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária 02.01 Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade 04.131.0004.2004 Manutenção da Assessoria de Comunicação Social

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 70.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Alta e Média Complexidade

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de

Impostos - Saúde R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 270.000,00.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal



BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 775/2011, de 19 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 775/2011, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Administração, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Administração, para efeitos de estágio probatório, a partir de 1º de novembro de 2011.

Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: DARLINE NEUMANN;

II - membros:

a) TABARA PASQUALOTTO;

b) TATIANE LUZZI.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º deste Decreto, fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de novembro de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

II - TABARA PASQUALOTTO, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 4º Fica excluída a expressão "Secretaria Municipal de Administração", constante na ementa e no art. 1º dos Decretos nºs. 232/2011, de 28 de fevereiro de 2011 e 499/2011, de 14 de junho de 2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 776/2011, de 19 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 776/2011, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Revoga o Decreto nº 148/2011, de 10 de fevereiro de 2011, que concede gratificação pelo exercício de função de assessoramento a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 148/2011, de 10 de fevereiro de 2011, que concede gratificação pelo exercício de função de assessoramento aos servidores: MARIO ALBERTO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 93866-00 e VILMAR ANTONIO BENTZ, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 7706-00 e 7706-02.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de outubro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 777/2011, de 19 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
DECRETO Nº 777/2011, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011.

Revoga os incisos I, III e IV do art. 1º do Decreto nº 147/2011, de 10 de fevereiro de 2011, que concede gratificação pelo exercício de função de chefia a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam revogadas os incisos I, III e IV do art. 1º do Decreto nº 147/2011, de 10 de fevereiro de 2011, que concede gratificação pelo exercício de função de chefia aos servidores: DIOMAR JOSE PERIN, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 46531-00 e 46531-01, MARCELO SOARES DE CAMPOS, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 93815-00 e

ROSILENE SALVADOR POLINA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 50644-00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 6 de outubro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 19 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 778/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 778/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora NEUSA LOURDES LUVISON ZENATI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2011, à servidora NEUSA LOURDES LUVISON ZENATI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 20 de março de 2000 a 19 de março de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 779/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 779/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 327 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 28 de outubro de 2011, com exceção dos serviços considerados essenciais, prestados pelas Unidades abaixo relacionadas:

I - Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs;

III - Terminal Rodoviário;

IV - vigilância.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Escolares será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 780/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 780/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam averbados 6.173 dias, ou seja: 16 (dezesesseis) anos, 11 (onze) meses e 3 (três) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora LIONI INES BENDER, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 19 de setembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 781/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 781/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Averba tempo de contribuição; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 5.650 dias, ou seja: 15 (quinze) anos, 5 (cinco) meses e 25 (vinte e cinco) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor IRINEU SARETTA, ocupante do cargo de Inseminador, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 6 de outubro de 2011.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1.419/94, de 25 de outubro de 1994.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 782/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 782/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Averba tempo de contribuição; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

## DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 2.235 dias, ou seja: 6 (seis) anos, 1 (um) mês e 15 (quinze) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais da servidora GENAIR LOURDES BOGONI, ocupante do cargo de Enfermeiro, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 7 de outubro de 2011.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 1.501/94, de 23 de dezembro de 1994.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 783/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 783/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 39/2011, de 25 de janeiro de 2011, que constitui e designa Comissão Permanente de Registro Cadastral; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração; arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994 e Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

## DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 2º do Decreto nº 39/2011, de 25 de janeiro de 2011, que constitui e designa Comissão Permanente de Registro Cadastral, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ( )

III - secretário: ANGELO BENINI FANTIN;" (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedido ao servidor ANGELO BENINI FANTIN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de novembro de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON

Diretora Administrativa

**Decreto Nº 784/2011, de 20 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 784/2011, DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede Promoção por Desempenho.



## O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 445, de 9 de dezembro de 2005 e alterações e no Decreto nº 5.136, de 20 de setembro de 2006, e considerando as avaliações efetuadas pela comissão especialmente designada, na forma do caput do art. 32 da Lei Complementar nº 445/2005.

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedida aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento-base, relativa ao período aquisitivo de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2011:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	91359-01	Adriana Pretto Pavan	Professor 10.12
2	95478-01	Adriane Rita Vitto Chaves	Especialista em Educação 10.14
3	91316-03	Ageni Terezinha Turmena	Professor 10.12
4	94595-00	Alexandra Amarante Miranda Hoeckler	Especialista em Educação 10.14
5	91308-01	Aliandro Fontana dos Santos	Professor 10.12
6	102415-01	Andreia Becker	Professor 10.12
7	98523-00	Andreia Fatima Hermann	Professor 10.12
8	98523-02	Andreia Fatima Hermann	Professor 10.12
9	17337-03	Andreia Rech Gonçalves	Professor 10.12
10	95460-03	Ariberto Scalabrim	Professor 10.12
11	93670-00	Augusta Rosana Spudeit	Especialista em Educação 10.15
12	93629-00	Berenice Maria Fleck	Professor 10.10
13	95133-03	Carmen Terezinha Trevisan França	Professor 10.12
14	91480-01	Catia Terezinha Favero Biazzi	Professor 10.12
15	91219-02	Cirlei Giombelli	Especialista em Educação 10.14
16	98949-00	Clarice Fabonato	Professor 10.12
17	20478-05	Claudiomir Hoeckler	Professor 10.12
18	89249-00	Cleide Regina Baron	Professor 10.12
19	97608-04	Cleusa Beatriz Spanhol	Professor 10.12
20	91391-02	Cleusa Regina Albino	Professor 10.12
21	99104-04	Cleusa Todescatto	Professor 10.12
22	102148-01	Daiane Frigo	Professor 10.12
23	98965-00	Daline Cordazzo	Especialista em Educação 10.14
24	49964-00	Darci Frozza	Professor 10.12
25	10855-03	Denilson Jose Chiapetti	Professor 10.12
26	92282-02	Derceli Maria Bisolo Allievi	Professor 10.12
27	96024-01	Diones Carmen Robini Del Posso	Especialista em Educação 10.14
28	90301-06	Dirlene Terezinha de Mattos	Professor 10.12
29	25836-00	Dulce Joana Weirich	Especialista em Educação 10.14
30	103616-00	Eberton Belluzzo	Professor 10.12
31	523-00	Edmilson Cesar Daroz	Professor 10.12
32	94722-00	Elaine Kopsell Dal Pra	Professor 10.10
33	93718-00	Elena Ana Camini Signorin	Professor 10.10
34	101540-00	Eliane Kuhn Levandovski	Professor 10.12
35	52620-03	Elisandra Gozzi	Professor 10.12
36	92185-02	Elisandra Zagonel Machado	Professor 10.12
37	94870-01	Elizia Salete Azeredo	Professor 10.12
38	49220-05	Emerson Bortolotto	Professor 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
39	99546-00	Emerson Rodrigo Koch	Professor 10.12
40	99201-00	Fabiana Roman Bison	Professor 10.12
41	33480-04	Fabiano Santa Helena	Professor 10.12
42	66176-03	Fatima Teresinha de Oliveira Janke	Professor 10.12
43	66176-01	Fatima Teresinha de Oliveira Janke	Professor 10.12
44	101400-03	Fernanda Aparecida Pellizzaro	Professor 10.12
45	39063-03	Flavia Rosane Camillo Tibolla	Professor 10.12
46	56979-04	Franciele Elisabeth Gernhardt	Professor 10.12
47	17469-04	Franciele Justi Lopes Gross	Professor 10.12
48	95230-01	Geni de Vargas Zottis	Professor 10.12
49	93688-00	Gessi Gladis Wunder Pissaia	Professor 10.10
50	96555-01	Ileane Jucelene Essing	Professor 10.12
51	61271-00	Inacia Vieira Pereira Ribeiro	Professor 10.10
52	68063-03	Ines Angelina Savaris	Professor 10.12
53	91588-04	Ines Bellini Carniel	Professor 10.12
54	93599-00	Ivani Ravanelli Baroni	Professor 10.10
55	99023-00	Ivanir Maria Fazzioni	Professor 10.12
56	99333-00	Ivete Baldasso	Especialista em Educação 10.14
57	94978-01	Ivete Cechin	Professor 10.12
58	43800-07	Ivete Valcarenghi Ferreira	Professor 10.12
59	99538-02	Jaqueline Andreia Port Von Dentz	Especialista em Educação 10.14
60	103470-00	Joice Alice Dias Schneeberger	Professor 10.12
61	40517-00	Joise Carla Finger	Professor 10.12
62	95648-01	Juliane Wierzynski	Professor 10.12
63	97730-02	Karina Stein Calixto de Araujo	Professor 10.12
64	93246-03	Keili Stein Bordin	Professor 10.12
65	92983-00	Lanir Schwanke Bevilaqua	Professor 10.10
66	5436-00	Laurilei Salete Ghidorsi	Professor 10.10
67	57576-04	Lenara Secco Siepmann	Professor 10.12
68	98990-00	Leonice Terezinha de Oliveira	Especialista em Educação 10.14
69	96873-00	Liana Machado	Professor 10.10
70	96105-04	Luciana da Silva Hilger	Professor 10.12
71	41190-07	Luciana Salete Beal	Professor 10.12
72	98973-00	Luciane Costa Garcia	Professor 10.12
73	95605-01	Lucio Flavio Kessler	Professor 10.12
74	99040-00	Lucio Vogt	Professor 10.12
75	3557-00	Luis Abel Oliveira dos Santos	Professor 10.13
76	31852-02	Luzia Marta Galvão Silva	Professor 10.12
77	17388-01	Madalena Modolon Ferri	Professor 10.12
78	39926-02	Marcela Picinin Nesi	Professor 10.12
79	68640-01	Marcia Casagrande	Professor 10.12
80	4146-00	Marcia de Bona Lazzari	Professor 10.13
81	41238-00	Marcia Lisiana Saatkamp Lawrenz	Professor 10.10
82	101818-00	Marcia Lucia Maldaner Frozza	Professor 10.12
83	72400-00	Marcia Martini	Professor 10.12
84	93823-00	Marcia Regina Rover Castanho	Professor 10.10
85	93831-00	Marcia Salete Bomm Lazzarin	Professor 10.10
86	92843-01	Marcia Simone Dal Bosco Bet	Professor 10.12
87	67407-04	Marcia Sueli Marchesi Galeazzi	Professor 10.12
88	27367-00	Marge Sensolo Dalmolin	Professor 10.10
89	93785-00	Maria Bernardete Poletto Lorenzetti	Professor 10.10
90	92347-00	Maria Eva Climaco Varela Freitag	Professor 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
91	98981-00	Maria Helena Everling	Especialista em Educação 10.14
92	40690-04	Maria Luiza Alves Favaretto	Professor 10.12
93	93734-00	Maria Rosaria Fasolo Marxreiter	Professor 10.10
94	56294-00	Mariema Fracasso Rizzo	Professor 10.10
95	76813-00	Marilaine Martins	Professor 10.10
96	93653-00	Marilane Fiametti Stuani	Professor 10.10
97	7714-00	Marilei Lurdes Bison Magentanz	Professor 10.12
98	41092-01	Marines Fatima Colombo	Professor 10.12
99	94994-01	Marioni Bortolini Ramos	Professor 10.10
100	33332-00	Marisa Adelaide Lazzarin	Especialista em Educação 10.14
101	97799-01	Marisa Ana Dalla Libera da Silva	Professor 10.12
102	32000-03	Marisa Ines Munaretto Sonda	Professor 10.12
103	93637-00	Marisela Liodete Brandt Dalle Laste	Professor 10.12
104	93874-00	Marisete Salvadego	Professor 10.10
105	91294-04	Marivanda Cadore Pissolo	Professor 10.12
106	99007-00	Mariza Andreoni	Especialista em Educação 10.14
107	96369-01	Marize Aparecida Machado da Silveira da Rosa	Professor 10.12
108	27022-01	Marlene Luisa Lanzarin	Professor 10.12
109	87955-02	Marli Klumb	Professor 10.12
110	99031-00	Marli Maria Bruschi Turmina	Professor 10.12
111	95044-01	Maura Pierina Baccin	Professor 10.12
112	96407-00	Mercedes Maria Schaefer	Professor 10.12
113	32913-07	Monica Cristina Tondello	Professor 10.12
114	98957-00	Monica Regina Knoblauch	Professor 10.12
115	92231-02	Nadia Loini Kaster Scheifler	Professor 10.12
116	92550-03	Nadia Maria Cesco Ernzen	Professor 10.12
117	60127-01	Nair Ivete Klassmann	Professor 10.12
118	89826-01	Naira Marcante Dalla Costa	Professor 10.12
119	89826-00	Naira Marcante Dalla Costa	Professor 10.12
120	44075-00	Nalu Terezinha Farina	Professor 10.10
121	54461-00	Natalia Silveira Lima	Professor 10.12
122	54461-01	Natalia Silveira Lima	Professor 10.12
123	59072-00	Nauri Martini Merlini	Professor 10.12
124	31143-03	Neidi Mara Janke	Professor 10.12
125	27111-10	Nelir Dalla Costa	Professor 10.12
126	93580-00	Nelsi Sehn	Professor 10.10
127	92037-01	Neusa Dalla Libera Franciscon	Professor 10.12
128	92002-01	Neusa Salete Lorenzetti Deon	Professor 10.10
129	93882-00	Nilda Rossetto Barbieri	Professor 10.10
130	92746-00	Nilo Luckmeier	Professor 10.10
131	91600-01	Nilvete Dalmaso Segala	Professor 10.12
132	19780-01	Paulo Rogerio de Rossi	Professor 10.12
133	103705-00	Rafaela Cristina Franke	Professor 10.12
134	95028-02	Regina Maria Schiavini Colombo	Professor 10.12
135	52450-05	Rejane Basseggio Nesi	Professor 10.12
136	99392-00	Rita Maria Colombo Sandri	Professor 10.12
137	90280-02	Rosane Dick Hermes	Professor 10.12
138	60569-00	Rosangela Lunge	Professor 10.13
139	91758-06	Rose Antonietti Gomes de Almeida	Professor 10.12
140	103802-00	Roselei Datsch	Professor 10.12
141	40983-06	Salete Volpato Woloszyn	Professor 10.12

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
142	97020-01	Sandra Maria Barroni Giacomini	Professor 10.12
143	103390-00	Sergio Roberto Comassetto	Professor 10.12
144	93025-00	Sidney Francisco de Oliveira	Professor 10.11
145	91014-03	Silvane Teresinha Riva Cantelli	Professor 10.12
146	76465-03	Silvanea Forner	Professor 10.12
147	91863-02	Siria Nair Savoldi de Mattos	Professor 10.12
148	40908-00	Sirlei Lisane Wedig	Professor 10.12
149	90808-05	Sonia Pizzatto Rodio	Professor 10.12
150	91375-04	Sonia Salete de Oliveira Mattana	Professor 10.12
151	95885-02	Sonimara Cazarotto	Professor 10.12
152	95885-01	Sonimara Cazarotto	Professor 10.12
153	93548-00	Tania Maria Marchetti Dalla Costa	Professor 10.13
154	33294-02	Tatiane Cristina Argenton	Professor 10.12
155	101249-03	Tayson Sander Baseggio	Professor 10.12
156	93556-00	Teresinha Garbossa	Professor 10.13
157	101494-01	Terezinha Pagoto	Professor 10.12
158	82317-00	Valmor Luiz Bernart	Professor 10.13
159	114227-00	Vanessa Cristina Tureki de Avila	Professor 10.12
160	93203-00	Vania Angelina Biesus	Professor 10.10
161	93203-01	Vania Angelina Biesus	Professor 10.12
162	93890-00	Vania Oneide Trentini Sanferari	Especialista em Educação 10.14
163	67423-00	Vania Pozzebon	Professor 10.12
164	39020-00	Vera Lucia Maria Uberti Pellizzaro	Professor 10.10
165	86312-00	Vilse Lair Dal Puppo	Professor 10.10
166	99082-01	Zoleide Ema Heemann Diermann	Professor 10.12

Art. 2º Fica concedida aos servidores abaixo relacionados, integrantes do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, cedidos para desempenharem suas funções na Fundação Municipal de Esportes – FMEC, Promoção por Desempenho, correspondente a 7% (sete por cento) do respectivo vencimento-base, relativa ao período aquisitivo de 1º de outubro de 2008 a 30 de setembro de 2011:

Nº DE ORDEM	MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO/CÓDIGO
1	101435-00	Artemio Artifon	Professor 10.12
2	10855-03	Denilson Jose Chiapetti	Professor 10.12
3	46531-01	Diomar Jose Perin	Professor 10.12
4	97195-01	Fernanda Fuhr	Professor 10.12
5	94684-00	Gerson Angnes	Professor 10.12
6	88404-00	Jorge Takeo Tokusumi	Professor 10.12
7	93815-00	Marcelo Soares de Campos	Professor 10.13
8	93866-00	Mario Alberto Soares de Campos	Professor 10.12
9	7706-00	Vilmar Antonio Bentz	Professor 10.12

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários a partir de 1º de janeiro de 2012.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SANTO HERMINIO DE LUCA Secretário Municipal de Educação
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 20 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 785/2011, de 21 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 785/2011, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011.

Dispõe sobre a ampliação de vagas disponibilizadas no Edital de Concurso Público nº 1/2010 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 4.351, de 5 de outubro de 2001 e alterações, e considerando:

- a necessidade de provimento de vagas surgidas durante a vigência do Edital de Concurso Público nº 1/2010, de 10 de junho de 2010 e alterações;
- o disposto no inciso IV do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- o Parecer nº 176/2002, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aproveitamento dos aprovados no Concurso Público, fica ampliado para "7" (sete) o número de vagas para o cargo de Agente de Serviços Gerais, disponibilizadas no Edital nº 1/2010 e alterações.

Parágrafo único. Os candidatos aprovados serão investidos nos cargos por ato próprio do Prefeito Municipal, à vista das necessidades da Administração.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 21 de outubro de 2011.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**Decreto Nº 786/2011, de 25 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 786/2011, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 234/2011, de 28 de fevereiro de 2011, que constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Educação, para efeitos de estágio probatório; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei

Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998; na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 4.068, de 26 de janeiro de 1999.

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 234/2011, de 28 de fevereiro de 2011, que constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Secretaria Municipal de Educação, para efeitos de estágio probatório, passa a vigorar com a seguinte redação, a partir de 1º de novembro de 2011:

"Art. 2º Ficam designadas, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo relacionadas:

I - presidente: VERA JOICE HOFFMANN;

II - membros:

a) ANEMARIE RECH;

b) MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, do quadro de pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, a partir de 1º de novembro de 2011, enquanto perdurarem os trabalhos na referida comissão:

I - MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário;

II - VERA JOICE HOFFMANN, ocupante do cargo de Escriturário.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 1º de novembro de 2011, a gratificação pelo exercício de função de assessoramento, concedida à servidora DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, pelo inciso II do art. 3º do Decreto nº 234/2011.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMÍNIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 787/2011, de 26 de Outubro de 2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 787/2011, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora HILARIA KROTH ES-SING.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica



do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, nos meses de novembro e dezembro de 2011, à servidora HILARIA KROTH ESSING, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 15 de outubro de 2006 a 14 de outubro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SANTO HERMINIO DE LUCA  
Secretário Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 788/2011, de 26 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 788/2011, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.

Dá nova redação à alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 266/2011, de 18 de março de 2011 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.759, de 28 de agosto de 2006 e nos Decretos nºs. 5.129, de 28 de agosto de 2006 e 5.354, de 12 de novembro de 2008.

**DECRETA:**

Art. 1º A alínea "b" do inciso I do art. 1º do Decreto nº 266/2011, de 18 de março de 2011 e alteração, que nomeiam membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

b) suplente: ALEXANDRA BRESAN;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de outubro de 2011.

MARIA SUELI S. BIGATON  
Diretora Administrativa

**Portaria Nº 149/2011, de 31 de Outubro de 2011**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 149/2011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Diretoria de Recursos Humanos, na CI DRH 900/2011, de 31 de outubro de 2011.

**R E S O L V E :**

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 1º de novembro de 2011:

I - HAIDE GOSSENHEIMER, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Recursos Humanos;

II - TATIANE LUZZI, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 54/2011 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 54/2011- PMC

Objeto: Aquisição de refis para purificadores de água das marcas SOFT by Everest, latina e IBBL, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h45min do dia 05/12/2011.

Abertura: dia 05/12/2011 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 36 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 247/2011 - PMC

TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para execução de obra de passeio público na Rua Heleodoro de Moraes Branco, no Distrito de Planalto, neste Município, de acordo com os Projetos Básicos e Memorial Descritivo constantes no Anexo "D" do Edital.

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO

Em conformidade com artigo 49, da Lei nº 8.666/93, do citado diploma legal, torna-se público que o processo em referencia foi REVOGADO.

Concórdia, SC, 08 de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aviso Edital de Tomada de Preços Nº 39/2011 - PMC**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 39/2011 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão-de-obra e equipamentos) para implantação de Praça, no Loteamento Renascença no Bairro Guilherme Reich, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projetos Básicos constantes no Anexo "D" do Edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 16h00min. do dia 07/12/2011.

Abertura: dia 08/12/2011, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2162.

Concórdia, SC, 09 de novembro de 2011

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Editais de Processo Seletivo Público Nº 10/2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 10/2011

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Edital aos Editais de Processo Seletivo Público nºs. 7/2011, 8/2011 e 9/2011, de 17 de outubro de 2011.

Fica revogada a alínea "h" do item 7.2 dos Editais de Processo Seletivo Público nºs. 7/2011, 8/2011 e 9/2011, de 17 de outubro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 4 dias do mês de novembro de 2011.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Extrato do Convênio Nº 102/2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 102/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA LINHA CEDRO, inscrita no CNPJ sob nº 00.078.074/0001-40, representada pelo seu Presidente, senhor LENOIR DE CARLI.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de possibilitar a

ampliação da cancha de bochas da comunidade, proporcionando aos moradores de Linha Cedro e população em geral o desenvolvimento das atividades esportivas.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 10 de outubro de 2011.

**Extrato do Convênio Nº 104/2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 104/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CONCÓRDIA - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87, representada pelo seu Presidente, senhor JULIANO ZANDONAI.

OBJETO: Conjunção de esforços, para a realização do evento "Troféu Migrante 2011", que confere premiação aos primeiros colocados em movimento econômico do Município de Concórdia, SC, de cada segmento de produção.

VALOR: R\$ 50.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de outubro de 2011.

**Extrato do Convênio Nº 105/2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 105/2011

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a entidade ÁGUAS DO ALTO URUGUAI CONVENTION & VISITORS BUREAU, inscrita no CNPJ sob nº 05.770.614/0001-76, representada pela sua Presidenta, senhora VANIA REGINA STEMPCZINSKI, inscrita no CPF sob nº 547.392.769-68.

OBJETO: Conjunção de esforços, para incentivo ao desenvolvimento e difusão do turismo no Município de Concórdia, mediante apoio logístico na realização e participação de eventos.

O

VALOR: R\$ 20.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2011, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 25 de outubro de 2011.

**Extrato do Convênio Nº 39/2011- FMEC**  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 39/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BARRA FRIA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 01.491.743/0001-74, representado pelo seu Presidente, senhor JUVELINO POZZO.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de

esforços, para construção da cancha de bochas da Comunidade, oportunizando aos moradores e população em geral, o desenvolvimento e a difusão do esporte.

VALOR: R\$ 8.000,00

PRAZO: De 08.11.2011 a 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2011.

**Extrato do Convênio Nº 40/2011- FMEC**  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 40/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a ASSOCIAÇÃO ESPORTE CLUBE AEROPORTO, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.731/0001-01, representado pelo seu Presidente, senhor JAIRO RESMIM.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, para melhorias na sede esportiva da Comunidade, oportunizando aos moradores e população em geral, o desenvolvimento e a difusão do esporte.

VALOR: R\$ 5.000,00

PRAZO: De 08.11.2011 a 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2011.

**Extrato do Convênio Nº 41/2011- FMEC**  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 41/2011- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor GIL ARTIFON e a SOCIEDADE ESPORTIVA, RECREATIVA CULTURAL SÃO JOSÉ, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 80.633.928/0001-42, representado pelo seu Presidente, senhor GILBERTO LUIZ SAVOLDI.

OBJETO: conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São José e população em geral, estruturação de locais para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: De 08.11.2011 a 31.12.2011.

DATA DA ASSINATURA: 08 de novembro de 2011.

**Extrato do Termo de ACORDO Nº 1/2011**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 1/2011

ESPÉCIE: Termo de Acordo nº 1/2011, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela sua Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o senhor ITAMAR SEGUNDO ANTONIO PASINATTO.

OBJETO: Pagamento da diferença dos valores referentes à retirada

de cascalho da propriedade do senhor Itamar Segundo Antonio Pasinatto e débito que o mesmo possui com o Município.

DATA DA ASSINATURA: 1º de novembro de 2011.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Resolução Nº 353**

RESOLUÇÃO Nº 353, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.

Designa Vereador para representar o Poder Legislativo Municipal de Concórdia na 51ª Edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
R E S O L V E:

Art. 1º Designar o Vereador Arlan Guliani para representar o Poder Legislativo Municipal de Concórdia na 51ª Edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, na cidade de Criciúma - SC, de 10 a 20 de novembro de 2011.

Art. 2º O Vereador terá o prazo de 10 (dez) dias após o término do evento, para a apresentação do relatório.

Art. 3º Para as despesas com deslocamento, alimentação e estadia, o Vereador receberá 2 (duas) diárias.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução, correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 7 de novembro de 2011.

LEOCIR DOMINGO ZANELLA

Presidente

---

**Cordilheira Alta**

---

---

**PREFEITURA**

---

**Decreto Nº 093/2011**

DECRETO Nº 93 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

"DETERMINA A BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei n. 960/2011 e Decreto 074, de 12 de setembro de 2011,

Considerando a Ata n. 01/2011 de Avaliação de Bens Móveis lavrada em 07 de novembro de 2011, pela Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais, nomeada pelo Decreto nº 075/2011, de 12 de setembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a baixa no Patrimônio Público, dos bens móveis declarados inservíveis pela Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais, conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A determinação de baixa no Patrimônio Público dos bens inservíveis, tem como base a Ata de Avaliação de Bens Móveis, lavrada pela Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais nomeada pelo Decreto nº 075/2011, que concluiu que



os bens não podem ser reaproveitados ou recuperados, conquanto o custo de recuperação mostra-se antieconômica, motivando sua alienação, através de doação, considerando-os inservíveis e irrecuperáveis ao Serviço Público.

Art. 2º. Fica determinada ao Setor responsável pelo Patrimônio Público a execução das medidas necessárias para a devida baixa dos bens móveis descritos no Anexo I deste Decreto, no Patrimônio Público do Município de Cordilheira Alta/SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 07 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

ANEXO I – Decreto 93/2011

## RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS PARA O SERVIÇO PÚBLICO

### ITENS PATRIMÔNIO COM CADASTRO ANTIGO

Nº Patrimônio	Descrição do item
2	Escrivaninha em madeira, cor escura, com 3 gavetas, estrutura de ferro, medindo 67X75X130
13	Arquivo de aço
27	Escrivaninha em madeira, cor escura, com 3 gavetas, estrutura de ferro, medindo 67X75X130
35	Cadeira estofada, em corvim preta.
40	Armarinho cor branca em madeira compensado, com 4 divisórias, 2 portas, medindo 100X60X40
45	Escrivaninha para máquina de escrever cor escura, estrutura de ferro, medindo 24X19X27
49	Escrivaninha em madeira, cor escura, com 3 gavetas, estrutura de ferro, medindo 67X75X130
53	Máquina de escrever, marca Olivetti linea 98, série 419368
81	Máquina de escrever Olivetti, modelo Línea 98, série 4151017
89	Mesa de reunião, tipo cerejeira
91	Calculadora Olivetti modelo 750 solar
96	Mesa de madeira, estrutura de ferro cor escura com 3 gavetas medindo 67X75X130
111	Armário cor clara com 4 divisões em madeira
140	Cadeira giratória, revestida em corvim preto.
154	Calculadora elétrica Sharp
218	Globo terrestre
219	Fogão a gás, com 04 bocas, marca geral, cor branco e azul.
247	Quadro negro, medindo 250X120
309	Carteira escolar de fórmica verde-claro, estrutura de ferro
310	Carteira escolar de fórmica verde-claro, estrutura de ferro
314	Quadro negro, medindo 253X129
372	Mesa com 2 gavetas cor escura medindo 112X60X81
376	Quadro negro medindo 240X120
383	Carteira em fórmica, estrutura de ferro

384	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
385	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
386	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
387	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
388	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
389	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
390	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
391	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
392	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
393	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
394	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
395	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
396	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
397	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
398	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
399	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
400	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
404	Carteira em fórmica, estrutura de ferro
415	Cadeira Olsen mod. Mav cor cinza com branco, em corvim
421	Tambor de inox para gases
434	Mesa em madeira em L, cor clara, 5 gavetas, medindo 170X70X73
447	Carro de construção com câmera Fischer, pneu 8707-6
492	Estante de aço com 6 bandejas, marca Ponta Sul
493	Estante de aço com 6 bandejas, marca Ponta Sul
565	Coleção com 5 fitas de vídeo K7, BV073-070-0232-055-020 Britanica society
566	Dicionário globo
567	Coleção construindo a escola Atual
568	Coleção Nova pré-escola com cartazes
569	Coleção atividades visual 1ª e 2ª serie 06 vol.
570	Coleção atividade visual 3ª e 4ª serie 06 vol.
585	Atlas (mapa) geográfico
586	Atlas (mapa) geográfico
587	Atlas (mapa) geográfico
588	Atlas (mapa) geográfico
589	Atlas (mapa) geográfico
590	Atlas (mapa) geográfico
591	Atlas (mapa) geográfico
592	Atlas (mapa) geográfico
593	Atlas (mapa) geográfico
594	Atlas (mapa) geográfico
595	Atlas (mapa) geográfico
596	Atlas (mapa) geográfico
597	Atlas (mapa) geográfico
598	Atlas (mapa) geográfico
599	Atlas (mapa) geográfico
600	Atlas (mapa) geográfico
601	Atlas (mapa) geográfico
602	Atlas (mapa) geográfico
603	Atlas (mapa) geográfico
604	Atlas (mapa) geográfico
605	Atlas (mapa) geográfico
606	Atlas (mapa) geográfico
607	Atlas (mapa) geográfico
608	Atlas (mapa) geográfico
609	Atlas (mapa) geográfico
610	Atlas (mapa) geográfico
611	Atlas (mapa) geográfico
612	Atlas (mapa) geográfico
613	Atlas (mapa) geográfico
614	Atlas (mapa) geográfico
615	Atlas (mapa) geográfico

616	Atlas (mapa) geográfico
617	Atlas (mapa) geográfico
618	Atlas (mapa) geográfico
619	Atlas (mapa) geográfico
620	Atlas (mapa) geográfico
621	Atlas (mapa) geográfico
622	Atlas (mapa) geográfico
623	Atlas (mapa) geográfico
624	Atlas (mapa) geográfico
625	Atlas (mapa) geográfico
626	Atlas (mapa) geográfico
627	Atlas (mapa) geográfico
628	Atlas (mapa) geográfico
629	Atlas (mapa) geográfico
630	Atlas (mapa) geográfico
631	Atlas (mapa) geográfico
632	Atlas (mapa) geográfico
633	Atlas (mapa) geográfico
634	Atlas (mapa) geográfico
637	Quadro negro medindo 120X200
643	Quadro negro medindo 120X200
659	Armário com porta de correr A 2PI pra lmb. Medindo 1,00X1,60
675	Ventilador Arno
691	Quadro verde medindo 120X200cm
702	Pedestal RMV NF n 048632
704	Aparelho Fotopornelizador NF n 1208
721	Pia de inox Debacco 1,20 conf. NF 021564
723	Pia de inox Debacco 1,20 conf. NF 021564
726	Pia de inox Debacco 1,20 conf. NF 021564
728	Fogão gás 4 bocas Petrikoski NF 4859
731	Arquivo OE -4 NF 036660
806	Quadro branco medindo 90X1,25 , marca xalingo NF 1576
831	Mesa em cerejeira com 3 gavetas com 1,25m, conf. NF 1630
834	Mesa cerejeira com 3 gavetas com 1,25m, conf. NF 1630
850	Armário 2 portas, cor escura
857	Fichário 5X8
862	Dicionário português inglês conf. NF 11546
863	Livro de matemática único bongiovani conf. NF 11546
864	Livro de química curso completo conf, NF 11546
865	Coleção travessias conf. NF 11546
866	Coleção Travessias conf. NF 11546
867	Livro cortiço travessias conf. NF 11546
868	Livro mulato o travessias conf. NF 11546
869	Livro de física para único conf. NF 44546
870	Livro de psicologia Uma Indr. Est. Psi. conf. NF 11546
871	Curso pratico de português conf. NF 11546
872	Livro Língua Liter. Redação Nicola conf. NF 11546
873	Livro Bida Conf. NF 11546
874	Livro As Valkirias conf. NF 11546
875	Livro Corrida Pela Herança conf. NF 11546
876	Livro Diário de Moco conf. NF 11546
877	Livro Na Margem do Rio Piedra Eu Sem, conf. NF 11546
878	Livro Pés no Chão Cabeça nas Estrelas conf. NF 11546
879	Livro A Magia da Comunicação conf. NF 11546
880	Livro Física Cultural conf. NF 11546
881	Livro Inglês N. Cultura conf. NF 11546
882	Livro Geografia N. Cultural conf. NF 11546
883	Livro Antologia Poética conf. NF 11547
884	Livro Melhores Poemas de Mario Quintana conf. NF 11547
885	Livro OH Que Delícias de Ilha conf. NF 11547

886	Livro Minidicionário Port. Silveira B. conf. NF 11547
887	Livro Minidicionário Port. Silveira B. conf. NF 11547
888	Livro Minidicionário Port. Silveira B. conf. NF 11547
889	Livro Novíssima Gramática conf. NF 11547
890	Livro Biologia Fonseca conf. NF 11547
891	Livro Filosofia Ind. a Fili. Conf. NF 11547
892	Livro Sociologia Ind. Ciência conf. NF 11547
893	Livro O Ditador conf. NF 11547
894	Livro Doze Mandamentos Infanto-Jovem conf. NF 11547
895	Livro Geral Nova Cultura conf. NF 11549
896	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
897	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
898	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
899	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
900	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
901	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
902	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
903	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
904	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
905	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
906	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
907	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
908	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
909	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
910	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
911	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
912	Livro Coleção Polemica conf. NF 11549
948	Estante de aço, 6 prateleiras ponta Sul conf. NF 415
953	Aparelho de som Attack MA 980, conf. NF 2172
954	Equalizador Voxman EQ 10 conf. NF 2172
958	Microfone Staner ST 55 conf. NF 2172
979	Aparelho de fax
983	Armário em Madeira mogno conformica com 8 portas de abrir com parte de 2,19 m de largura e parte com 1,1m tipo L, conf. NF 35
1106	Aparelho telefônico mocaifi conf. NF 205
1060	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1061	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1062	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1063	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1064	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1065	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1066	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1067	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1068	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1069	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1070	Carteira escolar ferrante conf. Carta convite n. 44/96
1085	Estabilizador de energia SMS 1000 conf. NF 7413
1103	Aparelho para verificar pressão arterial digital
1119	Scanner Genius Color Page EP 4800
1121	Hub 8 portas marco Yanco Ethemet
1130	Mesa para escritório com conexão canto 90, gaveteiro fixo, teclado deslizante, suporte para CPU MR 50-03 L50, suporte para estabilizador
1164	Estante metálica com 6 prateleiras chapa 24 com reforço omega c/ bibliocanto
1174	Estante metálica com 6 prateleiras chapa 24 com reforço omega c/ bibliocanto
1175	Estante metálica com 6 prateleiras chapa 24 com reforço omega c/ bibliocanto
1313	Mesa Operadora de linhas telefônicas MO 12
1327	Estabilizador 1KVA 220/110 NHS NS -100300
1376	Estabilizador 4 tomadas com filtro de linha
1379	Tela de projecção

1447	Cadeira escolar adulto
1448	Cadeira escolar adulto
1449	Cadeira escolar adulto
1573	Espelho
1621	Carteira escolar
1622	Carteira escolar
1623	Carteira escolar
1624	Carteira escolar
1627	Carteira escolar
1676	Câmara fotográfica
1672	Estabilizador SMS Bivolt ent. 1KVA
1683	Impressora HP Desckjet
1684	Estabilizador SMS Bivolt ent. 1KVA
1685	Impressora HP Desckjet 695 color 5PPM.
1690	Patins profissionais
1691	Patins profissionais
1692	Patins profissionais
1693	Patins profissionais
1765	Aparelho telefônico
1808	Discman
1816	Quadro negro
1824	Balcão , 2 portas Dalprá
1826	Central telefônica MO12
1999	Siemens Euroset Line 481 Euip. 5 linhas e 23 ramais
2010	Lei 4320 comentada 30ª edição
2016	Impressora LX 300
2020	Álbum
2040	Mesa para microcomputador com dois suportes, teclado e torre.
2047	Licença de uso DEM
2052	Livro – A Força das Decisões do Tribunal de Contas.
2053	Livro – Comentários a Lei de Licença e Contrato Administração Pública.
2054	Livro – Contratação Direta sem Licitação
2055	Livro – Direito e Defesa dos Prefeitos em Julgamento.
2056	Livro – m Licitação-fases e Procedimentos.
2057	Livro – Lei de Responsabilidade Fiscal
2058	Livro – Os Crimes de Responsabilidade Fiscal
2071	Livro CD Teça
2072	Livro – Cantigas da Alegria
2073	Livro – Os Contadores de História
2074	Livro – Contos Clássicos
2075	Livro – Coleções de literatura infantil.
2076	Um fogão gabinete chapa nº 0
2085	Coleção de livros Primeiros Socorros e Vida em família
2111	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2112	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2113	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2114	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2115	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2116	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2117	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2118	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2119	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2120	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege

2121	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2122	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2123	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2124	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2125	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2126	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2127	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2128	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2129	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2130	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2131	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2132	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2133	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2134	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2135	Conjunto escolar carteira e cadeira com tampo de fórmica bege
2142	Estabilizador para impressora Laser Jet 1200
2147	Quadro verde 3X1
2181	Armário para cozinha com 10 portas, Escola Linha Bento
2184	Microfone sem fio
2212	Coleção de livro
2213	Coleção de livro
2221	Quadro braço para uso de avisos
2224	Estabilizador rede elétrica
2231	Pá carregadeira hidráulica modelo PCH 210 L, marca krause, com acessórios de mangueira de sucção de 4 spiraflex, mangueira de recalque 3-embor e válvula de sucção para bomba 4c/ac.
2238	Telefone CP 20 perolas
2250	Gabinete para CPU mini torre com fonte.
2256	Estabilizador de tensão EV 1000-BIV
2269	Impressora jato de tinta Deskjet HP 692 color
2270	Estabilizador SMS Bivolt 1 KVA
2382	Foco
2387	Biombo
2390	Balança
2420	Mesa móvel pequena
2423	Armário 2 portas
2443	Aparelho foto KM 50
2447	Estabilizador elétrico 1200S
2467	Microcomputador, escola Fernando Machado
2470	Fogão quatro bocas à gás, branco.
2475	Armário 2 portas com chave – E.B Gonçalves
2476	Armário 2 portas com chave – E.B Gonçalves
2477	Armário 2 portas com chave – E.B Gonçalves
2503	Carteira escolar adulto tampo fórmica bege – EMBGN
2532	Teclado musical casa da cultura
2544	Suporte de torre microcomputador
2595	Percianas verticais
2606	Percianas verticais

2626	Percianas verticais
2634	Armário 02 portas ovo
2635	Armário 02 portas ovo
2671	Mesa com 3 gavetas de 110X68
2682	Gravador de CDR-W departamento fazenda
2683	Nobreak 600-VA – Dpto fazenda
2685	Aquecedor britânia 220 v- Sala da cultura CIELJTozzo
2686	Aquecedor britânia 220 v- Sala da cultura CIELJTozzo
2751	Microcomputador MEM 512MB, 2,40 GHZ, vídeo 32 MB servidor
2755	Microcomputador ADM 1.3, HD 20GBBN – Escola Fernando machado
2819	Nobreak 600 VA com bateria interna
2831	PIV
2834	SM 551V 15 An15vspn/xaz.
2845	PIV
2854	Retroprojeto TES
2864	Winchester para micro saúde
2866	Aparelho de som RG NKS 2100- escola de dança patinação.
2884	Microcomputador com processador 2.4, memória DDR 256NB, unidade de disco rígido 40 GB, placa de fax modem V-90 56K, placa de vídeo gforce 264mb mX400, teclado ABNT2, monitor color LG, CD-ROM, caixa de som, impressora deskjet HP 3535, licença Windoows XP, estabilizador SMS 1000 VA, escola bento Gonçalves
2888	Armário de madeira para colocação na escola Fernando machado
2889	Armário de madeira para colocação na escola Fernando machado
2898	Moldura em madeira para quadro fixo e pintado na parede da Escola Bento Gonçalves.
2899	Moldura em madeira para quadro fixo e pintado na parede da Escola Bento Gonçalves.
2900	Moldura em madeira para quadro fixo e pintado na parede da Escola Bento Gonçalves.
2901	Moldura em madeira para quadro fixo e pintado na parede da Escola Bento Gonçalves.
2932	Moldura para quadro
2938	Álbum para fotos 15X21
2940	Armário fechado A 2 portas Light, marca Dal Pra
2948	Aparelho telefônico se fio com fone de cabeça, marca Panassonic, digital 2.4 GHZ girarange para o centro administrativo municipal
2961	Impressora multifuncional Epson Multifuncional CX 4500, para sala de informática Escola Fernando Machado
2968	Perfurador central DX com Máster, grande.para departamento de agricultura.
2969	Perfurador central DX com Máster, grande.para departamento de agricultura.
2975	Aparelho telefônico convencional Intelbras para departamento pessoal
2981	Tela para projeção para escola integral
2983	Armário em madeira embutido medindo 260X220, azul para departamento de tributação
2987	Armário em madeira embutido medindo 260X220, azul para departamento de tributação
3070	Microcomputador Intel Celeron D-320 2.4GHZ, placa mãe Asus P4VP-mx 256 mb DDR, HD40GB 7200, drivee 1.44 MB. CD Rom 52X, caixa de som gabinete ATX 4 baias, monitor 15 LG, sala informática Escola Fernando Machado
3073	Estabilizador 1000 VA com 4 baias SMS, para departamento educação
3076	Seladora thermo Only sealing, para o posto de saúde sede do município.

3079	Máquina de lavar roupa 4 KG para a Escola Bento Gonçalves –sede
3081	Monitor de computador 15” para departamento de promoção social
3082	Gabinete 40 GB para microcomputador, marca seagote, para secretaria de educação
3085	Vilão
3086	Violão
3090	Microfone
3130	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3131	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3132	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3133	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3134	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3135	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3136	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3137	Cadeira escolar adulto cor preto com detalhes em cor ovo marca ferrante
3187	Telefone T-Klar plus Apollo, pra departamento de agricultura.
3188	Telefone T-Klar plus Apollo, pra departamento de agricultura.
3191	Estabilizador departamento educação
3204	Hub 8 portas com transformador 50WA 220/110, para sala de informática Escola Bento Gonçalves – sede
3209	Telefone Siemens Euroset 3005, para departamento de contabilidade.
3221	Estante para livros departamento educação
3223	Cadeira de rodas, revestidaem corvin
3226	Antena celular móvel GMS com kit adaptador, para ambulância
3228	Antena celular móvel com kit adaptador, para escola Fernando Machado
3232	Armário 2 portas de 160X90X2, Escola Fernando Machado
3241	Aparelho telefônico marca Star, para unidade de saúde sede.(sala secretário de saúde)
3246	Hub 10/100 com 88 portas, marca Switch para unidade de saúde sede.
3248	Balanco 01 lugar com correntes em aço estrutura metálica, acabamento pintura com esmalte sintético, para Escola Bento Gonçalves - se
3249	Balanco 02 lugar com correntes em aço estrutura metálica, acabamento pintura com esmalte sintético, para Escola Bento Gonçalves - se
3250	Gangora com 4 lugares estrutura metálica, acoplamento, pintura esmalte sintético, Escola Bento Gonçalves –sede
3256	Gaveteiro com 2 gavetas Light, marca Dal Pra, Escola Bento Gonçalves – sede
3342	Quadro verde de fórmica medindo 1,75X1,20m, Escola Bento Gonçalves –sede
3358	Hub 16 portas, 10/100 Mbits, escola Bento Gonçalves – núcleo
3374	Estabilizador de energia de 300VA, 4 tomadas, entrada 220v e saída de 120v.
3375	Estabilizador de energia de 300VA, 4 tomadas, entrada 220v e saída de 120v.
3376	Estabilizador de energia de 300VA, 4 tomadas, entrada 220v e saída de 120v.



3377	Estabilizador de energia de 300VA, 4 tomadas, entrada 220v e saída de 120v.
3378	Estabilizador de energia de 300VA, 4 tomadas, entrada 220v e saída de 120v.
3379	Estabilizador de energia de 300VA, 4 tomadas, entrada 220v e saída de 120v.
3398	Máscara de Vneturi adulto para posto de saúde sede.
3404	Fonte- para posto de saúde – sede do município.
3419	Estante de aço com 06 prateleiras 198X092X030, para posto de saúde sede do município.
3475	Coleção DVD, DVD TEKA "Educando para o Futuro" ensino fundamental, departamento educação
3486	Aparelho telefônico, marca Intelbras, premium, cor pérola para departamento de controle interno
3487	Aparelho telefônico, marca Intelbras, premium, cor pérola para departamento de empenhos/contabilidade
3488	Aparelho telefônico, marca Intelbras, premium, cor pérola para departamento de tributação
3500	Cadeira escolar metalcard fórmica bg
3679	Mesa medindo 1,20m sem gavetas cor bege marca Dal Pra, Escola Bento – núcleo
3682	Armário com 2 portas cor bege, marca Dal Pra, Escola Bento - sede
3683	Armário com 2 portas cor bege, marca Dal Pra, Escola Bento – sede
3692	Microcomputador com os seguintes itens: processador Pentium D 945 3.4 (4 M cachê), placa mãe, gigabyte GA 945MS2, memória 2GB, HD 160 sata RPM 7200, placa de rede PCI 10/100, drive de disquete, CD-rom, teclado, mouse, gabinete 4 baias, monitor CRT 15", nobreak de 600VA, para o departamento de recursos humanos.
3699	Mesa 1,20 sem gavetas Light, cor bege, marca Dal Pra, Escola Bento –nucleo
3701	Toldo, modelo pirâmide 3X3,50 m, branca, recpção do Centro Administrativo Municipal
3706	Coleção de livro contando a arte serie 2. biblioteca municipal
3707	Livro fazendo arte com os mestres, biblioteca municipal
3708	Livro fazendo arte com os mestres, biblioteca municipal
3709	Livro Atlas História da Arte, biblioteca municipal
3710	Livro Chico, Homem da Floresta, biblioteca municipal
3711	Livro Cidade Que Perdeu o Seu Mar, biblioteca municipal
3712	Livro Harry Potter e o Enigma do Príncipe, biblioteca municipal
3759	Telefone Premium, n]marca Intelbras, cor pérola, para departamento de administração
3778	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3779	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3780	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3781	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3782	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3783	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.

3784	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3785	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3786	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3787	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3788	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3789	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3790	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3791	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3792	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3793	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3794	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3795	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3796	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3797	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3798	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3799	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3800	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3801	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3802	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3803	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3804	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3805	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.

[illegible]



3850	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3851	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3852	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3853	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3854	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3855	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3856	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3857	Livro Poup-Up Literatura infantil, para a biblioteca das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município.
3859	Coleção de livro, pedagogia solução pedagógica educação infantil e ensino fundamental com 03 volumes, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3860	Coleção de livro pedagógica na escola fundamental 1ª série com 5 volumes para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3861	Coleção de livro pedagógica alfabetizando através da música, com 06 volumes para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3862	Coleção de livros pedagógica aprendizagem divertida com 05 volumes, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3863	Coleção de livros pedagógica escola em ação projetos diários, 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série com 36 volumes, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3864	Coleção de livros, aventuras grandiosas literatura infanatil juvenil com 70 volumes, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3865	Coleção de livro infantil margarida I, II e III com 72 volumes, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3866	Coleção de DVD os sete mostrinhos com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3867	Coleção de DVD nossa língua portuguesa com 03 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3868	Coleção de DVD la fontaine com 03 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3869	Coleção DVD sucessos infantis com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3870	Coleção DVD rupet com 05 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município

3871	Coleção DVD mamíferos com 12 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3872	Coleção de DVD infantis com 19 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3873	Coleção DVD meio ambiente com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3874	Coleção de livro pedagógico alfabetizando e construindo com 05 volumes, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3875	Coleção de livros sucessos infantis com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3876	Coleção DVD didavision com 16 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3877	Coleção DVD vestibulando com 19 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3878	Coleção de DVD ministério da cultura com 06 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3879	Coleção DVD arte matemática com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3880	Coleção DVD X tudo com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3881	Coleção DVD pingu com 03 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3882	Coleção DVD hello Kity com 03 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3883	Coleção DVD lá vem a história com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3884	Coleção DVD cocoricó com 10 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3885	Coleção DVD tyimothy cai a escola com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3886	Coleção DVD castelo rá-tim-bum com 16 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3887	Coleção DVD aprenda a dançar com cantinhos de Jesus, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3888	Coleção DVD cyberchase com 04 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3889	Coleção DVD clássicos mundiais com 20 DVDs, para a biblioteca ambulante das escolas da rede municipal do ensino fundamental do município
3897	Ventilador de teto, marca Britânia, Escola Fernando Machado
3906	Quadro branco de 2,00X 1,20 m, escola Bento Gonçalves – núcleo
4038	Nobreak 600KVA – tesouraria
4050	Tessoura de picotear 665- para departamento de saúde.
4198	Coleção de livro – Dias que abalaram o mundo e 12 DVDs

4199	Coleção de livro – Dias que abalaran o mundo II – 12 DVDs.
4200	Coleção de livro Dias que abalaram o mundo II
4201	Coleção de livros Dias que abalaram o mundo II
4329	Porta fita concep CO78
4354	Coleção de livro – Barsa universal clássica com 18 volumes.
4425	Gaveteiro com rodízio Ch1003cz
4440	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4441	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4442	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4443	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4444	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4445	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4446	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4447	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4448	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4449	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4450	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4451	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4452	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4453	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4454	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4455	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4456	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4457	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4458	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4459	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4460	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4461	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4462	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4463	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4464	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4465	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4466	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4467	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4468	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4469	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4470	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4471	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4472	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4473	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4474	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4475	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4476	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4477	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4478	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4479	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4480	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4481	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4482	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4483	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4484	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4485	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4486	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4487	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4488	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4489	Livro pedagógico de 1ª a 8ª séries
4490	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4491	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4492	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.

4493	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4494	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4495	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4496	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4497	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4498	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4499	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4500	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4501	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4502	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4503	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4504	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4505	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4506	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4507	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4508	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4509	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4510	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4511	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4512	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4513	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4514	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4515	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4516	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4517	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4518	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.
4519	Livro pedagógico de 5ª a 8ª séries das disciplinas de história, geografia, português, matemática e ciências.

## LISTA DE PATRIMÔNIO COM NOVO CADASTRO

Nº Patrimônio	Descrição do item
000281	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta



000330	Carteira escolar em fórmica verde claro, estrutura de ferro cinza
000359	Carteira escolar, de fórmica, cor verde, estrutura de ferro preta
000362	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
000368	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
000398	Carteira escolar de fórmica, cor bege, estrutura de ferro preta
000466	Impressora Matricial, marca Epsom, LX300
000770	Suporte para papel toalha
000800	Armário de madeira, 2 portas, 4 prateleiras, cor escura
000804	Suporte para toalha de papel
000987	Retroprojektor, marca 3M, cor cinza escuro
001007	Circulador de ar, Arno, cor marrom
001087	Filtro de água, marca Hokem
001088	Mesa para impressora, branca, estrutura de ferro preta
001115	Circulador de ar Britânia marrom
001170	Máquina de escrever, elétrica, marca Olivetti, modelo ET1250
001209	Circulador de ar, Arno, marrom
001237	Impressora de cheques, Schaites, modelo 2.18
001242	Microcomputador Pentium, 256 MB, HD 30GB, servidor internet
001311	Desumificador de papel, Menno, branco
001336	Suporte para 3 bandeiras, cerejeira
001500	Nobreak SMS, MBS 1.200
001526	Cadeira de rodas, revestida em tecido, estrutura de ferro cinza.
001528	Cadeira de rodas, estrutura de ferro vermelho, revestida em corvim preto.
001564	Suporte para toalha de papel
001576	Suporte para toalha de papel
001854	Armário, 2 portas com chave, tipo imbuia.
001934	Armário, 2 portas, com chave bege.
002243	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro preta
002282	Carteira escolar em fórmica verde, estrutura de ferro preta
002286	Carteira escolar em fórmica verde, estrutura de ferro preta
002386	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002407	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002409	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002410	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002494	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro branca
002552	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro branca
002558	Carteira escolar em fórmica verde, estrutura de ferro branca
002617	Cadeira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta

002628	Cadeira giratória, revestida em corvim preto
002630	Circulador de ar, Arno, marrom
002647	Carteira escolar em fórmica verde, estrutura de ferro verde
002678	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002680	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002682	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002683	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002684	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002685	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002687	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002689	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002690	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002691	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002692	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002693	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002695	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002698	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002700	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002701	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002702	Cadeira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002704	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002706	Carteira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002708	Cadeira fixa, revestida em corvim preto
002842	Cadeira escolar em fórmica bege, estrutura de ferro preta
002846	Cadeira fixa, revestida em corvim preto
002981	Ensiladeira com bica giratória e engrenagens, para três cortes Nogueira
002982	Subsolador, 5 pés
003063	Armário, 2 portas, cor clara
003064	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003065	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003066	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003067	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003068	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003069	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.

003070	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003071	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003072	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003073	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003074	Cadeira escolar imbuia, estrutura de ferro.
003075	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003076	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003077	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003078	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003079	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003080	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003081	Cadeira de madeira empalhada com nylon.
003082	Cadeira de madeira empalhada com nylon.

Cordilheira Alta, 07 de novembro de 2011  
**RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO**  
 Prefeito Municipal

**CLOVIS FIDELIS GRANDO**  
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### **Decreto Nº 094/2011**

DECRETO Nº 094/2011  
 "FIXA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, e em atendimento ao disposto no inciso IV do art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica fixado Ponto Facultativo aos Servidores Públicos Municipais, no dia 14 de novembro de 2011, em virtude da comemoração do feriado da Proclamação da República no dia 15 de novembro de 2011, para todas as Secretarias da Administração Pública Municipal de Cordilheira Alta, exceto para serviços de caráter emergencial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 08 de novembro de 2011.  
**RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO**  
 Prefeito Municipal

**CLOVIS FIDELIS GRANDO**  
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### **Portaria Nº 444/2011**

PORTARIA Nº 444/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
 "CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PÚBLICO, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor, Sr. ANDRE LUIZ NASSINGER, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, sendo do dia 05/11/2011 a 03/01/2012, de acordo com atestado médico anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de novembro de 2011.  
**RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO**  
 Prefeito Municipal

**CLOVIS FIDELIS GRANDO**  
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### **Portaria Nº 445/2011**

PORTARIA Nº. 445/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
 "CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DO PAI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e Arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 018/2001.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de licença, para acompanhamento de tratamento de saúde do pai, a Servidora, Sra. THAISE MARCIA FIDELIS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo do dia 07/11/2011 a 21/11/2011, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de novembro de 2011.  
**RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO**  
 Prefeito Municipal

**CLOVIS FIDELIS GRANDO**  
 Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

### **Portaria Nº 446/2011**

PORTARIA Nº. 446/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
 "CONCEDE DISPENSA DO PONTO A SERVIDORA PÚBLICA, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DA SOGRA E DÁ



**OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, concede em medida de exceção dispensa do ponto da servidora e dá outras providências:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora municipal, Sra. ANA PAULA BRIANCINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, dispensa do ponto pelo prazo de 01(um) dia sem prejuízo de sua remuneração, para acompanhar sua sogra na cidade de Curitiba para tratamento médico, consoante se depreende do Atestado Médico apresentado.

Art. 2º. Esta concessão não se aplica aos termos do disposto no art.70 e 71 da Lei n.018/2001.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 447/2011**

PORTARIA Nº. 447/2011, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011  
“SUBSTITUI SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO, OBJETO DO EDITAL Nº 001/2011, CONSTATANTE DO ART. 1º DA PORTARIA Nº 422/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que o cargo lhe confere, em especial o Art. 70, V da Lei Orgânica Municipal:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeado, em substituição a Sra. FLAVIA PERIN, que atua como Secretária da Comissão de acompanhamento do Concurso Público, objeto do Edital 001/2011, consoante do Art. 1º da Portaria 422/2011, o Servidor Municipal, Sr. CRISTIANO DAL SANTO, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, indústria e Comércio.

Parágrafo único. O servidor substituto terá as mesmas incumbências e obrigações da Servidora substituída.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº 448/2011**

PORTARIA N.º 448/2011, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011  
“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto nº 067/2010:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, a Servidora, Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com atestado médico anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.



## 5º Bimestre 2011

## Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2011

5º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 08/2011	Bimestre Set/Out/2011	Total até Out/2011
<b>RECEITAS</b>				
RECEITA TRIBUTARIA	642.551,00	782.888,62	95.344,25	878.232,87
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	102.000,00	82.030,61	19.047,05	101.077,66
RECEITA PATRIMONIAL	63.879,00	88.885,94	28.174,83	117.060,77
RECEITA DE SERVIÇOS	222.880,00	184.593,99	40.332,84	224.926,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.424.739,10	8.667.083,90	2.202.743,87	10.869.827,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.327,22	60.327,72	13.289,09	73.616,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	544.903,30	919.844,26	1.464.747,56
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	80.000,00	51.230,56	11.690,60	62.921,16
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	211.443,74	0,00	211.443,74
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.917.376,32	-1.471.006,72	-367.679,35	-1.838.686,07
<b>TOTAL DA RECEITA :</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>9.202.381,66</b>	<b>2.962.787,44</b>	<b>12.165.169,10</b>
<b>DESPESAS</b>				
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA				
Gabinete do Prefeito	532.000,00	617.067,68	59.694,97	676.762,65
Secretaria Munic. de Adm. Fazenda e Planejamento	954.688,72	698.238,84	117.453,29	815.692,13
Secretaria Munic. da Educação	2.285.204,63	1.885.783,62	297.006,61	2.182.790,23
Secretaria Munic. Cultura e Esportes	526.000,00	285.974,08	48.725,91	334.699,99
Secr. Munic. da Agric. Ind. e Comercio	994.000,00	891.676,78	194.966,54	1.086.643,32
Secr. Munic. da Infra-Estrutura	2.559.600,00	2.469.838,53	1.062.151,91	3.531.990,44
Fundo Municipal de Assistencia Social	371.000,00	167.180,85	68.961,42	236.142,27
Fundo Municipal da Criança e Adolescente	50.000,00	22.247,23	1.193,95	23.441,18
Fundo Municipal Rotativo Habitacional	11.000,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GFERAIS DO MUNICÍPIO	492.851,88	363.840,70	114.364,17	478.204,87
Total da Entidade:	8.776.345,23	7.401.848,31	1.964.518,77	9.366.367,08
Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA				
Fundo Municipal de Saude	2.368.654,77	1.829.774,87	351.471,59	2.181.246,46
Total da Entidade:	2.368.654,77	1.829.774,87	351.471,59	2.181.246,46
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA				
Câmara de Vereadores	480.000,00	309.801,49	59.674,28	369.475,77
Total da Entidade:	480.000,00	309.801,49	59.674,28	369.475,77
<b>TOTAL DA DESPESA :</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>9.541.424,67</b>	<b>2.375.664,64</b>	<b>11.917.089,31</b>

Cordilheira Alta, 08/11/2011

\_\_\_\_\_  
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 FLARI RAFAEL TRICHES  
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
 SILVANA MAGIONI FAVERO  
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

**Aplicação na Saúde**

Município de Cordilheira Alta - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.135.451,80	10.135.451,80	9.976.966,12	98,44
Impostos	528.459,00	528.459,00	765.911,57	144,93
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	175.000,00	175.000,00	198.975,83	113,70
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	52.464,00	52.464,00	171.577,36	327,04
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	234.995,00	234.995,00	325.035,66	138,32
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	66.000,00	66.000,00	70.322,72	106,55
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	20.111,20	20.111,20	21.364,57	106,23
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.404,60	2.404,60	1.831,56	76,17
Dívida Ativa dos Impostos	15.739,20	15.739,20	15.974,22	101,49
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	1.967,40	1.967,40	3.558,79	180,89
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	9.586.881,60	9.586.881,60	9.189.689,98	95,86
Da União	4.236.287,60	4.236.287,60	3.928.674,26	92,74
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	4.200.000,00	4.200.000,00	3.898.840,04	92,83
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.311,60	1.311,60	2.926,32	223,11
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	34.976,00	34.976,00	26.907,90	76,93
Do Estado	5.350.594,00	5.350.594,00	5.261.015,72	98,33
Cota-Parte do ICMS	4.850.000,00	4.850.000,00	4.821.656,37	99,42
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	85.254,00	85.254,00	93.527,99	109,71
Cota-Parte do IPVA	415.340,00	415.340,00	345.831,36	83,26
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	3.406.924,52	3.406.924,52	4.026.889,05	118,20
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.917.376,32	-1.917.376,32	-1.838.686,07	95,90
<b>TOTAL</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>12.165.169,10</b>	<b>104,65</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.036.568,60	2.209.471,65	1.674.965,38	75,81
Pessoal e Encargos Sociais	1.215.000,00	1.215.000,00	977.650,99	80,47
Outras Despesas Correntes	821.568,60	994.471,65	697.314,39	70,12
DESPESAS DE CAPITAL	332.086,17	323.966,17	263.073,22	81,20
Investimentos	332.086,17	323.966,17	263.073,22	81,20

Município de Cordilheira Alta - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	332.086,17	323.966,17	263.073,22	81,20
Investimentos	332.086,17	323.966,17	263.073,22	81,20
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>2.368.654,77</b>	<b>2.533.437,82</b>	<b>1.938.038,60</b>	<b>76,50</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.368.654,77	2.533.437,82	1.938.038,60	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	344.500,00	354.283,05	254.581,84	13,14
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	344.500,00	354.283,05	254.581,84	13,14
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>2.024.154,77</b>	<b>2.179.154,77</b>	<b>1.683.456,76</b>	<b>86,86</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;= %² [(V - VI) / I]</b>	<b>16,87</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.344.096,77	2.508.879,82	1.931.631,60	99,67
Vigilância Sanitária	14.558,00	14.558,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	6.407,00	0,33
<b>TOTAL</b>	<b>2.368.654,77</b>	<b>2.533.437,82</b>	<b>1.938.038,60</b>	<b>100,00</b>

FONTE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Cordilheira Alta, 08/11/2011

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

## Aplicação no Ensino

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	548.570,20	548.570,20	84.981,20	787.276,14	143,51
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	190.520,60	190.520,60	5.791,34	214.413,32	112,54
1.1.1- IPTU	175.000,00	175.000,00	3.742,10	198.975,83	113,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.311,60	1.311,60	323,20	1.057,64	80,64
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	13.116,00	13.116,00	1.460,29	12.410,67	94,62
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.093,00	1.093,00	265,75	1.969,18	180,16
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	52.464,00	52.464,00	14.886,90	171.577,36	327,04
1.2.1- ITBI	52.464,00	52.464,00	14.886,90	171.577,36	327,04
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	239.585,60	239.585,60	57.666,36	330.962,74	138,14
1.3.1- ISS	234.995,00	234.995,00	56.596,13	325.035,66	138,32
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.093,00	1.093,00	136,96	773,92	70,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.623,20	2.623,20	614,86	3.563,55	135,85
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	874,40	874,40	318,41	1.589,61	181,79
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	66.000,00	66.000,00	6.636,60	70.322,72	106,55
1.4.1- IRRF	66.000,00	66.000,00	6.636,60	70.322,72	106,55
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	9.586.881,60	9.586.881,60	1.839.586,12	9.189.689,98	95,86
2.1- Cota-Parte FPM	4.200.000,00	4.200.000,00	679.563,61	3.898.840,04	92,83
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	4.200.000,00	4.200.000,00	679.563,61	3.898.840,04	92,83
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.850.000,00	4.850.000,00	1.050.025,52	4.821.656,37	99,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	34.976,00	34.976,00	5.381,58	26.907,90	76,93
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	85.254,00	85.254,00	19.610,46	93.527,99	109,71
2.5- Cota-Parte ITR	1.311,60	1.311,60	2.624,23	2.926,32	223,11
2.6- Cota-Parte IPVA	415.340,00	415.340,00	82.380,72	345.831,36	83,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.135.451,80</b>	<b>10.135.451,80</b>	<b>1.924.567,32</b>	<b>9.976.966,12</b>	<b>98,44</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	1.917.376,32	1.917.376,32	367.679,35	1.838.686,07	95,90
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	840.000,00	840.000,00	135.912,68	779.767,73	92,83
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	970.000,00	970.000,00	210.004,94	964.330,51	99,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.995,20	6.995,20	1.076,30	5.381,50	76,93
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.050,80	17.050,80	3.684,61	19.455,71	114,10
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	262,32	262,32	524,81	585,19	223,08
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	83.068,00	83.068,00	16.476,01	69.165,43	83,26
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.020.000,00	1.020.000,00	191.789,28	909.952,53	89,21
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.020.000,00	1.020.000,00	191.789,28	909.952,53	89,21
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-897.376,32</b>	<b>-897.376,32</b>	<b>-175.890,07</b>	<b>-928.733,54</b>	<b>103,49</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	665.000,00	665.000,00	135.615,75	597.630,23	89,87
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	665.000,00	665.000,00	135.615,75	597.630,23	89,87
14- OUTRAS DESPESAS	357.000,00	357.000,00	60.852,92	283.308,83	79,36
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	357.000,00	357.000,00	60.852,92	283.308,83	79,36
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.022.000,00	1.022.000,00	196.468,67	880.939,06	86,20
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,68
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	2.533.862,95	2.533.862,95	481.141,83	2.494.241,53	98,44
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	103.000,00	127.230,00	11.360,65	69.656,20	54,75
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	103.000,00	127.230,00	11.360,65	69.656,20	54,75
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.726.486,63	1.787.794,83	312.272,38	1.365.286,83	76,37
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.022.000,00	1.022.000,00	196.468,67	880.939,06	86,20
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	704.486,63	765.794,83	115.803,71	484.347,77	63,25
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.829.486,63	1.915.024,83	323.633,03	1.434.943,03	74,93
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-928.733,54
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-928.733,54
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.363.676,57
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					23,69

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	98.370,00	160.494,46	2.250,00	96.412,00	60,07
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	357.348,00	388.425,39	96.069,82	305.303,50	78,60
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	455.718,00	548.919,85	98.319,82	401.715,50	73,18
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.285.204,63	2.463.944,68	421.952,85	1.836.658,53	74,54
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	909.952,53	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	868.573,78	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	41.378,75	0,00

Cordilheira Alta, 08/11/2011

\_\_\_\_\_  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

**Balanço Orçamentário**

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.962.787,44</b>	<b>25,49</b>	<b>12.165.169,10</b>	<b>104,65</b>	<b>-540.169,10</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>10.645.000,00</b>	<b>10.645.000,00</b>	<b>2.031.252,58</b>	<b>19,08</b>	<b>10.426.056,64</b>	<b>97,94</b>	<b>218.943,36</b>
RECEITA TRIBUTARIA	642.551,00	642.551,00	95.344,25	14,84	878.232,87	136,68	-235.681,87
IMPOSTOS	528.459,00	528.459,00	81.861,73	15,49	765.911,57	144,93	-237.452,57
TAXAS	108.092,00	108.092,00	13.424,41	12,42	111.336,02	103,00	-3.244,02
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.000,00	6.000,00	58,11	0,97	985,28	16,42	5.014,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	102.000,00	102.000,00	19.047,05	18,67	101.077,66	99,10	922,34
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	102.000,00	102.000,00	19.047,05	18,67	101.077,66	99,10	922,34
RECEITA PATRIMONIAL	63.879,00	63.879,00	28.174,83	44,11	117.060,77	183,25	-53.181,77
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	63.879,00	63.879,00	28.174,83	44,11	117.060,77	183,25	-53.181,77
RECEITA DE SERVIÇOS	222.880,00	222.880,00	40.332,84	18,10	224.926,83	100,92	-2.046,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.507.362,78	9.507.362,78	1.835.064,52	19,30	9.031.141,70	94,99	476.221,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.417.362,78	9.417.362,78	1.807.319,60	19,19	8.906.289,70	94,57	511.073,08
Transf. de Conv.	90.000,00	90.000,00	27.744,92	30,83	124.852,00	138,72	-34.852,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	106.327,22	106.327,22	13.289,09	12,50	73.616,81	69,24	32.710,41
Multas e Juros de Mora	16.504,30	16.504,30	4.215,45	25,54	25.150,12	152,39	-8.645,82
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	32.134,20	32.134,20	7.094,41	22,08	42.228,67	131,41	-10.094,47
RECEITAS DIVERSAS	57.688,72	57.688,72	1.979,23	3,43	6.238,02	10,81	51.450,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>980.000,00</b>	<b>980.000,00</b>	<b>931.534,86</b>	<b>95,05</b>	<b>1.739.112,46</b>	<b>177,46</b>	<b>-759.112,46</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	919.844,26	102,20	1.464.747,56	162,75	-564.747,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	900.000,00	900.000,00	919.844,26	102,20	1.464.747,56	162,75	-564.747,56
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	80.000,00	80.000,00	11.690,60	14,61	62.921,16	78,65	17.078,84
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	211.443,74	0,00	-211.443,74
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	211.443,74	0,00	-211.443,74
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.962.787,44</b>	<b>25,49</b>	<b>12.165.169,10</b>	<b>104,65</b>	<b>-540.169,10</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.962.787,44</b>	<b>25,49</b>	<b>12.165.169,10</b>	<b>104,65</b>	<b>-540.169,10</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.625.000,00	11.625.000,00	2.962.787,44	25,49	12.165.169,10	104,65	-540.169,10
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	870.585,29	—	—	794.298,00	—	—
Superávit Financeiro	—	870.585,29	—	—	794.298,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.230.762,19</b>	<b>13.855.762,19</b>	<b>2.375.664,64</b>	<b>11.917.089,31</b>	<b>2.828.278,40</b>	<b>10.849.689,11</b>	<b>78,30</b>	<b>3.006.073,08</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.487.387,95</b>	<b>658.930,11</b>	<b>10.146.318,06</b>	<b>1.352.652,41</b>	<b>8.797.343,46</b>	<b>1.752.479,45</b>	<b>7.969.635,07</b>	<b>78,55</b>	<b>2.176.682,99</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.719.000,00	-28.546,29	4.690.453,71	805.142,25	3.751.187,79	805.142,25	3.751.187,79	79,97	939.265,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	78.696,00	0,00	78.696,00	26.509,33	74.160,63	27.725,07	72.141,40	91,67	6.554,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.689.691,95	687.476,40	5.377.168,35	521.000,83	4.971.995,04	919.612,13	4.146.305,88	77,11	1.230.862,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.137.612,05</b>	<b>1.571.832,08</b>	<b>3.709.444,13</b>	<b>1.023.012,23</b>	<b>3.119.745,85</b>	<b>1.075.798,95</b>	<b>2.880.054,04</b>	<b>77,64</b>	<b>829.390,09</b>
INVESTIMENTOS	1.840.456,17	1.571.832,08	3.412.288,25	970.119,65	2.960.292,94	1.020.483,37	2.723.024,13	79,80	689.264,12
INVERSOES FINANCEIRAS	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	286.155,88	0,00	286.155,88	52.892,58	159.452,91	55.315,58	157.029,91	54,88	129.125,97
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.230.762,19</b>	<b>13.855.762,19</b>	<b>2.375.664,64</b>	<b>11.917.089,31</b>	<b>2.828.278,40</b>	<b>10.849.689,11</b>	<b>78,30</b>	<b>3.006.073,08</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.230.762,19</b>	<b>13.855.762,19</b>	<b>2.375.664,64</b>	<b>11.917.089,31</b>	<b>2.828.278,40</b>	<b>10.849.689,11</b>	<b>78,30</b>	<b>3.006.073,08</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.315.479,99	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.625.000,00</b>	<b>2.230.762,19</b>	<b>13.855.762,19</b>	<b>2.375.664,64</b>	<b>11.917.089,31</b>	<b>2.828.278,40</b>	<b>12.165.169,10</b>	<b>78,30</b>	<b>3.006.073,08</b>

FONTE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Cordilheira Alta, 08/11/2011

\_\_\_\_\_  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

## Despesas por Função/Subfunção

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	11.625.000,00	13.855.762,19	2.375.664,64	11.917.089,31	2.828.278,40	10.849.689,11	100,00	78,30	3.006.073,08
Legislativa	480.000,00	480.000,00	59.674,28	369.475,77	71.243,07	351.970,75	3,24	73,33	128.029,25
Ação Legislativa	480.000,00	480.000,00	59.674,28	369.475,77	71.243,07	351.970,75	3,24	73,33	128.029,25
Administração	1.636.688,72	1.721.038,72	174.553,29	1.583.865,48	246.537,16	1.450.037,97	13,36	84,25	271.000,75
Administração Geral	1.636.688,72	1.721.038,72	174.553,29	1.583.865,48	246.537,16	1.450.037,97	13,36	84,25	271.000,75
Segurança Pública	20.000,00	20.000,00	2.594,97	16.529,67	2.594,97	15.929,67	0,15	79,65	4.070,33
Policiamento	20.000,00	20.000,00	2.594,97	16.529,67	2.594,97	15.929,67	0,15	79,65	4.070,33
Assistência Social	371.000,00	336.150,21	68.961,42	236.142,27	56.704,76	205.921,34	1,90	61,26	130.228,87
Assistência Comunitária	371.000,00	336.150,21	68.961,42	236.142,27	56.704,76	205.921,34	1,90	61,26	130.228,87
Saúde	2.368.654,77	2.533.437,82	351.471,59	2.181.246,46	394.573,21	1.938.038,60	17,86	76,50	595.399,22
Atenção Básica	2.344.096,77	2.508.879,82	351.471,59	2.174.839,46	394.573,21	1.931.631,60	17,80	76,99	577.248,22
Vigilância Sanitária	14.558,00	14.558,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.558,00
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	6.407,00	0,00	6.407,00	0,06	64,07	3.593,00
Educação	2.285.204,63	2.498.944,68	297.006,61	2.182.790,23	421.952,85	1.871.658,53	17,25	74,90	627.286,15
Alimentação e Nutrição	99.348,00	99.348,00	4,44	67.541,55	13.302,40	50.663,51	0,47	51,00	48.684,49
Ensino Fundamental	1.896.856,63	2.067.460,37	251.860,46	1.844.967,24	337.272,89	1.580.869,91	14,57	76,46	486.590,46
Ensino Médio	80.000,00	110.506,31	36.788,11	100.506,31	36.788,11	100.506,31	0,93	90,95	10.000,00
Ensino Superior	78.000,00	70.000,00	-121,20	69.662,60	17.378,80	52.162,60	0,48	74,52	17.837,40
Educação Infantil	103.000,00	127.230,00	8.474,80	75.712,53	11.360,65	69.656,20	0,64	54,75	57.573,80
Educação Especial	28.000,00	24.400,00	0,00	24.400,00	5.850,00	17.800,00	0,16	72,95	6.600,00
Cultura	272.000,00	247.000,00	43.642,91	179.836,62	44.513,91	176.978,96	1,63	71,65	70.021,04
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.000,00	10.000,00	0,00	3.185,00	0,00	3.185,00	0,03	31,85	6.815,00
Difusão Cultural	262.000,00	237.000,00	43.642,91	176.651,62	44.513,91	173.793,96	1,60	73,33	63.206,04
Direitos da Cidadania	50.000,00	50.000,00	1.193,95	23.441,18	0,00	19.204,58	0,18	38,41	30.795,42
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	50.000,00	50.000,00	1.193,95	23.441,18	0,00	19.204,58	0,18	38,41	30.795,42
Urbanismo	1.429.600,00	2.538.075,00	1.062.151,91	2.331.561,18	1.171.019,39	2.231.254,16	20,57	87,91	306.820,84
Infra-Estrutura Urbana	1.117.600,00	2.226.075,00	1.062.151,91	2.059.549,37	1.121.943,70	1.987.012,75	18,31	89,26	239.062,25
Serviços Urbanos	312.000,00	312.000,00	0,00	272.011,81	49.075,69	244.241,41	2,25	78,28	67.758,59
Habituação	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
Habituação Urbana	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00

Continua 1/2



Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	11.625.000,00	13.855.762,19	2.375.664,64	11.917.089,31	2.828.278,40	10.849.689,11	100,00	78,30	3.006.073,08
Agricultura	994.000,00	1.273.475,00	194.966,54	1.086.643,32	290.432,09	961.000,79	8,86	75,46	312.474,21
Extensão Rural	994.000,00	1.273.475,00	194.966,54	1.086.643,32	290.432,09	961.000,79	8,86	75,46	312.474,21
Transporte	1.130.000,00	1.448.510,92	0,00	1.200.429,26	0,00	1.154.758,49	10,64	79,72	293.752,43
Transporte Rodoviário	1.130.000,00	1.448.510,92	0,00	1.200.429,26	0,00	1.154.758,49	10,64	79,72	293.752,43
Desporto e Lazer	84.000,00	84.000,00	5.083,00	46.923,00	9.602,18	35.456,99	0,33	42,21	48.543,01
Desporto Comunitário	84.000,00	84.000,00	5.083,00	46.923,00	9.602,18	35.456,99	0,33	42,21	48.543,01
Encargos Especiais	492.851,88	614.129,84	114.364,17	478.204,87	119.104,81	437.478,28	4,03	71,24	176.651,56
Serviço da Dívida Interna	364.851,88	364.851,88	79.401,91	233.613,54	83.040,65	229.171,31	2,11	62,81	135.680,57
Outros Encargos Especiais	128.000,00	249.277,96	34.962,26	244.591,33	36.064,16	208.306,97	1,92	83,56	40.970,99
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	11.625.000,00	13.855.762,19	2.375.664,64	11.917.089,31	2.828.278,40	10.849.689,11	100,00	78,30	3.006.073,08

FONTE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Cordilheira Alta, 08/11/2011

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONAI	FLARI RAFAEL TRICHES	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Receita Corrente Líquida

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.078.658,91</b>	<b>1.391.664,13</b>	<b>1.269.232,93</b>	<b>1.182.740,18</b>	<b>1.263.638,56</b>	<b>1.241.437,35</b>	<b>1.252.032,73</b>	<b>1.239.863,25</b>	<b>1.231.245,42</b>	<b>1.185.620,36</b>	<b>1.128.526,10</b>	<b>1.270.405,83</b>	<b>14.735.065,75</b>	<b>12.562.376,32</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	52.250,84	61.611,74	150.265,46	84.275,00	227.446,38	79.820,63	57.590,75	72.800,11	72.686,07	38.004,22	42.459,77	52.884,48	992.095,45	642.551,00
I.P.T.U.	1.128,61	6.199,02	0,00	19.484,82	122.166,00	14.074,46	11.911,24	12.126,15	13.151,19	2.319,87	2.622,71	1.119,39	206.303,46	175.000,00
I.S.S.	26.214,11	33.825,98	18.635,65	37.371,99	40.109,05	34.040,83	33.067,64	39.240,44	43.000,07	22.973,86	28.813,70	27.782,43	385.075,75	234.995,00
I.T.B.I.	560,00	4.600,00	114.695,00	7.793,50	11.017,44	6.740,00	3.000,00	3.540,00	6.200,20	3.704,32	261,70	14.625,20	176.737,36	52.464,00
I.R.R.F.	21.497,78	11.359,04	8.182,09	4.306,01	4.397,11	19.342,50	4.040,71	13.085,23	5.185,91	5.146,56	200,43	6.436,17	103.179,54	66.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.850,34	5.627,70	8.752,72	15.318,68	49.756,78	5.622,84	5.571,16	4.808,29	5.148,70	3.859,61	10.561,23	2.921,29	120.799,34	114.092,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	8.178,96	9.307,83	8.728,89	9.592,27	14.655,97	10.683,51	9.828,77	9.947,59	9.857,78	8.735,83	9.638,88	9.408,17	118.564,45	102.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	7.788,92	6.886,41	6.343,47	8.801,69	10.689,36	9.236,78	11.349,59	12.602,49	13.651,89	16.210,67	14.980,86	13.193,97	131.736,10	63.879,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	18.142,34	20.856,98	17.925,60	20.045,20	24.438,24	24.801,09	21.783,06	25.685,60	27.530,53	22.384,67	17.063,73	23.269,11	263.926,15	222.880,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	986.548,59	1.284.932,50	1.079.984,87	1.053.937,39	980.670,79	1.111.155,88	1.141.808,52	1.111.486,55	1.097.345,20	1.090.694,70	1.038.869,65	1.163.874,22	13.141.308,86	11.424.739,10
Cota-Parte do F.P.M.	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.882.058,24	4.200.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	441.256,71	472.461,89	471.205,35	423.291,86	479.501,30	472.423,70	465.839,01	467.089,34	497.938,98	494.341,31	522.171,05	527.854,47	5.735.374,97	4.850.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	18.512,77	11.173,63	12.643,53	18.782,11	37.786,68	37.793,63	34.387,02	45.068,06	36.789,86	40.199,75	42.605,11	39.775,61	375.517,76	415.340,00
Cota-Parte do ITR.	5,82	109,95	101,82	0,00	6,70	36,74	67,50	69,55	0,00	19,78	820,47	1.803,76	3.042,09	1.311,60
Transferências da LC 61/1989	9.774,37	11.491,11	10.957,00	9.762,87	7.171,01	9.687,25	8.164,10	9.025,51	8.869,88	10.279,91	8.251,20	11.359,26	114.793,47	85.254,00
Transferências da LC 87/1996	2.580,25	2.580,25	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	32.068,40	34.976,00
Transferências do FUNDEB	89.025,15	96.712,25	90.794,93	84.038,73	86.906,23	91.486,55	93.536,20	91.345,24	89.218,84	90.836,53	93.590,54	98.198,74	1.095.689,93	1.020.000,00
Outras Transferências Correntes	66.313,77	66.264,97	57.593,52	47.801,89	61.369,44	92.444,38	72.735,99	77.055,25	105.282,20	84.534,12	75.120,12	96.248,35	902.764,00	817.857,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.749,26	8.068,67	5.984,64	6.088,63	5.737,82	5.739,46	9.672,04	7.340,91	10.173,95	9.590,27	5.513,21	7.775,88	87.434,74	106.327,22
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>166.068,12</b>	<b>190.083,59</b>	<b>186.203,30</b>	<b>184.419,14</b>	<b>166.478,82</b>	<b>185.444,79</b>	<b>195.107,08</b>	<b>188.617,01</b>	<b>180.568,64</b>	<b>184.167,94</b>	<b>174.031,60</b>	<b>193.647,75</b>	<b>2.194.837,78</b>	<b>1.917.376,32</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	166.068,12	190.083,59	186.203,30	184.419,14	166.478,82	185.444,79	195.107,08	188.617,01	180.568,64	184.167,94	174.031,60	193.647,75	2.194.837,78	1.917.376,32
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)</b>	<b>912.590,79</b>	<b>1.201.580,54</b>	<b>1.083.029,63</b>	<b>998.321,04</b>	<b>1.097.159,74</b>	<b>1.055.992,56</b>	<b>1.056.925,65</b>	<b>1.051.246,24</b>	<b>1.050.676,78</b>	<b>1.001.452,42</b>	<b>954.494,50</b>	<b>1.076.758,08</b>	<b>12.540.227,97</b>	<b>10.645.000,00</b>

FONTE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Cordilheira Alta, 08/11/2011

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITOFLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

**Resultado Nominal**

Município de Cordilheira Alta - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	250.490,25	692.761,35	1.557.290,03
DEDUÇÕES (II)	985.330,26	2.194.052,70	2.340.619,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	985.330,26	2.429.409,06	2.443.714,96
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	235.356,36	103.095,57
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-734.840,01	-1.501.291,35	-783.329,36
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-734.840,01</b>	<b>-1.501.291,35</b>	<b>-783.329,36</b>

<b><u>RESULTADO NOMINAL</u></b>	<b>PERÍODO DE REFERÊNCIA</b>	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>717.961,99</b>	<b>-48.489,35</b>

<b><u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u></b>	<b>VALOR CORRENTE</b>
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>490.000,00</b>

<b><u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u></b>			
<b><u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u></b>	<b>SALDO</b>		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Cordilheira Alta, 08/11/2011

\_\_\_\_\_  
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 FLARI RAFAEL TRICHES  
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
 SILVANA MAGIONI FAVERO  
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

**Resultado Primário**

Município de Cordilheira Alta - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.581.121,00</b>	<b>2.003.077,75</b>	<b>10.308.995,87</b>	<b>8.489.335,12</b>
Receita Tributária	642.551,00	95.344,25	878.232,87	634.802,44
I.P.T.U.	175.000,00	3.742,10	198.975,83	177.891,40
I.S.S.	234.995,00	56.596,13	325.035,66	217.595,29
I.T.B.I.	52.464,00	14.886,90	171.577,36	54.722,55
I.R.R.F.	66.000,00	6.636,60	70.322,72	57.495,82
Outras Receitas Tributárias	114.092,00	13.482,52	112.321,30	127.097,38
Receita de Contribuição	102.000,00	19.047,05	101.077,66	85.923,62
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	102.000,00	19.047,05	101.077,66	85.923,62
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	63.879,00	28.174,83	117.060,77	42.624,23
(-) Aplicações Financeiras	63.879,00	28.174,83	117.060,77	42.624,23
Transferências Correntes	9.507.362,78	1.835.064,52	9.031.141,70	7.451.873,77
F.P.M.	3.360.000,00	543.650,93	3.119.072,31	2.491.239,87
I.C.M.S.	3.880.000,00	840.020,58	3.857.325,86	3.158.311,84
Convênios	90.000,00	27.744,92	124.852,00	92.726,89
Outras Transferências Correntes	2.177.362,78	423.648,09	1.929.891,53	1.709.595,17
Demais Receitas Correntes	329.207,22	53.621,93	298.543,64	316.735,29
Dívida Ativa	32.134,20	7.094,41	42.228,67	55.359,64
Diversas Receitas Correntes	297.073,02	46.527,52	256.314,97	261.375,65
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>980.000,00</b>	<b>931.534,86</b>	<b>1.739.112,46</b>	<b>335.300,04</b>
Operações de Crédito (III)	900.000,00	919.844,26	1.464.747,56	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	80.000,00	11.690,60	62.921,16	62.303,21
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	211.443,74	272.996,83
Convênios	0,00	0,00	211.443,74	272.996,83
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>211.443,74</b>	<b>272.996,83</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.581.121,00</b>	<b>2.003.077,75</b>	<b>10.520.439,61</b>	<b>8.762.331,95</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.146.318,06</b>	<b>1.752.479,45</b>	<b>7.969.635,07</b>	<b>7.386.128,03</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.690.453,71	805.142,25	3.751.187,79	3.254.996,97
Juros e Encargos da Dívida (IX)	78.696,00	27.725,07	72.141,40	41.794,67
Outras Despesas Correntes	5.377.168,35	919.612,13	4.146.305,88	4.089.336,39
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.067.622,06</b>	<b>1.724.754,38</b>	<b>7.897.493,67</b>	<b>7.344.333,36</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.709.444,13</b>	<b>1.075.798,95</b>	<b>2.880.054,04</b>	<b>1.314.294,62</b>
Investimentos	3.412.288,25	1.020.483,37	2.723.024,13	986.777,35
Inversões Financeiras	11.000,00	0,00	0,00	10.200,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	10.200,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	11.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	286.155,88	55.315,58	157.029,91	317.317,27

Município de Cordilheira Alta - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.709.444,13</b>	<b>1.075.798,95</b>	<b>2.880.054,04</b>	<b>1.314.294,62</b>
Amortização da Dívida (XIV)	286.155,88	55.315,58	157.029,91	317.317,27
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.423.288,25</b>	<b>1.020.483,37</b>	<b>2.723.024,13</b>	<b>986.777,35</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>13.490.910,31</b>	<b>2.745.237,75</b>	<b>10.620.517,80</b>	<b>8.331.110,71</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.909.789,31</b>	<b>-742.160,00</b>	<b>-100.078,19</b>	<b>431.221,24</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	794.298,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	794.298,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-679.027,12</b>

FONTE: ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Cordilheira Alta, 08/11/2011

\_\_\_\_\_  
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 FLARI RAFAEL TRICHES  
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
 SILVANA MAGIONI FAVERO  
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO



**Editais de Chamada Pública N. 001/2011**

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2011 - COMISSÃO DE EXAME E AVALIAÇÃO DE BENS E MATERIAIS  
PROCESSO Nº 01/2011

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2011 para a doação de bens patrimoniais inservíveis sobre baixa de patrimônio, a entidades ou instituições. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, através de sua Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais nomeada pelo Decreto nº 075/2011 para efetuar a análise, avaliação e laudo de bens inservíveis, com fins de alienação e assentamento, comunica que se acha aberta CHAMADA PÚBLICA para a doação de bens patrimoniais do Município de Cordilheira Alta, em conformidade com a Lei 8666/93, Art. 17, alínea "a" do inciso II. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação, até às 17:00 horas do dia 23 de novembro de 2011, no Departamento de Jurídico, localizada no Paço Municipal sito à Celso Tozzo, nº 27 - Centro.

Os interessados poderão retirar o Edital e relação de bens no Departamento Jurídico desta Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 15h30min horas de segunda à sexta-feira, ou através do site da Prefeitura de Cordilheira Alta ([www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br)). A retirada do Edital será feita sem cobrança de taxas. As quantidades de doação de bens por entidade ou instituição serão deliberadas pela Comissão. Na hipótese de 2 (duas) ou mais entidades manifestarem interesse pelos mesmos bens, a Comissão de Avaliação de Bens e Materiais, decidindo pela doação, observará a seguinte ordem de preferência: a) entidades que atuem na área da assistência social; b) entidades que atuem na área da saúde; c) entidades que atuem na área da educação; d) entidades que atuem na área de reciclagem de materiais; e) outras entidades, sem fins lucrativos, nos termos do §3, art. 4. Da Lei n. 960/2011. Os itens totais ou parciais dos bens, com ausência de interessados, serão doados a entidades que atuem no ramo de reciclagem de materiais, independentemente de serem ou não conveniadas com o Município.

Cordilheira Alta/SC, 07 de novembro de 2011.

Membros da Comissão de Exame e Avaliação de Bens e Materiais:

CRISTIANO DAL SANTO  
Presidente

EDSON SPERANÇA  
Secretário

IVONEI BREANCINI  
Membro Titular

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito Municipal

**Coronel Martins**

**PREFEITURA**

**Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 117**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 117

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2011 NÚMERO CONTRATO: 117/2011

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 11.090,00 (onze mil e noventa reais)

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 07/11/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato consiste na contratação

de empresa para aquisição de materiais de construção a serem usados na reforma de arquibancadas e iluminação, do Ginásio de Esportes do Grupo Escolar Municipal Monteiro Lobato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Michael Hartmann OAB/SC n. 14.693  
TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ nº. 10.613.505/0001-85  
CONTRATADO: COMERCIAL ESTRELA DA PEDRA LTDA-ME  
DATA VENCIMENTO CONTRATO 31/12/2011

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$

**Corupá**

**PREFEITURA**

**Portaria Nº 1565 - Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC.**

PORTARIA Nº 1565/11

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com o artigo 6º da Lei Municipal nº 1968 de 05 de abril de 2010 e Decreto nº 219/10 de 30 de junho de 2010,

RESOLVE :

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC:

- I - Jony Tribes - Representante da Câmara de Vereadores;
- II - Antônio Vicente Tureck - Representante da Secretaria Municipal de Infra Estrutura;
- III - Paulo C. Ruthes - Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- IV - Curt Linzmeyer - Representante do Rotary Clube de Corupá;
- V - Fernando Gean Lunelli - Representante da Assessoria Jurídica;
- VI - Sirlene Maria Moraes - Representante da Escola de Educação Básica Teresa Ramos;
- VII - Joney Cícero Morozini - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- VIII - Lairton Müller - Representante da Escola de Educação Básica São José;
- IX - Alceu G. Moretti - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Águas de Corupá;
- X - Sandro Rogério Glatz - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
- XI - Marcos Zehnder - Representante do Jeep Clube;
- XII - Samir Sell - Representante do Clube Bananalama;
- XIII - Pedro Freiberger - Representante da Paróquia Católica São José;
- XIV - Conrado Millnitz - Representante da Paróquia Evangélica Luterana;
- XV - Clóbio Maurício Francisco - Representante da Polícia Civil;
- XVI - Marcio Pauli - Representante da Polícia Militar;
- XVII - Jose Carlos Clementino - Representante da Associação de Bombeiros Voluntários;
- XIII - Renato Wedderhoff - Representante do Conseg;
- XIX - Claudio A. A. Silvino - Voluntário;
- XX - Paulo Wodzinski - Representante da CELESC;
- XXI - Lorian Rogério Costa - Representante da Fundação Municipal de Esportes, Turismo, Cultura e Lazer de Corupá;

XXII - Renaldo Wedderhoff - Voluntário.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 27 de setembro de 2010, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1393/11 de 23 de maio de 2011,

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1567 - Nomeia Comissão Executora de Processo Seletivo.**

PORTARIA Nº 1567/11

NOMEIA COMISSÃO EXECUTORA DE PROCESSO SELETIVO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 66, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Nomear Comissão Permanente para Execução de Processo Seletivo para o ano de 2011, desta prefeitura, integrada pelos seguintes servidores:

I - Darci Rutsatz - Presidente;

II - Danieli Hannemann Berner - Secretária;

III - Valquiria Michalak - Membro.

Art. 2º- Os processos seletivos realizados pela Prefeitura Municipal de Corupá, ficarão sob responsabilidade da comissão ora nomeada.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 18 de outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Ata de Anulação - Tomada de Preços 003/11**

LICITAÇÃO ANULADA

MODALIDADE: Tomada de Preços 003/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em razão do Parecer Jurídico firmado pelo Assessor Jurídico desse Município e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Tomada de Preços 003/11 - Processo Licitatório nº 072/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de irregularidades apresentadas nos projetos de engenharia e ainda na ausência de informações importante no edital de licitação, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Ata de Anulação - Tomada de Preços 004/11**

LICITAÇÃO ANULADA

MODALIDADE: Tomada de Preços 004/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em razão do Parecer Jurídico firmado pelo

Assessor Jurídico desse Município e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Tomada de Preços 004/11 - Processo Licitatório nº 073/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de irregularidades apresentadas nos projetos de engenharia e ainda na ausência de informações importante no edital de licitação, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Ata de Anulação - Tomada de Preços 005/11**

LICITAÇÃO ANULADA

MODALIDADE: Tomada de Preços 005/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em razão do Parecer Jurídico firmado pelo Assessor Jurídico desse Município e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Tomada de Preços 005/11 - Processo Licitatório nº 074/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de irregularidades apresentadas nos projetos de engenharia e ainda na ausência de informações importante no edital de licitação, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Ata de Anulação - Tomada de Preços 007/11**

LICITAÇÃO ANULADA

MODALIDADE: Tomada de Preços 007/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em razão do Parecer Jurídico firmado pelo Assessor Jurídico desse Município e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Tomada de Preços 007/11 - Processo Licitatório nº 076/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de irregularidades apresentadas nos projetos de engenharia e ainda na ausência de informações importante no edital de licitação, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Ata de Anulação - Tomada de Preços 008/11**

LICITAÇÃO ANULADA

MODALIDADE: Tomada de Preços 008/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em razão do Parecer Jurídico firmado pelo Assessor Jurídico desse Município e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Tomada de Preços 008/11 - Processo Licitatório nº 077/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de irregularidades apresentadas nos projetos de engenharia e ainda na ausência de informações importante no edital de licitação, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Ata de Anulação - Tomada de Preços 009/11**

LICITAÇÃO ANULADA

MODALIDADE: Tomada de Preços 009/11

Atendendo encaminhamento feito pelo Sr. Presidente da Comissão de Licitação e ainda em razão do Parecer Jurídico firmado pelo Assessor Jurídico desse Município e ainda em conformidade com os atos do Processo Licitatório - Tomada de Preços 009/11 - Processo Licitatório nº 078/11 que resolveu sugerir o cancelamento da licitação em razão de irregularidades apresentadas nos projetos de engenharia e ainda na ausência de informações importante no edital de licitação, resolvo declarar anulada a licitação já mencionada.

Corupá/SC 03 de Outubro de 2011.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

**Curitibanos****PREFEITURA****Contrato Nº...: 195/2011**

Contrato Nº...: 195/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor : 5.824,52 (cinco mil oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 196/2011**

Contrato Nº...: 196/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSP. LTDA

Valor : 2.256,99 (dois mil duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e nove centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 197/2011**

Contrato Nº...: 197/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor : 5.172,80 (cinco mil cento e setenta e dois reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 198/2011**

Contrato Nº...: 198/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Valor : 5.265,00 (cinco mil duzentos e sessenta e cinco reais)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades

de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 199/2011**

Contrato Nº...: 199/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : CRISTALIA PROD QUÍMICOS FARMAC. LTDA.

Valor : 5.483,60 (cinco mil quatrocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades

de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 200/2011**

Contrato Nº...: 200/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA

Valor : 11.467,20 (onze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades

de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 201/2011**

Contrato Nº...: 201/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : DIMASTER COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

Valor : 1.719,50 (um mil setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades

de Saúde do município.

CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 202/2011**

Contrato Nº...: 202/2011

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Dimérios Materiais Cirúrgicos Ltda

Valor : 2.302,08 (dois mil trezentos e dois reais e oito centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas

Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 203/2011**

Contrato Nº...: 203/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA.  
Valor : 5.858,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta e oito reais)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 204/2011**

Contrato Nº...: 204/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : Especialista Produtos para Laboratório Ltda.  
Valor : 2.648,00 (dois mil seiscentos e quarenta e oito reais)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 205/2011**

Contrato Nº...: 205/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda  
Valor : 6.100,48 (seis mil e cem reais e oito centavos)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 206/2011**

Contrato Nº...: 206/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : GRACIOSA DROGARIA E PERFUMARIA LTDA  
Valor : 4.771,44 (quatro mil setecentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 207/2011**

Contrato Nº...: 207/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : Licimed Distrib. de Medicamentos C. P. M. H. Ltda.  
Valor : 2.657,20 (dois mil seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 208/2011**

Contrato Nº...: 208/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS  
Valor : 3.583,25 (três mil quinhentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 209/2011**

Contrato Nº...: 209/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : PRATI DONADUZZI CIA LTDA  
Valor : 2.428,00 (dois mil quatrocentos e vinte e oito reais)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 210/2011**

Contrato Nº...: 210/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : PRO-DIET FARMACEUTICA LTDA-Curitiba 0001-40  
Valor : 2.216,96 (dois mil duzentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 211/2011**

Contrato Nº...: 211/2011  
Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : SULMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA  
Valor : 10.931,00 (dez mil novecentos e trinta e um reais)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades  
de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº...: 212/2011**



**Contrato Nº.: 212/2011**  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.  
Valor : 2.992,72 (dois mil novecentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos)  
Vigência : Início: 04/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de medicamentos para distribuição nas Unidades de Saúde do município.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº.: 213/2011**

Contrato Nº.: 213/2011  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : BIOLAB LABORATÓRIO DE PESQUISAS CLINICAS LTDA  
Valor : 8.000,00 (oito mil reais)  
Vigência : Início: 05/10/2011 Término: 05/12/2011  
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 36/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Contratação de empresa especializada através de Credenciamento para a prestação de serviços de realização de exames de laboratório e testes de bioquímica.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº.: 214/2011**

Contrato Nº.: 214/2011  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : RUDIGER AUTOMOVEIS LTDA  
Valor : 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais)  
Vigência : Início: 10/10/2011 Término: 09/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de um veículo/automóvel, zero km, ano 2011, para manutenção de atividades desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Saúde.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº.: 215/2011**

Contrato Nº.: 215/2011  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA 01-06  
Valor : 1.307,32 (um mil trezentos e sete reais e trinta e dois centavos)  
Vigência : Início: 17/10/2011 Término: 16/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de generos de alimentação para consumo no Centro de Atenção Psicossocial.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº.: 216/2011**

Contrato Nº.: 216/2011  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : Supermercado Colorido Ltda - ME  
Valor : 1.737,90 (um mil setecentos e trinta e sete reais e noventa centavos)  
Vigência : Início: 17/10/2011 Término: 16/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2011  
Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de generos de alimentação para consumo no Centro de Atenção Psicossocial.  
CURITIBANOS, 7 de Novembro de 2011

**Contrato Nº.: 217/2011**

Contrato Nº.: 217/2011  
Contratante.: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS  
Contratada : DECAR PECAS E ACESSORIOS LTDA  
Valor : 4.388,12 (quatro mil trezentos e oitenta e oito reais e doze centavos)  
Vigência : Início: 27/10/2011 Término: 27/12/2011  
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2011  
Recursos : Dotação:  
Objeto : Aquisição de peças e prestação de serviços mecânicos para manutenção de veículos pertencentes à frota municipal vinculados ao Fundo Municipal de Saúde de Curitiba.

**Ermo****PREFEITURA****Decreto Nº. 057 de 09 de novembro de 2011.**

DECRETO Nº. 057 de 09 de novembro de 2011.  
Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

EDSON TADEO GREGORINI, Prefeito Municipal de Ermo em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

**DECRETA:**

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 14 de novembro de 2011 (segunda-feira), tendo em vista as comemorações alusivas ao Dia da Proclamação da República.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 09 de novembro de 2011.  
EDSON TADEO GREGORINI  
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças Interino

**Erval Velho****PREFEITURA****Extrato de Edital de Pregão 023/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO



Processo Licitatório nº 065/2011  
Edital de Pregão Presencial nº 023/2011  
Objeto: Aquisição de tubos em concreto para drenagem pluvial.  
Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 25/11/2011.  
Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal.

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Decreto Nº. 99 de 25 de Outubro de 2011

DECRETO Nº. 99 DE 25 DE OUTUBRO DE 2011  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 13, da Lei Municipal 1.601/2010;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento geral da Prefeitura Municipal de Forquilha, no montante de R\$ 80.00,00 (Oitenta mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
23 - 3390 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
2033 Manutenção Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
104 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 80.00,00

Art. 2º - Para Atender ao montante do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, serão utilizados como fonte de recursos, as anulações de valores de dotações orçamentárias, que relacionamos a seguir:

Órgão 04 - Secretaria de Administração e Finanças  
2008 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças  
25 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Órgão 07 - Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
2033 Manutenção Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano  
104 - 4490 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 80.00,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 25 de outubro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 25 de outubro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO  
Chefe do Departamento de Governo

#### Decreto Nº 102, de 07 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 102, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
PRORROGA O DECRETO Nº 061, DE 10 DE AGOSTO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ENXURRADA.

EU, VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I e XIII e demais dispositivos legais da Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7 do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO QUE:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida do dia 07 a 10 de agosto de 2011, atingindo parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre e Formulário de Avaliação de Danos - AVADAN, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada frente ao desastre, agravado pela continuidade das chuvas no período.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 061, de 10 de agosto de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Forquilha - SC, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 0329/2011

DECRETO Nº 0329, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (58) R\$ 30.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social

11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (180) R\$ 20.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### Decreto Nº 0330/2011

DECRETO Nº 0330, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0030 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0030, de 20 de outubro de 2011, conforme lista anexa.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados para realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0004/2011, no seguinte dia, local e horário:

I - CÓDIGO 1 - MOTORISTA:

DIA DA PROVA 16/11/2011 (Quarta feira)

Local: Pronto Atendimento - Rua Vito Pisetta 77,Vila Salette Fraiburgo, SC.

Inscrição	Nome	Horário
4	VALDECIR DE JESUS SANTANA	8:30hs
1	MARCIA DOS SANTOS	
2	PEDRO FERRARI	
14	LAERCIO ROSA	9:00hs
8	CLAUDIO DE SOUZA	
3	EGON KRUGER	
15	MARCELO RODRIGO CONRADI	9:30
12	FELIX FERREIRA DE OLIVEIRA	
10	VALDIR FERREIRA DE GOSS	
13	PAULO SÉRGIO DE MELLO	10hs
5	VITOR CORDEIRO	
19	VILMAR DIAS DE ALMEIDA	10:30hs
17	MARINHO FRANCISCO DA ROSA PEREIRA	
18	OZIMAR FERREIRA	14:30hs
11	ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA	
7	PEDRO TELLES DOS SANTOS	15:00hs
16	CLAUDINEI PADILHA DE GOIS	
20	EDSON LUIZ MARTINELLI	15:30hs
6	SIDINEI DE OLIVEIRA	
9	JOZIMAR CORDEIRO PAZ	

Parágrafo único. Os candidatos deverão comparecer ao local destinado a realização da prova com antecedência mínima de 15(quinze) minutos, munidos dos documentos exigidos no Edital, sob pena de desclassificação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0030 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Motorista** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Motorista**

***CrITÉRIOS de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º
					Cursos Área	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	VALDECIR DE JESUS SANTANA		35	30	1	0	NÃO	28/8/1975
2	1	MARCIA DOS SANTOS		33	30	1	3	NÃO	23/5/1982
3	2	PEDRO FERRARI		32	30	0	2	NÃO	27/11/1962
4	14	LAERCIO ROSA		32	30	0	1	NÃO	14/8/1969
5	8	CLAUDIO DE SOUZA		26	23	1	1	NÃO	13/3/1977
6	3	EGON KRUGER		25	20	5	0	NÃO	20/10/1989
7	15	MARCELO RODRIGO CONRADI		22	22	0	0	NÃO	25/7/1989
8	12	FELIX FERREIRA DE OLIVEIRA		21	20	1	0	NÃO	14/1/1956
9	10	VALDIR FERREIRA DE GOSS		21	20	1	0	NÃO	20/4/1983
10	13	PAULO SÉRGIO DE MELLO		20	20	0	0	NÃO	25/4/1974
11	5	VITOR CORDEIRO		15	12	0	5	NÃO	22/1/1975
12	19	VILMAR DIAS DE ALMEIDA		15	10	0	2	NÃO	27/2/1961
13	17	MARINHO FRANCISCO DA ROSA PEREIRA		11	10	1	2	NÃO	26/5/1976
14	18	JOZIMAR FERREIRA		11	10	1	1	NÃO	17/7/1986
15	11	ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA		6	0	1	0	NÃO	11/9/1963
16	7	PEDRO TELLES DOS SANTOS		2	2	0	1	NÃO	26/6/1966
17	16	CLAUDINEI PADILHA DE GOIS		1	0	1	1	NÃO	10/6/1979
18	20	EDSON LUIZ MARTINELLI		0	0	0	1	NÃO	20/11/1981
19	6	SIDINEI DE OLIVEIRA		0	0	0	1	NÃO	30/6/1982
20	9	JOZIMAR CORDEIRO PAZ		0	0	0	0	NÃO	10/7/1987

**Portaria Nº 1984/2011**

PORTARIA N.º 1.984 DE 09 DE NOVEMBRO DE 2011.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de SANDRA MARIA PEREIRA DA SILVEIRA MARCON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 693.494.529-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, por 40 horas semanais, a partir de 04 de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 09 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0018/2011-SF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0018/2011 - SF

A Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, conforme segue:

Objeto: Aquisição de dois conjuntos de Moto bomba para instalação no P4 localizado na ETE Jardim América e no P10 localizado no bairro São Miguel. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 24/11/2011. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 09 de novembro de 2011.

ADEMIR PEDRO PERIN

Presidente da SANEFRAI

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0144/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0144/2011 - PMF

Objeto: Aquisição de materiais para manutenção e reforma de parques infantis, localizado no perímetro urbano do município. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 24/11/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 08 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0145/2011-PMF-RP0066**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0066/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de pedras brita para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de dezembro de 2011 a maio de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 28/11/2011. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 09 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Aviso do Pregão Presencial Nº 0146/2011-PMF-RP0067**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0146/2011 - PMF

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0067/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de madeiras de itaúba para montagem de suportes de vasos de flores para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:15 horas do dia 24/11/2011. Abertura: Às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 09 de novembro de 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Decisão**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3576/2011

IMPUGNANTE: COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

INTERESSADO: SECRETARIA DE FINANÇAS

**DECISÃO**

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face de Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 016/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado quedou-se inerte.

Não veio aos Autos qualquer informação ou documento comprobatório do recolhimento do tributo devido (ISSQN).

O Fisco Municipal diligenciou junto ao DETRAN e obteve os documentos necessários à apuração do tributo, como se denota dos documentos de fls. 006/012, cuja vista foi propiciada ao Autuado, o qual, mais uma vez quedou-se inerte (fl. 014v).

Nas fls. 017/022 repousa o Auto de Infração nº 016/2011, onde Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o



ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 19/09/2011, tendo apresentado impugnação em 10/10/2011 (fls. 028/072).

Nas fls. 085/088 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

#### DECIDO

Inicialmente anoto a tempestividade da Impugnação oferecida, tendo em vistas que a intimação ocorreu em 19/09/2011, tendo aportado nesta municipalidade em 10/10/2011, como demonstra o carimbo de fl. 027.

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face de Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado não apresentou os documentos solicitados.

O Fisco Municipal diligenciou junto ao DETRAN e obteve a cópia dos documentos dos financiamentos realizados pelo Autuado no âmbito do Município de Fraiburgo,

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que a Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, tentando obstaculizar a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, o Autuado ficou-se inerte.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 006/012, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante.

#### I - NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO

A alegação trazida pela Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil diz respeito à nulidade do Auto de Infração, por entender que lhe faltam os requisitos legais à sua constituição.

Neste tópico, tenho como minhas as palavras do Sr. Auditor Fiscal quando se manifestou em sua contestação:

"A alegação trazida pelo Autuado é totalmente descabida e desfoçada de fundamento legal, pois o Auto de Infração contém:

1. Denominação Própria: Auto de infração e Termo de Intimação;
2. Hora e Local de sua lavratura;

3. Identificação do Contribuinte;
4. Período Verificado;
5. Descrição do Fato Gerador;
6. Dispositivos Infringidos;
7. Cominações Legais;
8. Relação de Documentos analisados;
9. Demonstrativo: base de cálculo, diferença de imposto, atualização monetária, juros, multa moratória e totais;
10. Intimação para recolhimento do tributo ou oferecimento de impugnação no prazo de 30 (trinta) dias.

O Auto de Infração nº 016/2011 possui todos os requisitos legais, sendo que o Termo de Verificação Fiscal - TVF, anexo ao Auto, é claríssimo, pois elenca novamente todos os documentos utilizados, a base de cálculo, citando e descrevendo minuciosamente todos os dispositivos legais aplicáveis à espécie."

Não se visualiza em nenhum momento qualquer nulidade formal do Auto de Infração, sendo que este reúne todos os requisitos legais necessários à sua constituição e validade.

Além disso, o Autuado faz menção genérica acerca das nulidades que diz estarem insertas no Auto, porém, não as descreve com clareza. Por oportuno, registro que em nenhum momento houve qualquer cerceamento de defesa, já que a Impugnação oferecida pelo Autuado teve acesso a todos os documentos insertos no Processo de Fiscalização, até porque, tanto o AI quanto o TVF de fls. 016/019 são autoexplicativos, deixando bem clara a descrição dos fatos e os dispositivos legais infringidos, oportunizando de forma ampla a defesa do Autuado.

Por tais razões, não merece prosperar a alegação de nulidade do Auto.

#### II - INEXISTÊNCIA DE FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

Alega o Autuado, sucintamente, que as operações de leasing não estão sujeitas ao recolhimento do ISSQN.

Não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos  
RE 547245 / SC - SANTA CATARINA  
RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
Relator(a): Min. EROS GRAU  
Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno  
Publicação  
DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010  
EMENT VOL-02392-04 PP-00857  
RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159  
LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200  
Parte(s)  
RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ  
RECD.(A/S) : BANCO FIAT S/A  
Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa,



simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento.

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN.

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre as operações de leasing não incide o ISSQN, quando o que se busca é a tributação do serviço de arrendamento.

### III - EQUÍVOCO NA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor efetivamente financiado.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

A própria Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil afirma nas fls. 053/054 que:

[ ]

A BASE DE CÁLCULO ESCOLHIDA PARA A COBRANÇA DO ISS FOI O VALOR TOTAL DO VEÍCULO ADQUIRIDO PELA IMPUGNANTE E DISPONIBILIZADO AO ARRENDATÁRIO.

Ora, evidencia-se com tais palavras a confissão da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil por via reflexa, pois confirma que o valor do arrendamento (serviço) corresponde ao próprio valor do bem.

O entendimento jurisprudencial acerca desta matéria demonstra que a base de cálculo do ISSQN é o valor do contrato:

Processo:

AC 698098 SC 2008.069809-8

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 12/05/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , de Tubarão

Parte(s):Apelante: Banco Finasa S/A

Apelado: Município de Tubarão

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO - ARBITRAMENTO - LEGALIDADE 1 "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato"(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007). 2 Nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional, quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor ou o preço, quando verificar a omissão por parte do contribuinte. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - FIXAÇÃO DA MULTA EM PATAMAR MÁXIMO - NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO 1 A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal. 2 Na ausência de critérios legais objetivos para fixação da pena de multa, a aplicação desta no patamar máximo deverá necessariamente vir acompanhada dos fundamentos e da motivação que a justifique. (grifo nosso)

Processo: AC 719684 SC 2008.071968-4

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento:13/04/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , da Capital

Parte(s): Apelantes: Fibra Leasing S/A Arrendamento Mercantil

Apelado: Município de Florianópolis

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA O Superior Tribunal de Justiça "pacificou entendimento no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, no caso em que não ocorre o pagamento antecipado pelo contribuinte, o poder-dever do Fisco de efetuar o lançamento de ofício substitutivo deve obedecer ao prazo decadencial estipulado pelo artigo 173, I, do CTN, segundo o qual o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Precedentes: AgRg nos EREsp 216.758/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Seção, DJ 10.04.2006; EREsp 408.617/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1.ª Seção, DJ 06.03.2006; REsp 844.342/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 25.08.2006; REsp 816.558/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2.ª Turma, DJ 25.05.2006; REsp 639.376/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, 1.ª Turma, DJ 18.05.2006)" (AgRg no Ag n. 717.345, Min. Luiz Fux). ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil

de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exarcebada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre a operação realizada foi tributado o valor do bem, quando na verdade foi tributado o serviço de financiamento, o qual está calcado no valor do contrato. Por oportuno salienta-se que, mera coincidência de valores entre o valor do contrato e o valor do bem, não descaracteriza e nem nulifica a base de cálculo. Além do mais, não trouxe o Autuado nenhum documento capaz de desconstituir a prova dos Autos.

#### IV - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que pelo que se depreende do Processo a sede da empresa é no Município de Curitiba/PR, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de fls. 007/012 no território do Município de Fraiburgo.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº

053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:  
[ ]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, não há que se considerar que pudesse o revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 estabelecer competência diversa, bem como, em relação a Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.  
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.  
2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado

Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de Curitiba/PR. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

#### V - CARÁTER CONFISCATÓRIO DA MULTA

Alega o Impugnante que a multa aplicada tem caráter confiscatório, pois aplicada em 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo apurado. Diz ainda que o entendimento jurisprudencial tem admitido a aplicação da penalidade no patamar máximo de 30% (trinta por cento).

Inobstante a argumentação do Autuado, a multa aplicada no percentual de 50% não apresenta qualquer caráter confiscatório. Aliás, diga-se, se recolhido o tributo dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme termo de fl. 016, esta reduz em 50% (cinquenta por cento), ficando estabelecida em 25% (vinte e cinco por cento) do valor do tributo.

Na mesma linha e utilizando-me do ementário da Apelação Cível nº 2008.071968-4, já citado no item anterior, vê-se a regularidade da aplicação da multa e o seu caráter educativo, ao ponto que o TJSC reduziu a multa aplicada pelo Município de Florianópolis de 400% para 100% do valor do tributo, in verbis:

**MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL**  
Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exacerbada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Assim, sem maiores delongas, entendo estarem também preservados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade invocados nas fls. 068/071.

Por tais motivos, não há que se falar em multa com caráter confiscatório, quando esta visivelmente não reveste desta condição.

#### VI - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do

CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 08 de novembro de 2011.

ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN

Auditora Fiscal

Matrícula nº 875

## Garopaba

### PREFEITURA

#### Decreto N.º 163/2011

DECRETO N.º 163, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O GRUPO DE COORDENAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal n.º 1.524 de 07 de abril de 2011, e demais legislação vigente

#### DECRETA,

Art. 1º. Ficam designados os membros, abaixo relacionados, para integrarem o Grupo de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico, mecanismo de gestão pública da infraestrutura do Município relacionada aos quatro eixos do saneamento básico: abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. O grupo é destinado a acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Art. 2º. O Grupo de Coordenação será composto por:

I - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente

Titular: João Manoel do Nascimento

Suplente: Rafael dos Santos Ulysséa

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Cátia de Lurdes Ferreira Marcon

Suplente: Sandra Nascimento de Abreu Garcia

III - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

Titular: Filipi dos Santos

Suplente: Mariane Fernandes de Avila

IV - Representante da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Titular: Mauro Santos do Nascimento

Suplente: Odair Silveira Correia

V - Representante da Associação Comercial e Industrial de Garopaba -ACIG:

Titular: Leoni dos Santos

Suplente: Regis Luiz Tosetto

VI - Representante dos Profissionais Liberais:

Titular: Nilson Luiz da Silva Mello

Suplente: Paulo Schneider



VII - Representante de associação de pescadores ou agricultores:  
Titular: Valmiro Augostinho do Nascimento  
Suplente: Mariomar Manoel Pereira

VIII - Representante do Projeto Ambiental Gaia Village:  
Titular: Dolizete Zilli  
Suplente: Sandra Severo

IX - Representante da associação de moradores do Bairro Limpa (AMOLIM):  
Titular: Vanda Elizabet Zanella  
Suplente: Rui Carlos Marques de Barcellos

X - Representante da Sociedade Amigos de Garopaba (SAGA):  
Titular: Joaquim Pacheco  
Suplente: João Pedro Moraes

Art. 3º. O Grupo Executivo será presidido pelo representante da Secretaria de Planejamento Territorial e Meio Ambiente.

Art. 4º. São Atribuições do Presidente do Grupo Gestor:  
I - representar o Grupo ou delegar a sua representação;  
II - convocar as reuniões do Grupo sempre que solicitado por qualquer dos seus membros;  
III - coordenar as reuniões e proferir o voto de qualidade nos casos de empate.

Art. 5º. Ao Grupo Executivo compete acompanhar todas as Fases do Trabalho e decidir sobre as responsabilidades legais inerentes ao processo de elaboração do PMSB, aprovando tarefas, prazos, diretrizes e o resultado dos conteúdos.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Novembro de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/11/2011, de acordo com a  
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Decreto N.º 164/2011**

DECRETO N.º 164, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 430.690,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 430.690,00 (quatrocentos e trinta mil e seiscentos e noventa reais) no Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5.000,00  
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 5.000,00  
3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 1.400,00

27812512.032 - Incentivo ao Esporte Amador 1.400,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 1.400,00

12.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 290,00  
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 290,00  
08243562.053 - Assistência a Criança e ao Adolescente 290,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 290,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 424.000,00  
10301252.073 - Func. e Manut. do Setor Saúde 424.000,00  
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 400.000,00  
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 24.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 430.690,00 (quatrocentos e trinta mil e seiscentos e noventa reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA 5.000,00  
12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 5.000,00  
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 1.400,00  
27812512.032 - Incentivo ao Esporte Amador 1.400,00  
3.3.50.0.1.00.000000 - Transf. a Instit. Privada sem Fins Lucrativos 1.400,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas

12.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 290,00  
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 290,00  
08243562.053 - Assistência a Criança e ao Adolescente 290,00  
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 290,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 424.000,00  
10301252.073 - Func. e Manut. Do Setor Saúde 424.000,00  
3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 424.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Novembro de 2011.  
LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA  
Secretária de Administração

### **Decreto N.º 165/2011**

DECRETO N.º 165, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 72.607,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 72.607,00 (setenta e dois mil e seiscentos e sete reais) no Orçamento vigente:

02.01 - GABINETE DO PREFEITO 40.000,00

0412262.002 - Funcionamento e Manut. do Gabinete do Prefeito 40.000,00

3.1.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas 40.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 17.607,00

12361282.020 - Func. e Manut. do Ensino Fundamental 17.607,00

3.3.90.0.3.22.001002 - Aplicações Diretas 17.607,00

14.02 - SECRETARIA DE PLAN TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 15.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 15.000,00

17512311.044 - Const., Ref., e Ampliação Sist. Saneamento Básico 15.000,00

4.4.90.0.3.65.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 72.607,00 (setenta e dois mil e seiscentos e sete reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 10/11/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

#### **Aviso de Licitação Fracassada PR90/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2011

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados que restou FRACASSADO o pregão presencial 90/2011 que teve por objeto o registro de preço para aquisição parcelada, conforme a necessidade, de saibro próprio para base de vias não pavimentadas.

Garopaba, 08 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação PR115/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 115/2011

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba, com fornecimento de peças e acessórios originais de fabrica.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/

SC, até às 13h25min do dia 23/11/2011.

A sessão se dará a partir das 13h30 horas do dia 23/11/2011, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 07 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

#### **Comunicado de Audiência Pública**

##### **COMUNICADO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e em cumprimento a Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007, torna público e CONVIDA todos os cidadãos interessados para participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, que fará realizar, no dia 23 de novembro de 2011, às 18:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, à Rua Professor Antonio José Botelho, n.º 113, Centro, Garopaba, Estado de Santa Catarina, com o objetivo de receber comentários e contribuições, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar seus pleitos, sugestões e opiniões sobre o PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO, tendo a seguinte pauta:

- Lançamento dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Apresentação do Projeto de implantação do Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário da Área Central do Município.

A Audiência contará com a participação do Grupo Executivo de saneamento, sociedade civil, lideranças comunitárias, integrantes do poder público, técnicos da CASAN e da Empresa SC Engenharia Ltda. (responsável pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico).

Garopaba, 08 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **Resolução Nº 15/2011**

RESOLUÇÃO Nº 15/2011

"Aprova as Contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de outubro de 2011"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de outubro de 2011 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 08 de novembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO



Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos oito dias do mês de novembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

### **Resolução Nº 16/2011**

RESOLUÇÃO Nº 16/2011

"FICA CONCEDIDA LICENÇA AO SENHOR VEREADOR LUIZ ANTÔNIO DE CAMPOS"

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador LUIZ ANTÔNIO DE CAMPOS, para exercer o cargo de Secretário Municipal, de acordo com o Art. 89, Parágrafo 5º, Item 1, do Regimento Interno, deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 08 de novembro de 2011.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Presidente  
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos oito dias do mês de novembro de 2011.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2011, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN  
Secretária  
Câmara Municipal de Garopaba

**Gaspar****PREFEITURA****Edital de Notificação de Imposição de Penalidade  
pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 147  
1164/2011****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1164/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMB4453	55114228C	6912/0	29/08/2009	R\$ 53,20	232
LYS2236	55113917C	6599/2	29/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LYS2236	55113918C	5010/0	29/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
LYX9460	54066621D	6920/0	26/05/2011	R\$ 127,69	233
LZX0285	55113823C	6599/2	24/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
LZX0285	55113907C	6912/0	24/08/2009	R\$ 53,20	232
MCA2891	55113107C	6599/2	24/07/2009	R\$ 191,53	230 * V
MDD6284	55116931C	6599/2	24/07/2011	R\$ 191,53	230 * V
MDK1782	55273675B	5010/0	29/08/2009	R\$ 574,61	162 * I
MDK1782	55273676B	6599/2	29/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MEK4629	54066895D	6920/0	27/06/2011	R\$ 127,69	233
MFB2475	55113835C	6599/2	30/08/2009	R\$ 191,53	230 * V
MGS2831	55114367C	6602/0	12/07/2009	R\$ 191,53	230 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade  
Pelo Cometimento De Infração De Trânsito Nº 147  
1165/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 147 1165/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAA2521	8147000561	7455/0	15/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
AGV8416	8147000618	7463/0	20/06/2011	R\$ 127,69	218 * II
DJE4513	54066917D	5746/1	20/07/2011	R\$ 85,12	187 * I
KOM1379	55075577C	5550/0	25/08/2009	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBQ9461	8147000663	7455/0	25/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MBZ2112	54066132D	5568/0	22/05/2011	R\$ 127,69	181 * XIX
MCC2952	55114366C	7030/1	12/07/2009	R\$ 191,53	244 * I
MCF6065	8147000776	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MEV4116	55074712C	5541/1	28/08/2009	R\$ 53,20	181 * XVII
MFC6172	8147000769	7455/0	27/06/2011	R\$ 85,12	218 * I
MFL6273	54066903D	6041/1	12/07/2011	R\$ 127,69	207
MFL6273	54066904D	5746/1	12/07/2011	R\$ 85,12	187 * I
MFP2947	8147000569	7455/0	15/06/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento  
De Infração De Trânsito Nº 147 1162/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1162/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFH0728	55076693C	6920/0	07/05/2010	233
LYL1555	55076682C	6920/0	13/05/2010	233
LZI6723	54067399D	6920/0	21/09/2011	233
MBN5603	54067446D	6912/0	28/09/2011	232
MBN5603	54067447D	5037/1	28/09/2011	162 * III
MFC1283	54067437D	6599/2	22/09/2011	230 * V
MFL1163	55118250C	6599/2	26/08/2011	230 * V
MIY4922	54067445D	6912/0	28/09/2011	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

PAULO NORBERTO KOERICH

DELEGADO DE POLÍCIA

**Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento  
de Infração de Trânsito Nº 147 1163/2011**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 147 1163/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BBZ2809	55115471C	5550/0	14/05/2010	181 * XVIII
ILY6622	54067603D	7366/2	30/09/2011	252 * VI
LYD6073	55076764C	5746/3	07/05/2010	187 * I
LZJ4950	55118974C	6050/1	07/09/2011	208
MFC1283	54067438D	5746/1	22/09/2011	187 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 3 DE NOVEMBRO DE 2011

JACKSON JOSÉ DOS SANTOS

DIRETOR GERAL DE TRÂNSITO



**CÂMARA MUNICIPAL****Homologação e Adjudicação**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR  
LICITAÇÃO Nº. 003/2011  
CONVITE Nº. 002/2011  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Registre-se que a Licitação nº. 003/2011, Convite nº. 002/2011, é uma repetição da Licitação nº. 002/2011, haja vista que esta restou frustrada pela ausência do número legal mínimo de participantes habilitados (fls. 108 e 109).

Nesta Licitação nº. 003/2011, Convite nº. 002/2011, apenas três licitantes participaram do certame (fl. 290 e seguintes), embora quatorze empresas tivessem sido convidadas conforme consta dos documentos acostados aos autos (fls. 232 a 281). Das empresas convidadas, três confirmaram que participariam da licitação (fls. 264, 283 e 289). Outra empresa comunicou a Edilidade do interesse em participar (fls. 287). Ao total, quinze empresas tomaram conhecimento do edital.

Além disso, houve divulgação do edital pelo Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, bem como pelo Mural e pelo site da Câmara Municipal de Gaspar.

Pelo exposto, havendo evidente impossibilidade de se reunirem três propostas válidas para um mesmo item licitado em face do desinteresse das empresas convidadas, afigurando-me que a Licitação nº. 003/2011, Convite nº. 002/2011, encontra-se regularmente desenvolvida e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO o procedimento de que se cogita e em consequência ADJUDICO em favor das vencedoras da presente licitação os objetos licitados conforme segue, observando cada item a numeração constante do edital:

1) ITEM 1 - MICROCOMPUTADOR - 2 NÚCLEOS - 2.90GHZ - 4GB - HD 250GB à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 1.727,05 (um mil, setecentos e vinte e sete reais e cinco centavos);

2) ITEM 2 - MICROCOMPUTADOR - 4 NÚCLEOS - 2.8GHZ - 4GB - HD 2 x 1 TB à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 3.120,80 (três mil, cento e vinte reais e oitenta centavos);

3) ITEM 3 - MONITOR DE LED - 18,5" à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 329,76 (trezentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos);

4) ITEM 4 - NOTEBOOK 14" a 15,6" - 2 NÚCLEOS - 2.1GHZ - 4GB - HD 250GB à empresa Zoom Indústria e Comércio de Computadores Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais);

5) ITEM 5 - MULTIFUNCIONAL (COPIADORA, IMPRESSORA, FAX E SCANNER) à empresa Helioprint Locadora de Equipamentos Ltda pelo valor unitário de R\$ 3.041,40 (três mil, quarenta e um reais e quarenta centavos);

6) ITEM 6 - NO-BREAK - 1.2 KVA à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 342,97 (trezentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos);

7) ITEM 7 - IMPRESSORA - JATO DE TINTA - 15.000 PÁGINAS MÊS à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 387,30 (trezentos e oitenta e sete reais e trinta centavos);

8) ITEM 13 - APRESENTADOR MULTIMÍDIA à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 239,72 (duzentos e trinta e nove reais e setenta e dois centavos);

9) ITEM 14 - ROTEADOR WIRELLES à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 198,18 (cento e noventa e oito reais e dezoito centavos); e

10) ITEM 15 - ESTABILIZADOR 2000VA à empresa Negócios de Informática RW Ltda EPP pelo valor unitário de R\$ 389,49 (trezentos e oitenta e nove reais e quarenta e nove centavos).

Sigam-se os ulteriores termos.

Câmara Municipal de Gaspar, em 10 de novembro de 2011.  
CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA  
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

**Guaramirim****PREFEITURA****Extrato ata de registro de preço**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 36/2011

Objeto: Aquisição de dieta especializada para uso enteral, vial oral e suplementos nutricionais.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 36/2011.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Fornecedores:

Cirúrgica Mafra Ltda

Vencedor dos itens: 01-03-07-11-19 e 22.

Valor: R\$ 48.590,00 (quarenta e oito mil e quinhentos e noventa reais).

Nutrifar Nutrição e Farmacêutica Ltda.

Vencedor dos itens: 02-04-05-06-08-09-14-18-21-23-24-26-28 e 31.

Valor: R\$ 94.115,20 (noventa e quatro mil e cento e quinze reais e vinte centavos).

Rossane Serafim Matos Epp.

Vencedor dos itens: 10-17-20-25-29 e 30.

Valor: R\$ 13.570,00 (treze mil e quinhentos e setenta reais)

Top Comercial Ltda - Me.

Vencedor dos itens: 12-13-15 e 16

Valor: R\$ 12.409,60 (doze mil e quatrocentos e nove reais e sessenta centavos).

Vigência: Início: 30/09/2011 Término: 29/09/2012.

Guaramirim-SC, 30 de setembro de 2011

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

# Herval do Oeste

## PREFEITURA

### Decreto Nº 2.964/2011.

DECRETO Nº 2.964/2011.

"NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO CONCURSO DE LOTAÇÃO, REMOÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE QUE TRATA O EDITAL Nº 001/2011/SMECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores públicos municipais Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kuhl, Andréia Dorini Giacomini, Sadir Rovea e Paulo César Dolejal Berté, para comporem a Comissão que irá realizar a análise dos documentos apresentados e necessários, para o concurso de lotação, remoção e ampliação de carga horária, regulamentado pelo Edital nº 001/2011/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 08 de novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### Decreto Nº 2.965/2011.

DECRETO Nº 2.965/2011.

"REGULAMENTA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, DECRETA:

Art. 1º. Fica regulamentado na Administração Municipal de Herval d'Oeste (SC) o Sistema de Credenciamento através de Edital de Chamamento, para a contratação de fornecedores dos seguintes serviços de saúde:

I - Fornecimento de Consultas Médicas, referente às seguintes especialidades, conforme relação constante do Anexo I.

II - Procedimentos com finalidade de diagnóstico, através de exames especializados, constantes no Anexo II.

III - Medicamentos para distribuição gratuita:

a) Os valores dos medicamentos terão como parâmetro os valores apresentados pela revista ABC FARMA, sendo definido um percentual a menor conforme interesse da administração. Os medicamentos serão concedidos pela Assistente Social, conforme estudo sócio econômico.

IV - Órteses, próteses e materiais especiais:

a) Estes produtos serão concedidos pela Assistente Social, mediante estudo sócio econômico, podendo ser total ou parcial.

V - Serviço de residência terapêutica:

a) Serviço oferecido à usuários dependentes químicos, cujo tempo de permanência excedeu a internação psiquiátrica. Os usuários

farão jus a este serviço após passarem por avaliação dos profissionais do Centro de Atenção Psico Social. O pagamento dar-se-á por diárias, correspondendo ao tempo de permanência, não podendo exceder a 09 (nove) meses.

VI - Procedimentos de internações hospitalares:

a) Serviço oferecido em estabelecimentos hospitalares credenciados e os valores pagos serão conforme a Tabela SUS, autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

VII - Serviços de Próteses Dentárias:

a) O Município fornecerá de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) próteses/mês, com o valor de R\$ 100,00 (cem reais) a unidade. Serão realizadas as seguintes próteses: Prótese Total Mandibular, Prótese Total Maxilar, Prótese Parcial Mandibular Removível, Prótese Parcial Maxilar Removível e Prótese Coronárias/Intrarradiculares Fixas/Adesivas (por elemento).

Art. 2º. Os valores que serão pagos através do Fundo Municipal de Saúde pelos serviços relacionados neste, terão como parâmetro a Tabela SUS, porém alguns serviços terão percentuais de acréscimos diferenciados, conforme interesse da administração e disponibilidade dos serviços.

Art. 3º. Os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se serão estabelecidos em Edital específico para o devido credenciamento.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, e em especial o Decreto nº 2900/2011.

Herval d'Oeste (SC), 08 de novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito

#### ANEXO I

Relação de especialidades Médicas:

#### ITEM - ESPECIALIDADE

- 01 - Endocrinologia
- 02 - Hematologia
- 03 - Ortopedia
- 04 - Cardiologia
- 05 - Otorrinolaringologia
- 06 - Medicina Interna
- 07 - Cirurgia de Cabeça Pescoço
- 08 - Obstetrícia
- 09 - Nutricionista
- 10 - Neurologia
- 11 - Oftalmologia
- 12 - Cirurgia Geral
- 13 - Ginecologia
- 14 - Radiologia
- 15 - Pediatria
- 16 - Gastroenterologia
- 17 - Proctologia
- 18 - Dermatologia
- 19 - Geriatria
- 20 - Psiquiatria
- 21 - Urologia
- 22 - Nefrologia
- 23 - Fisiatria
- 24 - Reumatologia

25 - Pneumologia  
26 - Infectologia  
27 - Proctologia  
28 - Angiologia  
29 - Alergia  
30 - Mastologia  
31 - Acupuntura  
32 - Fisioterapia

a) Serviços oferecidos à população na Clínica Credenciada ou na Unidade de Saúde, cujo serviço é referência à SMS. Os valores pagos terão como parâmetro a tabela SUS, com percentuais de acréscimos diferenciados para cada serviço conforme interesse da Administração Municipal e anuência de ambas as partes.

33 - Pequenos procedimentos cirúrgicos

a) Serviços serão oferecidos à população na Clínica Credenciada ou na Unidade de Saúde, cujo serviço é referência à SMS. Os valores pagos terão como parâmetro a tabela SUS, com percentuais de acréscimos diferenciados para cada serviço conforme interesse da Administração Municipal e anuência de ambas as partes.

## ANEXO II

### Relação dos Procedimentos de Diagnósticos:

#### ITEM - Procedimento

##### 1 - Serviços de Análises Clínicas

a) Serviço oferecido nos Laboratórios credenciados pelo valor definido na tabela SUS.

##### 2 - Diagnósticos por radiologia

a) Serviço oferecido na Clínica Credenciada e os valores terão como parâmetro a Tabela SUS, porém com percentuais de acréscimo acordados entre ambas as partes, prevalecendo o interesse da administração.

##### 3- Diagnóstico por ultra-sonografia

a) Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

##### 4 - Diagnóstico por tomografia

a) Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

##### 5 - Diagnósticos por ressonância magnética

a) Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

##### 6 - Diagnóstico por endoscopia

a) Serviço oferecido na Clínica credenciada, e os valores pagos serão definidos pela Assistente Social, conforme avaliação sócio econômico, podendo ser total ou parcial. A lista de preços, que servirá como parâmetro, terá a concordância de ambas as partes - credenciado e credenciante.

## Tomada de Preços Nº 008/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2011

## TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2011

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

TIPO: Menor Preço Global

### OBJETO

Contratação em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para a Construção da Unidade de Saúde a ser instalado na Rua Santos Dumont, Bairro São Vicente, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra.

### ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 13:30 horas do dia 25/11/2011.

### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R\$ 331.168,12 ( trezentos e trinta e um mil, cento e sessenta e oito reais e doze centavos).

### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está disponível no site : [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional, os projetos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 08 de novembro de 2011.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

ADAIR JOSÉ CERON

Gestor do Fundo

# Imbituba

## PREFEITURA

## Lei Complementar Nº 3.989.2011

Lei Complementar nº 3.989, de 08 de novembro de 2011.

Altera a legislação tributária do município relativa à Taxa de Fiscalização de Empreendimentos Urbanísticos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Tabela de Valores Relativos à Taxa de Fiscalização, prevista no artigo 346 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

CÁLCULO DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO

ASSUNTO	TIPO	SERVIÇO	DETALHAMEN-TO	VALOR EM UFM
	Prédios			
	Análise do Projeto			
	Por metro quadrado (m²)			0,90
	Vistoria/Habite-se			
	Por metro quadrado (m²)			0,40
	Galpões, barracões, garagens e outras dependências			
	Análise do projeto			
	Por metro quadrado (m²)			0,40
	Vistoria/Habite-se			
	Por metro quadrado (m²)			0,20
	Marquises, toldos e semelhantes			
	Análise do projeto/Vistoria			
	Por unidade			20,00
	Muros e calçadas			
	Alinhamento			
Cons- trução, recons- trução e acréscimo		Por metro linear		1,00
Interven- ções Urba- nísticas	Empreendimentos Urbanísticos	Fixação de Diretrizes Urbanísticas		
		Por metro quadrado da gleba		0,01/m²
		Análise de Projetos		
		Por metro quadrado da gleba, excluída área remanescente, se existente		0,05/m²
		Verificação de Obras de Infraestrutura		
Demolição	Qualquer tipo	Por valor orçado (VO) da infraestrutura implantada		0,01/VO
Reformas, Consertos e Reparos que não impliquem em recons- trução	Qualquer tipo	Vistoria	Por unidade	0,45/m²
Aterra- mento e terraplana- gem	Qualquer tipo			
		Análise de projetos/vis- toria	Por volume (m³)	0,10

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, respeitando-se os princípios da anualidade e da noventena.

Imbituba, 08 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e Publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina– DOM.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 46/2011 (SAÚDE)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO Nº 60/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 24 de novembro de 2011, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Registro de Preço para contratação de empresa para eventual aquisição de medicamentos básicos e não básicos, éticos, genéricos e similares, prescritos pelos profissionais da saúde do município de Imbituba, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde do tipo maior desconto na tabela ABCfarma. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 10 de novembro de 2011.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

### CÂMARA MUNICIPAL

### Aviso de AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/11

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 006/11

O Presidente da Câmara Municipal de Imbituba, Vereador Rogberto de Farias Pires, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, juntamente com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Tributação, Transportes, Obras, Urbanismo, Agricultura, Pesca e Fiscalização, Vereador Elísio Sgrott, COMUNICAM aos interessados que farão realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA visando colher subsídios e informações adicionais junto à sociedade civil para as discussões sobre o Projeto de Lei nº 4.176/2011 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Imbituba para o Exercício de 2012.

A audiência ocorrerá no dia 11 de novembro de 2011, sexta-feira, às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

Imbituba/SC, 07 de novembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba





ELÍSIO SGROTT  
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

## Iomerê

### PREFEITURA

#### Decreto 1204/2011

DECRETO Nº. 1204 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Iomerê, no valor de R\$ 3.335,55 (três mil e trezentos e trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) na seguinte dotação orçamentária:

07.00 Fundo Municipal de Saúde  
07.01 Fundo Municipal de Saúde  
2073 Manutenção da Farmácia Básica  
33900000 Aplicações Diretas  
102.00 Impostos e Transferências de Impostos Saúde  
R\$ 3.335,55

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 03 de novembro de 2011.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

#### Portaria 1761/2011

PORTARIA Nº 1761 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora ODETE PEROSA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 12/04/2010 a 11/04/2011 a contar de 01/11/2011 a 30/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 31 de outubro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

#### Portaria 1762/2011

PORTARIA Nº 1762 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor IRIBERTO ANTONIO VOLPATO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2010 a 31/10/2011 a contar de 01/11/2011 a 30/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 31 de outubro de 2011.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

#### Portaria 1763/2011

PORTARIA Nº 1763 DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ADIRCE THOMAZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/10/2010 a 30/09/2011 a contar de 01/11/2011 a 30/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 31 de outubro de 2011.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 31 de outubro de 2011.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças



# Irineópolis

## PREFEITURA

### Portaria Nº. 300/2011

PORTARIA Nº. 300/2011

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

#### RESOLVE:

PRORROGAR, por 30 (trinta) dias, o prazo para a apresentação do Relatório Final dos trabalhos relativos ao Processo Administrativo Disciplinar, dada pela Portaria n.º 340/2010.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), em 10 de outubro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal.

### Extrato Processo Licitatorio 47/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 47/2011

PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 25 de novembro de 2011, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a Aquisição de Kit de Parque de Metal para as Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 09 de novembro de 2011.

WANDERLEI LEZAN

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### Edital de Pregão Eletrônico Nº 32/2011

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2011

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/011

PROCESSO Nº 82/2011

O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da

Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. Fernanda Cristina Rosa, designada pelo Decreto nº 1349/2011 de 01/08/2011, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, a qual obedecerá, integralmente, a Lei Federal nº. 10.520/02 e, os artigos 42, 43, 44, 45, e 46 da LC-123/06, Decreto Municipal nº. 877/09 e Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações posteriores, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, destinado ao recebimento de propostas para o REGISTRO DE PREÇO objetivando a aquisição de material de expediente para uso das Secretarias de Administração e Finanças e Saúde, conforme especificações do Anexo I do Edital. E para conhecimento dos interessados estará recebendo propostas eletrônicas no portal BLL Compras ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)) a partir das 14h:00m do dia 10 de novembro de 2011 até às 08h:00m do dia 25 de novembro de 2011, neste mesmo dia a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa estará fazendo a abertura das propostas devidamente cadastradas às 08h:01m, e às 08h:30m dará início a sessão de disputa de preços no ambiente de Pregão Eletrônico da BLL (Bolsa de Licitações e Leilões). Para aquisição na íntegra do Edital através do site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) ou através do site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), no link "acesso público pregões".

Itapoá, 09 de novembro de 2011.

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeira Oficial

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Extrato PP 34/2011/FMS - PL 41/2011/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2011/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2011/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a fabricação e montagem de móveis sob medida, destinados à estruturação da Farmácia Municipal e do Centro de Especialidades Médicas - CEM. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Data da abertura: Dia 24/11/2011, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 24/11/2011, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 08 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

VILMAR ZÍLIO

Gestor do FMS

**Extrato Contrato 851/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 851/2011/PMJ  
PL 91/2011/PMJ - PP Nº 46/2011/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
CONTRATADA: TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA  
OBJETO: objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de capina mecânica em vias urbanas e logradouros públicos do Município de Joaçaba.  
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 24.030,00  
DATA DE ASSINATURA: 02/09/2011.  
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, contados do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

**Extrato do Contrato Nº 175/2011/FMS - TA 01/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2011/FMS  
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.  
CONTRATADA: DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA.  
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 175/2011 - FMS, firmado em 02/02/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 04/2011/FMS, homologado em 02/02/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 2.651,64 (dois mil seiscentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos), correspondentes a 14,90% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.  
DATA DE ASSINATURA: 04/11/2011

**Extrato do Contrato Nº 177/2011/FMS - TA 01/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2011/FMS  
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.  
CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.  
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 177/2011 - FMS, firmado em 02/02/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 04/2011/FMS, homologado em 02/02/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 4.684,00 (quatro mil seiscentos e oitenta e quatro reais), correspondentes a 13,935% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.  
DATA DE ASSINATURA: 04/11/2011.

**Extrato do Contrato Nº 178/2011/FMS - TA 02/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2011/FMS  
TA 02/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.  
CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
OBJETO: TERMO ADITIVO ao Contrato nº 178/2011-FMS, celebrado em 02 de fevereiro de 2011, proveniente do Processo de Licitação nº 5/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 4/2011/FMS, homologado no dia 02 de fevereiro de 2011, que tem como objeto o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 558,00 (quinhentos e cinquenta e oito reais), correspondentes a 20,03% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.  
DATA DE ASSINATURA: 04/11/2011.

**Extrato do Contrato Nº 179/2011/FMS - TA 01/2011**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2011/FMS  
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.  
CONTRATADA: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.  
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 179/2011 - FMS, firmado em 02/02/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 04/2011/FMS, homologado em 02/02/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATRADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 2.671,60 (dois mil seiscentos e setenta e um reais e sessenta centavos), correspondentes a 12,859% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor,

para todos os efeitos de direito.  
DATA DE ASSINATURA: 04/11/2011

**Extrato do Contrato Nº 183/2011/FMS - TA 01/2011**  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2011/FMS  
TA 01/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.  
CONTRATADA: 1000MEDIC DIST. IMP. EXP. DE MEDICAMENTOS LTDA.

OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 183/2011 - FMS, firmado em 02/02/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 05/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 04/2011/FMS, homologado em 02/02/2011, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde, até o mês de dezembro de 2011, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos: CLÁUSULA PRIMEIRA - CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO - O valor do contrato original fica acrescido em R\$ 1.695,00 (mil seiscentos e noventa e cinco reais), correspondentes a 23,02% do valor inicial contratado, em conformidade ao disposto no art. 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável. E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

DATA DE ASSINATURA: 04/11/2011.

**Aditivo de Conteúdo edital de concurso público**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

ADITIVO AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, estabelece aditivo de conteúdo programático, previsto no Anexo II, do Edital, para o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária:

Fiscal de Saúde Pública

Histórico do combate às doenças transmissíveis no Brasil. A Cadeia Epidemiológica das doenças transmissíveis. Agentes infecciosos e suas propriedades. Conceitos Básicos usados em Epidemiologia. Noções Básicas de Epidemiologia Descritiva. Indicadores de Saúde (medidas de saúde coletiva - coeficiente, taxa) e utilização nos serviços de saúde Lei nº 8.080/90 e Lei 12.401/11. Conhecimento da Portaria n 1943/MG?MS de 18.10.01 referente Doenças de Notificação Compulsória;

Organização do Sistema de Vigilância Epidemiológica - Município, Estado e União;

Vigilância Epidemiológica das doenças imunoprevisíveis;

Vigilância Epidemiológica das doenças transmitidas por vetores;

Vigilância Epidemiológica das doenças diarreicas;

Vigilância Epidemiológica das Zoonoses;

Sistema de Informação em Epidemiologia (notificação, investigação, fluxo das informações);

SUS e a vigilância epidemiológica;

Saneamento e higiene pública;

Segurança Pública;

Falhas, defeitos, ilicitudes e riscos na fabricação, transporte, estocagem e comercialização de alimentos, medicamento e insumos à

indústria e comércio;  
Instrumentalização legal e noções de risco em saúde pública;Consciência sanitária;  
Bem estar público.  
Publique-se.

Joaçaba, 04 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Errata Ordem de Serviço 136/2011**

ERRATA A ORDEM DE SERVIÇO Nº 136/2011

Referente à Ordem de Serviço nº 136/2011, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 03/11/2011:

Onde se lê:

"Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, a iniciar os serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JOAÇABA, SC, ÀS MARGENS DA BR 282, KM 388, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, NESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Processo de Licitação nº 99/2011/PMJ - CONCORRÊNCIA Nº 2/2011/PMJ, homologado em 19/10/2011";

Leia-se:

"Autorizo por meio desta, a empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA a iniciar os serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JOAÇABA, SC, ÀS MARGENS DA BR 282, KM 388, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, NESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Processo de Licitação nº 99/2011/PMJ - CONCORRÊNCIA Nº 2/2011/PMJ, homologado em 19/10/2011".

As demais informações permanecem inalteradas

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2011.

ERRATA A ORDEM DE SERVIÇO Nº 136/2011

Referente à Ordem de Serviço nº 136/2011, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 03/11/2011:

Onde se lê:

"Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, a iniciar os serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JOAÇABA, SC, ÀS MARGENS DA BR 282, KM 388, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, NESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Processo de Licitação nº 99/2011/PMJ - CONCORRÊNCIA Nº 2/2011/PMJ, homologado em 19/10/2011";

Leia-se:

"Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA, a iniciar os serviços de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DO MATERIAL NECESSÁRIO PARA A COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE JOAÇABA, SC, ÀS MARGENS DA BR 282, KM 388, BAIRRO NOSSA SENHORA DE LOURDES, NESTE MUNICÍPIO, de acordo com o Processo de Licitação nº 99/2011/PMJ - CONCORRÊNCIA Nº 2/2011/PMJ, homologado em 19/10/2011".

As demais informações permanecem inalteradas

Joaçaba (SC), 08 de novembro de 2011.



**Ordem de Serviço Nº 137/2011, recebida em 01/11/2011**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 137/2011

Autorizo por meio desta, a empresa MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA a iniciar os serviços de IMPLANTAÇÃO, READEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (VERTICAL E HORIZONTAL), NAS VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), de acordo com o Processo de Licitação nº 102/2011 - CONVITE Nº 15/2011, homologado em 25/10/2011. O total do serviço contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 84.720,80 (oitenta e quatro mil, setecentos e vinte reais e oitenta centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula TERCEIRA do CONTRATO Nº 860/2011, de 25 de outubro de 2011. O prazo para a conclusão dos serviços é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da presente. Fica responsável pelos trabalhos de Fiscalização desta obra, o Engº Civil Adriano Ziero. Joaçaba (SC), 25 de outubro de 2011.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA  
REPRESENTANTE: JORGE OMAR BORSA

Assinatura e carimbo  
CPF: 131.986.100-87

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**José Boiteux****PREFEITURA****Processo Licitatório 35/2011**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 35/2011  
TOMADA DE PREÇO Nº 012/2011

O Prefeito Municipal de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 24/11/2011, às 10:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº13, REFERENTE a Contratação de Instituição de Ensino Superior para realização de Concurso Público para Provimento de Cargos e Empregos Públicos em JOSE BOITEUX. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 11:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 09 de Novembro de 2011.  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

**Lages****PREFEITURA****Rerratificação PP 22-2011 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RERRATIFICAÇÃO

REF.:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2011 - SMS  
OBJETO:AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA ATENDER AO PROGRAMA DA ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA DA SAÚDE.

O Município de Lages, em atenção a pedido de esclarecimentos, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

1. No item 14. Da Proposta e no item 23. Do Direito de Reserva, do Edital:

Onde se lê "VEÍCULO(S)", leia-se: "PRODUTO(S)";

2. Nos subitens: 14.8.6 e 14.8.7.: Excluí-los do Edital.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 08 de novembro de 2011.

Antônio Cesar Alves de Arruda  
Secretário da Administração

**Resultado Final CV 47-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL  
ASSUNTO: CONVITE Nº 47/2011 - PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO DO BRILHO DE NATAL DO MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDORA: ADINAL PUBLICIDADE E PROM. ARTISTICAS LTDA .  
VALOR: R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais).

Lages, 08 de novembro de 2011.

Antônio Cesar Alves de Arruda  
Secretário de Administração

**Resultado Final CV 45-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL  
ASSUNTO: CONVITE Nº 45/2011 - PML

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Perfuração e Instalação de Poço Artesiano na EMEF. Santa Terezinha do Salto, nesta cidade, com fornecimento de material.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado do presente Processo Licitatório:

VENCEDORA: ÁGUA AZUL - POÇOS ARTESIANOS LTDA.  
VALOR: R\$ 30.466,57 (Trinta mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e sete centavos).

Lages, 08 de novembro de 2011.

Antônio Cesar Alves de Arruda  
Secretário de Administração

**Resultado Final PP 05-2011 FMAS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL  
ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2011 - FMAS

OBJETO: Aquisição de Equipamentos para uso no Banco de Alimentos.

O Município de Lages, torna público aos Interessados, para os devidos fins e efeitos, o resultado final do presente Processo Licitatório:

VENCEDORA: COMERCIO DE ELETRO DOMESTICOS LAGES LTDA..  
VALOR COTADO: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

Lages, 08 de novembro de 2011.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração

**Resultado Final PP 17-2011 SMS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL  
ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2011 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS E TONERS PARA USO EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:

LOTE 01: FITFORMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA ME. VALOR: R\$ 11.716,00 ( Onze mil, setecentos e dezesseis reais).

LOTE 02: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA ME. VALOR: R\$ 49.913,20 ( Quarenta e nove mil, novecentos e treze reais e vinte centavos).

LOTE 03 E 04: FORTEC INFORMÁTICA LTDA. VALOR: R\$ 17.320,00 ( Dezessete mil, trezentos e vinte reais).

LOTE 05: ELMO PAPELARIA LTDA ME. VALOR: R\$ 6.400,00 ( Seis mil e quatrocentos reais).

Lages, 08 de novembro de 2011.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração

**Resultado Final PP 53-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL  
ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2011 - PML

OBJETO: Aquisição de Material de Sinalização Semafórica para substituição de Semáforo no Cruzamento da Avenida Belisário Ramos com Avenida Papa João XXIII.

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:

VENCEDORA: SINACOM INDUST E COM DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA LTDA-ME.

VALOR: R\$ 13.000,00 ( Treze mil reais).

Lages, 08 de novembro de 2011.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração

**Resultado Final PP 54-2011 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Setor de Licitação  
RESULTADO FINAL  
ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2011 - PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

O Município de Lages, torna público aos Interessados, para os devidos fins e efeitos, o resultado final do presente Processo Licitatório:

VENCEDORA: ZAGO FERRAGENS E MAT. DE CONS. LTDA  
VALOR: R\$ 14.040,00 ( Quatorze mil e quarenta reais).

Lages, 08 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Lei Nº 3799/2011**

LEI Nº. 3799

De 08 de novembro de 2011

CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS ATINGIDOS PELOS ALAGAMENTOS OCORRIDOS DURANTE O ANO DE 2011.

AIDAMA R SEMINOTTI HOFFER, Vice-Presidenta da Câmara de Vereadores

do Município de Lages, Estado de Santa Catarina FAÇO SABER, que a edilidade, em Sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do parágrafo 6º do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º. Estão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano

(IPTU), para o exercício de 2012, todos os proprietários de imóveis localizados em áreas que foram atingidas pelos alagamentos, enchentes e enxurradas ocasionadas pelas chuvas ocorridas durante o ano de 2011, conforme levantamento das áreas geográficas atingidas, realizado por órgão ou instituto competente.

§1º. Para ter direito ao benefício da isenção de que trata o caput deste artigo, o proprietário deve residir no imóvel.

§2º. O benefício pode ser estendido ao locatário, arrendatário, detentor dos direitos reais de habitação, promitente comprador, desde que tenham a posse direta do imóvel localizado nas áreas referidas no caput deste artigo e comprovem, por escrito, através de instrumento contratual, a sua responsabilidade pelo pagamento do IPTU.

Art. 2º. O Poder Executivo não poderá exigir documentos comprobatórios para a concessão do benefício, salvo o título de propriedade e, nos casos do §2º do artigo anterior, o instrumento contratual que outorga a condição de possuidor direto às pessoas ali mencionadas.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo



máximo de 30 (trinta) dias de sua entrada em vigor, tomando providências no sentido de identificar todos os beneficiários e notificando-os da isenção concedida.

**Parágrafo Único.** O Poder Executivo incluirá, na Lei Orçamentária do ano de 2012, todo o impacto orçamentário decorrente das isenções concedidas nesta Lei, como também, promoverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da entrada em vigor desta Lei, a sua plena adequação a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas a dar plena eficácia ao comando do art. 1º. desta Lei.

**Art. 3º. A.** Se o Poder Executivo não cumprir com o mandamento do caput do artigo anterior e do seu parágrafo único, caberá ao Poder Legislativo, quando da deliberação da proposta orçamentária do ano de 2012, efetuar a emenda necessária ao cumprimento da presente lei, indicando a receita e demais fatores sobre os quais recairá o impacto orçamentário gerado pela isenção concedida no art. 1º, bem como, com relação à lei de diretrizes orçamentárias, proceder aos necessários ajustes com vistas ao cumprimento do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o seu artigo 1º.

Sala das Sessões, 08 de novembro de 2011.

AIDAMARI\NOTTI HOFFER  
Vice-Presidenta

Registre-se. Publique-se.  
Aidam r minotti Hoffer  
Vice-Presidenta

Rua Otacílio Vieira da Costa, 280 CEP 88501-050 Lages - SC  
Fone/Fax (049) 3251-5422  
Site: [www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br)

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### **Contrato Nº 073/2011 PMLL**

CONTRATO Nº 073/2011 - PMLL

“Contrato de aquisição de peças e a prestação de serviços para reparo na bomba injetora da Retroescavadeira New Holland, modelo LB 110, chassi NAAH21041, ano 2010, equipada com motor com potência líquida de 100 HP, 4 cilindros, diesel, pertencente a Frota da Secretaria Municipal de Transporte e Obras, conforme Portaria nº 144/2011 de 22 de agosto de 2011”.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a MECÂNICA DAGNONI LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Videira, 56, bairro Barragem, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº

11.042.391/0001-23, neste ato representada pelo senhor Vanderlei Dagnoni, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições na Dispensa de Licitação nº 081/2011, ajustam o presente CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a aquisição de peças e a contratação de serviços para reparo na bomba injetora da Retroescavadeira New Holland, modelo LB 110, chassi NAAH21041, ano 2010, equipada com motor com potência líquida de 100 HP, 4 cilindros, diesel, pertencente a Frota da Secretaria Municipal de Transporte e Obras, conforme Portaria nº 144/2011 de 22 de agosto de 2011.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de material ou prestação de serviços, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º - Materiais e serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto ao CONTRATADO, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 31/12/2011, conforme necessidade da Administração Pública, que se manifestará através de Autorização de Fornecimento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago ao CONTRATADO, o valor de R\$ 3.001,00 (três mil e um reais), sendo R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) o preço total dos serviços, e R\$ 2.681,00 (dois mil, seiscientos e oitenta e um reais) o preço total das peças. Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal do CONTRATADO, em até 05 (cinco) dias após a entrega do material e a prestação de serviços, com a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os materiais fornecidos e serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - O CONTRATADO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Disponibilizar os materiais e executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Entregar os materiais executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;
- 3) Prestar assistência técnica especializada quando solicitado no prazo regulamentar desta;
- 4) Executar os serviços em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;
- 5) Prestar serviços referente a garantia, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar o recebimento dos materiais e serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito na Dispensa de Licitação nº 081/2011.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - O CONTRATADO declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Fornecimento de Materiais, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO**. Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 09 de novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
PREFEITA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

VANDERLEI DAGNONI  
MECÂNICA DAGNONI LTDA ME  
CONTRATADO

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
CPF/MF nº 017.410.949-09 JUAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN  
CPF/MF nº 005.166.179-90

### Lista dos Candidatos Inscritos - Processo Seletivo N.º 008/2011

Estado de Santa Catarina  
Município de Leoberto Leal  
Edital de Processo Seletivo Nº 008/2011

### LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal homologa e torna público a Lista de Candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº 008/2011.

Professor de Educação Infantil

Nº de Inscrição Nome do Inscrito Código do Cargo

004	Aliandre Luzia Lohn	004
005	Sueli de Oliveira	003
007	Simone de Oliveira	004
008	Michele Scheimann	004
010	Aline Kraus	004
012	Djeni Knis	004
015	Luana Maria Kreusch da Silva	004
016	Marlize Aparecida Motta	004
017	Nádia Aparecida Steinbach	004
018	Débora Aparecida Gritten Alves	004
024	Raquel Hilleshein	002
030	Dariani da Silva Eger	001
032	Simone Hoffmann Kreusch	004
034	Marlou Yara de Souza	004
035	Stefanni Mary da Silva Franzen	004
037	Mayara Fernanda Motta	004
Total de candidatos inscritos = 16		

Professor de Séries Iniciais

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	Código do Cargo
001	Maristela Lopes	008
003	Eliandre Schaffer	008
009	Beatriz Clasen	008
011	Elaine Flávia Marian	008
014	Daiane Lohn de Souza	008
019	Irivaldo Jesus Kniss	005
020	Marlene Kreusch	008
021	Michele Carla Marian Hoffmann	005
023	Marisete Maria de Souza Marian	005
026	Maria Albertina Hoffmann	005
027	Euza Regina de Souza Gonçalves	005
028	Jefferli Alex Steinbach	008
029	Joice da Silva Schvindan	005
031	Silvia Maria Petri Heerdt	005
038	Patrícia Aparecida Krauze	008
039	Marlita Schäfer	008
040	Daniel Robson Alves	008
Total de candidatos inscritos = 17		

Professor de Educação Física - 20 horas

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	Código do Cargo
013	Cláudia Becker da Cunha	009
025	Franciele Sezerino	010
033	Vinicius Guchert	010

Total de candidatos inscritos = 03

Professor de Educação Física - 40 horas

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	Código do Cargo
022	Mateus Marcos Brandl	011
041	Cleyton José França	012

Total de candidatos inscritos = 02

Professor de Matemática  
Nenhum candidato inscrito.

Professor de Língua Portuguesa  
Nenhum candidato inscrito.

Professor de Geografia  
Nenhum candidato inscrito.

Professor de História  
Nenhum candidato inscrito.

Professor de Ciências

Nenhum candidato inscrito.

Professor de Artes / Ensino Religioso

Nº de Inscrição	Nome do Inscrito	Código do Cargo
002	Camila Coelho	036
006	Emerson Luiz Estevão	036
036	Carolina Patrícia da Cunha	036

Total de candidatos inscritos = 03

Professor de Inglês  
Nenhum candidato inscrito.  
Professor CEJA - Alfabetizador / Nivelador  
Nenhum candidato inscrito.

Comunica ainda que as provas serão realizadas às 13h30min do dia 20 de novembro de 2011, tendo como local as dependências da Escola de Educação Básica Bertino Silva, situada no Centro, na cidade de Leoberto Leal / SC.

Leoberto Leal, em 09 de novembro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

**Lei Complementar Nº 181/2011, de 07 de Novembro de 2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 181/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO 2º DO ARTIGO 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 174/2011, DE 17 DE JUNHO DE 2011 INSTITUI PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º . Fica alterada a descrição da data para formalizar a opção ao programa previsto no inciso 2º constante no Artigo 2º da Lei Municipal Nº 174/2011, de 17 de junho de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [ ]

I § 2º. A opção deverá ser manifestada e formalizada até o último dia útil do mês de novembro de 2011.

\*\*\*\*\*

[ ]

Art. 2º Ficam inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar nº 174/2011 de 17 de junho de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 07 de novembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

**Lei Complementar Nº 182/2011, de 07 de Novembro de 2011.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 182/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à empresa vencedora do processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, a título de incentivo econômico, a concessão de direito real de uso gratuito com opção de doação por parte do beneficiado do terreno, com área aproximada de 1.000,00m² (mil metros quadrados), localizada na área industrial do Município, a ser desmembrado da matrícula registrada sob nº 24.866 no Cartório de 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia, SC.

Art. 2º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar a instalação de uma Unidade de Processamento de Acabamento com Apliques em Portas de Madeira

Art. 3º O Município disponibilizará os serviços de máquinas, necessários para adequação do terreno, com vistas à implantação da unidade.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 07 de novembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi  
Técnico Administrativo

### **Lei Ordinária N.º 1.045/2011, de 01 de Novembro de 2011**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.045/2011, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011  
AUTORIZA O MUNICÍPIO A PROVIDENCIAR O PAGAMENTO DE ÁREAS DE TERRAS DECORRENTE DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a efetuar o pagamento das áreas de terras abaixo identificadas, decorrente de desapropriação amigável, consoante termos de compromisso partes integrantes desta:

I - 18.000 m<sup>2</sup>, área de terras de propriedade de Albino Frederico Techio, parte integrante dos lotes rurais nº 390(trezentos e noventa) e lote nº 391(trezentos e noventa e um), com a área respectivamente de 226.435 m<sup>2</sup> (duzentos e vinte e seis mil quatrocentos e trinta e cinco metros) e 41.659m<sup>2</sup> (quarenta e um mil seiscentos e cinquenta e nove metros quadrados), totalizando 268.094m<sup>2</sup>(duzentos e sessenta e oito mil noventa e quatro metros quadrados), do Bloco 24, da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com uma casa velha de madeira, encravada na área supra descrita, confrontando com: o lote rural nº 390(trezentos e noventa), confronta: ao Noroeste, com o lote rural nº 389(trezentos e oitenta e nove); ao Sul, com lotes nºs 55 e 57(cinquenta e cinco e cinquenta e sete); a Este, com o Lote nº 391(trezentos e noventa e um) e ao Oeste, com o Rio Engano e a parte do Lote rural nº 391(trezentos e noventa e um), confronta: ao Norte e Este, com o Rio do Engano; ao Sul, com parte do mesmo lote; ao Oeste com o Lote rural nº 390(trezentos e noventa), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 1.681.

II - 13.000m<sup>2</sup>, área de terras de propriedade de Avelino Techio, parte integrante do lote rural nº 324 (trezentos e vinte e quatro), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 79.324m<sup>2</sup>(setenta e nove mil trezentos e vinte e quatro metros quadrados) , com benfeitorias, com as seguintes confrontações: ao Nordeste, com o Lote N. 7, da Quadra F, Rua Bom Pastor e com parte do Lote Rural n. 326, pertencente a Jorge Zuanazzi, ao Sudoeste com parte do mesmo lote, pertencente a Izaias Tombini; ao Leste com área desmembrada e pertencente a Avelino Techio e ao Noroeste com o Lajeado Joanino, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 22.097, do livro nº 2 "BO".

III - 10.000m<sup>2</sup>, área de terras de propriedade de Realdo Damin, parte integrante dos lotes rurais nº 373 e 374 (trezentos e setenta e três e trezentos e setenta e quatro), do Bloco Sertãozinho, da Colônia de Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 223.368 m<sup>2</sup>(duzentos e vinte e três mil trezentos e sessenta e oito metros quadrados) , com benfeitorias, com as seguintes

confrontações: ao Norte, com os Lotes N. 368 e 369, pertencentes a Nelio Fiorentin e Maria Salete Ribeiro, ao Leste com o Lajeado Joanino e e parte do Lote Rural N. 374, de propriedade de Jorge Zuanazzi e Revelino Damin e ao Oeste com parte do Lote Rural N. 372, de propriedade de Giarema Giron e ao Sul com área de Propriedade de Assis Jora, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia sob matrícula nº 10.041, do livro nº 2 "AP".

Art. 2º O Município pagará pela área de terras discriminada no art. 1º, I, desta Lei o valor de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), pela área de terras discriminada no inciso II do artigo anterior o valor de R\$ 58.500,00 (cinquenta e oito mil e quinhentos reais) pela área de terras discriminada no inciso III do artigo anterior o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Parágrafo Único. Os pagamentos efetuar-se-ão após as outorgas definitivas das escrituras de compra e venda.

Art. 3º As despesas correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,  
Em, 01 de novembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi  
Técnico Administrativo

### **Lei Ordinária N.º 1.046/2011, de 01 de Novembro de 2011**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.046/2011, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, ATRAVÉS DA CÂMARA DE VEREADORES, A REALIZAR DESPESAS PARA A SESSÃO SOLENE QUE CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO LINDOIENSE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, através da Câmara de Vereadores, a realizar despesas para promover a Sessão Solene da Câmara de Vereadores de Lindóia do Sul.

§ 1º. Fica estabelecido o valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), para os gastos com a Solenidade do caput do presente artigo.

§ 2º. As despesas poderão ser efetuadas, entre outras, para organização e realização da Sessão Solene a ser designada pela Câmara, tanto para aquisição de materiais e/ou prestação de serviços e demais gastos necessários ao evento, bem como a confecção de placas de Título de Cidadão Lindoiense.

Art. 2º. Para a organização do evento, a Câmara de Vereadores, tendo em vista a inexistência de estrutura administrativa/financeira própria, poderá utilizar-se dos serviços administrativos do Executivo, mediante requisição da Comissão Organizadora a ser indicada em Resolução da Câmara.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei



correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município, destinadas a Câmara de Vereadores.

Art 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,  
Em, 01 de novembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi  
Técnico Administrativo

**Lei Ordinária N.º 1.047/2011, de 07 de Novembro de 2011**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.047/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Adierson Carlos Bussolaro, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.691,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 1.001 - Aquisição de Móveis e Equipamentos  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 6.291,00

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo  
3.1.90.00.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.00.0104- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucr R\$ 2.400,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado,  
Em, 07 de novembro de 2011

Sandra Regina Zuanazzi  
Técnico Administrativo

**Decreto Nº 2.183/2011, de 31 de Outubro de 2011.**  
DECRETO Nº 2.183/2011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme art.. 11º da Lei Ordinária Nº 985/2010 de 15 de Dezembro de 2010:

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social  
Projeto/Atividade 1.008 - Investimentos Gerais - FMAS  
4.4.90.00.00.00.00.00.0212- Aplicações Diretas R\$ 5.544,00

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL  
Unidade 01 - Diretoria de Ação Social  
Projeto/Atividade 2.024 - Assistência Comunitária - FMAS  
3.3.90.00.00.00.00.00.0212- Aplicações Diretas R\$ 6.930,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação decorrente do convênio firmado com Secretaria do Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação/Fundo Estadual de Assistência Social:

Fonte: Excesso de Arrecadação de Convênio: R\$ 12.474,00

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado, em, 31 de Outubro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

**Decreto Nº 2.184/2011, de 31 de Outubro de 2011.**  
DECRETO Nº 2.184/2011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme art.. 8º da Lei Ordinária Nº 985/2010 de 15 de Dezembro de 2010:

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades de Saúde



Pública

3.3.20.00.00.00.00.0214- Transferências a União R\$ 1.100,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 10: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LINDÓIA DO SUL  
Unidade 01 - Fundo Municipal de Saúde de Lindóia do Sul  
Projeto/Atividade 2.028 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública

3.3.40.00.00.00.00.0214- Transferências a União R\$ 1.100,00

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado, em, 31 de Outubro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

**Decreto Nº 2.185/2011, de 31 de Outubro de 2011.**  
DECRETO Nº 2.185/2011, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme art. 6º da Lei Ordinária Nº 985/2010 de 15 de Dezembro de 2010:

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Unidade 04 - Fundo Municipal de Assistência Médica  
Projeto/Atividade 2.020 - Manutenção das Atividades do FAM  
3.3.90.00.00.00.00.0012- Aplicações Diretas R\$ 20.164,69

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação verificado na fonte:

Fonte: Excesso de Arrecadação: R\$ 20.164,69

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 31 de Outubro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

**Decreto Nº 2.187/2011, de 07 de Novembro de 2011.**  
DECRETO Nº 2.187/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia

do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, conforme Lei Ordinária Nº 1.047/2011 de 07 de Novembro de 2011:

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo  
3.3.90.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 10.691,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 1.001 - Aquisição de Móveis e Equipamentos  
4.4.90.00.00.00.00.0104- Aplicações Diretas R\$ 6.291,00

Órgão 01: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Unidade 01 - Câmara Municipal de Vereadores  
Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção do Poder Legislativo  
3.1.90.00.00.00.00.00104- Aplicações Diretas R\$ 2.000,00  
3.3.50.00.00.00.00.00104- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucr R\$ 2.400,00  
Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 07 de Novembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

**Decreto Nº 2.187/2011, de 07 de Novembro de 2011.**  
DECRETO Nº 2.187/2011, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
CONSTITUI EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município; CONSIDERANDO o que estabelece o "TERMO DE REFERÊNCIA" elaborado pelo CIS-AMAUC:

**D E C R E T A**

Art. 1º Fica convocada para acompanhar os trabalhos de execução do Plano Diretor do Município de Lindóia do Sul a "Equipe Técnica Municipal", compostas pelas pessoas abaixo nominadas, ficando ainda o primeiro designado como Coordenador Municipal:  
I - Marinês Ribeiro Perondi  
II - Juciê Gugel  
III - Diego Frare

IV - Adilson Luiz Angnolin  
V - Siméia Cristina Santin Pereira da Silva  
VI - Igor Frare Grandi  
VII - Valdecir Meneghini  
VIII - Loiri Rech  
XIX - Adilson Moretto  
X - Mari Lucia Gasparotto  
XI - Rodinei Loss  
XII - Marcelino Hurns  
XIII - Osvino Zuanazzi  
XIV - Roque Luiz de Souza

Art. 2º Fica convocada para acompanhar os trabalhos de execução do Plano Diretor do Município de Lindóia do Sul a "Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor", compostas pelas pessoas abaixo nominadas, ficando a mesma sob coordenação do primeiro:

I - Jadimar Carlos Frigeri  
II - Pedro Bringenti  
III - Antônio Toldo  
IV - Ari Francisco Rossetto  
V - Irto Domingos Zonta  
VI - Ademir Zanella  
VII - Lindomar Pedroso  
VIII - Osório Frare  
XIX - Saionara Poletto  
X - Adir Zonta  
XI - Lauri Balensiefer  
XII - Luiz Carlos Fiorentin  
XIII - Sandro Restelatto  
XIV - Ivete Balbino Fiorentin  
XV - Genir Loli

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,  
Em, 07 de Novembro de 2011

SANDRA REGINA ZUANAZZI  
Técnico Administrativo

### **Extrato pregão sessão solene serviço de ornamentação e buffet**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para prestação de serviços de ornamentação (decoração) e serviços de buffet para realização da sessão solene, as 08:30 horas do dia 25 de novembro de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15, horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de novembro de 2011.  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial 44/2011**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2011

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para contratação de instituição de ensino superior, para realização de serviços de inscrição de candidatos, elaboração de questões inéditas, aplicação das provas (escritas e práticas), correção, avaliação, e julgamento de eventuais recursos inerentes ao concurso público a ser realizado pelo Município, as 08:30 horas do dia 24 de novembro de 2011, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de novembro de 2011.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

### **Edital de Convocação: Audiência Pública - Emenda ao OGU**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoca Audiência Pública

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

#### **RESOLVE:**

Torna público que, a Audiência Pública - Definição de Prioridade para Emenda de Iniciativa Popular ao Orçamento Geral da União fica agendada para o dia 17 de Novembro de 2011 (quinta-feira), às 17:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, nesta cidade, ficando assim convocados todas as associações representativas dos vários segmentos da comunidade e todos os interessados da população em geral.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém alegue ignorância, é expedido o presente Edital de Convocação, que será publicado na Imprensa Local e afixado na sede da Prefeitura, bem assim na sede das Secretarias Municipais e em outros locais públicos, de forma a ser dada ao mesmo a mais ampla divulgação.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Prefeito Municipal

### **Edital de Prorrogação das Inscrições de Candidatos aos Cargos de Conselheiro Tutelar e Suplente do Conselho Tutelar**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL - SC

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

EDITAL DE PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE CANDIDATOS AOS CARGOS DE CONSELHEIRO TUTELAR E SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR

A Comissão Organizadora do Processo Eleitoral para a Escolha dos Membros Efetivos e Suplentes do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lindóia do Sul, instituída em Ata nº044/11 de 25 de outubro de 2011, do Conselho

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e consoante as disposições dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 35, de 16 de março de 1999, torna público, para o conhecimento de toda a sociedade, que na forma de legislação citada e ainda, na forma de Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, informa que o item III do Capítulo II do Edital de Inscrição de Candidatos aos cargos de conselheiro tutelar do conselho tutelar de Lindóia do Sul, prorroga-se as inscrições até o dia 11/11/11 (sexta-feira).

Lindóia do Sul, 07 de novembro de 2011  
Presidente da Comissão  
Coordenadora do Processo Eleitoral

## Luzerna

### PREFEITURA

#### Extrato Pregão pml.0039.11 - Material de Expediente EDITAL

Pregão Presencial nº 039/2011

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, NORIVAL FIORIN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: Aquisição de material de expediente destinado à Unidade Gestora - Prefeitura de Luzerna e os Fundos Especiais, conforme discriminados em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 29 de novembro de 2011.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 29 de novembro de 2011

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

## Macieira

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA Nº 0002/2011

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2011

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0033/2011

O Prefeito Municipal de Macieira torna pública a Dispensa de Licitação nº 0002/2011 para a contratação direta da empresa Tecnicard LTDA ME, para conserto do veículo gol G5, placas MHJ 5635, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde, sendo peças referentes à recuperação do motor, bem como fornecimento de mão de obra e serviços de retífica, conforme proposta apresentada pela empresa e orçamentos em anexo. Valor total das peças e serviços: R\$ 7.068,16 em conformidade com o artigo 24, II, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes. Prazo de entrega: 05 dias úteis. Prazo do contrato: 06 meses.

Macieira, 08 de novembro de 2011.  
ROZALINO CAMUZZATTO  
Secretário Municipal de Saúde.

## Massaranduba

### PREFEITURA

#### Lei Nº. 1367 de 08 de Novembro de 2011

LEI Nº. 1367 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 13.000.00 (Treze mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.241.0080.2018 - Integração de Idosos

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS

0701 - 31900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0042.2013 - Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 - 33500000 - Transferência a Instituições s/ fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

#### Lei Nº. 1368 de 08 de Novembro de 2011

LEI Nº. 1368 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000.00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0702 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA

0702 - 33900000 - Aplicações Diretas

0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 0701.008.244.0080.2024 - Manutenção da Casa da Juventude  
 0701 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00  
 0701 - 44900000 - Aplicações Diretas  
 0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0701.008.243.0080.2102 - Apoio e Proteção a Infância e Juventude  
 0701 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011  
 MÁRIO FERNANDO REINKE  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
 Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº. 1369 de 08 de Novembro de 2011**

LEI Nº. 1369 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Autoriza a Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI :

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL  
 0301.004.122.0041.2008 - Administração de Recursos Humanos  
 0301 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00  
 0301 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
 0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria  
 0304 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas  
 0401 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO  
 0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES  
 0506.027.812.0270.2090 - Apoio ao Esporte Amador  
 0506 - 31900000 - Aplicações Diretas  
 0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0200 - GABINETE DO PREFEITO  
 0201 - GABINETE DO PREFEITO  
 0201.004.122.0040.2097 - Manutenção do Procom Municipal  
 0201 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
 0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE  
 0304.028.843.0280.9091 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida  
 0304 - 32900000 - Aplicações Diretas  
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00  
 0304 - 46900000 - Aplicações Diretas  
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0304.028.846.0280.9093 - Contribuição ao PASEP  
 0304 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 0401.022.661.0220.2078 - Incentivo à Atividade Industrial  
 0401 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO  
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
 0501.012.367.0124.2057 - Apoio a Educação Especial  
 0501 - 44900000 - Aplicações Diretas  
 0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0505 - GERÊNCIA DE CULTURA  
 0505.013.392.0130.2062 - Apoio a Banda Marcial  
 0505 - 44900000 - Aplicações Diretas  
 0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0505.013.392.0130.2063 - Incentivo à Biblioteca Municipal  
 0505 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
 0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO  
 0801.004.121.0040.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento  
 0801 - 33900000 - Aplicações Diretas  
 0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011  
 MÁRIO FERNANDO REINKE  
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI  
 Secretário de Administração e Finanças



**Lei Nº 1364/2011**

LEI Nº 1364/2011

Altera a nomenclatura de Creche para Centro de Educação Infantil.

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º A Creche Municipal fica com a sua nomenclatura alterada, passando a vigorar com a seguinte denominação:

I - Creche Hulda Cardoso para:  
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL HULDA CARDOSO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando a alteração da nomenclatura retroativa a 11 de novembro de 2001, revogando integralmente a Lei Municipal nº 445 de 28 de agosto de 1992.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 04 DE NOVEMBRO DE 2011  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1365/2011**

LEI Nº 1365/2011

Declara de Utilidade Pública o Clube da Terceira Idade Santo Antonio

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube da Terceira Idade Santo Antonio, situado na Estrada 1º Braço do Norte, - snº - Bairro: Rural - no Município de Massaranduba, inscrito no CNPJ sob nº 14.410.398/0001-49.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 04 DE NOVEMBRO DE 2011  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1366/2011**

LEI Nº 1366/2011

Declara de Utilidade Pública o Grupo Terno de Reis Estrela do Oriente

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, faço saber a todos os habitantes do Município

que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Grupo Terno de Reis Estrela do Oriente, situado na Estrada 1º Braço do Norte - snº - Bairro Rural - no Município de Massaranduba, inscrito no CNPJ sob nº 13.609.309/0001-25.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 04 DE NOVEMBRO DE 2011  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças

**Lei Nº 1363/2011**

LEI Nº 1363/2011

Autoriza o Município de Massaranduba a doar terras ao Governo do Estado de Santa Catarina

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor e com fundamento nos art. 21 e 22 da Lei Municipal nº 1286/11, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica autorizada a doação ao Estado de Santa Catarina do imóvel com área de 2.075,00 m², sob matrícula do Registro de Imóveis nº 12.994, localizado na Rua Primeiro Braço do Norte, no município de Massaranduba, com as seguintes confrontações: Norte, medindo 50,00 metros com terras da Escola Marieta Konder Borchausen; ao Sul com o Rio Primeiro Braço do Norte em linha curva; ao Leste com terras de Ilton Zapelini, medindo 50,00 metros e ao Oeste com o Rio Primeiro Braço do Norte em linha curva, conforme termos de avaliação e matrícula em anexo.

Parágrafo Único: a área descrita neste artigo é por esta lei desafetada de sua natureza de bem público e passa a integrar a categoria de bens dominiais.

Art. 2º O donatário terá como encargo utilizar o imóvel doado exclusivamente para fins educacionais, sob pena de revogação da lei de doação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal, após processada a doação, autorizado a realizar todos os registros contábeis e patrimoniais necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente do Município de Massaranduba.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 04 DE NOVEMBRO DE 2011  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Administração e Finanças



**Decreto Nº. 2311 de 08 de Novembro de 2011**

DECRETO Nº. 2311 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1369 de 08 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais), conforme programas e verbas abaixo discriminados:

**0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****0301 - GERÊNCIA DE PESSOAL**

0301.004.122.0041.2008 - Administração de Recursos Humanos

0301 - 31900000 - Aplicações Diretas

0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0301 - 33900000 - Aplicações Diretas

0301 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

**0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE**

0304.004.123.0042.2012 - Manutenção dos Serviços de Tesouraria

0304 - 31900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

**0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

**0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO****0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES**

0506.027.812.0270.2090 - Apoio ao Esporte Amador

0506 - 31900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

0506 - 33900000 - Aplicações Diretas

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 118.000,00 (Cento e dezoito mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

**0200 - GABINETE DO PREFEITO****0201 - GABINETE DO PREFEITO**

0201.004.122.0040.2097 - Manutenção do Procom Municipal

0201 - 33900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

**0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS****0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE**

0304.028.843.0280.9091 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

0304 - 32900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0304 - 46900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

0304.028.846.0280.9093 - Contribuição ao PASEP

0304 - 33900000 - Aplicações Diretas

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

**0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS****0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

0401.022.661.0220.2078 - Incentivo à Atividade Industrial

0401 - 33900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

**0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**

0501.012.367.0124.2057 - Apoio a Educação Especial

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

**0505 - GERÊNCIA DE CULTURA**

0505.013.392.0130.2062 - Apoio a Banda Marcial

0505 - 44900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0505.013.392.0130.2063 - Incentivo à Biblioteca Municipal

0505 - 33900000 - Aplicações Diretas

0505 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

**0800 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO****0801 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO**

0801.004.121.0040.2006 - Manutenção da Secretaria de Planejamento

0801 - 33900000 - Aplicações Diretas

0801 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº. 2308 de 03 de Outubro de 2011**

DECRETO Nº. 2308 DE 03 DE OUTUBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1256 de 07 de Dezembro de 2010, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

**0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 16300- Bolsa Família R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2011.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº. 2309 de 08 de Novembro de 2011**

DECRETO Nº. 2309 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1367 de 08 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.241.0080.2018 - Integração de Idosos

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

0701.008.244.0080.2026 - Manutenção do CRAS

0701 - 31900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão da anulação no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0300 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0042.2013 - Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 - 33500000 - Transferência a Instituições s/ fins lucrativos

0304 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto Nº. 2310 de 08 de Novembro de 2011**

DECRETO Nº. 2310 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1368 de 08 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0702 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

0702.008.243.0080.2021 - Manutenção do FIA

0702 - 33900000 - Aplicações Diretas

0702 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0700 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0080.2024 - Manutenção da Casa da Juventude

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

0701 - 44900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

0701.008.243.0080.2102 - Apoio e Proteção a Infância e Juventude

0701 - 33900000 - Aplicações Diretas

0701 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURÍCIO PRAWUTZKI

Secretário de Administração e Finanças

## Meleiro

### PREFEITURA

**Decreto n.º 067/2011**

DECRETO n.º 067/2011

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 51, inciso I da lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

D E C R E T A R

Art. 1.º Ponto facultativo nas Repartições Públicas do Município de Meleiro, no dia 14 de Novembro de 2011.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Meleiro, 09 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Navegantes

### PREFEITURA

**Lei Complementar 119 cria vagas**

LEI COMPLEMENTAR N º 119 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N º 110 DE 19 DE AGOSTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de

Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 110 de 19/08/2011, com a CRIAÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
01	Gestor Público Municipal II	GP2	R\$ 1.050,00
02	Executivo de Projetos Estratégicos III	EE3	R\$ 1.650,00
04	Assessor Técnico I	AT1	R\$ 4.000,00
02	Assessor Técnico III	AT3	R\$ 2.150,00
02	Executivo de Projetos Estratégicos II	EE2	R\$ 2.650,00
02	Gestor Público Municipal I	GP1	R\$ 1.250,00

Art. 2 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

LEI COMPLEMENTAR Nº 119 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 110 DE 19 DE AGOSTO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º Fica alterado o quadro constante do artigo 1º da lei complementar nº 110 de 19/08/2011, com a CRIAÇÃO da quantidade de vagas de cargos em comissão da Administração Pública Direta, conforme a seguinte relação:

Quantidade	Cargo	Simbologia	Salário
01	Gestor Público Municipal II	GP2	R\$ 1.050,00
02	Executivo de Projetos Estratégicos III	EE3	R\$ 1.650,00
04	Assessor Técnico I	AT1	R\$ 4.000,00
02	Assessor Técnico III	AT3	R\$ 2.150,00
02	Executivo de Projetos Estratégicos II	EE2	R\$ 2.650,00

02	Gestor Público Municipal I	GP1	R\$ 1.250,00
----	----------------------------	-----	--------------

Art. 2 º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.  
Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA  
Secretário de Administração e Logística

### Lei Complementar 120 Extingue vagas

LEI COMPLEMENTAR Nº 120 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011  
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 075 DE 08 DE MARÇO DE 2010, EXTINGUINDO VAGAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1 º Fica alterado o quadro constante do artigo 6 º da lei complementar nº 075 de 08/03/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	N º DE ALUNOS	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Direção de Escola CEI EJA	Até 50 alunos	DESC-1	03	R\$ 1.700,00
Direção de Escola CEI EJA	De 51 a 100 alunos	DESC-2	03	R\$ 1.750,00

Art. 2 º Fica alterado o quadro constante do artigo 9 º da lei complementar 075 de 08/03/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	N º DE ALUNOS	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Direção de Escola CEI EJA	De 1001 a 1500 alunos	DESC-A2	02	R\$ 1.650,00

Art. 3 º Fica alterado o quadro constante do artigo 10 da lei complementar 075 de 08/03/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	N º DE ALUNOS	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Secretaria de Escola CEI EJA	De 251 a 500 alunos	SESC-3	08	R\$ 1.300,00
Secretaria de Escola CEI EJA	De 751 a 1000 alunos	SESC-5	06	R\$ 1.400,00

Art. 4 º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

### Lei Complementar 120 Extingue vagas

LEI COMPLEMENTAR Nº 120 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011  
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 075 DE 08 DE MARÇO DE 2010, EXTINGUINDO VAGAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º Fica alterado o quadro constante do artigo 6º da lei complementar nº 075 de 08/03/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	Nº DE ALUNOS	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Direção de Escola CEI EJA	Até 50 alunos	DESC-1	03	R\$ 1.700,00
Direção de Escola CEI EJA	De 51 a 100 alunos	DESC-2	03	R\$ 1.750,00

Art. 2º Fica alterado o quadro constante do artigo 9º da lei complementar 075 de 08/03/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	Nº DE ALUNOS	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Direção de Escola CEI EJA	De 1001 a 1500 alunos	DESC-A2	02	R\$ 1.650,00

Art. 3º Fica alterado o quadro constante do artigo 10 da lei complementar 075 de 08/03/2010, extinguindo-se as seguintes vagas:

CARGO	Nº DE ALUNOS	SIGLA	VAGAS EXTINTAS	REMUNERAÇÃO
Secretaria de Escola CEI EJA	De 251 a 500 alunos	SESC-3	08	R\$ 1.300,00
Secretaria de Escola CEI EJA	De 751 a 1000 alunos	SESC-5	06	R\$ 1.400,00

Art. 4º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 08 de novembro de 2011.

JONAS DE SOUZA

Secretário de Administração e Logística

### Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 66/2011FMS

→PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2011FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE

PREÇOS REFERENTE À AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES OFTÁLMICAS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 24/11/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 24/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 09 de novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

### Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 11/2011FMV

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2011FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO VISANDO A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 28/11/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 28/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 09 de novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

## Palhoça

### PREFEITURA

### Decreto Nº 1.330, de 08 de novembro de 2011.

DECRETO Nº 1.330, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

UTILIDADE PÚBLICA. Declara para fins de desapropriação. Cemitério Passagem do Maciambú.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais, resolve;

### D E C R E T A R:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fim de desapropriação, amigável ou judicial, a área de terras situadas na localidade denominada Passagem do Maciambú, neste Município, inscrita no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Palhoça, com a seguinte especificação: área de propriedade da empresa AF CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., Matrícula 17.017, no Livro 2-CQ do Registro de Imóveis de Palhoça/SC, referente a uma fração de terra com 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados), sem benfeitorias, do terreno com área total de 40.103,98 m² (quarenta mil, cento e três metros e noventa e oito centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: Partindo do vértice V-23, com ângulo interno de 56°45'03", em linha reta medindo 36,27 metros encontrando o vértice V-09, confronta com a Rua Existente, dali (V09) com ângulo interno de 173°36'17" em linha reta medindo 15,19 metros, encontrando o vértice V-10 confronta com a Rua Existente, dali (V10) com ângulo interno de 118°55'43" em linha reta medindo 7,34 metros, encontrando o vértice V-11, confronta com o Cemitério, dali (V11) com ângulo interno de 253°05'05", em linha reta medindo 29,07 metros, encontrando o vértice V-12, confronta com o Cemitério,



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE



dali (V12) com ângulo interno de 195°18'22" em linha reta medindo 25,93 metros, encontrando o vértice V-13, confronta com o Cemitério, dali (V13) com ângulo interno 190°31'19", em linha reta medindo 10,31 metros, encontrando o vértice V-14, confronta com o Campo de Futebol, dali (V14) com ângulo interno de 168°53'26" em linha reta medindo 12,31 metros, encontrando o vértice V-15, confronta com o Campo de Futebol, dali (V15), com ângulo interno de 176°58'54" em linha reta medindo 27,51 metros, encontrando o vértice V-16, confronta com o Campo de futebol, dali (V16) com ângulo interno de 115°42'23", em linha reta medindo 39,06 metros, encontrando o vértice V-17, confronta com o Campo de Futebol, dali (V17) com ângulo interno de 85°47'58", em linha reta medindo 104,62 metros, encontrando o vértice V-18, confronta com terras de Kenedi Fonseca, dali (V18) com ângulo interno de 180°02'16", em linha reta medindo 43,32 metros, encontrando o vértice V-24, confronta com terras de Kenedi Fonseca, dali (V24) com ângulo interno de 84°23'14", em linha reta medindo 119,38 metros, encontrando o vértice V-23, confronta com a Área Remanescente de AF Construções e Empreendimentos Imobiliárias Ltda., finalizando essa descrição.

Art. 2º O valor da indenização será efetuada em conformidade com a avaliação procedida pela Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal de Palhoça.

Art. 3º A área descrita no artigo 1º deste Decreto foi avaliada em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais), conforme Laudo de Avaliação efetuado pela Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis.

Art. 4º A área objeto do presente Decreto, fica afetada para fins de ampliação do Cemitério da Passagem do Maciambú.

Art. 5º A despesa com a execução deste Decreto, corre a conta da dotação específica do orçamento vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em 08 de novembro de 2011.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

#### **Aviso de Licitação PP 46.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2011

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde de Palhoça, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 463/2011 - Registro de Preços, objeto aquisição de materiais permanentes e de consumo odontológico, para utilização nos consultórios das Unidades Básicas de Saúde e do CEO (Centro de especialidades odontológicas), no dia 23 de novembro de 2011, às 13:30h, recebimento dos envelopes, amostras e abertura das propostas e no dia 30 de novembro de 2011, às 13:30h, , efetuação de lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala da CPL da Sec. de Saúde, no Centro Administrativo Municipal, sito na Av. Hilza Terezinha Paganini, 280 - Parque Res. Paganini - Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site: [www.saudepalhoca.sc.gov.br](http://www.saudepalhoca.sc.gov.br) . Maiores informações fones: (48) 3279-1879 e 3279-1822, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 09 de novembro de 2011.  
ROSIMÉRI HILDA COELHO  
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

#### **Convênio Nº 029/PMP/SSP/PMSC/2011**

CONVÊNIO Nº 029/PMP/SSP/PMSC/2011

TERMO DE CONVÊNIO QUE ETRE SI CELEEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, COM INTERVENIÊNCIA DO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR.

Aos 13 dias do mês de setembro de 2011, a PREFEITURA DE PALHOÇA, com sede à Av. Hilza Terezinha Paganini, nº280, bairro Parque Residencial Paganini, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.316/001-08, neste ato representado por seu titular o Senhor Prefeito RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, portador da C.I nº. 415.792, CPF nº179.763.839-49, doravante denominado MUNICÍPIO, e o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Artista Bitencourt no 30, Florianópolis-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.951.294/0001-00, doravante denominada, SSP representada por seu Secretário, CESAR AUGUSTO GRUBBA, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 372513, SSP/SC e do CPF no 252.157.529-15, com interveniência da Polícia Militar do Estado, estabelecida a Rua Visconde de Ouro Preto, 549 - Centro - Florianópolis-SC, representado por seu Comandante Geral NA-ZARENO MARCINEIRO, residente e domiciliado em Florianópolis-SC, portador da Carteira de Identidade no 539318, expedida pela SSP/SC e do CPF no 37656899987, doravante denominada PMSC, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as Cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre a SSP e o MUNICÍPIO, para instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de central de monitoramento com 10 (dez) câmeras de vídeo no Município de Palhoça.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

Este Convênio está fundamentado pelo disposto no artigo 116, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, no que couber, no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, Lei Complementar nº 284 de 28 de fevereiro de 2005, no Decreto nº 307, de 04 de junho de 2003 e no artigo 8º, item IX, da Constituição Estadual e na Lei Municipal nº 3.546, de 11 de outubro de 2011.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO**

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão à conta dos orçamentos do MUNICÍPIO e da SSP, vigentes em cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I. Opinar sobre projeto desenvolvido pela SSP / PMSC, com vistas à instalação de um sistema de monitoramento urbano no Município de Palhoça/SC;

II. Repassar o montante de R\$ 98.450,00 (noventa e oito mil quatrocentos e cinquenta reais), à SSP, até 31 de janeiro de 2012;

III. Responsabilizar-se pela manutenção preventiva e corretiva de todos os e-quipamentos que fazem parte do sistema de monitoramento urbano do Município de Palhoça/SC, após período de garantia;

IV. Responsabilizar-se pelas futuras ampliações do número de pontos de monitoramento, pela rede multimídia necessária e pelos custos decorrentes da ampliação;

V. Auxiliar no serviço de monitoramento das imagens, com



disponibilização de operadores de CFTV na sala de monitoramento, de acordo com a disponibilidade de servidores (guarda municipal ou controlador de trânsito).

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA SSP / PMSC

I. Providenciar estudo e elaborar projeto para instalação de monitoramento urbano através de câmeras de vídeo e submetê-lo à apreciação do Município de Palhoça/SC;

II. Realizar a aquisição, coordenação e instalação do sistema de monitoramento urbano conforme cláusula primeira;

III. Realizar a contratação de rede multimídia para transmissão das imagens do sistema de monitoramento urbano;

IV. Responsabilizar-se pela operacionalização do sistema de monitoramento urbano e realizar o serviço de monitoramento das imagens diuturnamente com pessoal da Polícia Militar e nas delegacias de Polícia Civil de Santa Catarina.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para o cumprimento do presente instrumento, o relacionamento entre as partes dar-se-á entre o Comando da Guarnição Especial de Palhoça, em nome da SSP / PMSC e o Prefeito Municipal, em nome do MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do projeto objeto do presente convênio pela SSP/PMSC, deverá ocorrer no prazo de 6 (seis) meses a contar da assinatura deste instrumento, sob pena de devolver a totalidade dos recursos repassados pelo Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA

O MUNICÍPIO e a SSP / PMSC poderão propor, a qualquer tempo, a denúncia do presente Convênio, se não for cumprida qualquer de suas Cláusulas, por mútuo acordo ou por interesse unilateral do poder cedente.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente Convênio é de 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Os participantes elegem o Foro da Comarca de Palhoça, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Termo.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo relacionadas.

Palhoça, 11 de outubro de 2011.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO GRUBBA  
Secretário de Estado da Segurança Pública

NAZARENO MARCINEIRO  
Comandante Geral da Polícia Militar

#### TESTEMUNHAS:

Nome:  
CPF:  
Nome:

Assinatura:

Assinatura:  
Carteira de Identidade:  
Carteira Identidade:  
CPF:

#### **Termo de Rescisão Bilateral ao Contrato de Concessão Real de Uso Nº 004, de 09 de junho de 2005.**

Termo de Rescisão Bilateral ao Contrato de Concessão Real de Uso nº 004, de 09 de junho de 2005, firmado entre o Município de Palhoça e o Núcleo de Assistência Social Evangélico Vida.

Pelo presente instrumento de Termo de Rescisão que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani, nesta cidade, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade neste ato denominado simplesmente CONCESSOR e, de outro lado o NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO VIDA, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 80.674.211/0001-49, com sede na Rua Tenente Silveira, nº 474, Centro, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu presidente, Sr. ARNALDO RIBEIRO DE SOUZA, doravante designado simplesmente CONCESSIONÁRIO, justo e contratado que se segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindindo o Termo de Concessão Real de Uso nº 004, de 09 de junho de 2005, celebrado entre o Município de Palhoça e o Núcleo de Assistência Social Evangélico Vida.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As benfeitorias realizadas no imóvel ficam revertidas e integram ao patrimônio do Executivo Municipal, nos termos da Cláusula Segunda do Termo de Concessão Real de Uso nº 004, de 09 de junho de 2005, que ora se rescinde.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Fica o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente instrumento.

Palhoça, 01 de novembro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
Ronério Heiderscheidt - Prefeito Municipal

NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICO VIDA  
Arnaldo Ribeiro de Souza - Presidente

#### TESTEMUNHAS

Nome:  
Assinatura:  
Carteira de Identidade:  
CPF:

Nome:  
Assinatura  
Carteira Identidade  
CPF:

**Ata de Registro de Preços Nº 109**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º109/2011 do PREGÃO Nº257/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIMENBLOC IND. PRÉ-MOLDADOS. OBJETO: aquisição de tubos de concreto para execução e manutenção das drenagens de ruas e avenidas. VALOR: R\$469.700,00. DATA: 18/10/2011 A 18/10/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Tubo de concreto simples d=20 cm	1.000	11,50
2	Tubo de concreto simples d=30 cm	6.000	14,00
3	Tubo de concreto simples d=40 cm	8.000	11,00
4	Tubo de concreto simples d=50 cm	2.000	9,00
5	Tubo de concreto simples d=60 cm	600	15,00
6	Tubo de concreto simples d=80 cm	2.000	23,00
7	Tubo de concreto CA1 d=80 cm	1.000	90,00
8	Tubo de concreto d=100 armado com parede de 8 cm	800	154,00
TOTAL 469.700,00			

**Ata de Registro de Preços Nº 110**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º110/2011 do PREGÃO Nº257/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LAJES STANG LTDA EPP. OBJETO: aquisição de tubos de concreto para execução e manutenção das drenagens de ruas e avenidas. VALOR: R\$949.740,00. DATA: 18/10/2011 A 18/10/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Tubo de concreto simples d=20 cm	1.000	12,00
2	Tubo de concreto simples d=30 cm	6.000	15,00
3	Tubo de concreto simples d=40 cm	8.000	24,00
4	Tubo de concreto simples d=50 cm	2.000	33,00
5	Tubo de concreto simples d=60 cm	600	42,90
6	Tubo de concreto simples d=80 cm	2.000	82,00
7	Tubo de concreto CA1 d=80 cm	1.000	114,00
8	Tubo de concreto d=100 armado com parede de 8 cm	800	155,00
9	Tubo de concreto CA1 d=100 cm	400	155,00
10	Tubo de concreto CA2 d=120 cm	400	250,00
TOTAL 949.740,00			

**Ata de Registro de Preços Nº 111**

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º111/2011 do PREGÃO Nº257/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RONALDO DA ROSA JR EPP. OBJETO: aquisição de tubos de concreto para execução e manutenção das drenagens de ruas e avenidas. VALOR: R\$639.200,00. DATA: 18/10/2011 A 18/10/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
2	Tubo de concreto simples d=30 cm	6.000	16,00
3	Tubo de concreto simples d=40 cm	8.000	23,00
4	Tubo de concreto simples d=50 cm	2.000	35,00
5	Tubo de concreto simples d=60 cm	600	46,00
6	Tubo de concreto simples d=80 cm	2.000	81,00
10	Tubo de concreto CA2 d=120 cm	400	249,00
TOTAL 639.200,00			

**Ata de Registro de Preços Nº 112**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AUTARQUIA ÁGUAS DE PALHOÇA

ATA N.º112/2011 do PREGÃO Nº257/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SANEAMENTO PRÉ-MOLDADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: aquisição de tubos de concreto para execução e manutenção das drenagens de ruas e avenidas. VALOR: R\$353.400,00. DATA: 18/10/2011 A 18/10/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
3	Tubo de concreto simples d=40 cm	8.000	10,50
4	Tubo de concreto simples d=50 cm	2.000	8,00
5	Tubo de concreto simples d=60 cm	600	14,00
6	Tubo de concreto simples d=80 cm	2.000	25,00
7	Tubo de concreto CA1 d=80 cm	1.000	95,00
8	Tubo de concreto d=100 armado com parede de 8 cm	800	125,00
TOTAL 353.400,00			

**Ata de Registro de Preços Nº 113**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA N.º113/2011 do PREGÃO Nº272/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa APOIO SERVIÇOS E MANUTENÇÕES LTDA ME. OBJETO: confecção de placas em aço com o nome da rua para identificação de endereços. VALOR: R\$135.000,00. DATA: 04/11/2011 A 04/11/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTIDADE	VALOR
1	Placa em aço inox fotografado 40x16cm, com 2 (dois) furos	3.000	45,00
TOTAL 135.000,00			

**Ata de Registro de Preços Nº 46**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º46/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ACT IMPOR. EXPORT. DIST. E COM. DE PRODUTOS LTDA ME: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$23.976,64. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 47**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º047/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALEXSANDRO ÁVILA DE OLIVEIRA ME: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$242,78. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 48**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º048/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BOA SAFRA ALIMENTOS LTDA: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$44.506,50. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 49**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º049/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BRUTHAN COMERCIAL LTDA: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$12.552,94. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 51**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º051/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LUIZ FERNANDO SEBOLD ME: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$33.043,17. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 53**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATA N.º053/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PANIFICADORA E MERCEARIA HELENA LTDA ME: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$245.702,67. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 55**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º055/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$75.441,00. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 56**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º056/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TAF DISTRIBUIDORA LTDA: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$132.069,78. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 57**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º057/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TARCIANE LOHN BOECHAT EPP: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$120.602,94. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Ata de Registro de Preços Nº 58**

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA N.º058/2011 do PREGÃO Nº071/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TCHÊ LOCO DISTRIBUIDORA LTDA ME: aquisição de produtos menos perecíveis destinados à merenda escolar do exercício de 2011. VALOR: R\$90.181,59. DATA: 03/06/2011 A 03/06/2012. Mantêm-se os preços inalterados.

**Palmitos**

**PREFEITURA**

**Processo Licitatório 122/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE PALMITOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº122/11 Modalidade: Tomada de Preço nº024/11.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DE BANHEIROS, PINTURA E ACABAMENTO DE PIPA NA

PRAÇA CARLOS CULMAY, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Entrega do Envelopes: 28/11/2011, até as 14:00 horas. Abertura do Envelopes: 28/11/2011 as 14:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos.

Palmitos 09 de novembro de 2011.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito Municipal

## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### Lei Complementar Nº 007/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011.  
"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Código de Obras e Edificações do Município de Passo de Torres, o qual estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais.

Parágrafo Único. Todos os projetos de obras e instalações deverão estar de acordo com este Código, com a legislação vigente sobre Uso e Ocupação do Solo e sobre Parcelamento do Solo, bem como com os princípios previstos na Lei do Plano Diretor do Município de Passo de Torres, em conformidade com o § 1º do art. 182 da Constituição Federal.

Art. 2º Nas edificações existentes que estiverem em desacordo com as disposições deste Código não serão permitidas obras de reconstrução, parcial ou total, e reformas, salvo se, a critério da Prefeitura Municipal, essas obras visarem à conservação de edificação de valor histórico.

Parágrafo Único. Para concessão de licença nos casos previstos por este artigo, a Prefeitura Municipal deverá determinar vistoria na edificação, para verificar a conformidade das obras e definir as condições de licenciamento.

Art. 3º As obras realizadas no Município serão identificadas como construção, reconstrução, reforma, ampliação e demolição, de iniciativa pública ou privada, e somente poderão ser executadas após concessão da licença pelo órgão competente do Município, de acordo com as exigências contidas neste Código e mediante a assunção de responsabilidade por profissional legalmente habilitado.

§ 1º. Estarão isentas de apresentação de projeto as edificações de interesse social, com até 40,00 m<sup>2</sup>(quarenta metros quadrados), unifamiliar, por lote, construídas sob o regime de mutirão ou auto-construção e não pertencentes a nenhum programa habitacional e construídas em lote cujo proprietário não possua outro imóvel no Município, com projetos vinculados ao Programa Casa Fácil do CREA ou programa similar da Prefeitura Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

§ 2º. As obras a serem realizadas em construções integrantes do patrimônio histórico municipal, estadual ou federal, deverão atender às normas próprias estabelecidas pelo órgão de proteção competente.

Art. 4º Para construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, impactos ao meio ambiente, será

exigida licença prévia dos órgãos estadual e municipal ambiental quando da aprovação do projeto, de acordo com o disposto na legislação pertinente.

Parágrafo Único. Consideram-se impactos ao meio ambiente natural e construído as interferências negativas nas condições de qualidade das águas superficiais e subterrâneas, do solo, do ar, de insolação e acústica das edificações, dos edifícios e logradouros do setor histórico e das áreas urbanas e de uso do espaço urbano. Art. 5º Para efeito do presente Código, são adotadas as seguintes definições:

- I. Alinhamento: Linha divisória legal entre o lote e logradouro público;
- II. Alpendre: Área coberta, saliente da edificação cuja cobertura é sustentada por coluna, pilares ou consolos;
- III. Altura da edificação: distância vertical da parede mais alta da edificação, medida no ponto onde ela se situa, em relação ao nível do terreno neste ponto;
- IV. Alvará de Construção: Documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução de obras sujeitas à sua fiscalização;
- V. Ampliação: Alteração no sentido de tornar maior a construção;
- VI. Andaime: Obra provisória destinada a sustentar operários e materiais durante a execução de obras;
- VII. Ante-sala: Compartimento que antecede uma sala; sala de espera;
- VIII. Apartamento: Unidade autônoma de moradia em edificação multifamiliar;
- IX. Área construída: área da superfície correspondente à projeção horizontal das áreas cobertas de cada pavimento;
- X. Área de projeção: Área da superfície correspondente à maior projeção horizontal da edificação no plano do perfil do terreno;
- XI. Área de Recuo: Espaço livre de edificações em torno da edificação;
- XII. Área Útil: Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes;
- XIII. Ático/Sótão: Compartimento situado entre o telhado e a última laje de uma edificação, ocupando área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento imediatamente inferior. A área do ático ou sótão não serão computados como área construída;
- XIV. Átrio: Pátio interno de acesso a uma edificação;
- XV. Balanço: Avanço da edificação acima do térreo sobre os alinhamentos ou recuos regulares;
- XVI. Balcão: Varanda ou sacada guarnecida de greide ou peitoril;
- XVII. Baldrame: Viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o piso;
- XVIII. Beiral: Prolongamento do telhado, além da prumada das paredes, até uma largura de 1,20m (um metro e vinte centímetros);
- XIX. Brise: Conjunto de chapas de material fosco que se põe nas fachadas expostas ao sol para evitar o aquecimento excessivo dos ambientes sem prejudicar a ventilação e a iluminação;
- XX. Caixa de Escada: Espaço ocupado por uma escada, desde o pavimento inferior até o último pavimento;
- XXI. Caixilho: A parte de uma esquadria onde se fixam os vidros;
- XXII. Caramanchão: Construção de ripas, canas e estacas com objetivo de sustentar trepadeiras;
- XXIII. Certificado de Conclusão de Obra: Documento expedido pela Prefeitura, que autoriza a ocupação de uma edificação;
- XXIV. Círculo Inscrito: É o círculo mínimo que pode ser traçado dentro de um compartimento;
- XXV. Compartimento: Cada uma das divisões de uma edificação;
- XXVI. Conjunto Residencial e Condomínio Horizontal: consideram-se conjuntos residenciais e condomínios horizontais os que tenham mais de 10 (dez) unidades de moradia;
- XXVII. Construção: É de modo geral, a realização de qualquer obra nova;
- XXVIII. Corrimão: Peça ao longo e ao(s) lado(s) de uma escada, e que serve de resguardo, ou apoio para a mão, de quem sobe e desce;
- XXIX. Croqui: Esboço preliminar de um projeto;



XXX. Declividade: Relação percentual entre a diferença das cotas altimétricas de dois pontos e a sua distância horizontal;

XXXI. Demolição: Deitar abaixo, deitar por terra qualquer construção;

XXXII. Dependências de Uso Comum Conjunto de dependências da Edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas de moradia;

XXXIII. Dependências de Uso Privativo: Conjunto de dependências de uma unidade de moradia, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito;

XXXIV. Edícula: Denominação genérica para compartimento, acessório de habitação, separado da edificação principal;

XXXV. Elevador: Máquina que executa o transporte em altura, de pessoas e mercadorias;

XXXVI. Embargo: Ato Administrativo que determina a paralisação de uma obra;

XXXVII. Escala: Relação entre as dimensões do desenho e a do que ele representa;

XXXVIII. Fachada: Elevação das paredes externas de uma edificação;

XXXIX. Fundações: Parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre os terrenos;

XL. Galpão: Construção constituída por uma cobertura fechada total ou parcialmente pelo menos em três de suas faces, por meio de paredes ou tapumes, não podendo servir para uso residencial;

XLI. Guarda-Corpo: É o elemento construtivo de proteção contra quedas;

XLII. Habitação multifamiliar: edificação para habitação coletiva;

XLIII. Hachura: Rajado, que no desenho produz efeitos de sombra ou meio-tom;

XLIV. "Hall": Dependência de uma edificação que serve de ligação entre outros compartimentos;

XLV. Infração: Violação da Lei;

XLVI. Jirau: o mesmo que mezanino;

XLVII. "Kit": Pequeno compartimento de apoio aos serviços de copa de cada compartimento nas edificações comerciais;

XLVIII. "Ladrão": Tubo de descarga colocado nos depósitos de água, banheiras, pias, etc, para escoamento automático do excesso de água;

XLIX. Lavatório: Bacia para lavar as mãos, com água encanada e esgoto;

L. Lindeiro: Limítrofe;

LI. Logradouro Público: Toda parcela de território de domínio público e de uso comum da população;

LII. Lote: Porção de terreno com testada para logradouro público;

LIII. Materiais Incombustíveis: Consideram-se para efeito desta Lei concreto simples ou armado, peças metálicas, tijolos, pedras, materiais cerâmicos ou de fibrocimento e outros cuja incombustibilidade seja reconhecida pela ABNT;

LIV. Marquise: Cobertura em balanço;

LV. Meio-fio: Peça de pedra ou de concreto que separa em desnível o passeio da parte carroçável das ruas;

LVI. Mezanino: Andar com área até 50% da área do compartimento inferior, com acesso interno e exclusivo desse. O mezanino será computado como área construída;

LVII. Nível do terreno: nível médio no alinhamento;

LVIII. Parapeito: Resguardo de madeira, ferro ou alvenaria de pequena altura colocada nas bordas das sacadas, terraços e pontes;

LIX. Pára-Raios: Dispositivo destinado a proteger as edificações contra os efeitos dos raios;

LX. Parede-Cega: Parede sem abertura;

LXI. Passeio: Parte do logradouro público destinado ao trânsito de pedestres;

LXII. Patamar: Superfície intermediária entre dois lances de escada;

LXIII. Pavimento: Conjunto de compartimentos de uma edificação situados no mesmo nível, ou com uma diferença de nível não superior a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), até um

pé-direito máximo de 5,60m (cinco metros e sessenta centímetros);

LXIV. Pavimento térreo: Pavimento cujo piso está compreendido até a cota 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros), em relação ao nível do meio fio. Para terrenos inclinados, considera-se cota do meio fio a média aritmética das cotas de meio fio das divisas. Terrenos inclinados com mais de uma testada e inclinados com uma ou mais testadas maiores de 40metros terão a condição de térreo e subsolo apreciadas pela Comissão Técnica de Urbanismo;

LXV. Pé-direito: Distância vertical entre o piso e o forro de um compartimento;

LXVI. Piscina: Reservatório de água para uso de lazer. A área da piscina será considerada como área construída mas não será computada no cálculo da taxa de ocupação e do coeficiente de aproveitamento. A piscina não poderá ser construída na área destinada aos recuos frontais e laterais;

LXVII. "Playground": Local destinado à recreação infantil, aparelhado com brinquedos e/ou equipamentos de ginástica;

LXVIII. Porão: Parte de uma edificação que fica entre o solo e o piso do pavimento térreo, desde que ocupe uma área igual ou inferior a 1/3 (um terço) da área do pavimento térreo, não sendo área computável;

LXIX. Profundidade de um Compartimento: É a distância entre a face que dispõe de abertura para insolação à face oposta;

LXX. Reconstrução: Construir de novo, no mesmo lugar e na forma primitiva, qualquer obra em parte ou no todo;

LXXI. Recuo: Distância entre o limite externo da área ocupada por edificação e a divisa do lote;

LXXII. Reforma: Fazer obra que altera a edificação em parte essencial por suspensão, acréscimo ou modificação;

LXXIII. Residências Geminadas: consideram-se residências geminadas duas unidades de moradias contíguas, que possuam uma parede comum, com testada mínima de 6,00 m (seis metros) para cada unidade;

LXXIV. Residência Paralela ao Alinhamento Predial: Consideram-se residências em série, paralelas ao Alinhamento Predial aquelas situadas ao longo de logradouros públicos, geminadas ou não, em regime de condomínio, as quais não poderão ser em número superior a 10 (dez) unidades de moradia;

LXXV. Residência Transversal ao Alinhamento Predial: Consideram-se residências em série, transversais ao alinhamento predial, geminadas ou não, em regime de condomínio, aquelas cuja disposição exija a abertura de corredor de acesso, não podendo ser superior a 10 (dez) o número de unidades;

LXXVI. Sacada: Construção que avança da fachada de uma parede;

LXXVII. Sarjeta: Escadouro, nos logradouros públicos, para as águas de chuva;

LXXVIII. Sobreloja: Pavimento situado acima do pavimento térreo e de uso exclusivo do mesmo;

LXXIX. Subsolo: pavimento imediatamente inferior ao pavimento térreo. A área do subsolo é considerada computável, com exceção dos casos previstos na Lei de Zoneamento de Uso do Solo;

LXXX. Tapume: Vedação provisória usada durante a construção;

LXXXI. Taxa de Permeabilidade: percentual do lote que deverá permanecer permeável;

LXXXII. Terraço: Espaço descoberto sobre edifício ou ao nível de um pavimento deste;

LXXXIII. Testada: É a linha que separa a via pública de circulação da propriedade particular;

LXXXIV. Varanda: Espécie de alpendre à frente e/ou em volta da edificação;

LXXXV. Vestíbulo: Espaço entre a porta e o acesso a escada, no interior de edificações;

LXXXVI. Via Pública de circulação: área destinada ao sistema de circulação de veículos e pedestres, existentes ou projetadas;

LXXXVII. Vistoria: Diligência efetuada por funcionários habilitados para verificar determinadas condições de obras;



LXXXVIII. Verga: É a estrutura colocada sobre vãos ou é o espaço compreendido entre vãos e o teto;

LXXXIX. Viga: É a estrutura horizontal usada para a distribuição de carga aos pilares.

## TÍTULO I

### DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES

#### CAPÍTULO I

##### DO MUNICÍPIO

Art. 6º Cabe ao Município a aprovação do projeto de arquitetura, observando as disposições deste Código bem como os padrões urbanísticos definidos pela legislação municipal vigente.

Art. 7º O Município licenciará e fiscalizará a execução e a utilização das edificações.

§ 1º. Compete ao Município fiscalizar a manutenção das condições de segurança e salubridade das obras e edificações.

§ 2º. Os engenheiros e fiscais da Prefeitura terão ingresso a todas as obras mediante a apresentação de prova de identidade, independentemente de qualquer outra formalidade.

§ 3º. Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, inspecionar bens e papéis de qualquer natureza, desde que constituam objeto da presente legislação.

§ 4º. Os funcionários investidos em função fiscalizadora poderão, observadas as formalidades legais, autenticar documentos eletrônicos reproduzidos em papel necessários ao atendimento desta legislação.

Art. 8º Em qualquer período da execução da obra, o órgão competente da Prefeitura poderá exigir que lhe sejam exibidas as plantas, cálculos e demais detalhes que julgar necessário.

Art. 9º O Município deverá assegurar, através do respectivo órgão competente, o acesso dos munícipes a todas as informações contidas na legislação municipal, pertinente ao imóvel a ser construído.

#### CAPÍTULO II

##### DO PROPRIETÁRIO

Art. 10 O proprietário responderá pela veracidade dos documentos apresentados, não implicando sua aceitação, por parte do Município, em reconhecimento do direito de propriedade.

Art. 11 O proprietário do imóvel, ou seu sucessor a qualquer título, é responsável pela manutenção das condições de estabilidade, segurança e salubridade do imóvel, bem como pela observância das disposições deste Código e das leis municipais pertinentes.

#### CAPÍTULO III

##### DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Art. 12 O responsável técnico pela obra assume perante o Município e terceiros que serão seguidas todas as condições previstas no projeto de arquitetura aprovado de acordo com este Código.

Art. 13 Para efeito deste Código somente profissionais habilitados devidamente inscritos e quites com a Prefeitura Municipal poderão projetar, fiscalizar, orientar, administrar e executar qualquer obra no Município.

Art. 14 Só poderão ser inscritos na Prefeitura os profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/SC.

Art. 15 Se no decurso da obra o responsável técnico quiser dar baixa da responsabilidade assumida por ocasião da aprovação do projeto, deverá comunicar por escrito à Prefeitura essa pretensão, a qual só será concedida após vistoria procedida pelo órgão competente, acompanhada da anuência do interessado na obra e se nenhuma infração for verificada.

§ 1º. O proprietário deverá apresentar, no prazo de 7 (sete) dias, novo responsável técnico, o qual deverá enviar ao órgão competente do Município comunicação a respeito juntamente com a nova ART. de substituição, sob pena de não se poder prosseguir a execução da obra.

§ 2º. Os dois responsáveis técnicos, o que se afasta da responsabilidade pela obra e o que a assume, poderão fazer uma só comunicação que contenha a assinatura de ambos e do proprietário.

§ 3º. A alteração da responsabilidade técnica deverá ser anotada

no Alvará de Construção.

Art. 16 É obrigação do responsável técnico a colocação da placa na obra, cujo teor será estabelecido em regulamento.

## TÍTULO II

### DAS DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

#### CAPÍTULO I

##### DA CONSULTA PRÉVIA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Art. 17 A Prefeitura, mediante requerimento, fornecerá uma Consulta Prévia contendo informações sobre o uso e ocupação do solo, zoneamento, dados cadastrais disponíveis, alinhamento e, em caso de logradouro já pavimentado ou com o greide definido, o nivelamento da testada do terreno, além de ressalvas quando o greide de via pública estiver sujeito a modificações futuras.

§ 1º. A consulta prévia é procedimento que antecede a aprovação de projeto, devendo o profissional responsável formalizá-la ao setor competente da Prefeitura através de formulário próprio, tendo validade de seis meses.

§ 2º. O Município fornecerá, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a partir da data da consulta, todas as informações necessárias ao fiel cumprimento da Lei de Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano, em especial no que diz respeito ao tipo de atividade prevista para a zona, índices e parâmetros construtivos, a fim de orientar o trabalho do profissional, se necessário.

#### CAPÍTULO II

##### DA LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Art. 18 Após o fornecimento da Consulta Prévia, o requerente apresentará o projeto para aprovação, composto e acompanhado de:

I. requerimento, solicitando a aprovação do Projeto Definitivo e a liberação do Alvará de Construção ou Demolição, assinado pelo proprietário ou representante legal;

II. Consulta Prévia devidamente preenchida pelo órgão municipal competente;

III. planta de situação e estatística na escala 1:500 ou 1:1000 conforme modelo definido pelo órgão municipal competente;

IV. planta baixa de cada pavimento não repetido na escala entre 1:100 e 1:50, contendo:

- área total do pavimento;
- as dimensões e áreas dos espaços internos e externos;
- dimensões dos vãos de iluminação e ventilação
- a finalidade de cada compartimento;
- especificação dos materiais de revestimento utilizados;
- indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra;

g) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;

V. cortes transversais e longitudinais na mesma escala da planta baixa, com a indicação de:

- pés direitos;
- altura das janelas e peitoris;
- perfis do telhado;
- indicação dos materiais;

VI. planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala 1:100 ou 1:200;

VII. planta de implantação na escala 1:100 ou 1:200 contendo:

- projeto da edificação ou das edificações dentro do lote, configurando rios, canais e outros;
- elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;
- demarcação planialtimétrica do lote e quadra a que pertence;
- as dimensões das divisas do lote e os afastamentos da edificação em relação às divisas;
- orientação do lote em relação ao Norte;
- indicação do lote a ser construído, dos lotes confrontantes e da distância do lote à esquina mais próxima;
- perfis longitudinal e transversal do terreno, tomando-se como referência de nível (R.N) o nível do eixo da rua;
- solução de esgotamento sanitário e localização da caixa de gordura;
- posição do meio fio, largura do passeio, postes, tirantes, árvores

no passeio, hidrantes e bocas de lobo;  
j) localização das árvores existentes no lote;  
k) indicação dos acessos;  
VIII. elevação das fachadas voltadas para as vias públicas na mesma escala da planta baixa;  
IX. projetos complementares, quando for o caso;  
X. a Prefeitura poderá exigir, caso julgue necessário, a apresentação dos cálculos estruturais dos diversos elementos construtivos, assim como desenhos dos respectivos detalhes;  
XI. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. de projeto e execução;  
XII. Registro de Imóveis atualizado, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias antes da requisição da Licença para Construção ou Demolição.

§ 1º. Nos casos de projetos para construção de grandes proporções, as escalas mencionadas poderão ser alteradas devendo, contudo, ser consultado previamente o órgão competente da Prefeitura Municipal.

§ 2º. Todas as plantas relacionadas nos itens anteriores deverão ser apresentadas, no mínimo em 03 (três) vias em papel e 01 (uma) em arquivo digital, uma das quais será arquivada no órgão competente da Prefeitura e as outras serão devolvidas ao requerente após a aprovação, contendo em todas as folhas o carimbo "APROVADO" e as rubricas dos funcionários encarregados.

§ 3º. A concessão do alvará de construção para imóveis que apresentem área de preservação permanente será condicionada à celebração de Termo de Compromisso de Preservação, o qual determinará a responsabilidade civil, administrativa e penal do proprietário em caso de descumprimento.

§ 4º. As reformas que resultem em ampliações superiores a 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) sobre a área inicial ficam obrigadas a apresentar projeto de proteção contra incêndios, de acordo com as prescrições das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e do Código de Prevenção de Incêndios do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Santa Catarina.

Art. 19 Dependendo, obrigatoriamente, de Alvará para construção as seguintes obras:

I. construção de novas edificações;

II. reformas que determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, ou que afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções;

III. implantação e utilização de estande de vendas de unidades autônomas de condomínio a ser erigido no próprio imóvel;

IV. construção de muro frontal.

§ 1º. A licença para implantação de canteiro de obras em imóvel distinto daquele onde se desenvolve a obra terá caráter provisório.

§ 2º. Em terrenos onde existam edificações irregulares, as mesmas deverão ser regularizadas antes da conclusão da obra, sob pena da mesma não obter o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO.

Art. 20 Estão isentas de Alvará para construção as seguintes obras:

I. limpeza ou pintura interna e externa de edifícios, que não exija a instalação de tapumes, andaimes ou telas de proteção;

II. conserto nos passeios dos logradouros públicos em geral;

III. construção de muros divisórios laterais e de fundos com até 2,00 m (dois metros) de altura;

IV. construção de abrigos provisórios para operários ou depósitos de materiais, no decurso de obras definidas já licenciadas;

V. reformas que não determinem acréscimo ou decréscimo na área construída do imóvel, não contrariando os índices estabelecidos pela legislação referente ao uso e ocupação do solo, e que não afetem os elementos construtivos e estruturais que interfiram na segurança, estabilidade e conforto das construções.

Art. 21 O Alvará para construção será concedido mediante requerimento dirigido ao órgão municipal competente, juntamente com o projeto arquitetônico a ser aprovado e demais documentos previstos em regulamento.

§ 1º. As instalações prediais deverão ser aprovadas pelas

repartições competentes estaduais ou municipais, ou pelas concessionárias de serviço público quando for o caso.

§ 2º. O prazo máximo para aprovação do projeto é de 30 (trinta) dias a partir da data de entrada do projeto definitivo corrigido pelo órgão municipal competente.

Art. 22 No ato da aprovação do projeto será outorgado o Alvará para Construção, que terá prazo de validade igual a 2 (dois) anos, podendo ser revalidado, pelo mesmo prazo e por uma única vez mediante solicitação do interessado, desde que a obra tenha sido iniciada.

§ 1º. Decorrido o prazo definido no caput sem que a construção tenha sido iniciada, considerar-se-á automaticamente revogado o alvará bem como a aprovação do projeto.

§ 2º. Para efeitos do presente artigo uma obra será considerada iniciada quando suas fundações e baldrames estiverem concluídos.

§ 3º. A revalidação da licença mencionada no caput deste artigo só será concedida caso os trabalhos de fundação e baldrames estejam concluídos.

§ 4º. Se o prazo inicial de validade do alvará se encerrar durante a construção, esta só terá prosseguimento, se o profissional responsável ou o proprietário enviar solicitação de prorrogação por escrito, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao prazo de vigência do alvará.

§ 5º. O Município poderá conceder prazos superiores ao estabelecido no caput deste artigo, considerando as características da obra a executar, desde que seja comprovada sua necessidade através de cronogramas devidamente avaliados pelo órgão municipal competente.

Art. 23 Em caso de paralisação da obra, o responsável deverá informar o Município.

§ 1º. Para o caso descrito no caput deste artigo, mantém-se o prazo inicial de validade da licença para construção.

§ 2º. A revalidação da licença para construção poderá ser concedida, desde que a obra seja reiniciada pelo menos 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência da licença e estejam concluídos os trabalhos de fundação e baldrames.

§ 3º. A obra paralisada, cujo prazo de licença para construção tenha expirado sem que esta tenha sido reiniciada, dependerá de nova aprovação de projeto.

Art. 24 É vedada qualquer alteração no projeto de arquitetura após sua aprovação sem o prévio consentimento do Município, especialmente dos elementos essenciais da construção, sob pena de cancelamento de sua licença.

Parágrafo Único. A execução de modificações em projetos de arquitetura aprovados com licença ainda em vigor, que envolva partes da construção ou acréscimo de área ou altura construída, somente poderá ser iniciada após a sua aprovação.

Art. 25 Os documentos previstos em regulamento deverão ser mantidos na obra durante sua construção e permitir fácil acesso à fiscalização do órgão municipal competente.

Art. 26 Nenhuma demolição de edificação poderá ser efetuada sem comunicação prévia ao órgão competente do Município, que expedirá a licença para demolição, após vistoria.

§ 1º. Após a vistoria a Prefeitura Municipal poderá exigir que o proprietário apresente profissional legalmente habilitado, responsável pela execução dos serviços.

§ 2º. Qualquer edificação que esteja, a juízo do departamento competente da Prefeitura, ameaçada de desabamento deverá ser demolida no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação pelo proprietário e este recusando-se a fazê-la, a Prefeitura providenciará a execução da demolição cobrando do mesmo as despesas correspondentes, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acrescido da taxa de 20% (vinte por cento) de administração.

§ 3º. A licença para demolição será expedida juntamente com a licença para construção, quando for o caso.

### CAPÍTULO III

DO CERTIFICADO DE VISTORIA DE CONCLUSÃO DE OBRA - CVCO

Art. 27 Uma obra é considerada concluída quando tiver condições

de habitabilidade.

Parágrafo Único. É considerada em condições de habitabilidade a edificação que:

- I. garantir segurança a seus usuários e à população indiretamente a ela afetada;
- II. possuir todas as instalações previstas em projeto, funcionando a contento;
- III. for capaz de garantir a seus usuários padrões mínimos de conforto térmico, luminoso, acústico e de qualidade do ar, conforme o projeto aprovado;
- IV. não estiver em desacordo com as disposições deste Código;
- V. atender às exigências do Corpo de Bombeiros relativas às medidas de segurança contra incêndio e pânico quando exigido pela legislação;
- VI. tiver garantida a solução de esgotamento sanitário prevista em projeto aprovado.

Art. 28 Concluída a obra, o proprietário e o responsável técnico deverão solicitar ao Município o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO da edificação, em documento assinado por ambos, que deverá ser precedido da vistoria efetuada pelo órgão competente, atendendo às exigências previstas em regulamento.

Art. 29 Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação foi construída, ampliada, reconstruída ou reformada em desacordo com o projeto aprovado, o responsável técnico será notificado, de acordo com as disposições deste Código, e obrigado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou fazer a demolição ou as modificações necessárias para regularizar a situação da obra.

Art. 30 A vistoria deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do seu requerimento, e o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO, concedido ou recusado dentro de outros 15 (quinze) dias.

Art. 31 Será concedido o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO parcial de uma edificação nos seguintes casos:

- I. prédio composto de parte comercial e parte residencial utilizadas de forma independente;
- II. programas habitacionais de reassentamentos com caráter emergencial, desenvolvidos e executados pelo Poder Público ou pelas comunidades beneficiadas, em regime de mutirão.

§ 1º. O Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO parcial não substitui o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO que deve ser concedido no final da obra.

§ 2º. Para a concessão do Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra - CVCO parcial fica a Prefeitura Municipal sujeita aos prazos e condições estabelecidas no artigo 33 desta lei.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS NORMAS TÉCNICAS DE APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Art. 32 Os projetos de arquitetura para efeito de aprovação e outorga de licença para construção, somente serão aceitos quando legíveis e de acordo com as normas de desenho arquitetônico.

§ 1º. As folhas do projeto deverão seguir as normas da ABNT NBR 10068 quanto aos tamanhos escolhidos, sendo apresentadas em cópias dobradas, nunca em rolo, tomando-se por tamanho padrão um retângulo de 21,0cm x 29,7cm (tamanho A4 da ABNT) com número ímpar de dobras tendo margem de 1,00cm (um centímetro) em toda a periferia da folha exceto na margem lateral esquerda a qual será de 2,50cm (dois centímetros e meio) (orelha) para fixação em pastas.

§ 2º. No canto inferior direito da(s) folha(s) de projeto será desenhado um quadro legenda com 17,50cm de largura e 27,70cm de altura - tamanho A4, reduzidas as margens, onde constarão:

- I carimbo ocupando o extremo inferior do quadro legenda, com altura máxima de 9,00 cm (nove centímetros), especificando:
  - II a natureza e destino da obra;
  - III referência da folha - conteúdo: plantas, cortes, elevações, etc;
  - IV tipo de projeto - arquitetônico, estrutural, elétrico, hidro-sanitário, etc;
  - V espaço reservado para nome e assinatura do requerente, do

autor do projeto e do responsável técnico pela execução da obra sendo estes últimos, com indicação dos números dos Registros no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA;

VI no caso de vários desenhos de um projeto que não caibam em uma única folha, será necessário numerá-las em ordem crescente:

- a) espaço reservado para a colocação da área do lote, áreas ocupadas pela edificação já existente e da nova construção, reconstrução, reforma ou ampliação, discriminadas por pavimento ou edículas;

b) espaço reservado para a declaração: "Declaramos que a aprovação do projeto não implica no reconhecimento, por parte da Prefeitura, do direito de propriedade ou de posse do lote";

c) espaço reservado à Prefeitura e demais órgãos competentes para aprovação, observações e anotações, com altura de 6,00 cm (seis centímetros).

Art. 33 Nos projetos de reforma, ampliação ou reconstrução deverá ser indicado o que será demolido, construído ou conservado de acordo com convenções especificadas na legenda.

Parágrafo único. O carimbo e a prancha de situação e estatística definidos neste artigo deverão respeitar o modelo fornecido pelo órgão municipal competente.

#### TÍTULO III

##### DA EXECUÇÃO E SEGURANÇA DAS OBRAS

###### CAPÍTULO I

###### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34 A execução das obras somente poderá ser iniciada depois de concedido o Alvará de Construção.

Parágrafo Único. São atividades que caracterizam o início de uma construção:

- I o preparo do terreno;
- II a abertura de cavas para fundações;
- III o início de execução de fundações superficiais.

###### CAPÍTULO II

###### DO CANTEIRO DE OBRAS

Art. 35 A implantação do canteiro de obras fora do lote em que se realiza a obra, somente terá sua licença concedida pelo órgão competente do Município, mediante exame das condições locais de circulação criadas no horário de trabalho e dos inconvenientes ou prejuízos que venham causar ao trânsito de veículos e pedestres, bem como aos imóveis vizinhos e desde que, após o término da obra, seja restituída a cobertura vegetal pré-existente à instalação do canteiro de obras.

Art. 36 É proibida a permanência de qualquer material de construção nas vias e logradouros públicos, bem como a utilização dos mesmos como canteiro de obras ou depósito de entulhos.

§ 1º. O recolhimento de entulhos derivados da construção civil é de responsabilidade do proprietário do imóvel.

§ 2º. A não retirada dos materiais ou do entulho autoriza a Prefeitura Municipal a fazer a remoção do material encontrado em via pública, dando-lhe o destino conveniente, e a cobrar dos executores da obra a despesa da remoção, aplicando-lhe as sanções cabíveis.

###### CAPÍTULO III

###### DOS TAPUMES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Art. 37 Enquanto durarem as obras, o responsável técnico deverá adotar as medidas e equipamentos necessários à proteção e segurança dos que nela trabalham, dos pedestres, das propriedades vizinhas e dos logradouros e vias públicas, observando o disposto nesta Seção e na Seção II deste Capítulo.

Art. 38 Nenhuma construção, reforma, reparo ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes, salvo quando se tratar de execução de muros, grades, gradis ou de pintura e pequenos reparos na edificação que não comprometam a segurança dos pedestres.

Parágrafo Único. Os tapumes somente poderão ser colocados após a expedição, pelo órgão competente do Município, da licença de construção ou demolição.

Art. 39 Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que a



metade da largura do passeio sendo que, no mínimo, 80,00cm (oitenta centímetros) serão mantidos livres para o fluxo de pedestres e deverão ter, no mínimo, 2,00 m (dois metros) de altura.

§ 1º. O Município, através do órgão competente, poderá autorizar a utilização do espaço aéreo do passeio desde que seja respeitado um pé direito mínimo de 2,10 m (dois metros e dez centímetros) e desde que seja tecnicamente comprovada sua necessidade e adotadas medidas de proteção para circulação de pedestres.

§ 2º. O tapume deverá ser executado em material que permita a vedação do interior da obra, não sendo permitido o uso de arames e telas plásticas ou metálicas.

Art. 40 Nenhum elemento do canteiro de obras poderá prejudicar a arborização da rua, a iluminação pública, a visibilidade de placas, avisos ou sinais de trânsito e outras instalações de interesse público.

Art. 41 Durante a execução da obra será obrigatória a observação dos dispositivos estabelecidos na norma NR-18 do Ministério do Trabalho.

Art. 42 Após o término das obras ou no caso de paralisação por prazo superior a 04 (quatro) meses, os tapumes deverão ser recuados e os andaimes retirados.

#### TÍTULO IV

#### DAS EDIFICAÇÕES EM GERAL

##### CAPÍTULO I

##### DAS ESCAVAÇÕES E ATERROS

Art. 43 Nas escavações e aterros deverão ser adotadas medidas de segurança para evitar o deslocamento de terra nas divisas do lote em construção ou eventuais danos às edificações vizinhas.

Art. 44 No caso de escavações e aterros de caráter permanente, que modifiquem o perfil do lote, o responsável legal é obrigado a proteger as edificações lindeiras e o logradouro público, com obras de proteção contra o deslocamento de terra.

Parágrafo Único. As alterações no perfil do lote deverão constar no projeto arquitetônico.

Art. 45 A execução de movimento de terra deverá ser precedida de autorização da Prefeitura Municipal nas seguintes situações:

I. Movimentação de terra com mais de 500,00 m<sup>3</sup> (quinhentos metros cúbicos) de material;

II. Movimentação de terra com qualquer volume em áreas lindeiras a cursos d'água, áreas de várzea e de solos alagadiços;

III. Movimentação de terra de qualquer volume em áreas sujeitas à erosão;

IV. Alteração de topografia natural do terreno que atinja superfície maior que 1000,00m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).

Art. 46 O requerimento para solicitar a autorização referida no artigo 50 desta Lei deverá ser acompanhado dos seguintes elementos:

I. Registro do imóvel;

II. Levantamento topográfico do terreno em escala, destacando cursos d'água, árvores, edificações existentes e demais elementos significativos;

III. Memorial descritivo informando:

a) Descrição da tipologia do solo;

b) Volume do corte e/ou aterro;

c) Volume do empréstimo ou retirada;

d) Medidas a serem tomadas para proteção superficial do terreno;

e) Indicação do local para empréstimo ou bota-fora;

IV. Projetos contendo todos os elementos geométricos que caracterizem a situação do terreno antes e depois da obra, inclusive sistema de drenagem e contenção;

V. Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) da obra.

Parágrafo Único. As disposições deste artigo deverão ser igualmente aplicadas no caso de construção de subsolos.

##### CAPÍTULO II

##### DAS PAREDES

Art. 47 As paredes executadas em alvenaria de tijolos comuns deverão ter espessura mínima de 12,00 cm (doze centímetros) quando internas, e 17,00 cm (dezessete centímetros) quando externas.

§ 1º. Quando se tratar de paredes de alvenaria que constituírem divisões entre habitações distintas ou se construídas na divisa do lote, deverão ter espessura de 22,00 cm (vinte e dois centímetros).

§ 2º. Estas espessuras poderão ser alteradas quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que por comprovação técnica possuam no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico adotados para a alvenaria de tijolos comuns.

##### CAPÍTULO III

##### DAS PORTAS, PASSAGENS OU CORREDORES

Art. 48 As portas de acesso às edificações, bem como as passagens ou corredores, devem ter largura suficiente para o escoamento dos compartimentos ou setores da edificação a que dão acesso.

§ 1º. Para atividades específicas são detalhadas exigências no próprio corpo desta Lei, respeitando-se:

I Quando de uso privativo a largura mínima será de 80,00cm (oitenta centímetros);

II Quando de uso coletivo, a largura livre deverá corresponder a 1,00 cm (um centímetro) por pessoa da lotação prevista para os compartimentos, respeitando no mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

§ 2º. As portas de acesso a gabinetes sanitários e banheiros, terão largura mínima de 60,00 cm (sessenta centímetros).

§ 3º. A fim de permitir o acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência, os logradouros públicos e edificações, exceto aquelas destinadas à habitação de caráter permanente unifamiliar e multifamiliar, deverão seguir as orientações previstas em regulamento, obedecendo a Norma Brasileira (NBR) 9050 - Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), 1994.

##### CAPÍTULO IV

##### DAS ESCADAS E RAMPAS

Art. 49 As escadas de uso comum ou coletivo deverão ter largura suficiente para proporcionar o escoamento do número de pessoas que dela dependem, sendo:

I. a largura mínima das escadas de uso comum ou coletivo será de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

II. as escadas de uso privativo ou restrito do compartimento, ambiente ou local, poderão ter largura mínima de 80,00 cm (oitenta centímetros);

III. as escadas deverão oferecer passagem com altura mínima nunca inferior a 2,10m (dois metros e dez centímetros);

IV. só serão permitidas escadas em leques ou caracol e do tipo marinho quando interligar dois compartimentos de uma mesma habitação;

V. nas escadas em leque, a largura mínima do degrau será de 7,00cm (sete centímetros), devendo a 50,00 cm (cinquenta centímetros), do bordo interno, o degrau apresentar a largura mínima do piso de 28,00cm (vinte e oito centímetros);

VI. as escadas deverão ser de material incombustível, quando atenderem a mais de dois pavimentos, excetuando-se habitação unifamiliar;

VII. ter um patamar intermediário, de pelo menos 1,00m (um metro) de profundidade, quando o desnível vencido for maior que 2,80m (dois metros e oitenta centímetros) de altura ou 15 degraus;

VIII. os degraus das escadas deverão apresentar espelho ("e") e piso ("p"), que satisfaçam à relação 60,00 cm

#### Lei Complementar Nº 008/2011

LEI COMPLEMENTAR Nº 008, DE 26 OUTUBRO DE 2011

"DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos que a

Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Essa Lei dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Passo de Torres.

Parágrafo único. O Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Perímetro Urbano do Município de Passo de Torres serão regidos por esta Lei.

Art. 2º As disposições desta Lei deverão ser observadas obrigatoriamente:

I. na concessão de alvarás de construção;

II. na concessão de alvarás de localização de usos e atividades urbanas;

III. na execução de planos, programas, projetos, obras e serviços referentes a edificações de qualquer natureza;

IV. na urbanização de áreas e;

V. no parcelamento do solo.

Parágrafo Único. A concessão de alvará para construir, reformar ou ampliar obra residencial, comercial, de prestação de serviço ou industrial, somente poderá ocorrer com observância às normas de uso e ocupação do solo urbano estabelecidas nesta Lei.

## SEÇÃO I

### DOS OBJETIVOS

Art. 3º A presente Lei tem como objetivos:

I. estabelecer critérios de ocupação e utilização do solo urbano, tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade;

II. orientar o crescimento da cidade visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis;

III. definir zonas, adotando-se como critério básico seu grau de urbanização atual, com a finalidade de reduzir as disparidades entre os diversos setores da cidade;

IV. prever e controlar densidades demográficas e de ocupação de solo urbano, como medida para a gestão do bem público, da oferta de serviços públicos e da conservação do meio ambiente;

V. compatibilizar usos e atividades diferenciadas, complementares entre si, tendo em vista a eficiência do sistema produtivo e da eficácia dos serviços e da infraestrutura.

## SEÇÃO II

### DAS DEFINIÇÕES

Art. 4º Para o efeito de aplicação da presente Lei serão adotadas as seguintes definições:

I. Zoneamento é a divisão da área do Perímetro Urbano do Município, em zonas para as quais são definidos os usos e os parâmetros de ocupação do solo, nos termos dos critérios urbanísticos e ambientais desejáveis estabelecidos pelo Plano Diretor;

II. Uso do solo é o tipo de utilização de parcelas do solo urbano por certas atividades dentro de uma determinada zona;

III. Ocupação do solo é a maneira como a edificação ocupa o lote, em função dos índices urbanísticos incidentes sobre os mesmos, que são:

a) altura da edificação;

b) coeficiente de aproveitamento;

c) fração mínima;

d) recuos;

e) taxa de ocupação;

f) taxa de permeabilidade;

g) testada.

IV. Os índices urbanísticos são:

a) Altura da edificação - é a dimensão vertical máxima da edificação, expressa em metros, quando medida de seu ponto mais alto até o nível do terreno, ou em número de pavimentos a partir do térreo, inclusive;

b) Área Computável - área a ser considerada no cálculo do coeficiente de aproveitamento do terreno, correspondendo a: área do térreo e demais pavimentos; ático com área superior a 1/3 (um terço) do piso do último pavimento; porão com área superior a 1/3 (um terço) do pavimento superior;

c) Áreas Institucionais - áreas destinadas à implantação dos

equipamentos públicos de educação, cultura e lazer;

d) Espaços Livres - áreas de interesse de preservação e/ou espaços livres de uso público destinados à implantação de praças, áreas de recreação e esportivas, monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos;

e) Recuo - distância entre o limite extremo da edificação e as divisas do lote, sendo que os recuos serão definidos por linhas paralelas às divisas do lote, salvo projeções de saliências em edificações, nos casos previstos em lei e os recuos de frente serão medidos com relação aos alinhamentos;

f) Taxa de Ocupação - proporção entre área máxima da edificação projetada sobre o lote e a área desse mesmo lote;

g) Taxa de Permeabilidade - percentual do lote que deverá permanecer permeável;

h) Testada - largura do lote voltada para a via pública.

V. Alvará de Construção/Demolição - documento expedido pela Prefeitura que autoriza a execução das obras sujeitas à sua fiscalização;

VI. Alvará de Localização e Funcionamento - documento expedido pela Prefeitura que autoriza o funcionamento de uma determinada atividade;

VII. Baldrame - viga de concreto ou madeira que corre sobre fundações ou pilares para apoiar o piso;

VIII. Equipamentos Comunitários - são os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer, segurança e assistência social;

IX. Equipamentos Urbanos - são os equipamentos públicos de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de água pluvial e rede telefônica;

X. Faixa de Domínio ou Servidão - área contígua a vias de tráfego e a redes de infraestrutura vedada a construção, destinada ao acesso para ampliação ou manutenção daqueles equipamentos;

XI. Faixa de Proteção - faixa paralela a um curso d'água, medida a partir da sua margem e perpendicular à esta, destinada a proteger as espécies vegetais e animais desse meio, e da erosão. Esta faixa é variável e é regulamentada pelas Leis Federais, Estaduais e Municipais relativas à matéria;

XII. Fundações - parte da construção destinada a distribuir as cargas sobre o terreno;

XIII. Gleba - área de terra que não foi objeto de parcelamento urbano;

XIV. Infraestrutura Básica - equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água potável, de energia elétrica pública e domiciliar, vias de circulação e pavimentação;

XV. Medidas Mitigadoras - procedimentos a serem adotados para reduzir o impacto negativo da instalação de atividades;

XVI. Profundidade do Lote - distância medida entre o alinhamento predial do lote e uma linha paralela a este, até seu ponto mais extremo;

XVII. Regime Urbanístico - conjunto de medidas relativas a uma determinada zona que estabelecem as formas de ocupação e disposição das edificações em relação ao lote, à rua e ao entorno;

XVIII. Subsolo - pavimento abaixo da menor cota do passeio fronteiro à divisa do lote da edificação e cuja altura máxima do pé-direito seja de 1,20 (um metro e vinte centímetros) contados a partir da cota do passeio em relação à zero;

XIX. Vizinhos lindeiros - aqueles que fazem divisas com o imóvel em questão;

XX. Vizinhos imediatos - aqueles mais próximos ao imóvel em questão, excluídos os lindeiros.

## CAPÍTULO II

### DOS ALVARÁS

Art. 5º Os usos das edificações já existentes que contrariam as disposições desta Lei serão avaliados pelo Conselho Municipal da Cidade, após o que será estabelecido o prazo de um ano para a sua regularização ou adequação.

Parágrafo único. Serão proibidas obras de acréscimo ou reconstrução nas edificações cujos usos contrariem as disposições desta Lei, admitindo-se somente obras de reforma e manutenção.



Art. 6º Os parâmetros de uso e ocupação do solo contidos na legislação anterior manterão sua validade, para:

- I. projetos já licenciados e/ou aprovados;
- II. projetos em tramitação, protocolados nos órgãos competentes anteriormente à data de vigência desta Lei;
- III. as consultas de construção expedidas anteriormente à data de vigência desta Lei.

Parágrafo Único. As informações constantes nas consultas de construções expedidas anteriormente à data de vigência desta Lei terão validade de 90 dias, contados da data de sua expedição.

Art. 7º Os alvarás de construção expedidos anteriormente a esta Lei serão respeitados enquanto vigerem, desde que a construção tenha sido iniciada ou se inicie no prazo de 60 (Sessenta dias), a partir da data de publicação desta lei.

Parágrafo Único. Considera-se obra iniciada, aquela cujas fundações e baldrame estejam concluídos.

Art. 8º Os alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviço ou industrial, serão concedidos sempre a título precário, desde que observadas as normas estabelecidas nesta Lei, podendo ser cassados caso a atividade, depois de licenciada, venha a demonstrar impacto negativo ao meio ambiente, à saúde, à segurança e ao sistema viário.

§ 1º. Os alvarás a que se refere este artigo poderão ser cassados, sem gerar qualquer direito à indenização, ocorrendo descumprimento:

- I. das exigências do Alvará de Construção/Demolição;
- II. das exigências do Alvará de Localização e Funcionamento.

§ 2º. As renovações serão concedidas deste que a atividade não tenha demonstrado qualquer um dos inconvenientes apontados no caput deste artigo.

§ 3º. A manifestação expressa da vizinhança contra a permanência da atividade no local licenciado, comprovando ser incômoda, perigosa ou nociva, poderá constituir-se em motivo para a instauração do processo de cassação de alvará.

Art. 9º A transferência de local ou mudança de ramo de atividade comercial, de prestação de serviço ou industrial, já em funcionamento, poderá ser autorizada se não contrariar as disposições desta Lei.

Art. 10 O alvará para localização de qualquer atividade considerada como perigosa, nociva ou incômoda, dependerá da aprovação do projeto completo se for o caso, pelos órgãos competentes da União, Estado e Município, além das exigências específicas de cada caso.

Art. 11 A instalação de obra ou atividade potencialmente geradora de modificações no espaço urbano e no meio ambiente dependerá de aprovação do Conselho Municipal da Cidade que poderá exigir o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV.

§ 1º. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV deve conter todas as possíveis implicações do projeto para a estrutura ambiental e urbana, no entorno do empreendimento.

§ 2º. De posse do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, o Poder Público, representado pelo Órgão Municipal de Planejamento e pelo Conselho Municipal da Cidade se reservarão o direito de avaliar o mesmo, além do projeto, e estabelecer quaisquer exigências que se façam necessárias para minorar ou mesmo eliminar os impactos negativos do projeto sobre o espaço da Cidade, ficando o empreendedor responsável pelos ônus daí decorrentes.

§ 3º. Antes da concessão de alvará para atividades de grande porte, o interessado deverá publicar no periódico local de maior circulação um resumo do projeto pretendido, indicando atividade principal e sua localização. A Prefeitura fixará o mesmo resumo em edital.

Art. 12 Lei Municipal Específica, de acordo com o estabelecido na Lei do Plano Diretor de Passo de Torres, definirá:

- I. atividades potencialmente geradoras de modificações urbanas;
- II. empreendimentos potencialmente geradores de modificações no espaço urbano e no meio ambiente.

### CAPÍTULO III

### DO ZONEAMENTO DA SEDE URBANA

Art. 13 A área da sede urbana do Município de Passo de Torres, conforme Mapa de Zoneamento em anexo, parte integrante desta Lei, fica subdividida em zonas, definidas e delimitadas de acordo com o grau de urbanização e o padrão de uso e ocupação desejável para as mesmas.

Art. 14 A área do perímetro urbano do Município, conforme mapa de zoneamento anexo, parte integrante desta Lei, fica subdividida nas seguintes zonas:

I. ZONA RESIDENCIAL CENTRAL - ZRC que compreende a área urbana municipal, conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta lei. A Zona Residencial Central está situada no centro consolidado, ocupação menos associada à orla marítima.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

a) manter um uso misto, garantindo espaços residenciais verticalizados com alta densidade associados ao uso comercial e de serviços compatíveis com este.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) O uso preferencial para a habitação;
- b) As atividades econômicas que atendam as necessidades das áreas residenciais e que possam ser realizadas nesses espaços sem o comprometimento da qualidade de vida da vizinhança;
- c) Os usos comunitários que permitam a redução dos deslocamentos das áreas habitacionais na escala do bairro.

II. ZONA RESIDENCIAL I - ZR I que compreende a área urbana municipal situada junto à orla marítima cuja ocupação já se encontra consolidada, conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta lei.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

- a) Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa densidade;
- b) estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) O uso preferencial para a habitação;
- b) As atividades econômicas que atendam as necessidades das áreas residenciais e que possam ser realizadas nesses espaços sem o comprometimento da qualidade de vida da vizinhança;
- c) Os usos comunitários que permitam a redução dos deslocamentos das áreas habitacionais na escala do bairro.

III. ZONA RESIDENCIAL II - ZR II que compreende a área urbana em consolidação situada junto à orla marítima, conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta lei.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

- a) Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa densidade;
- b) estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações;
- c) Respeitar as legislações ambientais vigentes, adequando o uso residencial à proteção ambiental dos remanescentes de mangue, restinga e áreas de dunas.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) O uso preferencial para a habitação;
- b) As atividades econômicas que atendam as necessidades das áreas residenciais e que possam ser realizadas nesses espaços sem o comprometimento da qualidade de vida da vizinhança;
- c) Os usos comunitários que permitam a redução dos deslocamentos das áreas habitacionais na escala do bairro.
- d) A aprovação de loteamentos e edificações nesta zona deve, obrigatoriamente, passar por anuência do órgão ambiental competente, devendo-se respeitar as diretivas de preservação instituídas em âmbito municipal, estadual e federal.

IV. ECBM - EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS BEIRA-MAR, que compreende os terrenos com testada para a Avenida Beira-mar, de frente para o mar, sendo áreas com destino de uso preferencial comercial e de serviços no pavimento térreo, característico da área frontal à orla marítima, com gabarito de até 2 (dois) pavimentos.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo garantir a dinamização dos espaços frontais à orla marítima, adensando as atividades comerciais e de serviços e propiciando áreas de lazer e turismo à população em geral.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) O uso misto propiciando o seu adensamento e garantindo a viabilidade da permanência das atividades econômicas, minimizando os efeitos da população flutuante característica dos balneários;
- b) Parâmetros urbanísticos com relação ao gabarito das edificações que impeçam o comprometimento ambiental das demais regiões do município.

V. EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS CENTRAL - ECSC, que compreende os terrenos com testada para as ruas: Av. Mampituba, Rua Hespagnol, Rua Coronel João Fernandes, Rua Guilherme Rodrigues da Silva, Rua Manoel Laurentino, Rua Antônio José Scheffer e Rua José Hespagnol, sendo seu uso preferencialmente comercial e de serviços de bairro no pavimento térreo..

§ 1º. Essa zona tem por objetivo reforçar a função das vias coletoras, com a destinação de atividades comerciais de forma a estruturar a cidade em torno desses eixos e de um núcleo central.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) Parâmetros urbanísticos mais flexíveis com relação ao gabarito das edificações que permita criar uma identificação visual desses eixos a partir do gabarito mais alto em relação às demais zonas, além do fortalecimento de uma área central de comércio e serviços.

VI. EIXO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS INTERPRAIAS - ECSIP, que compreende os terrenos com testada para a Avenida Interpraia nos trechos apresentados no mapa integrante do anexo desta lei, sendo áreas de uso preferencialmente comercial e de serviços setoriais, no pavimento térreo com gabarito de até 2 (dois) pavimentos.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo garantir o adensamento comercial e de serviços ao longo da Avenida Interpraia a ser implantada, assim como permitir o uso habitacional, otimizando a infraestrutura existente e a ser implantada.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se parâmetros urbanísticos mais flexíveis com relação ao uso das edificações que propiciem o aumento da densidade populacional, sem o comprometimento ambiental das demais regiões do município.

VII. ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL -ZEIS, que corresponde às áreas onde existem ocupações irregulares e às áreas onde o Poder Público tenha interesse em produzir habitação de interesse social em todo o perímetro urbano municipal.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo garantir o acesso da população à habitação de interesse social, tanto pela abertura de novas áreas habitacionais quanto pela regularização de ocupações irregulares.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) Que no mínimo, 85 % da área loteável seja reservado para Habitação de Interesse Social, admitindo-se a implantação de comércio e serviços de caráter vicinal na fração restante;
- b) Que a delimitação de ZEIS, não constantes dessa Lei, deverá ser aprovada pela Câmara Municipal e passará a incorporar o Mapa de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo integrante do anexo dessa Lei, com a denominação de ZEIS.

VIII. ZONA DE RESTRIÇÃO À OCUPAÇÃO - ZRO, que corresponde às áreas de restrição à ocupação urbana por ocorrência de áreas verdes remanescentes, sujeição a alagamentos e definição de área institucional.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo garantir a conservação de áreas com fragilidade ambiental e que necessitam de maior controle sobre sua ocupação, com a definição de exigências específicas à cada caso.

§ 2º. Os loteamentos aprovados e não implantados que encontram-se nessa zona, para sua implantação deverão ter o licenciamento ambiental do órgão responsável.

§ 3º. Para essa Zona propõe-se:

- a) A ocupação de baixa a baixíssima densidade de acordo com os padrões da legislação ambiental vigente;

b) Reassentamento das habitações que se encontram em áreas de restrição da ocupação;

c) Fiscalização regular, no sentido de evitar usos incompatíveis com as características das áreas.

Art. 15 ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE -, ZEPP, que compreende: faixa territorial de fundo de vale dos cursos d'água do Município; áreas com declividade superior a 45º (quarenta e cinco graus); remanescentes de florestas; demais áreas enquadradas como de Preservação Permanente, em legislação estadual e municipal.

§ 1º. A Zona Especial de Preservação Permanente - ZEPP tem o objetivo de proteger, preservar e recuperar os corpos d'água e suas nascentes, assim como encostas, topos de morros e as áreas alagáveis visando manter o equilíbrio de todo o ecossistema da região, além de configurar importante refúgio para a fauna local.

§ 2º. É dever do Poder Público Municipal, através dos órgãos competentes, o resguardo e a reconstituição das matas ciliares, auxiliado, se necessário pelas instituições estaduais, federais e privadas.

§ 3º. Para essa Zona propõe-se:

- a) reconstituição de mata ciliar onde se faz necessário;
- b) recomposição da vegetação de encostas e topos de morros;
- c) reassentamento das habitações que se encontram em áreas de restrição da ocupação;
- d) fiscalização constante, de forma a evitar a ocupação das referidas áreas;
- e) proibição de parcelamento do solo.

§ 4º. Dentro das faixas que constituem a ZEPP não será permitido nenhum tipo de edificações particular ou pública comportando apenas os incrementos necessários para que venham cumprir as funções de parque municipal, com o intuito maior de preservação ecológica e melhoria de qualidade.

II. ZONA DE ÁREA URBANA CONSOLIDADA que atende aos seguintes requisitos estabelecidos pelo artigo 2º, inciso XIII, da Resolução CONAMA n. 303/2002, conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta lei:

a) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana:

1. malha viária com canalização de águas pluviais,
2. rede de abastecimento de água;
3. rede de esgoto;
4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos;
6. tratamento de resíduos sólidos urbanos;

b) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

- a) Garantir as condições adequadas para o uso residencial, com baixa densidade;
- b) estabelecer parâmetros urbanísticos que possibilitem a manutenção da paisagem natural e o conforto ambiental das habitações.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

- a) O uso preferencial para a habitação;
- b) As atividades econômicas que atendam as necessidades das áreas residenciais e que possam ser realizadas nesses espaços sem o comprometimento da qualidade de vida da vizinhança e do meio ambiente;
- c) Os usos comunitários que permitam a redução dos deslocamentos das áreas habitacionais na escala do bairro.

III. ZONA DE ESTRUTURA PESQUEIRA que compreende as áreas em um trecho de aproximadamente 1.800,00 m ( um mil e oitocentos metros) à margem do Rio Mampituba, conforme mapa de zoneamento, parte integrante desta lei, cujos usos estão associados à atividade pesqueira.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

- a) manter a sua vocação, vinculada à atividade pesqueira, incentivando a implantação de atividades que se relacionem com ela;
- b) criar um pólo da atividade pesqueira no município, concentrado neste compartimento do município.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

a) Usos prioritários: comerciais e de serviços associados à atividade de pesca;

b) Uso Tolerado: comércio e serviços vicinais e de bairro.

IV. ZONA DE EXPANSÃO URBANA, que compreende as áreas ao norte da Sede Municipal ao longo da rodovia SC 450, onde existe um potencial paisagístico para núcleos residenciais de baixa densidade.

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

a) Nortear a evolução da ocupação e a implantação de infraestrutura urbana;

b) Promover o crescimento urbano na direção mais adequada.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

a) O uso preferencial para a habitação;

b) As atividades econômicas que atendam as necessidades das áreas residenciais e que possam ser realizadas nesses espaços sem o comprometimento da qualidade de vida da vizinhança;

c) Os usos comunitários que permitam a redução dos deslocamentos das áreas habitacionais na escala do bairro;

d) A ocupação dessas áreas estará condicionada à aprovação do Conselho Municipal da Cidade e ao atendimento de infraestrutura básica, como o abastecimento de água e à ocupação das áreas urbanas já consolidadas, tanto da sede municipal, quanto do distrito, de forma a evitar a criação de vazios urbanos.

V. EIXO DE INDÚSTRIA E SERVIÇOS que compreende áreas de uso preferencialmente de serviços e industriais de pequeno porte incidentes sobre uma faixa de 200m (duzentos metros) a partir do eixo rodoviário da SC 450 e Estrada Geral Curralinhos, conforme anexo I da presente Lei, onde permite-se construções até 3 (três) pavimentos, com média densidade de ocupação.

a) Usos prioritários: comerciais e de serviços de bairro, setorial e geral e atividades industriais - Tipo 1, Uso Comunitário 1 e 2 ;

b) Uso Tolerado: residencial unifamiliar, multifamiliar e coletivo;

§ 1º. Essa zona tem por objetivo:

a) manter um uso misto, garantindo espaços residenciais associados ao uso comercial e de serviços compatíveis com este.

§ 2º. Para essa Zona propõe-se:

a) O uso preferencial para a comércio, serviços de pequeno e médio porte e indústrias de pequeno porte;

b) As atividades econômicas que atendam as necessidades das áreas residenciais e que possam ser realizadas nesses espaços sem o comprometimento da qualidade de vida da vizinhança;

c) Os usos comunitários que permitam a redução dos deslocamentos das áreas habitacionais na escala do bairro.

#### CAPÍTULO IV

#### DA CLASSIFICAÇÃO, DEFINIÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 16 A regulamentação dos tipos de Uso e Ocupação do Solo, para as diversas Zonas, está estabelecida respectivamente nas Tabelas I, II III e IV, partes integrantes dos Anexos desta Lei.

#### CAPÍTULO V

#### DO MEIO AMBIENTE

##### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 É dever da Prefeitura, Câmara Municipal e da comunidade zelar pela proteção ambiental em todo o território do Município, de acordo com as disposições da Legislação Municipal e das normas adotadas pelo Estado e União.

##### SEÇÃO II

##### DA PROTEÇÃO DE MATAS CILIARES

Art. 18 Para os efeitos de proteção necessária dos recursos hídricos do Município ficam definidas as faixas de drenagem dos cursos d'água, de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas e preservação de áreas verdes.

§ 1º. As faixas de terreno destinadas à preservação permanente:

I - ao longo dos rios ou de qualquer curso de água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

a) para propriedades com até 50 (cinquenta) ha:

1. 5 (cinco) metros para os cursos de água inferiores a 5 (cinco) metros de largura;

2. 10 (dez) metros para os cursos de água que tenham de 5 (cinco) até 10 (dez) metros de largura;

3. 10 (dez) metros acrescidos de 50% (cinquenta por cento) da medida excedente a 10 (dez) metros, para cursos de água que tenham largura superior a 10 (dez) metros;

b) para propriedades acima de 50 (cinquenta) ha;

1. 10 (dez) metros para os cursos de água que tenham até 10 (dez) metros de largura; e

2. 10 (dez) metros acrescidos de 50% (cinquenta por cento) da medida excedente a 10 (dez) metros, para cursos de água que tenham largura superior a 10 (dez) metros;

III - nas nascentes, qualquer que seja a sua situação topográfica, com largura mínima de 10 (dez) metros, podendo ser esta alterada de acordo com critérios técnicos e respeitando-se as áreas consolidadas;

§ 2º Os parâmetros fixados no inciso I deste artigo não autorizam a supressão de vegetação, submetendo-se as florestas e demais formas de vegetação já existentes nestes locais ao disposto nas demais normas jurídicas relativas ao meio ambiente.

§ 3º As medidas das faixas de proteção a que se refere o inciso I deste artigo poderão ser modificadas em situações específicas, desde que estudos técnicos justifiquem a adoção de novos parâmetros.

§ 4º. As faixas de drenagem deverão obedecer aos seguintes requisitos:

I apresentar largura mínima de forma de acomodar satisfatoriamente um canal aberto (valeta), cuja seção transversal seja capaz de escoar as águas pluviais da bacia hidrográfica a montante do ponto considerado;

II para a determinação de seção de vazamento, deverá a bacia hidrográfica ser interpretada como totalmente urbanizada e ocupada;

III os elementos necessários aos cálculos de dimensionamento hidráulico, tais como intensidade das chuvas, coeficiente de distribuição das chuvas, tempo de recorrência, etc., serão definidos por um órgão técnico competente, levando sempre em consideração as críticas.

Parágrafo Único. A Área de Preservação Permanente compreende áreas não edificáveis e/ou de preservação, as quais poderão ser computadas como de espaços livres, no caso de loteamentos, como unidades de conservação, como reserva florestal, como áreas verdes ou para transferência de potencial construtivo.

#### CAPÍTULO VI

#### DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO E RECREAÇÃO

Art. 19 Em todo edifício ou conjunto residencial com cinco ou mais unidades será exigida uma área de recreação equipada, a qual deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

I. quota de 6,00 m<sup>2</sup> (seis metros quadrados) por unidade de moradia;

II. localização em área isolada sobre os terrenos, ou no pavimento térreo desde que protegidas de ruas, locais de acesso e de estacionamento.

Parágrafo Único. A área de que trata este Artigo não será computada como área máxima edificável, e em nenhuma hipótese, poderá receber outra finalidade.

Art. 20 Em todo o edifício de habitação coletiva, ou comercial, serão obrigatórias as áreas de estacionamento interno para veículos.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, consideram-se como estacionamento de veículos, as áreas reservadas às paradas e aquelas destinadas à circulação interna dos mesmos conforme as regras abaixo:

I em edifícios de habitação coletiva - uma vaga de estacionamento por unidade residencial, no mínimo, ou para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área das unidades residenciais, excluídas as áreas de uso comum;

II em edifícios de escritório - uma vaga de estacionamento para cada 100,00 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área livre de escritório, excluídas as áreas de uso comum;

III em oficinas mecânicas e comércio atacadista - uma vaga de



estacionamento para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de construção;

IV em supermercados e similares - uma vaga de estacionamento para cada 50,00 m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados) de construção, mais uma vaga, no mínimo, para estacionamento de caminhões;

V em estabelecimentos hospitalares - uma vaga de estacionamento para cada 6 (seis) Leitos;

VI em hotéis, pensões, pousadas e albergues - uma vaga de estacionamento para cada 3 (três) unidades de alojamento;

VII em restaurantes - uma vaga de estacionamento para cada 25,00 m<sup>2</sup> (vinte cinco metros quadrados) de construção.

§ 2º. Cada vaga de estacionamento corresponde a uma área de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) de largura por 4,50 m (quatro metros e cinquenta centímetros) de comprimento.

§ 3º. Toda vaga de estacionamento deverá ter o seu acesso independente das vagas vizinhas, exceto nos casos em que o número de vagas ultrapassar o mínimo exigido, quando então, as vagas excedentes poderão ter acessos comuns.

§ 4º. Serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência física ou visual, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT - NBR 9050.

§ 5º. As áreas para estacionamento, quando localizadas no subsolo não serão computadas como área edificável.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS ÁREAS COMPUTÁVEIS

Art. 21 Não serão computadas na área máxima edificável:

I. terraço de cobertura, desde que de uso comum dos condôminos;

II. sacadas cuja soma das áreas perfaçam, no máximo 12,00 m<sup>2</sup> (doze metros quadrados) por pavimento;

III. área da escada de incêndio, até 15,00 m<sup>2</sup> (quinze metros quadrados) por pavimento;

IV. poço de elevadores, casas de máquinas, de bombas, de transformadores e geradores, caixas d'água, centrais de ar condicionado, instalações de aquecimento de água, instalações de gás, contadores e medidores em geral e instalações de depósito de lixo.

#### CAPÍTULO VIII

##### DOS USOS GERADORES DE TRÁFICO

Art. 22 Para os fins desta Lei são considerados Usos Geradores de Interferência no Tráfego as seguintes atividades:

I. geradoras de carga e descarga;

II. geradoras de embarque e desembarque;

III. geradoras de tráfego de pedestres;

IV. caracterizadas como Pólos Geradores de Tráfego.

Art. 23 A análise dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego será feita pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único. Os parâmetros para enquadramento como Uso Gerador de Interferência no Tráfego e as exigências da análise técnica serão definidos em legislação municipal específica.

Art. 24 A análise técnica dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego não dispensa o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o licenciamento ambiental, nos casos que a Lei os exigir.

Art. 25 Usos Geradores de Impacto à Vizinhança são todos aqueles que possam vir a causar alteração significativa no ambiente natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento da infraestrutura básica, quer se instalem em empreendimentos públicos ou privados, os quais serão designados "Empreendimentos de Impacto".

Art. 26 São considerados Empreendimentos de Impacto:

I. as edificações não-residenciais com área construída igual ou superior a 1.500,00 m<sup>2</sup> (mil e quinhentos metros quadrados), com exceção do previsto no inciso II;

II. os empreendimentos residenciais com mais de 50 (cinquenta) unidades habitacionais ou quando situados em terreno com área igual ou superior a 10.000,00 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados).

Parágrafo único. A aprovação dos Empreendimentos de Impacto previstos no inciso I está condicionada a parecer favorável do Conselho da Cidade de Passo de Torres.

Art. 27 São considerados Empreendimentos de Impacto, independentemente da área construída:

I. shopping-centers;

II. centrais de carga;

III. terminais de transporte;

IV. cemitérios;

V. presídios;

VI. hipermercados e lojas de departamentos;

VII. Teatros e Cinemas;

VIII. Centros de Convenções;

IX. Igrejas.

Art. 28 A instalação de Empreendimentos de Impacto no Município é condicionada à aprovação pelo Poder Executivo de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), conforme disposto na Lei do Plano Diretor Municipal.

#### CAPÍTULO IX

##### DA CLASSIFICAÇÃO E RELAÇÃO DOS USOS DO SOLO

Art. 29 Os usos do solo, segundo suas categorias classificam-se em:

I. habitacional - edificação destinada à habitação permanente ou transitória;

II. comunitário - espaço, estabelecimento ou instalação destinada à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social e cultos religiosos;

III. comercial e de serviços - atividade caracterizada pela relação de troca visando o lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, ou atividade caracterizada pelo préstimo de mão-de-obra e assistência de ordem intelectual ou espiritual;

IV. industrial - atividade pela qual resulta a produção de bens pela transformação de insumos;

V. agropecuário - atividade de produção de plantas, criação de animais e agroindústrias;

VI. extrativista - atividade de extração mineral e vegetal.

Art. 30 Em qualquer zona ou setor é admitido o uso do mesmo lote ou edificação por mais de uma categoria, desde que permitida, tolerada ou permissível e sejam atendidas, em cada caso, as características e exigências estabelecidas nesta lei e de demais diplomas legais.

Art. 31 As atividades urbanas constantes das categorias de uso comercial, de serviços, e industrial, para efeito de aplicação desta lei classificam-se:

I. quanto ao porte, em:

a) pequeno porte - área de construção até 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados);

b) médio porte - área de construção entre 100,00m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) e 400,00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados);

c) grande porte - área de construção superior a 400,00m<sup>2</sup> (quatrocentos metros quadrados).

II. quanto à natureza, em:

a) perigosas - as que possam dar origem a explosões, incêndios, trepidações, produção de gases, poeiras, exalações e detritos danosos à saúde ou que, eventualmente, possam pôr em perigo pessoas ou propriedades circunvizinhas;

b) incômodas - as que possam produzir ruídos, trepidações, gases, poeiras, exalações ou conturbações no tráfego que possam causar incômodos à vizinhança;

c) nocivas - as que impliquem na manipulação de ingredientes, matérias-primas ou processos que prejudiquem a saúde ou cujos resíduos líquidos ou gasosos possam poluir a atmosfera, cursos d'água e solo;

d) adequadas - as que são compatíveis com a finalidade urbanística da zona ou setor e não sejam perigosas, incômodas ou nocivas.

Art. 32 Serão considerados como empreendimentos de impacto aqueles que por sua categoria, porte ou natureza possam causar impacto ou alteração no ambiente natural ou construído, sobrecarga na capacidade de atendimento de infraestrutura básica, e que

exijam licenciamento especial por parte dos órgãos competentes do Município.

Art. 33 As indústrias ficam classificadas:

I. Quanto ao porte:

a) Indústria Caseira: é aquela atividade industrial de porte mínimo, com instalações semelhantes às residenciais, geralmente instalada próximo ou na casa do responsável, envolvendo até 5 (cinco) pessoas trabalhando no local;

b) Indústria Micro: é aquela atividade industrial formal de pequeno porte, com área construída superior a 180,00 m<sup>2</sup> (cento e oitenta metros quadrados) envolvendo até 10 (dez) pessoas trabalhando no local e sendo caráter não incômodo e não poluidor;

c) Indústria Pequena: é aquela atividade industrial formal de pequeno porte, com área construída não superior a 300,00 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) envolvendo até 15 (quinze) pessoas trabalhando no local e sendo de caráter não incômodo e não poluidor;

d) Indústria Média: é aquela atividade industrial formal de médio porte, com área construída não superior a 2000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), envolvendo até 50 (cinquenta) pessoas trabalhando no local, respeitadas as restrições de caráter ambiental definidas na legislação vigente;

e) Indústria Grande: é aquela atividade industrial formal, de grande porte, com área superior a 2000,00 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) envolvendo mais de 50 (cinquenta) pessoas trabalhando no local, respeitadas as restrições de caráter ambiental definidas na legislação vigente.

II. Quanto à agressividade ao meio-ambiente:

a) Incômoda: Indústria que exerça atividade que implique na manipulação ou produção de materiais perigosos ou tóxicos, que produza resíduos poluentes sólidos, líquidos ou gasosos e que emita ruídos acima de 65 dB (sessenta e cinco Decibéis) audíveis fora da edificação;

b) Não-Incômoda: Indústria que exerça atividade sem riscos diretos ao meio-ambiente e às pessoas, e que não produzam ruídos acima de 65 dB (sessenta e cinco Decibéis) audíveis fora da edificação.

Art. 34 É obrigatória a consulta prévia à Prefeitura Municipal, quanto à instalação de novas indústrias e quanto ao seu porte, potencial poluidor e geração de tráfego, visando sua melhor localização.

Art. 35 É de competência e responsabilidade do Poder Público Municipal a análise para posterior classificação das indústrias quanto ao seu porte, potencial poluidor e geração de tráfego, visando sua melhor localização.

#### CAPÍTULO X

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36 São partes integrantes e complementares desta Lei os seguintes anexos:

I. Anexo 1 - Parâmetros de Uso e Ocupação do Solo;

II. Anexo 2 - Classificação, Definição E Relação Dos Usos Do Solo Para O Zoneamento;

III. Anexo 3 - Mapa de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano;

Art. 37 Os casos omissos na presente lei deverão ser apreciados pelo Conselho Municipal da Cidade de Passo de Torres, que deverá deliberar sobre o assunto juntamente com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 38 Os imóveis que estiverem em situação irregular terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para solicitar a sua regularização junto ao Conselho Municipal da Cidade de Passo de Torres, que deverá deliberar sobre o assunto juntamente com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 39 A Prefeitura Municipal deverá proceder à regulamentação desta Lei em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da sua publicação.

Art. 40 A Prefeitura Municipal promoverá edição popular desta Lei, com distribuição aos órgãos e entidades públicas, bem como

entidades da sociedade civil.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal deverá elaborar o memorial descritivo da delimitação das zonas urbanas da sede e dos distritos.

Art. 41 A presente Lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Passo de Torres (SC), 26 de outubro de 2011.

Emerson Cardoso Kjillim

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e registrada nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 26 de outubro de 2011.

Edson Borba Martins

Secretário de Administração e Finança

#### Decreto Nº 174/2011

DECRETO Nº. 174, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

"DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PASSO DE TORRES".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Art. 53, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais de Passo de Torres, o dia 14 de novembro de 2011, (segunda- feira) .

Art. 2º - Os serviços Públicos Municipais normais não funcionarão na data referida acima, ficando os servidores dispensados de suas atividades, sem prejuízos de salários.

Parágrafo - Único - Os serviços municipais: coleta de lixo e saúde permanecerão em atividade pelo regime de plantão.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam - se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 175/2011

DECRETO Nº. 175, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

"NOMEIA PAULO DALOLI DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE GABINETE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. - Fica nomeado, Paulo Daloli de Souza para exercer o cargo de Chefe de Gabinete - DAS - 1.



Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 086/2011**

PORTARIA Nº 086, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

"AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Nº 118, de 13 de Outubro de 1994;

Considerando, a necessidade urgente de servidores nas áreas de Administração, Saúde, Educação, Transportes e Obras.

Considerando, a ausência de Processo Seletivo que visasse o preenchimento de referidas vagas;

Considerando, ainda, a liminar concedida no Juízo de Direito da Comarca de Santa Rosa do Sul, onde restou determinada a suspensão das nomeações dos aprovados no Concurso Público realizado neste exercício;

Considerando, finalmente, que o próprio Concurso já é uma forma de seleção;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Determinar à Secretaria de Administração que proceda a contratação temporária de pessoal, para preenchimento das vagas necessárias, utilizando como critério a classificação no Concurso Público, objeto do Edital 001/2011

Art. 2º - Esta Resolução ou Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 07 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 087/2011**

PORTARIA Nº. 087, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

"CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, ROSA PERPETUA JORGE SCHARDOSIM, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal em Exercício de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 736/2011;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Reduzir à pedido, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora Rosa Perpétua Jorge Schardosim, com redução de salário na mesma proporção, a partir do dia 01/11/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 07 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças.

### **Portaria Nº 088/2011**

PORTARIA Nº 088, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VENICIO PEREIRA DE SOUZA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Emerson Cardoso Kjillim, Prefeito Municipal, em Exercício, de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal.

#### **RESOLVE:**

Art. 1 - Conceder férias ao servidor público municipal Venicio Pereira de Souza, a partir de: 01/11/2011 à 30/11/2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2011.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 07 de novembro de 2011.

EMERSON CARDOSO KJILLIM

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2011.

EDSON BORBA MARTINS

Secretário de Administração e Finanças

### **Errata**

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Passo de Torres informa para quem possa interessar que a Lei municipal nº.788/2011 publicada em 08/11/2011 onde se lê LEI Nº.788 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011 lê-se LEI Nº .778 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

MARILDA RODRIGUES DA SILVA FERREIRA

Dep. Pessoal

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

#### Decreto 31/2011

DECRETO Nº 31/2011.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, de acordo com a Lei 1.426/10 de 15 de dezembro de 2010, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional, no orçamento fiscal vigente, para suplementação da dotação abaixo, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, IND. E COMÉRCIO R\$ 5.000,00

20.606.0048.1.046 - Aquisição de Equipamentos Agrícolas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.3.00 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo superávit financeiro da fonte 0.3.00 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, 09 de novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de novembro de 2011.

ZENITA FELICIANO DA SILVA  
Secretaria Municipal de Administração

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1.555, de 10 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.555, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 92.400,00 (Noventa e dois mil e quatrocentos reais), para atender a seguinte programação:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0204.26 Transporte

0204.26.782 Transporte Rodoviário

0204.26.782.0020 Estradas Vicinais

0204.26.782.0020.2062 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 92.400,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta Lei, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 92.400,00 (Noventa e dois mil e quatrocentos reais):

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.22 Industria

0201.22.661 Promoção Industrial

0201.22.661.0004 Incentivos a Industria

0201.22.661.0004.2013 Investimentos em Prol de Instalações Industriais

33500000 Aplicações Diretas .R\$ 11.700,00

Fonte de Recursos 0100

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria de Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2033 Laboratório de Informática para Escola

44900000 Aplicações Diretas .R\$ 10.700,00

Fonte de Recursos 0101

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0202 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0202.12 Transporte

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0101

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0204.26 Transporte

0204.26.782 Transporte Rodoviário

0204.26.782.0020 Estradas Vicinais

0204.26.782.0020.2066 Aquisição de Máquinas Veículos e Equipamentos

44900000 Aplicações Diretas .R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 3.472, de 10 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 3.472, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme art. 16º, § 3º, da Lei Municipal nº 1.451 de 05 de novembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação na dotação orçamentária da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 92.400,00 (Noventa e dois mil e quatrocentos reais), para atender a seguinte programação:

**02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0204.26 Transporte

0204.26.782 Transporte Rodoviário

0204.26.782.0020 Estradas Vicinais

0204.26.782.0020.2062 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 92.400,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Os recursos necessários a ocorrer à despesa do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º deste Decreto, decorrem da anulação da seguinte dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 92.400,00 (Noventa e dois mil e quatrocentos reais):

**02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0201 Secretaria de Administração e Planejamento

0201.22 Indústria

0201.22.661 Promoção Industrial

0201.22.661.0004 Incentivos a Indústria

0201.22.661.0004.2013 Investimentos em Prol de Instalações Industriais

33500000 Aplicações Diretas .R\$ 11.700,00

Fonte de Recursos 0100

**02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0202 Secretaria de Educação

0202.12 Educação

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2033 Laboratório de Informática para Escola

44900000 Aplicações Diretas .R\$ 10.700,00

Fonte de Recursos 0101

**02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0202 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0202.12 Transporte

0202.12.361 Ensino Fundamental

0202.12.361.0008 Educação Básica

0202.12.361.0008.2027 Manutenção do Transporte Escolar

33900000 Aplicações Diretas .R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0101

**02 CHEFIA DO EXECUTIVO**

0204 Secretaria de Transportes e Urbanismo

0204.26 Transporte

0204.26.782 Transporte Rodoviário

0204.26.782.0020 Estradas Vicinais

0204.26.782.0020.2066 Aquisição de Máquinas Veículos e Equipamentos

44900000 Aplicações Diretas .R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 10 DE NOVEMBRO DE 2011.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

## Porto Belo

### PREFEITURA

**Extrato do Contrato Nº 081/2011 - SAÚDE**

Extrato de Contrato Nº 081/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 026/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA A MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 345/2011, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATOS.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos materiais hospitalares, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 8.180,35 (oito mil cento e oitenta reais e trinta e cinco centavos).

Data e assinatura do contrato: 8 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 082/2011 - SAÚDE**

Extrato de Contrato Nº 082/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 026/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA A MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 346/2011, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTES CONTRATOS.

Contratado: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos materiais hospitalares, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 62,40 (sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Data e assinatura do contrato: 8 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 083/2011 - SAÚDE**

Extrato de Contrato Nº 083/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 026/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA A MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 347/2011, DOCUMENTO EM ANEXO,

**PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.**

Contratado: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos materiais hospitalares, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 3.937,32 (três mil novecentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos).

Data e assinatura do contrato: 8 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 084/2011 - SAÚDE**

Extrato de Contrato Nº 084/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 026/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA A MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 348/2011, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

Contratado: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos materiais hospitalares, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 630,30 (seiscentos e trinta reais e trinta centavos).

Data e assinatura do contrato: 8 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 085/2011 - EDUCAÇÃO**

Extrato de Contrato Nº 085/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: Fica ajustada a locação de um imóvel na Rua Irineu José Moreira, nº 786, Centro, Porto Belo/SC, para atender o N.D.I. Cebozinha, enquanto estará em reforma no período de 1 (um) mês.

Contratado: ROSANGELA SIMAS DA SILVA DI PIETRO

Prazo de vigência: O prazo de locação é de 1 (um) mês, contados a partir da entrega oficial do referido imóvel, bastando um aviso prévio de 30 dias para a desocupação do imóvel.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Data e assinatura do contrato: 8 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 085/2011 - SAÚDE**

Extrato de Contrato Nº 085/2011 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 026/2011

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA A MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 349/2011, DOCUMENTO EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

Contratado: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Prazo de vigência: O prazo de entrega dos materiais hospitalares, objeto do contrato, é de 15 (QUINZE) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, sendo que o presente ajuste contratual vigorará durante o prazo de garantia, podendo o contrato ser alterado ou prorrogado nos limites da lei, mediante termo de aditamento.

O valor global: O valor global deste contrato é de R\$ 694,43 (seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos).

Data e assinatura do contrato: 8 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

**Extrato do Contrato Nº 089/2011 - PREFEITURA**

Extrato de Contrato Nº 089/2011 - PREFEITURA

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 102/2011

Objeto: DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA MANOEL BERNARDINO GOMES, BAIRRO PEREQUE COM EXTENSÃO DE 101,31M E ÁREA A PAVIMENTAR DE 637,87 M2 COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PELO REGIME DE EMPREITADA PELO MENOR PREÇO GLOBAL, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO.

Contratado: VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Prazo de vigência: O presente contato terá vigência de até 60 dias a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇO.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 46.485,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Data e assinatura do contrato: 25 de outubro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

Rio do Sul

PREFEITURA

**Edital de Tomada de Preços 126/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 126/2011

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para execução de pontes em concreto localizadas no Ribeirão Matador, Ribeirão Itoupava, Ribeirão Bela Aliança e Ribeirão Fundo Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº



8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 30 de novembro de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 30 de novembro de 2011, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Pregão Presencial 124/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2011

**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de óleos lubrificantes para atender viaturas e equipamentos das Secretarias de Agricultura e Obras.

**REGIMENTO:** Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Até o dia 23/11/2011, às 08:00h.

**CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES:** às 09:00h do dia 23/11/2011.

**LOCAL:** Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 09 de novembro de 2011

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **1º Termo Aditivo ao Contrato Nº**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0289/2011 firmado em 25/07/2011, com término previsto para 24/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) OSMAR CAXOEIRA, portador(a) do CPF nº 419.354.549-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0289/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0289/2011, iniciando-se a prorrogação em 25/10/2011 e encerrando-se em 23/01/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se

refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

OSMAR CAXOEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0248/2011**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0284/2011 firmado em 04/07/2011, com término previsto para 03/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SONIA SCHULZ, portador(a) do CPF nº 053.874.079-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0284/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0284/2011, iniciando-se a prorrogação em 04/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SONIA SCHULZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0282/2011**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0282/2011 firmado em 04/07/2011, com término previsto para 03/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANE VANESSA VANDRESEN, portador(a) do CPF nº 066.327.439-78, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0282/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a



vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0282/2011, iniciando-se a prorrogação em 04/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ROSANE VANESSA VANDRESEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0288/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0288/2011 firmado em 18/07/2011, com término previsto para 18/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO, portador(a) do CPF nº 034.131.129-45, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0288/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0288/2011, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2011 e encerrando-se em 17/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

GYZELE DO ROCIO FIRMINO SAMPAIO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 290/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011 firmado em 01/08/2011, com término previsto para 30/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração,

com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) NILZA BELLA CRUZ, portador(a) do CPF nº 501.139.929-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 290/2011, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 290/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/12/2011 e encerrando-se em 29/05/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

NILZA BELLA CRUZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 291/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011 firmado em 15/08/2011, com término previsto para 14/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA PIEREZAN DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 031.768.189-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 291/2011, iniciando-se a prorrogação em 15/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .  
CPF: .

### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 293/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2011 firmado em 15/08/2011, com término previsto para 23/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS SUBTIL DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº

020.514.769-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 293/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 293/2011, iniciando-se a prorrogação em 24/10/2011 e encerrando-se em 21/01/2012.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

AMANDIA CAROLINA DOS SANTOS

SUBTIL DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 295/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2011 firmado em 15/08/2011, com término previsto para 04/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DEBORA CEOLIN, portador(a) do CPF nº 071.396.559-28, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 295/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 295/2011, iniciando-se a prorrogação em 05/10/2011 e encerrando-se em 03/12/2011.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

DEBORA CEOLIN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### 1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 312/2011

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011 firmado em 23/08/2011, com término previsto para 22/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABRICIO MINATTI, portador(a) do CPF nº 891.719.859-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 312/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 312/2011, iniciando-se a prorrogação em 23/11/2011 e encerrando-se em 21/05/2012.”

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

FABRICIO MINATTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 172/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2011 firmado em 14/02/2011, com término previsto para 29/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SABRINA MARQUEZ GALDINO, portador(a) do CPF nº 046.578.729-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 172/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 172/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/10/2011 e

encerrando-se em 28/04/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SABRINA MARQUEZ GALDINO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 173/2011**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2011 firmado em 14/02/2011, com término previsto para 29/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BRUNA GIRARDI, portador(a) do CPF nº 075.777.979-44, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 173/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 173/2011, iniciando-se a prorrogação em 30/10/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

BRUNA GIRARDI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 205/2011**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011 firmado em 22/02/2011, com término previsto para 19/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011,

mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 20/11/2011 e encerrando-se em 18/05/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MACILDA REICH BONI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 2348/2011**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2011 firmado em 11/04/2011, com término previsto para 09/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARILEA LUMKE, portador(a) do CPF nº 824.410.229-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 248/2011, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 248/2011, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARILEA LUMKE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 245/2011**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2011 firmado em 11/04/2011, com término previsto para 07/10/2011.  
O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT, portador(a) do CPF nº 821.641.009-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 245/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 245/2011, iniciando-se a prorrogação em 08/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

ROSELY TEREZINHA HAHNE BRANDT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 247/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2011 firmado em 11/04/2011, com término previsto para 09/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PATRICIA MUNIZ, portador(a) do CPF nº 034.107.349-02, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 247/2011, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 247/2011, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PATRICIA MUNIZ

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 249/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2011 firmado em 11/04/2011, com término previsto para 09/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE MARA POSSAMAI JASPER, portador(a) do CPF nº 941.972.619-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 249/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 249/2011, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

GISELE MARA POSSAMAI JASPER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 250/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2011 firmado em 11/04/2011, com término previsto para 09/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARY LEIDE KAMMER, portador(a) do CPF nº 036.883.719-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 250/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 250/2011, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se



refere o presente Termo Aditivo.  
E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARY LEIDE KAMMER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 251/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2011 firmado em 11/04/2011, com término previsto para 09/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T. HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISSOL CORREIA MALHEIROS, portador(a) do CPF nº 077.954.849-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2011, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARISSOL CORREIA MALHEIROS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 252/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2011 firmado em 19/04/2011, com término previsto para 18/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T. HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA BINI TINTI, portador(a) do CPF nº 003.795.639-67, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 252/2011, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 252/2011, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

FABIANA BINI TINTI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 256/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2011 firmado em 04/05/2011, com término previsto para 02/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T. HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE DIGIAMPIETRI, portador(a) do CPF nº 295.067.098-90, na qualidade de

Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 256/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 256/2011, iniciando-se a prorrogação em 03/11/2011 e encerrando-se em 01/02/2012.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

SIMONE DIGIAMPIETRI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 280/2011

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 280/2011 firmado



em 20/06/2011, com término previsto para 17/10/2011.  
O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TIARA CAROLINA KOERICH, portador(a) do CPF nº 066.163.539-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 280/2011, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 280/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

TIARA CAROLINA KOERICH

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### 342/2011

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 342/2011

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSE SAYMOM GOMES DA SILVA portador(a) do CPF nº 075.432.939-94 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Leopoldo Ledra, 454, bairro Santana, Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso I, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Assistência Social, auxiliando o Departamento de Habitação no levantamento quantitativo, fiscalizando as reformas das moradias que foram afetadas pela enchente, em virtude de situação de calamidade pública, conforme Decreto 2.088, de 08 de setembro de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 1.750,38 (um mil setecentos e cinquenta reais e trinta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/11/2011 e encerrando-se em 06/12/2011, podendo ser aditivado desde que em conformidade com o Decreto n. 2.088, de 08 de setembro de 2011 e com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e ainda, desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 08 de novembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

JOSE SAYMOM GOMES DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Contratado (a)

### 3º Termo Aditivo ao Contrato Nº 266/2010

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2010 firmado em 12/07/2010, com término previsto para 09/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOSIANE FRANCO, portador(a) do CPF nº 058.186.049-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2010, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2010, iniciando-se a prorrogação em 10/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

JOSIANE FRANCO  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 230/2011**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2011 firmado em 03/03/2011, com término previsto para 28/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. José Eduardo R. Thomé, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRISTIANE ODERDENG, portador(a) do CPF 038.345.369-03, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 230/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com as seguintes redações:

“ Cláusula Primeira: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI. Favo de Mel I, em substituição a Josemeri Carvalho de Ávila (em cargo comissionado).

#### **“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 230/2011, iniciando-se a prorrogação em 29/10/2011 e encerrando-se em 23/12/2011.”

#### **Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

Secretário Municipal de Administração

CRISTIANE ODERDENG  
Contratado(a)

### **4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 220/2010**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2010 firmado em 05/04/2010, com término previsto para 03/10/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ

EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALERIA ZIRBEL, portador(a) do CPF nº 004.791.339-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 220/2010, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

#### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 220/2010, iniciando-se a prorrogação em 04/10/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

#### **Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

VALERIA ZIRBEL  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

### **4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 239/2010**

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2010 firmado em 10/05/2010, com término previsto para 06/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSIANI HEINZ, portador(a) do CPF nº 039.224.379-23, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2010, mediante as seguintes cláusulas

e condições:

#### **Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2010, iniciando-se a prorrogação em 07/11/2011 e encerrando-se em 05/05/2012.”

#### **Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

ROSIANI HEINZ  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 294/2010

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2010 firmado em 17/11/2010, com término previsto para 03/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLARICE ELISA DA SILVA CHAVEZ CALDERON, portador(a) do CPF nº 988.542.089-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 294/2010,

mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 294/2010, iniciando-se a prorrogação em 04/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CLARICE ELISA DA SILVA CHAVEZ

CALDERON

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 4º Termo Aditivo ao Contrato Nº 297/2010

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2010 firmado em 22/11/2010, com término previsto para 03/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCÉLIA RENGEL GUIMARÃES, portador(a) do CPF nº 024.594.999-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 297/2010, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 297/2010, iniciando-se a prorrogação em 04/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

LUCÉLIA RENGEL GUIMARÃES

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 010/2010

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2010 firmado em 01/02/2010, com término previsto para 27/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA SIMONE PIMENTEL DA SILVA, portador(a) do CPF nº 044.974.649-62, na qualidade

de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 010/2010, iniciando-se a prorrogação em 28/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

PAULA SIMONE PIMENTEL DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0757/2009

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0757/2009 firmado em 17/08/2009, com término previsto para 14/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) EDINEIA APARECIDA KUHNEN SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 792.094.089-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0757/2009,

mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0757/2009, iniciando-se a prorrogação em 15/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

EDINEIA APARECIDA KUHNEN SCHMIDT

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 5º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0758/2009

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0758/2009 firmado em 17/08/2009, com término previsto para 14/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CRIST IANE KOECHE, portador(a) do CPF nº 959.839.700-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0758/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0758/2009, iniciando-se a prorrogação em 15/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

CRISTIANE KOECHE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0466/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0466/2009 firmado em 11/05/2009, com término previsto para 09/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração,

com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JANETE SEVERINA LUZ TOBIA, portador(a) do CPF nº 741.701.479-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0466/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0466/2009, iniciando-se a prorrogação em 10/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

JANETE SEVERINA LUZ TOBIA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0479/2009

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0479/2009 firmado em 18/05/2009, com término previsto para 16/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto

nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA LENIR CAVALLI PREIS, portador(a) do CPF nº 329.521.711-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0479/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0479/2009, iniciando-se a prorrogação em 17/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ

Secretário de Administração

MARIA LENIR CAVALLI PREIS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .



**6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0637/2009**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0637/2009 firmado em 06/07/2009, com término previsto para 03/10/2011. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLI APARECIDA ALMEIDA, portador(a) do CPF nº 604.314.319-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0637/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0637/2009, iniciando-se a prorrogação em 04/10/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

MARLI APARECIDA ALMEIDA  
Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**6º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0804/2009**

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0804/2009 firmado em 01/09/2009, com término previsto para 26/11/2011. O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) HELENA DIRENE ALAM, portador(a) do CPF nº 412.903.480-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0804/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0804/2009, iniciando-se a prorrogação em 27/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28 de Setembro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

HELENA DIRENE ALAM

Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0113/2009**

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0113/2009 firmado em 16/02/2009, com término previsto para 10/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SANDRA APARECIDA SEBOLD, portador(a) do CPF nº 802.768.659-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0113/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0113/2009, iniciando-se a prorrogação em 11/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2011.

JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

SANDRA APARECIDA SEBOLD  
Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

**7º Termo Aditivo ao Contrato Nº 0114/2009**

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0114/2009 firmado em 16/02/2009, com término previsto para 10/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIA TRAVAGLIA, portador(a) do CPF nº 747.906.689-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 0114/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 0114/2009, iniciando-se a prorrogação em 11/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.



E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

IVANIA TRAVAGLIA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 208/2010

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2010 firmado em 13/03/2006, com término previsto para 26/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 918.641.000-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2010, iniciando-se a prorrogação em 27/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

ALEX SANDRO OLIVEIRA DA SILVA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

#### 9º Termo Aditivo ao Contrato Nº 208/2010

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2010 firmado em 15/12/2005, com término previsto para 25/11/2011.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ EDUARDO R. T HOMÉ, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROBERTA HOCHLEITNER, portador(a) do CPF nº 032.540.729-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 208/2010, mediante as

seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 208/2010, iniciando-se a prorrogação em 26/11/2011 e encerrando-se em 30/12/2011."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 21 de Outubro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO R. THOMÉ  
Secretário de Administração

ROBERTA HOCHLEITNER  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

## Salto Veloso

### PREFEITURA

#### Decreto N. 090/2011

DECRETO N. 090/2011, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2011  
CRIAR COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO ANTONIO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em especial os poderes que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comenda Municipal do Mérito Antonio Veloso.

Art. 2º. Esta Comenda será conferida às pessoas do município de Salto Veloso que se destacaram nas mais variadas áreas de atuação e ou por sua contribuição especial em dignificar o espírito comunitário de SER VELOSENSE, bem como, àquelas pessoas que mesmo não sendo velosenses de fato, contribuíram de forma expressiva em prol do município.

Art. 3º. As Comendas - em número mínimo de 01 (uma) a no máximo 10 (dez) -, serão entregues nos anos ímpares, a cada 2 (dois) anos, no dia 15 de Dezembro (Dia do Município), sendo as primeiras, em 2011, após o desfile histórico alusivo ao cinquentenário do município.

Art. 4º. A insígnia da Comenda consistirá numa medalha, tendo na face principal, ao centro, em realce, a efígie do rosto do patrono (a ser criada para este fim), circundado pela legenda "Comenda Municipal do Mérito Antônio Veloso", com o ano da concessão, e no reverso, ao centro, em realce, o brasão do Município de Salto Veloso, contendo o nome da pessoa homenageada, de acordo com o modelo anexo.

Parágrafo Único. A medalha será pendente de uma fita de duas cores, azul royal e amarelo ouro, cores da bandeira do município, com presilha e colocada à esquerda do peito.

Art. 5º. A pessoa a ser homenageada, será oficializada por Decreto do Executivo, mediante escolha proposta por uma comissão especialmente designada para este fim, composta por no mínimo cinco pessoas representando os mais variados segmentos da comunidade, sendo que a primeira excepcionalmente será a comissão

organizadora do desfile histórico dos 50 anos do município.  
Parágrafo Primeiro. A proposta deverá conter o nome do candidato, dados biográficos e a razão pela qual foi indicado.  
Parágrafo Segundo. A proposta não recomendada será arquivada.  
Art. 6º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de verbas próprias a serem consignadas nos orçamentos dos exercícios financeiros em que ocorrerem as nomeações.  
Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Salto Veloso - SC, 10 de novembro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

MATHEUS ABATI PÉRICO  
Secretário Geral de Planejamento

**Portaria Nº. DP00397/2011**  
PORTARIA Nº. DP00397/2011

Pedrinho Ansiliero, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 27 de Outubro de 2011 a 27 de Janeiro de 2012, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor (a) LAURITA CANONICA DOTTA, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Atendente de Creche.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 08 de Novembro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO  
Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

**Portaria Nº. DP0398/2011**

PORTARIA Nº. DP0398/2011  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sra. MARIA HELENA LAZZARI, pelo período de 170 dias a contar de 13/07/11, conforme atestado médico parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo do mês de Julho de 2011, revogada as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 08 de Novembro de 2011.  
PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

LUCIANA HOELTGEBAUM  
Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

**Decreto Nº 4.303, de 07 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº 4.303, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

Fixa horário de atendimento ao público da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica fixado o horário de atendimento ao público externo, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, de segunda à sexta-feira, das 13:30 às 17:30.

Parágrafo único. No turno matutino, de segunda à sexta-feira, das 08:30 às 11:30, a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano realizará expediente interno para atender a demanda do serviço público.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 07 de novembro de 2011.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

**Extrato da Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo uso de bem Publico Nº 32, de 22 de Julho de 2010.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 32, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e o servidor municipal IVANOR SANAGIOTTO, CPF nº 680.760.889-68.

Objeto: Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 32, de 22 de julho de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452Q81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6836, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 32, de 22 de julho de 2010.

Data da assinatura: 04 de novembro de 2011.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivanor Sanagiotto - servidor público municipal.

**Extrato de Edital de Processo Seletivo Nº 004/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2011

O Prefeito Municipal DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que estão abertas, no período de 16 a 25 de novembro de 2011, as inscrições para o Processo Seletivo, destinado à Admissão em Caráter Temporário de Professores para o ano letivo de

2012. As inscrições serão feitas, exclusivamente, pela internet, no site "www.sccursosetreinamentos.com.br". São ofertadas vagas para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Anos Finais do Ensino Fundamental (Arte, Ciências, Educação Física, Espanhol, Ensino Religioso, Geografia, História, Informática, Inglês, Língua Portuguesa e Matemática). Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Educação de São Lourenço do Oeste/SC, fone (49) 3344-8460 e na internet, nos sítios "www.sccursosetreinamentos.com.br" e "www.saolourenco.sc.gov.br". São Lourenço do Oeste 09 de novembro de 2011. Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal.

**Extrato do Termo de Responsabilidade pelo uso de bem Público Nº 20, de 08 de Novembro de 2011.**

EXTRATO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PÚBLICO Nº 20, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Origem: artigos 156, IX e 158, I e II da Lei Complementar nº 118/2010, de 23/06/2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste CNPJ/MF 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal SIRLEI TOMAZI CATANI, CPF nº 697.462.229-53.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a transferência, pelo Município de São Lourenço do Oeste ao usuário (servidora), dos direitos de uso e gozo do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452Q81, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6836, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 20, de 08 de novembro de 2011.

Data da assinatura: 08 de novembro de 2011.

Vigência: da data de assinatura e perdurará enquanto o servidor mantiver ativo seu contrato de trabalho com o município, especialmente na Secretaria Municipal de Educação.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sirlei Tomazi Catani - servidora pública municipal.

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais -  
07/11/2011****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2011

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 07/11/2011 até 07/11/2011

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		97.500,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	97.500,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	97.500,00
4.2.4.7.1.99.04.00.00	OUTRAS TRANSF. CONV UNIÃO CT 332.261-72/2010	97.500,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/11/2011

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

# Schroeder

## PREFEITURA

### Lei Nº1.863/2011

LEI Nº1.863/2011

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER PARA O EXERCÍCIO DE 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO:

Art. 1º O orçamento geral do município de Schroeder, para o exercício de 2012 estima a receita e fixa a despesa em R\$35.968.700,00 (trinta e cinco milhões, novecentos e sessenta e oito mil e setecentos reais) assim divididos:

Prefeitura Municipal de Schroeder R\$26.933.324,00  
Câmara Municipal de Vereadores R\$ 1.250.000,00  
Fundo Municipal de Saúde R\$ 6.339.276,00  
Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 1.194.600,00  
Fundo Municipal da Infância e Adolescência R\$ 100.000,00  
Fundo Municipal de Habitação R\$ 151.500,00  
TOTAL R\$35.968.700,00

#### Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Schroeder:

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2012 estima a receita em R\$33.039.900,00 (trinta e três milhões, trinta e nove mil e novecentos reais) e fixa a despesa da Prefeitura em R\$26.933.324,00 (vinte e seis milhões, novecentos e trinta e três mil e trezentos e vinte e quatro reais).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, receitas correntes e de capital oriundas de convênios com o governo estadual e federal e operação de crédito de acordo com o seguinte desdobramento:

#### 4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$27.090.900,00  
4.2 Receitas de Capital R\$ 5.949.000,00  
T O T A L R\$33.039.900,00

§ 2º A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 766.500,00  
03 - SECRET.DE PLANEJ.GESTÃO E FINANÇAS R\$ 2.830.824,00  
04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSELHO TUTELAR) R\$ 91.000,00  
05 - SECRET.DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER R\$ 9.536.700,00  
06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 9.699.100,00  
07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO R\$ 768.700,00  
08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

R\$ 3.210.500,00  
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 30.000,00  
TOTAL R\$26.933.324,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração R\$ 2.911.324,00  
06 - Segurança Pública R\$ 338.400,00  
08 - Assistência Social R\$ 91.000,00  
12 - Educação R\$ 8.555.700,00  
13 - Cultura R\$ 437.500,00  
15 - Urbanismo R\$ 8.679.400,00  
17 - Saneamento R\$ 3.114.000,00  
18 - Gestão Ambiental R\$ 96.500,00  
20 - Agricultura R\$ 560.700,00  
22 - Indústria R\$ 30.000,00  
23 - Comércio e Serviços R\$ 178.000,00  
25 - Energia R\$ 681.300,00  
27 - Desporto e Lazer R\$ 543.500,00  
28 - Encargos Especiais R\$ 686.000,00  
99 - Reserva de Contingência R\$ 30.000,00  
TOTAL R\$26.933.324,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0000 - OPERAÇÕES ESPECIAIS R\$ 686.000,00  
0001 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 646.500,00  
0002 - GABINETE DO VICE-PREF. R\$ 120.000,00  
0003 - GESTÃO MUNICIPAL R\$ 2.144.824,00  
0005 - EDUCAÇÃO PARA TODOS R\$ 8.555.700,00  
0006 - CULTURA VIVA R\$ 437.500,00  
0007 - ESPORTE E LAZER R\$ 543.500,00  
0008 - SCHROEDER EM AÇÃO R\$ 9.307.500,00  
0009 - CORPO DE BOMBEIROS E SEGURANÇA R\$ 391.600,00  
0010 - APOIO A AGRICULTURA R\$ 560.700,00  
0011 - INCENTIVO AO TURISMO R\$ 178.000,00  
0012 - INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO R\$ 30.000,00  
0013 - ÁGUA PARA TODOS R\$ 2.320.000,00  
0014 - CIDADE LIMPA R\$ 794.000,00  
0015 - SANEAMENTO É SAÚDE R\$ 96.500,00  
0020 - ASSIST.A CRIANÇA E ADOL R\$ 91.000,00  
0999 - RESERVA DE CONTINGÊN R\$ 30.000,00  
TOTAL R\$26.933.324,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$17.117.374,00  
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais R\$ 9.321.816,00  
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida R\$ 423.000,00  
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes R\$ 7.372.558,00  
DESPESAS DE CAPITAL R\$ 9.785.950,00  
4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 9.522.950,00  
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida R\$ 263.000,00  
9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA R\$ 30.000,00  
TOTAL R\$26.933.324,00

§ 3º As transferências financeiras do Município para os Fundos Municipais e Câmara Municipal de Vereadores ficam orçadas em:

Fundo Municipal de Saúde R\$3.995.276,00  
Fundo Municipal da Assist. Social R\$ 784.400,00  
Fundo Municipal da Infância e Adolesc. R\$ 25.400,00  
Fundo Municipal da Habitação R\$ 51.500,00



Câmara Municipal de Vereadores R\$1.250.000,00

TOTAL R\$6.106.576,00

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde:

Art. 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2012 estima a receita em R\$2.344.000,00 (dois milhões, trezentos quarenta e quatro mil reais) e fixa a despesa em R\$6.339.276,00 (seis milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e setenta e seis reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Fundo Nacional da Saúde, composta de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

#### 4. RECEITAS

4.1 Receitas Correntes R\$ 1.815.500,00

4.2 Receitas de Capital R\$ 528.500,00

TOTAL R\$ 2.344.000,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde R\$ 6.334.276,00

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 6.339.276,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 5.557.776,00

3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encarg. Soc. R\$ 3.969.968,14

3.3.00.00.00.00 - Outras Desp. Correntes R\$ 1.587.807,86

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 776.500,00

4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 776.500,00

9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência

R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 6.339.276,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social:

Art. 4º O orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social para o exercício de 2012 estima a receita em R\$410.200,00 (quatrocentos e dez mil e duzentos reais) e fixa a despesa em R\$1.194.600,00 (um milhão, cento e noventa e quatro mil e seiscentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Sistema Único de Assistência Social, receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

#### 4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes R\$ 160.200,00

4.2. Receitas de Capital R\$ 250.000,00

T O T A L R\$ 410.200,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei,

obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza distribuídos da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$1.189.600,00

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

TOTAL R\$1.194.600,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 897.600,00

3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

R\$ 415.000,00

3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

R\$ 482.600,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 292.000,00

4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 292.000,00

9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência

R\$ 5.000,00

T O T A L R\$1.194.600,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder para o exercício de 2012 estima a receita em R\$74.600,00 (setenta e quatro mil e seiscentos reais) e fixa a despesa em R\$100.000,00 (cem mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, de instituições privadas, receitas correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

#### 4. RECEITAS

4.1 Receitas Correntes R\$ 74.600,00

TOTAL R\$ 74.600,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$ 95.000,00

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

TOTAL R\$100.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 90.000,00

3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

R\$ 90.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 5.000,00

4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 5.000,00

9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência

R\$ 5.000,00

TOTAL R\$100.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Habitação

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para o exercício de 2012 estima a receita em R\$100.000,00 (cem mil reais) e fixa a despesa em R\$151.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, de outras esferas de governo, receitas de

capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

#### 4. RECEITAS

4.2 Receitas de Capital R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 100.000,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social R\$ 146.500,00

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 151.500,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 36.500,00

3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

R\$ 36.500,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 110.000,00

4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 110.000,00

9.9.99.99.00.00 - Reserva de Contingência

R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 151.500,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores:

Art. 6º O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, para o exercício de 2012 estima a receita e fixa a despesa em R\$1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal.

#### 4. RECEITAS

4.1 Receitas Correntes R\$1.250.000,00

4.2 Receitas de Capital R\$ 00,00

TOTAL R\$1.250.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa R\$1.250.000,00

TOTAL R\$1.250.000,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES R\$ 840.000,00

3.1.00.00.00.00 - Despesas de Pessoal R\$ 654.500,00

3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes

R\$ 185.500,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 410.000,00

4.4.00.00.00.00 - Investimentos R\$ 410.000,00

TOTAL R\$1.250.000,00

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
99 - Reserva de Contingência. R\$ 30.000,00

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

#### FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

#### FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

99 - Reserva de Contingência R\$ 5.000,00

§ 1º A utilização do recurso de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme a necessidade especificada neste artigo.

Art. 8º O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

II - O superávit financeiro do exercício anterior.

III - O excesso ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Fica o executivo municipal autorizado a remanejar através de Decreto dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade, ou operações especiais.

Art. 11. Durante o exercício de 2012, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento dos programas priorizados nesta lei, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, de conformidade com às exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil, com autorização do Poder Legislativo.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 8 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e aprovada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

**Lei Nº1.864/2011**

LEI Nº1.864/2011

ALTERA ANEXOS DA LEI N.º 1.847/2011, DE 12 DE JULHO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Os Anexos I, III, VIII, X e XI da Lei n.º 1.847/2011, de 12 de julho de 2011, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2012 e dá outras providências, passam a vigorar com a redação que lhes dá os Anexos dessa Lei.

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei n.º 1.847/2011, de 12 de julho de 2011, bem como seus demais Anexos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 8 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA

Chefe de Gabinete

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS  
2012

DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS									
REFERÊNCIA: 2012									
LRF, art. 4º, § 1º R\$1,00									
ESPECIFICAÇÃO	2012			2013			2014		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	35.968.700,00	34.350.108,50		38.126.822,00	36.411.115,01		40.414.431,32	38.595.781,91	
Receitas Financeiras ou Não Primárias	3.369.700,00	3.218.063,50		391.882,00	374.247,31		415.394,92	396.702,14	
(-) Operação de Crédito	3.000.000,00	2.865.000,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Rendimento de Aplicação Financeira	349.700,00	333.963,50		370.682,00	354.001,31		392.922,92	375.241,38	
(-) Alienação de Ativos	20.000,00	19.100.000		21.200,00	20.246,00		22.472,00	21.460,76	
Total das Receitas Primárias (I)	32.599.000,00	31.132.045,00		37.734.940,00	36.036.867,70		39.999.036,40	38.199.079,77	
Despesa Total	35.968.700,00	34.350.108,50		38.126.822,00	36.411.115,01		40.414.431,32	38.595.781,91	
Despesas Financeiras ou Não primárias	686.000,00	655.130,00		1.639.791,47	1.566.000,85		1.382.086,80	1.319.892,89	
(-) Juros e Amortização da Dívida Interna	686.000,00	655.130,00		1.639.791,47	1.566.000,85		1.382.086,80	1.319.892,89	
Total das Despesas Primárias (II)	35.282.700,00	33.694.978,50		36.487.030,53	34.845.114,15		39.032.344,52	37.275.889,02	
Resultado Primário (I – II)	-2.683.700,00	-2.562.933,50		1.247.909,47	1.191.753,55		966.691,88	923.190,75	
Resultado Nominal	2.135.861,42	2.039.747,65		-1.274.786,65	-1.217.421,25		-1.260.440,50	-1.203.720,67	
Dívida Pública Consolidada	3.395.833,36	3.243.020,85		2.229.166,71	2.128.854,20		1.083.333,41	1.034.583,40	
Ativo Disponível	1.802.000,00	1.720.910,00		1.910.120,00	1.824.164,60		2.024.727,20	1.933.614,47	
Haveres Financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00	

Total da Dívida Consolidada Líquida	1.593.833,36	1.522.110,85		319.046,71	304.689,60		-941.393,79	-899.031,07	
FONTE: IPCA – Banco Central do Brasil									

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Os valores Correntes foram calculados conforme Boletim FOCUS divulgado pelo Banco Central. Sendo previsto índice de 4,5% para cada ano.

O Ativo Financeiro de 2008 foi de R\$1.653.548,24, 2009 R\$2.667.602,72 e de 2010 R\$2.796.764,88. Estimou-se o Ativo Financeiro para 2011 em R\$1.200.000,00.

Em relação a Receita Orçada R\$3.807.500,00 (Três milhões, oitocentos e sete mil e quinhentos reais) trata-se da expectativa de recebimento de recursos financeiros federais e estaduais devido a projetos encaminhados para a realização de obras investimentos e despesas correntes.

Em relação a Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida foram considerados os valores relativos ao parcelamento da Dívida com a CELESC, BADESC e o BNDES 2011: R\$657.971,95, 2012: R\$3.395.833,36, 2013 R\$2.229.166,71, 2014: R\$1.083.333,41 e 2015 R\$83.333,45.



LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO III  
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES  
2012

DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES											
REFERÊNCIA: 2012											
LRF, art. 4º, § 2º, inciso II											
R\$1,00											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	26.125.300,00	28.857.000,00		31.207.700,00		35.968.700,00		38.126.822,00		40.414.431,32	
Receitas Primárias - Não-Financeiras (I)	25.836.800,00	27.642.500,00		31.000.200,00		32.599.000,00		37.734.940,00		39.999.036,40	
Despesa Total	26.125.300,00	28.857.000,00		31.207.700,00		35.968.700,00		38.126.822,00		40.414.431,32	
Despesas Primárias Não-Financeiras (II)	25.920.300,00	28.177.500,00		30.599.918,97		35.282.700,00		36.487.030,53		39.032.344,52	
Resultado Primário (III) (I – II)	-83.500,00	-535.000,00		400.281,03		-2.683.700,0		1.247.909,47		966.691,88	
Resultado Nominal	-195.734,05	488.692,88		-359.494,85		2.135.861,42		-1.274.786,65		-1.260.440,50	
Dívida Pública Consolidada	594.900,75	579.290,80		657.971,95		3.395.833,36		2.229.166,71		1.083.333,41	
Dívida Consolidada Líquida	-365.099,25	-120.709,20		-542.028,06		1.593.833,36		319.046,71		-941.393,79	
A Variação da Receita Total ocorre devido a valores de projetos encaminhados ao governo estadual e federal para realização de obras e investimentos.											
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2009	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Receita Total	24.949.661,50	27.558.435,00		29.803.353,50		34.350.108,50		36.411.115,01		38.595.781,91	
Receitas Não-Financeiras (I)	24.674.144,00	26.398.587,50		29.605.191,00		31.132.045,00		36.036.867,70		38.199.079,77	
Despesa Total	24.949.661,50	27.558.435,00		29.803.353,50		34.350.108,50		36.411.115,01		38.595.781,91	
Despesas Não-Financeiras (II)	24.753.886,50	26.909.512,50		29.222.922,61		33.694.978,50		34.845.114,15		37.275.889,02	
Resultado Primário (I – II)	-79.742,50	-510.925,00		382.268,38		-2.562.933,50		1.191.753,55		923.190,75	
Resultado Nominal	-185.971,01	466.701,70		-343.317,58		2.039.747,65		-1.217.421,25		-1.203.720,67	
Dívida Pública Consolidada	568.130,21	553.222,71		628.363,21		3.243.020,85		2.128.854,20		1.034.583,40	
Dívida Consolidada Líquida	-348.669,78	-115.277,28		-517.028,06		1.522.110,85		304.689,60		-899.031,07	
Fonte Banco Central do Brasil 2009 (3,98%) 2010 (4,5%) 2011 (4,5%) 2012 (4,5%) 2013 (4,5) 2014 (4,5%).											

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO VIII  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO  
2012

DEMONSTRATIVO VIII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO	
REFERÊNCIA: 2012	
LRF, art. 4º, § 2º, inciso V R\$1,00	
EVENTO	Valor Previsto 2012
Aumento Permanente da Receita	4.530.166,29
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências do FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	4.530.166,29
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.530.166,29
Impacto de Novas DOCC (IV)	2.052.716,54
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	2.477.449,75

Programa	Folha	Manutenção	Total
PESSOAL			
Contratação de Profissionais no Setor de Educação	1.552.304,14		1.552.304,14
Contratação de Pessoal Saúde	278.147,53		278.147,53
Contratação de Conselheiros Tutelares	40.572,87		40.572,87
Manutenção de Escolas em decorrência de ampliação		181.692,00	181.692,00
TOTAL GERAL	1.871.024,54	181.692,00	2.052.716,54

O demonstrativo expressa a elevação das despesas obrigatórias de caráter continuado em decorrência de aumento de pessoal no setor da educação, saúde e conselheiros tutelares, além de despesas com manutenção em decorrência de ampliação de unidades escolares. Verifica-se saldo positivo da receita no valor de R\$2.052.716,54. O aumento da receita está pautado na reavaliação da planta de valores mobiliária, efetiva fiscalização dos tributos municipais, atualização cadastral de contribuintes e índice inflacionário.

## ANEXO X – DAS RECEITAS

RECEITA	2012
PREFEITURA	
Projeção de Inflação	
TOTAL IPTU	1.080.000,00
IPTU 60%	648.000,00
IPTU 25%	270.000,00
IPTU 15%	162.000,00
TOTAL IRRF	100.000,00
IRRF 60%	60.000,00
IRRF 25%	25.000,00
IRRF 15%	15.000,00
TOTAL ITBI	370.000,00
ITBI 60%	222.000,00
ITBI 25%	92.500,00
ITBI 15%	55.500,00
TOTAL ISS	820.000,00
ISS 60% -	492.000,00
ISS 25%	205.000,00
ISS 15%	123.000,00
Taxa Fiscalização Sanitária	55.000,00
Taxa de Funcionamento Estabelecimento	34.000,00
Taxa de aprovação de projetos	22.000,00
Taxa de cemitérios	15.000,00
Taxa de limpeza pública	794.000,00
Outras Taxas de Prestação de serviços	185.000,00
Contribuição de Melhoria	660.000,00
COSIP – Iluminação Pública	680.000,00
Remuneração Depósitos Bancários FUNDEB	30.000,00
Remuneração Impostos Educação	2.000,00
Remuneração Convênios Educação	7.000,00
Remuneração Salário Educação	16.000,00
Remuneração PNAE	1.500,00
Remuneração PNATE	100,00
Remuneração PDDE	100,00
Remuneração outros recursos FNDE	2.000,00
Remuneração COSIP	1.300,00
Remuneração Convênios	13.000,00
Remuneração CIDE	2.500,00
Remuneração Fundo Especial	500,00
Remuneração Convênio SSP-PM	200,00
Remuneração Convênio SSP-PC	200,00
Remuneração Convênio SSI	200,00
Remuneração Alienação de Bens	200,00
Remuneração Depósitos Bancários Não Vincu	221.300,00
Outras Receitas Agropecuárias	70.000,00
Abastecimento de Água	1.800.000,00
Religamento de água	20.000,00
TOTAL FPM	8.200.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 60%	4.920.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 25%	2.050.000,00
Fundo de Participação dos Municípios 15%	1.230.000,00
Dedução FPM – FUNDEB	(1.640.000,00)
TOTAL ITR	16.000,00
ITR 60%	9.600,00

ITR 25%	4.000,00
ITR 15%	2.400,00
Dedução ITR – FUNDEB	(3.200,00)
Recursos Hídricos	150.000,00
Recursos Minerais	2.000,00
Fundo Especial	140.000,00
Salário Educação	380.000,00
Transferências PDDE	4.000,00
TOTAL PNAE	135.000,00
PNAE – Ensino Fundamental	78.000,00
PNAE – Centros de Educação Infantil	22.000,00
PNAE – Pré-escolares	35.000,00
TOTAL PNATE	25.000,00
PNATE – Ensino Médio	14.000,00
PNATE – Ensino Fundamental	11.000,00
TOTAL ICMS/DESONERAÇÃO	40.000,00
ICMS/DESONERAÇÃO 60%	24.000,00
ICMS/DESONERAÇÃO 25%	10.000,00
ICMS/DESONERAÇÃO 15%	6.000,00
Dedução ICMS/DESONERAÇÃO – FUNDEB	(8.000,00)
TOTAL ICMS	7.000.000,00
ICMS 60%	4.200.000,00
ICMS 25%	1.750.000,00
ICMS 15%	1.050.000,00
Dedução ICMS – FUNDEB	(1.400.000,00)
TOTAL IPVA	1.200.000,00
IPVA 60%	720.000,00
IPVA 25%	300.000,00
IPVA 15%	180.000,00
Dedução IPVA – FUNDEB	(240.000,00)
TOTAL IPI	160.000,00
IPI 60%	96.000,00
IPI 25%	40.000,00
IPI 15%	24.000,00
Dedução IPI – FUNDEB	(32.000,00)
CIDE	52.000,00
TOTAL FUNDEB	4.753.000,00
FUNDEB 60%	2.851.800,00
FUNDEB 40%	1.901.200,00
Outras Transferências da União FEX	50.000,00
Convênio Estado Educação TOTAL	197.000,00
Transporte Escolar Ensino Médio	135.000,00
Transporte Escolar Ensino Fundamental	62.000,00
Transferência Convênio – Turismo	16.000,00
SSP-GERAL	50.000,00
SSP – Polícia Civil	16.250,00
SSP – Polícia Militar	16.250,00
SSI	17.500,00
TOTAL CONVÊNIOS CRECHE	95.000,00
Convênio Creche Girassol	65.000,00
Convênio Creche Cristiane Zerbin	30.000,00
Multa vigilância Sanitária	1.500,00
TOTAL MULTA IPTU	8.000,00
Multa IPTU 60%	4.800,00
Multa IPTU 25%	2.000,00
Multa IPTU 15%	1.200,00
TOTAL MULTA ITBI	500,00
Multa ITBI 60%	300,00
Multa ITBI 25%	125,00
Multa ITBI 15%	75,00
TOTAL MULTA ISS	8.000,00
Multa ISS 60%	4.800,00

Multa ISS 25%	2.000,00
Multa ISS 15%	1.200,00
Multa águas	15.000,00
Multa Outros Tributos	18.000,00
TOTAL MULTA DIVIDA ATIVA IPTU	95.000,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 60%	57.000,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 25%	23.750,00
Multa Dívida Ativa IPTU - 15%	14.250,00
TOTAL MULTA DÍVIDA ATIVA ITBI	1.000,00
Multa Dívida Ativa ITBI - 60%	600,00
Multa Dívida Ativa ITBI - 25%	250,00
Multa Dívida Ativa ITBI - 15%	150,00
TOTAL MULTA DIVIDA ATIVA ISS	8.000,00
Multa Dívida Ativa ISS - 60%	4.800,00
Multa Dívida Ativa ISS - 25%	2.000,00
Multa Dívida Ativa ISS - 15%	1.200,00
Multa Dívida Ativa Fiscalização Sanitária	1.000,00
Multa Dívida Ativa Contribuição Melhoria	60.000,00
Multa Dívida Ativa - Outros Tributos	150.000,00
Multa Dívida Ativa - águas	1.000,00
Outras Restituições	50.000,00
TOTAL DIVIDA ATIVA IPTU	130.000,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 60%	78.000,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 25%	32.500,00
Receita Dívida Ativa IPTU - 15%	19.500,00
TOTAL DÍVIDA ATIVA ITBI	2.000,00
Receita Dívida Ativa do ITBI - 60%	1.200,00
Receita Dívida Ativa do ITBI - 25%	500,00
Receita Dívida Ativa do ITBI - 15%	300,00
TOTAL DIVIDA ATIVA ISS	15.000,00
Receita Dívida Ativa ISS - 60%	9.000,00
Receita Dívida Ativa ISS - 25%	3.750,00
Receita Dívida Ativa ISS - 15%	2.250,00
Receita Dívida Ativa Contribuição Melhoria	52.000,00
Receita Dívida Ativa Outros tributos	120.000,00
Receita Dívida Ativa - águas	5.000,00
Outras Receitas	5.000,00
Operação de Crédito	3.000.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00
Transferência Convênio - Educação	580.000,00
Transferência Convênio - Cultura	50.000,00
Transferência Convênio Infra-estrutura	1.719.000,00
Transferência Convênio- Turismo	80.000,00
Transferência Convênio- Saneamento	500.000,00
RECEITAS CORRENTES	30.414.100,00
DEDUÇÃO FUNDEB	3.323.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	27.090.900,00
RECEITA DE CAPITAL	5.949.000,00
TOTAL GERAL DAS RECEITAS	33.039.900,00
RECEITA SAÚDE	
TOTAL IRRF	140.000,00
IRRF - 60%	84.000,00
IRRF - 25%	35.000,00
IRR - 15%	21.000,00
TOTAL ISS	10.000,00
ISS - 60%	6.000,00
ISS - 25%	2.500,00
ISS - 15%	1.500,00

Outras Taxas de Prestação de Serviços	500,00
Remuneração Dep.Bancários Impos- tos Saúde	3.000,00
Remuneração Atenção Básica	30.000,00
Remuneração Média e Alta Comple- xidade	1.000,00
Remuneração Vigilância em Saúde	4.000,00
Remuneração Farmácia Básica	2.000,00
Programa ESF - PACS	230.000,00
Programa ESF	480.000,00
Programa ESF - Saúde Bucal	53.000,00
PAB	295.000,00
Vigilância Epidemiológica	30.000,00
Recursos NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	96.000,00
SUS - Vigilância Sanitária	12.000,00
SUS - Farmácia Básica	75.000,00
SUS - Média e Alta Complexidade	200.000,00
Estado - Farmácia Básica	70.000,00
Estado - Média e Alta Complexidade	12.000,00
Estado - ESF	70.000,00
Outras Restituições	1.000,00
Outras Receitas	1.000,00
Transferências Convênio - Saúde	528.500,00
RECEITAS CORRENTES	1.815.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	528.500,00
TOTAL DAS RECEITAS	2.344.000,00
RECEITA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
TOTAL IRRF	2.500,00
IRRF - 60%	1.500,00
IRRF - 25%	625,00
IRRF - 15%	375,00
TOTAL ISS	500,00
ISS - 60%	300,00
ISS - 25%	125,00
ISS - 15%	75,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	100,00
Remuneração Depósitos Bancários API	1.000,00
Remuneração Depósitos Bancários PAC	1.000,00
Remuneração Depósitos Bancários Sentinela	3.000,00
Remuneração Depósitos Bancários Convênios	2.000,00
Remuneração Depósitos Bancários Bolsa Fam.	100,00
Remuneração Depósitos Bancários Não Vinc.	2.000,00
Piso Básico de Transição	60.000,00
Média Complexidade	60.000,00
Bolsa Família	7.000,00
Outras Restituições	500,00
Outras Receitas	500,00
Transferências do Estado	20.000,00
Transferências Convênio - Assistên- cia Social	250.000,00
RECEITAS CORRENTES	160.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	250.000,00
TOTAL DAS RECEITAS	410.200,00

RECEITA	
FUNDO DE HABITAÇÃO	
Transferências Convênio União Habitação	100.000,00
RECEITA DE CAPITAL	100.000,00
RECEITA	
FIA	
TOTAL IRRF	100,00
IRRF – 60%	60,00
IRRF – 25%	25,00
IRRF – 15%	15,00
TOTAL ISS	1.000,00
ISS – 60%	600,00
ISS – 25%	250,00
ISS – 15%	150,00
Outras taxas de prestação de serviços	200,00
Remuneração de Depósitos Bancários	2.500,00
Transferências de Instituições Privadas	65.000,00
Outras transferências de pessoas	5.000,00
Outras Restituições	500,00
Outras Receitas	300,00
RECEITAS CORRENTES	74.600,00
TOTAL DAS RECEITAS	74.600,00

## ANEXO XI

### PRIORIDADES E METAS PARA FIXAÇÃO DAS DESPESAS

#### 0 - OPERAÇÕES ESPECIAIS

01. Amortização da dívida com o BADESC;
02. Juros amortização da dívida com o BADESC;
03. Amortização de dívida com a CELESC;
04. Juros amortização da dívida com a CELESC;
05. Amortização Dívida BNDES (PROVIAS);
06. Juros Amortização da dívida com o BNDES.

#### 01 -GABINETE DO PREFEITO

7. Manutenção do gabinete do prefeito;
8. Manutenção do Fundo Municipal de Proteção dos Direitos do Consumidor;
09. Aquisição de 01 veículo para Defesa Civil;
10. Manutenção da Diretoria Municipal da Defesa Civil.

#### 02 -GABINETE DO VICE-PREFEITO

11. Manutenção do gabinete do vice-prefeito.

#### 03 - GESTÃO MUNICIPAL

12. Aquisição de equipamentos de informática e central telefônica;
13. Aquisição de veículo;
14. Realização de Concurso Público;
15. Revisão de Plano de Cargos e Salários;
16. Contratação de pessoal;
17. Distribuição de uniformes aos servidores;
18. Contribuição a Associação de Servidores Municipais;
19. Contribuição a AMVALI, FECAM, CNM e demais associações legalmente constituídas;
20. Contribuição ao PASEP;
21. Cursos de capacitação aos servidores.
22. Manutenção do Setor de Gestão, Informática e Protocolo;
23. Manutenção do Setor de Recursos Humanos;

24. Manutenção do Setor Licitações, Compras, Convênios e Contratos;
25. Manutenção do Setor de Contabilidade, Patrimônio e Finanças;
26. Manutenção do Setor de Tributos e Fiscalização;
27. Construção de Refeitório;
28. Instalação de elevador no prédio da Prefeitura Municipal.

#### 05 - EDUCAÇÃO PARA TODOS

29. Escola Municipal Rui Barbosa: Reforma e manutenção do educandário existente e/ou aquisição de terreno para construção de novo prédio escolar, cobertura da quadra de esportes e implantação de parque infantil;
30. Escola Municipal Professora Clarice Lange Jacobi: Construção de quadra de esportes coberta, construção de área coberta entre as salas de aula;
31. Escola Municipal Professora Vali Jorck Voigt: Reforma e pintura da unidade escolar;
32. Escola Municipal Professor Santos Tomaselli: Construção de 02 salas de aula;
33. Escola Municipal Professora Sarita Beck Rezende: Elevação e pintura do muro, aquisição de terreno para ampliar salas de aula, reforma da área coberta, cobertura da quadra de esportes;
34. Escola Municipal Professor Emílio da Silva: Reestruturação da cobertura, colocação de granitina sobre as lajotas, construção de 02 salas de aula e implantação gradativa do Ensino Fundamental (séries finais); e/ou unificação do ambiente físico das unidades Jardim de Infância Pingo de Gente e Escola Municipal Professor Emilio da Silva e construção de um novo educandário para o Jardim de Infância Pingo de Gente;
35. Jardim de Infância Abelhinha Feliz: Construção de duas salas de aula, 01 sala para professores, sanitários e reforma geral do prédio da unidade escolar;
36. Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho: ampliação do refeitório;
37. Jardim de Infância Branca de Neve: Reforma completa e construção de passarela coberta entre a unidade escolar e a Escola Municipal Frida Hein Krause;
38. Jardim de Infância Pequeno Príncipe: Reforma completa;
39. Centro de Educação Infantil Cristiane Inês Zerbini: Drenagem do pátio escolar, construção de 03 salas de aula, sala dos professores, sanitários, sala para depósito e ampliação do solário;
40. Centro de Educação Infantil Girassol: Aquisição de novos brinquedos para parque infantil, remoção de brita para substituir por pedrisco;
41. Aquisição de microônibus;
42. Aquisição de veículo e motocicleta para Secretaria de Educação;
43. Fornecimento de merenda escolar;
44. Ofertar transporte escolar gratuito;
45. Equipamentos de informática e eletro-eletrônicos;
46. Aquisição de mobília escolar para todas as ampliações e construções, bem como para a manutenção das unidades escolares;
47. Estudar proposta de municipalização do Ensino Fundamental;
48. Ampliação do quadro de profissionais da educação (professores, serventes, pessoal técnico e administrativo);
49. Subvenções à APAE;
50. Convênios SENAI/SENAC/SOCIESC e outras instituições de ensino;
51. Auxílio a estudantes através de bolsas de estudos;
52. Ampliação das séries finais do Ensino Fundamental na Escola Municipal Frida Hein Krause;
53. Reforma e manutenção dos parques infantis de todas as Unidades Escolares;
54. Aquisição de novos brinquedos pedagógicos para a Educação Infantil;
55. Aquisição de materiais esportivos para as unidades escolares;
56. Aquisição e manutenção de programa para gestão dos dados da educação;



- 57. Aquisição de data show, microfone, caixa de som para a Secretaria Municipal de Educação;
- 58. Manutenção do Ensino Fundamental;
- 59. Manutenção dos Pré-Escolares Municipais;
- 60. Manutenção dos Centros de Educação Infantil Municipais;
- 61. Reestruturar o Galpão da Escola Municipal Castro Alves.

#### 06 - CULTURA VIVA

- 62. Aquisição de computadores;
- 63. Acervo bibliográfico;
- 64. Equipamentos de cinema (projektor multimídia);
- 65. Resgate histórico;
- 66. Festival da canção;
- 67. Manutenção do grupo folclórico, grupo de teatro e banda municipal;
- 68. Realização de eventos culturais no centro e bairros;
- 69. Aquisição de instrumentos musicais e materiais para o ensino de música;
- 70. Contribuição para entidades culturais legalmente constituídas;
- 71. Aquisição de figurino para teatro e uniforme para banda municipal;
- 72. Construção da casa de cultura;
- 73. Aquisição de mobília, aparelhagem de iluminação e sonorização para casa de cultura;
- 74. Decoração natalina;
- 75. Realização da Schroederfest;
- 76. Manutenção do Setor da Cultura;
- 77. Criação do Fundo Municipal de Cultura.

#### 07 - ESPORTE E LAZER

- 78. Manutenção do setor esportivo através de aquisição de material de expediente, equipamentos de informática, limpeza/higiene, material esportivo, compra de mobília, aquisição de implementos como base, suporte e tabela de basquete, postes de voleibol, traves, materiais de atletismo, canoagem, aparelho de som e colchões;
- 79. Manutenção e ampliação das atividades do calendário esportivo e estudantil do município; (campeonatos, torneios, jogos, festivais) assim como: arbitragem, premiação, material esportivo, transporte e demais itens necessários para a realização dos eventos;
- 80. Manutenção e ampliação das atividades esportivas das categorias de base, bem como descentralização das ações (projeto estadual e desporto de base);
- 81. Apoio na representação do município por atletas, equipes esportivas e ou entidades quando da participação em competições, incluindo: transporte, alimentação, estadia, uniformização;
- 82. Apoio na promoção de eventos esportivos e de lazer em diversas modalidades;
- 83. Formalização de convênios e contribuição financeira às entidades/ sociedades/ associações, legalmente constituídas;
- 84. Contratação de profissionais de Educação Física para realizar atividades técnicas nas diversas modalidades;
- 85. Capacitação dos profissionais do setor esportivo;
- 86. Renovar convênio com governo federal e estadual no projeto "Segundo Tempo" e "Recreio nas férias";
- 87. Viabilizar estudo para criação da Fundação Municipal de Esportes;
- 88. Promover a realização de um evento que atenda simultaneamente as entidades comunitárias (associações, sociedades, clubes, 3ª idade, grupos familiares e de jovens, empresas e grupos organizados), proporcionando jogos diferenciados dos atuais (jogos de mesa, bolão, corridas, outros) englobando assim atividades esportivo-culturais e de lazer;
- 89. Construção de áreas/espacos de lazer nos bairros e assim melhorar e implantar locais para prática esportiva e lazer (parques

- infantis, campos/quadras poliesportivas, praças e pistas de skate);
- 90. Implementar espaço para a prática do atletismo junto ao complexo esportivo do centro;
- 91. Drenagem do gramado, iluminação e arquibancada no Estádio Municipal Cláudio Tomaselli;
- 92. Reforma geral, cobertura, banheiros, lanchonete, reforma do piso, instalação elétrica e alambrado do Ginásio de Esportes Alfredo Pasold, bem como do pavilhão anexo ao ginásio;
- 93. Construção de lanchonete no Ginásio de Esportes dos Imigrantes;
- 94. Reforma do piso de quadra poliesportiva e aquisição de mobília para lanchonete do Ginásio de Esportes dos Imigrantes;
- 95. Reestruturar os acessos e o espaço externo do Ginásio dos Imigrantes, viabilizando a construção de quadra de areia e quadras de esportes pavimentadas para voleibol, basquete e futebol de salão;
- 96. Desenvolver ações de apoio aos "trilheiros" e eventos de "mountain bike" e bicicross.
- 97. Propor parceria para construção de pista para corrida de moto para realização de eventos;
- 98. Promover concorrência pública para uso da lanchonete do ginásio de esportes Alfredo Pasold;
- 99. Construção de canchas de bochas oficiais;
- 100. Aquisição de Motocicleta;
- 101. Construção de pavilhão de eventos ou arena multiuso.

#### 08 - SCHROEDER EM AÇÃO

- 102. Construção de passarela para pedestres e ciclistas junto à ponte que liga o Município de Schroeder à Jaraguá do Sul;
- 103. Construção de galerias de águas pluviais;
- 104. Continuação da abertura da Avenida dos Imigrantes;
- 105. Construção abrigos para passageiros de ônibus;
- 106. Construção de ponte Schroeder – Jaraguá (São João);
- 107. Aquisição de saibro e seixo;
- 108. Recapeamento asfáltico da Rua Marechal Castelo Branco;
- 109. Alargamento, retificação, ensaibramento e patrolamento de ruas não pavimentadas do município, conforme a necessidade;
- 110. Pavimentação asfáltica de diversas ruas, através de convênios com o governo federal e estadual e contribuição de melhoria;
- 111. Ampliação e manutenção da rede de iluminação pública;
- 112. Construção de garagem para máquinas, caminhões e veículos da Prefeitura;
- 113. Indenização por desapropriação de terrenos junto a Avenida dos Imigrantes;
- 114. Urbanização da Rua Marechal Castelo Branco, através de construção de calçadas;
- 115. Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- 116. Construção de rotatória na Ponte Trindade;
- 117. Construção de capela mortuária;
- 118. Construção de terminal rodoviário;
- 119. Construção de rampa para manutenção e lavagem da frota municipal;
- 120. Construção de rotatória no acesso ao Bairro São João em Jaraguá do Sul;
- 121. Revitalização da Ponte do Gneipel, adotando medidas como corrimão no acesso destinado a pedestres e ciclistas, ou mesmo edificando passarela anexa a ponte.

#### 09 - CORPO DE BOMBEIROS E SEGURANÇA

- 122. Convênio com a Polícia Civil e Militar através da Secretaria de Segurança Pública;
- 123. Convênio com a Associação de Serviços Sociais Voluntários;
- 124. Construção de sede para bombeiros voluntários;
- 125. Incentivo ao programa "Bombeiro Mirim";
- 126. Monitoramento de ruas por câmera de vigilância;
- 127. Aquisição de radar móvel;
- 128. Ampliação e conserto das placas de sinalização de trânsito e

faixas de pedestres;  
 129. Instalação de hidrantes nos bairros.  
 130. Realização de estudos para instalar redutor de velocidade em todo o município;  
 131. Manutenção do Setor de Segurança;  
 132. Criação do FUMPOM – Fundo Municipal de Melhoria da Polícia Militar.

#### 10 - APOIO A AGRICULTURA

133. Distribuição de sementes e mudas de plantas;  
 134. Contratação de serviços de retroescavadeira, trator de esteiras e escavadeira hidráulica;  
 135. Curso de capacitação para agricultores;  
 136. Contribuição a associações agrícolas;  
 137. Assistência Técnica e Extensão Rural;  
 138. Incentivo à pesquisa para controle de insetos nocivos ao ser humano;  
 139. Apoiar a implementação e expansão da agricultura familiar;  
 140. Programa de distribuição de calcário;  
 141. Aquisição de rotativa;  
 142. Manutenção da Secretaria de Agricultura.  
 143. Incentivo a devolução de embalagens tóxicas;  
 144. Aquisição e distribuição de medicamentos de uso veterinário;  
 145. Construção de barragens para canais de irrigação nas associações rurais;  
 146. Aquisição de GPS para pontos de referência;  
 147. Manutenção das estradas de acesso as propriedades rurais, auxiliando no transporte da produção.  
 148. Contratação de profissional habilitado para elaboração de projetos ambientais;  
 149. Desenvolver ações de promoção do desenvolvimento das atividades agrícolas e pecuárias no Município de Schroeder, por meio de patrulha agrícola mecanizada; serviço de inseminação artificial em bovinos, serviço de apoio veterinário e agrônomo aos produtores rurais, conforme lei municipal;  
 150. Construção de Centro de Informações Turística e Casa do Agricultor.

#### 11 - INCENTIVO AO TURISMO

151. Construção de praça na Rua Guilherme Zastrow;  
 152. Promover acesso as áreas turísticas do município;  
 153. Promoção e participação de feiras e eventos para divulgação do turismo – marketing turístico;  
 154. Manutenção e infra-estrutura (paisagismo, mirante, placas e choupanas) na Estrada Macaquinho;  
 155. Promover a sinalização viária (bairros, limites e confrontações, BR, áreas turísticas, pontos comerciais e serviços públicos);  
 156. Confeção de material publicitário, cadernos, livros, folders, banners;  
 157. Melhoramento de estrutura física para campeonatos de canoagem e outros;  
 158. Promoção do evento: Circuito Expedição Schroeder Natureza Viva;  
 159. Realização de concurso de jardins; corrida de aventura, maratona, mountain bike e outros;  
 160. Manutenção do Setor de Turismo;  
 161. Infraestrutura na prainha – área de lazer;  
 162. Construção de rampa para asa delta, pista de caiaque, ciclismo e corredor de acesso à visitação da Usina Hidrelétrica do Bracinho;  
 163. Construção de Mirante público;  
 164. Infraestrutura na figueira centenária.

#### 12 - INCENTIVO A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

165. Contrato com SEBRAE;  
 166. Convênio com ACIAS, promovendo o comércio local e parceria

na realização de feira multisetorial, além de viagens empresariais;  
 167. Viabilizar estudo de incentivo fiscal, bem como aquisição, permuta ou intermediação de negociação de terrenos para instalação de novas indústrias;  
 168. Auxiliar através de serviços de terraplenagem e outros serviços pertinentes à instalação de indústrias;  
 169. Revisão do Plano Diretor, adequando área industrial conforme a necessidade;  
 170. Incentivo para implantação de incubadoras para micro e pequenas empresas;

#### 13 - ÁGUA PARA TODOS

171 Ampliação de rede adutora de água tratada;  
 172 Ampliação da estação de tratamento de água;  
 173 Ampliação de reservatório de água tratada no centro;  
 174 Aquisição de aparelho geofone para detectar vazamentos;  
 175 Aquisição de 01 motocicleta; 01 veículo e 01 caminhão baú;  
 176 Aquisição de equipamento ou terceirização de serviços para corte de asfalto,  
 177 Aquisição de compactador manual e equipamento de corte para manutenção da rede de água;  
 178 Construção de sede administrativa para Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental;  
 179 Equipamentos e material permanente;  
 180. Laboratório de águas e efluentes;  
 181. Levantamento de dados da tubulação existente de toda rede de água e recadastramento de usuários;  
 182. Programa de capacitação e treinamento;  
 183. Manutenção da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental.

#### 14 - CIDADE LIMPA

184. Manutenção dos Serviços de Coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e hospitalares;  
 185. Desenvolver programa de coleta seletiva;  
 186. Apoio na implantação de cooperativa de reciclagem de lixo.

#### 15 - SANEAMENTO É SAÚDE

187. Implantação do Sistema de Esgoto de Schroeder;  
 188. Implantação Estação de Tratamento de Esgotos;  
 189. Aquisição de caminhão "limpa fossa" (fossa, filtro e tubulações).

#### 16 – SAÚDE

190. Atendimento de pessoas portadoras de DST/HIV/AIDS;  
 191. Atendimento de grupo de gestantes, através de palestras em grupo, com equipe multidisciplinar, visita à maternidade, atendimento das necessidades sociais de gestantes;  
 192. Programa controle de tuberculose;  
 193. Programa de controle da hanseníase;  
 194. Programa de controle da hipertensão arterial;  
 195. Programa de controle de diabetes;  
 196. Ações de saúde da criança e adolescente;  
 197. Ações de Vigilância Sanitária  
 198. Ações de saúde da mulher;  
 199. Humanização do pré-natal e nascimento;  
 200. Programa de saúde do trabalhador;  
 201. Programa de combate a dengue e controle de vetores;  
 202. Programa de atenção à saúde do idoso;  
 203. Desenvolvimento de ações educativas e curativas através do programa de controle do tabagismo e seus fatores de risco de câncer;  
 204. Programa de planejamento familiar;  
 205. Auxiliar com benefícios eventuais de acordo com legislação municipal;

206. Ações em vigilância e prevenção de agravos não-transmissíveis, através de formação de grupos de atividade física, efetivando professor de educação física e implantando praças de atividades físicas nos bairros;

207. Implementações de ações para efetivação do pacto de saúde, pela vida, de gestão e em defesa do SUS, através da gestão básica plena;

208. Atenção básica ampliada através de atendimento e procedimentos da tabela Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS);

209. Fornecimento de medicamentos especiais e de farmácia básica;

210. Ações para divulgação das ações do SUS;

211. Convênio com clínicas de tratamento de dependência química;

212. Manter convênio com SESC para serviços de Saúde e Odontologia - 03 dentistas, 02 auxiliares consultório dentário (3 meses);

213. Manter convênio com hospitais para realização de cirurgias eletivas com contrapartida do município;

214. Manter convênio e credenciamento de Serviços de Diagnóstico por imagem como: Raio X, ecografias, tomografias, ressonância magnética, consultas especializadas, fisioterapia, mamografia, exames patológicos;

215. Manter o Consórcio CIS/AMUNESC para a compra de consultas, exames e procedimentos de R\$ 0,60 a R\$ 1,00/mês/habitante;

216. Consórcio Intermunicipal CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Droga);

217. Aquisição de veículos: 01 ambulância e 01 veículo 05 lugares;

218. Aquisição de motocicleta;

219. Aquisição de instrumentais odontológicos;

220. Aquisição de materiais educativos para odontologia;

221. Aquisição de computadores nos consultórios odontológicos;

222. Aquisição e manutenção para oxigenoterapia contínua para pacientes com indicação médica;

223. Aquisição de equipamento de Raio X em todos os consultórios odontológicos;

224. Aquisição de Equipamentos ultrassonografia odontológico;

225. Aquisição de equipamentos de ultrassonografia;

226. Aquisição de odontomóvel;

227. Aquisição de móveis e material permanente para as Unidades de Saúde e Centro de Reabilitação e Atendimento Especializado (CRAE);

228. Aquisição de som, televisores, DVD para as unidades de saúde;

229. Aquisição de cardioversor, oxímetro, aparelho de eletro, sonar, aparelho para aferição de pressão arterial, termômetro digital e outros equipamentos de uso médico e ambulatorial;

230. Aquisição de 01 Equipamento e material odontológico;

231. Aquisição de aparelho de Raio X para pronto atendimento através de convênio estadual;

232. Ampliação de unidade de saúde do centro, localizado à Rua Paulo Janh;

233. Aquisição de material educativo e de divulgação para epidemiologia e para o setor de doenças e agravos não transmissíveis;

234. Construção de abrigos para os carros da saúde na Unidade de Saúde do centro;

235. Implementação do grupo de Saúde Mental;

236. Projeto a nível federal no combate a violência;

237. Capacitação para os conselheiros municipais da saúde com recursos municipais;

238. Contratação de profissionais da saúde, conforme necessidade e limite legal;

239. Manutenção convênio com o SAMU;

240. Aquisição de material de expediente;

241. Manutenção da Secretaria de Saúde;

242. Aquisição e manutenção de aparelhos de atividades físicas.

#### 17 - SAÚDE DA FAMÍLIA

243. Contratação de assessoria, promovendo capacitação

continuada e permanente das equipes de Saúde da Família, Saúde Bucal e Agentes Comunitários da Saúde, através de incentivo estadual;

244. Aquisição de material permanente para as equipes de Saúde da Família e Saúde Bucal, através de incentivo estadual.

245. Contratação de 01 médico 40h, 02 enfermeiras 40h, 03 técnicos de enfermagem, Agentes Comunitários de Saúde. 01 motorista, 01 zeladora;

246 Aquisição de uniformes e equipamentos de prevenção como protetor solar e repelente para os agentes comunitários da saúde.

#### 18 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

247 Construção de Centro de Referência de Assistência Social (CRAE)

248 Reforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

249 Aquisição de mobília, ar condicionado, computadores, televisores para Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

250. Aquisição de veículo;

251. Implantação e Implementação da rua da cidadania;

252. Implantação do ticket alimentação;

253. Manutenção do programa bolsa família;

254. Recurso para implementação do BPC (Benefício da Prestação Continuada) na escola;

255. Ampliar programa de educação para o trabalho (PET);

256. Manutenção do grupo de dança dos idosos;

257. Manutenção e ampliação atendimento oficina de Skate;

258. Projetos de capacitação e geração de renda: panificação, bijuterias, corte e costura, cooperativa de reciclagem lixo entre outros conforme necessidade social;

259. Aquisição de material e equipamentos para oficinas;

260. Capacitação continuada de servidores e conselhos municipais;

261. Realização de campanhas de cunho educativo;

262. Ampliação de equipe técnica conforme a necessidade e limite legal;

263. Repasse de recursos financeiros na forma de lei específica, para entidades não governamentais;

264. Concessão de benefícios eventuais definidos conforme lei municipal e critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal da Assistência Social;

265. Ações sócio educativas com crianças, adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiência e suas famílias de acordo com o programa de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

266. Manutenção do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e Pro jovem em parceria com o governo federal;

267. Manter convênio através de contribuição para atendimento à criança e ao adolescente;

268. Promover a participação de atletas da terceira idade no JASTI (Jogos Abertos da Terceira Idade);

269. Implantação do programa família acolhedora;

270. Manter convênio com instituição de longa permanência para idosos (ILPI);

271. Aquisição de equipamentos de sonorização para auditório do Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

272. Implantação e manutenção de Sistema Informatizado de Assistência Social;

273. Manutenção do Centro de Referência de Assistência Social e Centro Especializado de Assistência Social.

#### 19 – HABITAÇÃO

274. Aquisição de terreno para andamento do projeto Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), com recursos federais e contrapartida municipal;

275. Contrapartida municipal para a construção de casas em



parceria com o estado;  
276. Desenvolver projeto de apoio à provisão habitacional de interesse social;  
277. Implantação da política de habitação e interesse social;  
278. Viabilizar o pagamento de auxílio aluguel, conforme lei municipal específica.

#### 20 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

279. Aquisição de mobília e equipamentos para prédio que atende o conselho tutelar;  
280. Contratação de 01 motorista e 01 zeladora;  
281. Aluguel de prédio para atender o conselho tutelar.  
282. Viabilizar a contratação de 05 Conselheiros Tutelares;  
283. Repasse de recursos financeiros na forma de lei específica, para entidades não governamentais que desenvolvam projetos/programas com foco na criança/adolescência;  
284. Financiamento de programas/projetos que tenham como público alvo crianças e adolescentes;  
285. Incentivar a ampla divulgação dos direitos da criança e adolescente, bem como dos serviços oferecidos pelo município com ênfase neste segmento;  
286. Capacitação de recursos humanos que atuem com a criança e o adolescente, formação/atualização de conselheiros (governamentais e não governamentais) e usuários;  
287. Incentivo a participação de crianças e adolescentes nas oficinas pedagógicas.

#### 21 - CÂMARA DE VEREADORES

288. Construção de sede;  
289. Aquisição de mobília;  
290. Manutenção da câmara de vereadores.

#### **Portaria No4.234/2011, de 3 de Novembro de 2011**

PORTARIA No4.234/2011, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2011  
SUBSTITUI RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no Art. 71, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,  
**R E S O L V E :**

Art. 1º Nomear o Senhor Waldir Gabriel Reineher, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº052.849.919-07, CREA-PR S3 100000-7, como substituto responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

Execução, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários e contratação de empresa especializada para recuperação de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Município de Schroeder/SC, totalizando a área de 304,83m³, Contrato nº. 122/2011 - PMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Schroeder, 3 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº. 4.237/2011, de 08 de novembro de 2011.**

PORTARIA Nº. 4.237/2011, de 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária, Sra. Diana Ilaine Gnewuch de Abreu, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

#### **Portaria Nº. 4.238/2011, de 08 de novembro de 2011.**

PORTARIA Nº. 4.238/2011, de 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a funcionária, Sra. Ana Julia Schiroky Brenneisen, adquirindo efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

INGRIT ELI ROWEDER EICHENBERGER  
Secretária de Saúde e Assistência Social

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Portaria Nº. 4.239/2011, de 08 de novembro de 2011.**

PORTARIA Nº. 4.239/2011, de 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária Noemi Silvana Riedel Vargas;

Considerando que todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2011/SECEL/PMS, já foram convocados, sendo que a maioria desistiu das vagas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social preterito e inalienável;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Rita de Cássia Benthien Pereira, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, adquirindo efeitos retroativos a partir de 1º de novembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Registre-se. Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 08 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Registrada e publicada na mesma data.

ROSANGELA CRISTINA MIRANDA MOTTA  
Chefe de Gabinete

**Aviso de Pregão Presencial No 18/2011 - FAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER/ SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL No 18/2011 - FAS  
PROCESSO Nº. 39/2011-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de livros para suprir as necessidades do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de

novembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 10 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

**Aviso de Pregão Presencial Registro de Preços Nº 17/2011 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201.  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191  
89275-000 - SCHROEDER/ SC  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2011 - FMS

PROCESSO Nº. 28/2011-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagente para diagnostico clínico (tiras de glicose) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 29 de novembro de 2011 às 08h45min.

Abertura do processo: 29 de novembro de 2011 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site da Prefeitura Municipal ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 10 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal



**Cancelamento Carta Convite Nº 02/2011-FMS**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**CONVITE**  
**Nr.: 2/2011 - CV**

Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 25/2011  
Data do Processo: 17/10/2011

**Objeto:** a contratação de empresa especializada em conserto do Reboque Trailer, placa LZW 1112, Odontológico da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2011**

**Motivo:** Devido a duas tentativas de contratação e ambas frustradas.

SCHROEDER, 8 de Novembro de 2011

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

## Timbó

### PREFEITURA

#### Decreto No 2498, de 11 de Outubro de 2011

DECRETO No 2498, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011

Dispõe sobre baixa de documentos públicos destruídos pela enchente e enxurradas, ocorrido no período de 08 a 10 de setembro do corrente, na Unidade de Saúde Avançada Dona Clara, Casa da Cidadania e PROCON.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando-se o Decreto nº 2353, de 08 de setembro do corrente, que declara em situação anormal, caracterizada como "Situação de Emergência", as áreas do Município de Timbó afetadas pela Enchente e Enxurradas;

Considerando-se que documentos públicos foram destruídos pela enchente e enxurradas ocorrido no período de 08 a 10 de setembro do corrente, e que as unidades responsáveis pela guarda solicitam sua baixa,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam baixados os documentos públicos destruídos pela enchente e enxurradas ocorrido no período de 08 a 10 de setembro do corrente, nas seguintes unidades responsáveis pela guarda, conforme segue:

I - UNIDADE DE SAÚDE AVANÇADA DONA CLARA: perda total, bem como os prontuários médicos.

II - CASA DA CIDADANIA - Procedimentos Administrativos:

- a) Em relação ao ano de 2008 - todos;
- b) Em relação ao ano de 2009 - todos, totalizando 340;
- c) Em relação ao ano de 2010 - todos, totalizando 423.

III - PROCON - Procedimentos Administrativos:

- a) Em relação ao ano de 2008 - todos;
- b) Em relação ao ano de 2009 - todos, totalizando 375;
- c) Em relação ao ano de 2010 - todos, totalizando 671;
- d) Em relação ao ano de 2011 - foram destruídos os seguintes: 001 a 007, 012 a 014, 027, 028, 030 a 040, 042 a 044, 046, 049, 051 a 054, 056, 057, 059 a 063, 066 a 075, 077 a 105, 107 a 124, 126 a 128, 130 a 134, 136 a 146, 148 a 228, 230 a 245, 247 a 248, 250 a 252, 254 a 261, 263 a 268, 272 a 288, 290 a 310, 312 a 313, 315, 319, 321 a 322, 324, 327, 328, 330, 331, 333 a 335, 338 a 340, 342 a 344, 346 a 348, 350 a 353, 355, 356, 359 a 361, 364 a 370, 372 a 376, 379, 381 a 382, 384 a 389, 391, 392, 395 a 398, 400 a 402, 408, 416 e 423.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de outubro de 2011; 141º ano de Fundação; 77º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## Extrato Ata de Registro de Preço n.º 113 2011 Material de Expediente

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

2011/Pregão/113

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Timbó

Objeto: Registro de preços para aquisição de material de expediente para as unidades da Prefeitura de Timbó.

Empresas fornecedoras: Máxima Papelaria, Dial Deptos, Aquinpel Suprimentos, Floriani Equipamentos, Satélite Coml. Ltda, Carlos Augusto dos Passos, Célia Regina Wambommel, K&K Papelaria, Infantis Brinquedos, Blu Distribuidora de Papelaria, Fabio Antonio dos Santos, JLM Com. de Produtos, João de Oliveira Martins, Papelaria Copiatic, Akon Ltda ME.

Valor Total Estimado: R\$ 86.091,41

Modalidade: Pregão Presencial

Validade da Ata: 12 meses

Órgãos Participantes: Prefeitura Municipal de Timbó

Timbó, 08/11/2011

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

## Três Barras

### PREFEITURA

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores convidam a população em geral para a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada dia 16 de novembro, às 18 horas, no salão da Câmara Municipal, situado na Rua Prefeito Emiliano Uba, nº 240, para apresentação, discussão e aprovação de Emenda Popular ao Projeto de Lei Orçamentária Federal para 2012.

Podem ser apresentadas propostas para as seguintes ações:

Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde;

Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares;

Apoio à Recuperação da Rede Física e Escolar Pública;

Implantação de Escolas para Educação Infantil;

Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais;

Apoio a Política Municipal de Desenvolvimento Urbano;

Apoio a Obras Preventivas de Desastres.

Três Barras, 07 de novembro de 2011

SEBASTIÃO ALTAVIR FERREIRA

Prefeito Municipal em Exercício

LAUDECIR JOSÉ GONÇALVES

Presidente Câmara de Vereadores

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### Processo de Licitação Nº 116/2011 troféus e medalhas

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2011

## Edital de Pregão Presencial nº 82/2011

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo julgamento de menor preço por item, para entrega imediata que tem por objeto a aquisição de Troféus e Medalhas, destinado para as premiações esportivas da Comissão Municipal de Esportes. Entrega das propostas até às 9h00min do dia 23/11/2011. Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC, 09 de novembro de 2011  
ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

**Turvo****PREFEITURA****Decreto 94/2011**

DECRETO No 094/11, de 08 de novembro de 2011.  
DECRETA PONTO FACULTATIVO

O Prefeito Municipal DE TURVO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

## DECRETA

Art. 1º. Ponto facultativo em todas as repartições públicas municipais no dia 14 de novembro de 2011 (segunda-feira).

Art. 2º. Os serviços que, por sua natureza não podem ser interrompidos, funcionarão na forma que os setores envolvidos determinarem.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 08 de novembro de 2011.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças-designado.

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº. 07/11, de 08 de Novembro de 2011.**

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 07/11, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a concessão de licença, ao senhor Ronaldo Carlessi, do Cargo de Prefeito Municipal de Turvo.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Turvo, Estado

de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores de conformidade com os artigos 17, VI; 40, § 1º, I; e 51 da Lei Orgânica do Município de Turvo, aprovou e eu, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido ao senhor RONALDO CARLESSI, licença, sem remuneração, do cargo de Prefeito Municipal de Turvo, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para tratar de assuntos de interesse particular.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput deste artigo será gozada no período de 13 de novembro de 2011 a 12 de dezembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 13 de novembro de 2011.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2011.  
Vereador IZALTINO ANTÔNIO RIBEIRO  
Presidente da Câmara

Registrado e Publicado o presente Decreto Legislativo nesta Secretaria, na data supra.

Vereador ADAIR CONSTANTE  
Primeiro Secretário

**Vargeão****PREFEITURA****Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: INOVAR RECURSOS HUMANOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para a realização de Processo Seletivo Simplificado.  
VALOR: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 146/2011.

Vargeão SC, 28 de outubro de 2011.  
AMARILDO PAGLIA  
Prefeito Municipal

**Convite para Audiência Pública**

Convite para Audiência Pública

O Governo Municipal de Vargeão, têm a honra de convidar a População Vargeonesa à participar de Audiência Pública, a ser realizada no dia 16 de novembro de 2011, no Auditório Municipal do Centro Educacional Meteoro, a partir das 17h, para tratar da apresentação de Emenda de Iniciativa Popular a ser inserida diretamente na Lei Orçamentária da União para o exercício de 2012. O destino dos recursos desta emenda deverá ser escolhido pela população nesta audiência, portanto é de extrema importância a presença maciça da população, para colaborar no desenvolvimento de nosso município.

Participe !

# Videira

## PREFEITURA

### GABARITO do Processo Eleitoral do CONSELHO TUTELAR do MUNICÍPIO de VIDEIRA - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/00001-06

VIDEIRA - SC

RELAÇÃO DE APROVADOS NA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC (EM ORDEM ALFABÉTICA).  
EDITAL Nº 001/2011

INSCRIÇÃO	NOME
024	ANDREA ROMANATTO MORO
019	CAROLINA FUMAGALLI TASCA HOFFMANN
031	CAROLINE APARECIDA MAFRA
008	CLEUSA APARECIDA FALCHETTI LAURINDO
016	EDUARDO ALISSON SPORR
028	EDWIN ALBERT MULLER
011	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZAROBIA
015	GLADIS OELKE
017	IVETTE SILVA DO AMARAL
039	JAQUELINE GONÇALVES
009	JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI
001	JULIANA WEBER
010	JULIO CARLOS DE OLIVEIRA
034	MACLEISE TRENTA
020	MARCIA DIONICE GAIO BANDT
007	MARILENE VANZ DOS SANTOS
022	MARILIA VOIDALESKI
021	MARLI APARECIDA CORONETTI NORA
004	MIRIA CAVALHEIRO MACHADO DE CAMPOS
002	NIVERSE REGINA VALER
023	ROSA CRISTINA DUTRA ZARDO
006	SELONIR ALVES GARCIA SCOPEL
025	SILVANA TOCCOLINI
038	ZELI DO PRADO

VIDEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

KATIANI G. DE MORAIS

Presidente do CMDCA

### Relação de Aprovados na Primeira Etapa do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar do Município de Videira - SC

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

CNPJ: 03.333.619/00001-06

VIDEIRA - SC

RELAÇÃO DE APROVADOS NA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC (EM ORDEM ALFABÉTICA).  
EDITAL Nº 001/2011

INSCRIÇÃO	NOME
024	ANDREA ROMANATTO MORO
019	CAROLINA FUMAGALLI TASCA HOFFMANN
031	CAROLINE APARECIDA MAFRA
008	CLEUSA APARECIDA FALCHETTI LAURINDO
016	EDUARDO ALISSON SPORR
028	EDWIN ALBERT MULLER
011	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZAROBIA
015	GLADIS OELKE
017	IVETTE SILVA DO AMARAL
039	JAQUELINE GONÇALVES
009	JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI
001	JULIANA WEBER
010	JULIO CARLOS DE OLIVEIRA
034	MACLEISE TRENTA
020	MARCIA DIONICE GAIO BANDT
007	MARILENE VANZ DOS SANTOS
022	MARILIA VOIDALESKI
021	MARLI APARECIDA CORONETTI NORA
004	MIRIA CAVALHEIRO MACHADO DE CAMPOS
002	NIVERSE REGINA VALER
023	ROSA CRISTINA DUTRA ZARDO
006	SELONIR ALVES GARCIA SCOPEL
025	SILVANA TOCCOLINI
038	ZELI DO PRADO

VIDEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

KATIANI G. DE MORAIS

Presidente do CMDCA

### Bolsa Familia

ADAIANA APARECIDA DA SILVA ROSA  
ADELAIDE DA SILVA  
ADELAIDE FARIAS VIEIRA  
ADELINA APARECIDA BAPTISTA SANTOS  
ADELINA FRANCISCA LOPES  
ADELIRE MORATELLI  
ADELITA DEVES BANDT  
ADILSON LUIZ LOPES  
ADOLINO BALDOVINO BRAATZ  
ADRIANA APARECIDA COSTA  
ADRIANA ARMILIATTO  
ADRIANA BENTO DE CAMARGO  
ADRIANA BORGES  
ADRIANA COSTA  
ADRIANA DE SOUZA  
ADRIANA DIAS DE OLIVEIRA  
ADRIANA FOGACA  
ADRIANA LOPES MASTALER  
ADRIANA LUZIA RIBEIRO  
ADRIANA NUNES CAVALHEIRO  
ADRIANA PASQUALI  
ADRIANA RIBEIRO DA SILVA  
ADRIANA RODRIGUES  
ADRIANA RUFINO  
ADRIANA TEREZINHA DO PRADO  
ADRIANA VON MULLER  
ADRIANE LOPES DA ROSA  
AGELITA DA SILVA  
ALCEU FERREIRA  
ALCIDINA APARECIDA CHAVES PAIM  
ALDEIDI DE SOUZA  
ALESSANDRA JOELMA GONCALVES  
ALESSANDRA SILVANA DIAS

ALESSANDRA TEREZINHA DOS SANTOS  
 ALICE NERIS DE OLIVEIRA  
 ALUCINDA DE FATIMA LOPES DA SILVA  
 ALVERINA BATISTA ANTUNES  
 ALZIRA ALVES DA LUZ  
 ALZIRA MARTINS LEITE  
 AMARILDO ANTONIO FANTIN  
 AMELIA FERREIRA SALLES  
 AMELIA MEDEIROS  
 ANA CLAUDIA MACHADO  
 ANA CRISTINA ALMEIDA DOS SANTOS  
 ANA FLAVIA GOMES  
 ANA IRENE FERREIRA DE SOUZA  
 ANA JOAQUINA RIBEIRO DOS SANTOS  
 ANA LUCIA APARECIDA DOS SANTOS  
 ANA LUCIA DOMINGUES DE SOUZA  
 ANA MARIA DE LIMA  
 ANA MARIA PERES DA LUZ  
 ANA MARIA PINHEIRO  
 ANA MARINA SCHIEVELBEIN  
 ANA PAULA ALVES DOS SANTOS  
 ANA PAULA APPI  
 ANA PAULA BATISTA  
 ANA PAULA DE OLIVEIRA  
 ANA PAULA FELIX  
 ANATALIA BOROSKI  
 ANDREA MARCIA APARECIDA MUHLBRANDT  
 ANDREIA ANTUNES DA CUNHA PASCOAL SILVA  
 ANDREIA ANTUNES DE LIMA  
 ANDREIA DE SOUZA  
 ANDREIA PADILHA  
 ANDREIA PIRES DOS SANTOS E LIMA ANHAIA  
 ANDREIA RUFINO  
 ANDREIA TATSCH  
 ANDRESSA BUENO DE CAMARGO  
 ANDREZA ANTUNES DE LIMA  
 ANGELA APARECIDA DA SILVA  
 ANGELA CRISTINA DOS SANTOS  
 ANGELA GORETI COLERE  
 ANGELA SONIA BARBOSA  
 ANGELICA MACIEL  
 ANGELINA DE FATIMA MORAES  
 ANGELO CARLINHO PASSOS RIBEIRO  
 ANTONIA ANTUNES MACIEL  
 ANTONIA DALMAZO  
 ANTONINHO FARIAS  
 ANTONIO BARETTI  
 ANTONIO FERNANDES  
 APARECIDA SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS  
 ARISTIDES ANTUNES REI  
 BARBARA CRISTINA CAPONI  
 BEATRIZ APARECIDA DOS SANTOS  
 BERNADETE DE FATIMA WERLE  
 BERNADETE MIORANZA NEVES  
 BROMILDA VIEIRA  
 CAMILA APARECIDA DA SILVA  
 CARLA MICHELE KATSCHOR  
 CARMELIA DE FATIMA PEDROZO  
 CARMELINDA CHAVES CAMARGO  
 CARMEM ANDREA MACHADO PORTO  
 CAROLINA ANTONIA FENILI  
 CATARINA DA LUZ  
 CATARINA QUEIROZ  
 CATARINA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
 CATLEN DE LURDES ROSI  
 CECILIA APARECIDA FERNANDES DA SILVA  
 CELIA APARECIDA GONCALVES DE M OLIVEIRA  
 CELIA REGINA ALVES  
 CELINIA GAIO

CENIRA PIRES  
 CIMEIA FARIAS  
 CINTIA APARECIDA DA LUZ  
 CINTIA SCOPEL  
 CIRLENE DAL PIZZOL  
 CIRLENE JOHANN  
 CLACIR ZENERE FRUET  
 CLARINDA RODRIGUES DA SILVA MARIAN  
 CLAUDETE APARECIDA DE GOES  
 CLAUDETE DIAS  
 CLAUDETE DOS SANTOS  
 CLAUDETE DOS SANTOS  
 CLAUDETE GRANDO  
 CLAUDETE RIBEIRO DO NASCIMENTO  
 CLAUDETE RODRIGUES DE CAMARGO  
 CLAUDETE TEREZINHA DA CONCEICAO  
 CLAUDIA APARECIDA SOARES  
 CLAUDIA CONCEICAO OZORIO PARTYKA  
 CLAUDIA PORTELLA  
 CLAUDIA SOVRANI  
 CLAUDIANA DE FATIMA FERREIRA  
 CLAUDIMIR VALER  
 CLAUDINO CAMILO FRANCA  
 CLAUDIO SALLES  
 CLEANE GONCALVES DA SILVA  
 CLEICIAMAR ZANELLA  
 CLEIDE ALVES  
 CLEIDE DE FATIMA FARIAS GROSS  
 CLEIDE DIAS  
 CLEOMAIR SANDRA MARA DE OLIVEIRA  
 CLEONICE APARECIDA MARTINS  
 CLEONICE APARECIDA REIS  
 CLEONICE DE FATIMA CAMARGO FERREIRA  
 CLEONICE DE JESUS DOS SANTOS ANTUNES  
 CLEONICE DE SOUZA MACHADO ROBERTI  
 CLEUDES PEDROSO DE QUADROS  
 CLEUNICE DE LIMA  
 CLEURECI APARECIDA VARELA PIMENTEL  
 CLEUSA APARECIDA DOS ANJOS  
 CLEUSA DE FATIMA FERNANDES  
 CLEUSA DE FATIMA MANDELLI  
 CLEUSA MARIA DA SILVA  
 CLEUSA ROVEDA LOPES FERREIRA  
 CLEUSA SILVEIRA DE MELO  
 CLEUSA TEREZINHA CORDEIRO  
 CLEUZA CORREIA  
 CONCEICAO APARECIDA CARVALHO  
 CREUZA DOS SANTOS  
 CRISLEI CRISTIANE FIUZA  
 CRISTIANA DA SILVA  
 CRISTIANE DA APARECIDA SANTOS  
 CRISTIANE DA SILVA DE OLIVEIRA  
 CRISTINA CANDIAGO XAVIER DE BARROS  
 CRISTINA JACINTO DE OLIVEIRA  
 DAIANA RIBEIRO  
 DAIANE DA SILVA  
 DALZIZA ALVES PINTO  
 DANIELA ALVES VENTURA  
 DANIELA ANTUNES DE CASTRO  
 DANIELA KLEINKAUF PEREIRA  
 DANIELI BAY  
 DASMELSI DIAS GOMES  
 DEBORA ANTUNES DE LIMA  
 DEBORA JUSIMEIA VOLFE  
 DEISE DALPOSSO  
 DELONI DE FATIMA CARVALHO DOS SANTOS  
 DENILDES TERESINHA RIBEIRO  
 DENILSE RIBEIRO DOS SANTOS  
 DENISE DA ROSA



DENISE DOS SANTOS  
 DENIZE PACHECO  
 DERCI CONCEICAO DE BARROS DA SILVA  
 DIANA DE GODOY  
 DILAMAR FERNANDES  
 DILCEMA APARECIDA TOMAZ FIGUERO  
 DIRLEI ALVES DA LUZ  
 DIRLEI ALVES DA SILVA  
 DIRLENE PIRES  
 DIVANIR BARONCELLO GREZZANA  
 DOLVINA RUBINI  
 DOMINGOS COSER  
 DORALINA DA SILVA  
 DORENI ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS  
 DORLI DE FATIMA RAMOS  
 DORVALINA ANTUNES DA SILVA  
 EDELAINE CRISTINA FERREIRA BROCKWELD  
 EDENIZIA DE FATIMA ALMEIDA  
 EDERLI TEREZINHA OLIVEIRA  
 EDILA DA SILVA FURTADO  
 EDINEI RODRIGUES DE ALMEIDA  
 EDINEIA PELIM GRANDO  
 EDITH BATISTA  
 EGNER MERLUCI GOMES DE OLIVEIRA  
 ELAINE APARECIDA FAITEN  
 ELAINE DE JESUS  
 ELDA MARLEI LEMOS DE MORAIS  
 ELENA MARIA GARCIA  
 ELENIR ANA RODRIGUES FERNANDES  
 ELENITE NORMA IURKEWICZ FANTIN  
 ELEOCILDA DE SOUZA MACHADO  
 ELI DORVINA GONCALVES  
 ELIANA DA SILVA  
 ELIANE APARECIDA FANTIN DE ASSIS  
 ELIANE APARECIDA PIRAN  
 ELIANE FERNANDES PONTES  
 ELIANE GOMES ALVES  
 ELIANE LEITE DE ALMEIDA  
 ELIANE RODRIGUES DE MELLO  
 ELIANE TEREZINHA TOMALAK LISS  
 ELIDES TEREZINHA ROSA  
 ELISABETE APARECIDA COSTA  
 ELISANDRA BRANDAO  
 ELISANGELA KOKOWIC  
 ELIZABETH MENDES NERY  
 ELIZANDRA ALVES DE ANDRADE  
 ELIZANDRA TEREZINHA DA VEIGA  
 ELIZANE APARECIDA DA SILVA  
 ELIZANGELA DALAMARIA  
 ELIZETE DE FATIMA DA VEIGA  
 ELIZETE NUNES FRANCA  
 ELLY DOS SANTOS  
 ELOIR RIBEIRO DE SOUZA  
 ELOISA ALVES RIBEIRO  
 ELOIZA APARECIDA CESCA  
 ELVENI MARTINS DE CAMPOS DA SILVA  
 ELVIRA DE FATIMA DA SILVA  
 ELY BENTO CAMARGO  
 EMILIA DOS SANTOS ANDRADE  
 ENEDIR ANTUNES DE LIMA  
 EROCILDE DIAS  
 ESTELA MARA APARECIDA RUZYCKI  
 EUGENIA LOPES SANTANA  
 EUNICE CRUZ DA SILVA  
 EUNILCE DA SILVA  
 EVA SIRLEI CRUZ DA SILVA  
 EVANIR DAS CHAGAS  
 EVANIR OLIVEIRA DE MATTOS  
 FABIANE LOPES CARDOZO

FATIMA APARECIDA CORREA DE LIMA  
 FATIMA FERREIRA MENDES  
 FATIMA MARIA MANDELLI  
 FATIMA TELLES DE OLIVEIRA  
 FERNANDA DAIANA DA SILVA  
 FERNANDA GOMES  
 FERNANDA REGINA RAMOS FERNANDES FRANCA  
 FLAVIA DE ALMEIDA  
 FLAVIA MARIA FRESQUI  
 FLORINDA DE JESUS OLIVEIRA  
 FLORISIA RODRIGUES SOARES  
 FRANCELINA APARECIDA COSTA  
 FRANCIELE ALOISA SPORR  
 FRANCIELI PONTES  
 FRANCINE BRITTES  
 GABRIELA PEREIRA  
 GECELIA NUNES DA SILVA  
 GENELCI APARECIDA DE DEUS  
 GENIANI LEIA DA SILVA  
 GENIR FATIMA DA SILVA  
 GESIANY GLORIA LIMA DA SILVA  
 GESSY DE FATIMA RUFINO  
 GIANE PASA  
 GILDA APARECIDA DE ASSIS MOREIRA KOHLER  
 GILDETE APARECIDA THIBES  
 GIOVANA REICHARDT  
 GIRCEANE APARECIDA DO PRADO  
 GISELE ALVES  
 GISELE MORAIS  
 GISELE OLCHANHESKI  
 GISLAINE DOS SANTOS BUENO  
 GIZIELEM APARECIDA CARDOSO  
 GLAUCIA DIAS  
 GLEICE DE FATIMA CONRADI LUPATO  
 GLICELIA PATRICIA COSTA  
 HELENA APARECIDA KAHUPZINSKI  
 HELENA DE FATIMA DA SILVA  
 HELIA APARECIDA PADILHA  
 IDENIR MASSAROLLI  
 IGNES DE OLIVEIRA CARDOSO  
 ILDA ALVES ZAMPIVA  
 ILDA FERREIRA DE SALES  
 ILZA TEREZINHA DA SILVA  
 INES JUSTINA MORATELLI BURATTO  
 INEZ DE FATIMA DA ROSA DA SILVA  
 INIS DA LUZ DE OLIVEIRA  
 IONICE MORAES  
 IRACEMA LOURDES FERNANDES LISBOA  
 IRACI DA ROSA MARTINS  
 IRACI FERNANDES GABRIEL  
 IRACI IRIA CERBATTO  
 IRACILDE APARECIDA DIAS  
 IRENE PINTO  
 IRENE SILVA  
 IRES RISSARDI ESTREME  
 IRIA DE FATIMA FERREIRA DOS SANTOS  
 IRINEI FAITEN  
 IRIS SALETE GUZZI  
 ISaura GONCALVES DIAS  
 ISELDE CARMEN FARIAS DA SILVA  
 IVANILDE DE LOURDES FERREIRA  
 IVANIR ALVES DE BOLBA  
 IVANIR ANTUNES RIBEIRO  
 IVANIR BRANCALEONI  
 IVANIR DOS SANTOS  
 IVANIR GOES CARINHATO  
 IVANIR MARTINS DOS SANTOS  
 IVANIR TEREZINHA TRINDADE  
 IVETE APARECIDA FARIAS DOS SANTOS

IVETE APARECIDA RODRIGUES PALERMO  
 IVETE ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDE  
 IVETE FARIAS  
 IVETE MARIA RIBEIRO DA SILVA DE MEIRA  
 IVETE PEREIRA DOS SANTOS  
 IVETE VIEIRA CARDOSO  
 IVONE CORREIA LEITE  
 IVONETE APARECIDA CORDEIRO SOTEL  
 IVONETE BOEING PORTELA ALBERTON  
 IVONETE DE ANDRADE  
 IVONETE DE MOURA  
 IVONETE GOULART DA SILVA  
 IVONETE PEREIRA DOS SANTOS  
 IVONETE RODRIGUES DA SILVA  
 IZABEL DOS SANTOS  
 IZABEL LUCIANE SALLES  
 JACIRA APARECIDA DA SILVA  
 JAIR RODRIGUES DE AZEVEDO  
 JANAINA ANTUNES  
 JANAINA DA SILVA  
 JANAINA RIBEIRO KUSTER  
 JANDIRA BATISTA DOS SANTOS  
 JANDIRA MOREIRA  
 JANETE ANTUNES MACIEL DOS SANTOS  
 JANETE APARECIDA DE CAMARGO  
 JANETE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS  
 JANETE CATARINA CAMARGO LARA  
 JANETE DA APARECIDA MARQUES  
 JANETE DA SILVA DOS SANTOS  
 JANETE DE OLIVEIRA  
 JANETE GONCALVES DA SILVA  
 JANETE RODRIGUES DE CAMARGO  
 JANETE TEREZINHA ANTUNES DE LIMA  
 JANETE WALKOVICZ  
 JANICE NAIR ERCEGO  
 JANINHA OLIVEIRA DA SILVA HEINEMANN  
 JANIS RODRIGUES DA SILVA  
 JAQUELINE APARECIDA TONIAZZO  
 JAQUELINE GONCALVES DA SILVA  
 JEANE APARECIDA SOVRANI  
 JEANETE GRIGGIO  
 JENIFFER ELOISA DA SILVEIRA  
 JOCEANE APARECIDA GOMES  
 JOCELAINE FERREIRA BUENO  
 JOCELEI MACHADO DE QUADROS  
 JOCELEI PEREIRA  
 JOCELEIA ALVES DE OLIVEIRA TESTA  
 JOCELI ROSA  
 JOCELIA SALES DA SILVA  
 JOCELITO GONCALVES DA SILVA  
 JOELMA MORAIS DE SOUZA  
 JORACI ALVES DE OLIVEIRA  
 JOSANE PEREIRA  
 JOSANETE DE FATIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA  
 JOSEANE DENARDI DE MORAES  
 JOSIANE ALVES DOS REIS  
 JOSIANE DA SILVA  
 JOSIANE DA SILVA  
 JOSIANE DE FATIMA ALVES  
 JOSIANE FATIMA ZANOL  
 JOSIANE FERREIRA  
 JOSIELE LARANJEIRAS  
 JUCELEI MARIA ANTUNES DE CASTRO  
 JUCELI MARLENE SILVEIRA  
 JUCELIA ALVES DE MORAIS  
 JUCEMARA RUZYCKI  
 JUCIELE APARECIDA MIRSCH  
 JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES  
 JUCIMARA DOMINGOS

JUCINELIA LARA DE MORAIS  
 JUDITE PINTO  
 JULIANA APARECIDA DA LUZ BATISTA  
 JULIANA APARECIDA TOMAS FIGUEIRO  
 JULIANA BARBOSA DE LIMA  
 JULIANE HELENA GUZZI  
 JULIETTE DEVENS WEBER  
 JULY FRANCIOZI  
 JURACI DA FONSECA DE SOUZA  
 JURACY MARTINS  
 JUSSARA DE OLIVEIRA  
 JUVILDES ANTONIA DA SILVA  
 KEROLEIN NAIARA DO CARMO NAVROSKI  
 LAIDE VEIGA  
 LAURA APARECIDA COLLACO PONTES  
 LEANDRINA CONCEICAO DIAS DA SILVA  
 LEIA ANTUNES DE PRADO  
 LEIDIANE DA LUZ BATISTA DA ROSA  
 LEILA MARA DOS SANTOS  
 LENINHA ALVES MOREIRA  
 LENIR SANDRI  
 LENITA TRINDADE DOS SANTOS  
 LENOIR TEREZINHA DA SILVA SOUZA GUMIEIRO  
 LEONETE MARIA ZONTA  
 LEONICE APARECIDA DUARTE DE SOUZA  
 LEONIDES ROSA  
 LEONILDA HONORATO FERREIRA BARROS  
 LEONINA GOMES  
 LESSANDRA FORTES  
 LETICIA LAZZARI  
 LETICIA LIMA DE OLIVEIRA  
 LIBIA GOIS TRINDADE  
 LIDIA GONCALVES DOS SANTOS  
 LILIAN DOS SANTOS BRANCO CARNEIRO  
 LINDAMAR DENARDI MICHELON  
 LIOMAR APARECIDA ZANAO  
 LOIRI SALETE CORREA  
 LORDES APARECIDA ROSA  
 LORECI APARECIDA SERAFINI  
 LORECI DE ALMEIDA  
 LORENA ALVES GARCIA  
 LORENI APARECIDA BALBINOT ALLEBRANDT  
 LOURDES DE FATIMA ANTUNES  
 LOURDES QUEIROS  
 LOURDES XAVIER DA SILVA  
 LOYR MEIRA  
 LUANA DOS SANTOS  
 LUCIA AMANCIO DA SILVA  
 LUCIA DA SILVA  
 LUCIA DE FATIMA FERNANDES  
 LUCIA JULIANOTTI GONCALVES  
 LUCIA MARLI CORDEIRO DOS SANTOS  
 LUCIA ROSA DA SILVA  
 LUCIANA ALVES FERRAZ  
 LUCIANA APARECIDA DE FREITAS  
 LUCIANA DE CASSIA PADILHA  
 LUCIANA DOMINGOS  
 LUCIANE TEODORO DE ANHAIA  
 LUCIANI CRISTINI GOMES  
 LUCIANO TITON  
 LUCILA RODRIGUES DA SILVA  
 LUCIMAR DE FATIMA ALEXANDRE  
 LUCIMAR GALDINO  
 LUCIMAR MARIANO DE OLIVEIRA  
 LUCIMAR PEPES DOS REIS FERNANDES  
 LUCIMARA DE JESUS  
 LUCINDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
 LUCINEIA SANDRI  
 LURDES APARECIDA ZARVELISKI DE ALMEIDA

LUZIA DOS SANTOS DOMINGOS DE OLIVEIRA  
 MADALENA TEREZINHA ARGENTA  
 MAGDA REGINA FONTOURA MACHADO  
 MARCELINO RODRIGUES  
 MARCIA ALVES DE MORAES  
 MARCIA APARECIDA ALVES DOS SANTOS  
 MARCIA APARECIDA DE MORAIS LUPATO  
 MARCIA APARECIDA DE SOUZA DAS CHAGAS  
 MARCIA APARECIDA GOMES  
 MARCIA APARECIDA MENEZ DE LIMA  
 MARCIA APARECIDA TELLES RODRIGUES  
 MARCIA CAMARGO BENTO  
 MARCIA DA SILVA  
 MARCIA DIAS  
 MARCIA DIAS DOS SANTOS  
 MARCIA HOLDEFER  
 MARCIA MIRANDA  
 MARCIA MOREIRA DOS SANTOS NERES  
 MARCIA SILVEIRA DE AVILA  
 MARCIELI REGINA DOS SANTOS BARBOSA  
 MARCILENE DOS SANTOS  
 MARGARETE ATT  
 MARGARETE DA SILVA SANTOS  
 MARGARETE SOARES  
 MARGARETH APARECIDA DE AVILA  
 MARIA APARECIDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
 MARIA APARECIDA MOREIRA  
 MARIA APARECIDA RAMOS DA CUNHA SILVA  
 MARIA AUXILIADORA GABRIELI  
 MARIA BERNADETE GARIPUNA  
 MARIA CLARICE MORAIS  
 MARIA CLARINDA CORDEIRO  
 MARIA CLEUNIR DE OLIVEIRA  
 MARIA CLEUSA DE MOURA  
 MARIA CONCEICAO DIAS DAS NEVES  
 MARIA CONCEICAO RUTH SCHMIDT  
 MARIA CUSTODIA MIRANDA  
 MARIA DE FATIMA MOREIRA  
 MARIA DE FATIMA QUEROBIN  
 MARIA DE LOURDES VOLFF  
 MARIA DE LURDES PLANS DE LIMA  
 MARIA DE LURDES VENTZ ZANAO  
 MARIA DE SOUZA  
 MARIA DORVALINA DOMINGUES DE SOUZA  
 MARIA ENEDIL NUNES  
 MARIA ESTELA GARCIA CALIS TIL  
 MARIA EVA SILVEIRA  
 MARIA FATIMA ALVES  
 MARIA FIORENTINA BALESTRIN  
 MARIA FORTES  
 MARIA GORETE SOARES  
 MARIA GRACIELA DA ROSA  
 MARIA HELENA DIAS  
 MARIA HELENA PIRES DE CAMPOS MORAES  
 MARIA HELENA RIBEIRO THIBES  
 MARIA HELENA RODRIGUES  
 MARIA INES SOARES  
 MARIA IRACEMA RODRIGUES  
 MARIA ISOLINA DE ANDRADE  
 MARIA IZABEL DA VEIGA  
 MARIA IZABEL RAMOS  
 MARIA LEMOS  
 MARIA LENY ANDRADE DE RAMOS  
 MARIA LUCIA BATISTA  
 MARIA LUCIANE ZARVELISKI MOREIRA DA SILVA  
 MARIA LUIZA DE GODOY  
 MARIA LUIZA OSORIO MOREIRA  
 MARIA MADALENA OLIMPIO KANARSKI  
 MARIA MONICA FERNANDEZ ALVAREZ

MARIA PERCILIANA DOS SANTOS  
 MARIA REGINA GOIS TRINDADE  
 MARIA ROSA DA LUZ  
 MARIA SALETE CARDOSO  
 MARIA SALETE DOS SANTOS PANTERA  
 MARIA SALETE FERREIRA BELUSSO  
 MARIA SUELI DE ALMEIDA  
 MARIA TERESINHA BATISTA  
 MARIA TEREZINHA DE CASTILHO  
 MARIA TEREZINHA SANTOS TEDESCO  
 MARIA ZELINDA MORAIS  
 MARIANA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES  
 MARIANA ELIZETE RIBEIRO  
 MARIANE PEREIRA DOS SANTOS  
 MARIBEL MARIA CARLESSO  
 MARILDE FATIMA DOS SANTOS PRADO  
 MARILDE PADILHA DOS SANTOS  
 MARILDE ZANON  
 MARILEI APARECIDA ESTREME  
 MARILEI BORGES  
 MARILEI RUZYCKI  
 MARILENE ALVES DOS SANTOS  
 MARILENE APARECIDA DA SILVA  
 MARILENE FATIMA MORAIS  
 MARILENE GONCALVES DIAS PELENTIR DE OLIVEIRA  
 MARILETE DOS SANTOS  
 MARILISA TEREZINHA MEIRA  
 MARILU PIRES  
 MARILUCIA GUEDES DE LIMA  
 MARINES DOS SANTOS  
 MARINES DOS SANTOS  
 MARINES FELIPE DOS SANTOS  
 MARINES OLIVEIRA DA SILVA  
 MARINES ONEGREIRO  
 MARINES REIS  
 MARINEZ DE FATIMA DA SILVA  
 MARINEZ GONCALVES  
 MARINICE DE FATIMA NOVAIS DOS SANTOS  
 MARINO ORTIZ  
 MARISA BARBOSA DE OLIVEIRA  
 MARISA CONSTANTINA DOS SANTOS  
 MARISA DOMINGUES DOS SANTOS  
 MARISA IMACULADA VERISSIMO DA COSTA  
 MARISE PINHEIRO  
 MARISETE RODRIGUES DE BARROS KIRSCH  
 MARISTELA ALONCO  
 MARISTELA APARECIDA ZANELLA  
 MARISTELA CAMARGO  
 MARISTELA CORREA DE LIMA  
 MARISTELA DE LIMA FRANCO  
 MARISTELA INEZ COSMA  
 MARISTELA KLEINERT  
 MARITANI DIAS  
 MARITANIA MORAIS  
 MARIZA FERNANDES LISBOA  
 MARIZA MARQUES  
 MARIZA MORAIS DE OLIVEIRA  
 MARIZANE VAZ  
 MARIZETE DOS SANTOS DA ROSA  
 MARIZETE RIBEIRO DOS SANTOS  
 MARIZILDA DE FATIMA RIBEIRO ORBANO  
 MARLEI ALVES DE ANDRADE  
 MARLENE APARECIDA CAMARGO  
 MARLENE DA LUZ ALVES ELEUTERIO  
 MARLENE GOMES DAS ALMAS  
 MARLENE KAMINSKI  
 MARLENE LUIZ DOS SANTOS  
 MARLENE TEREZINHA TEDESCO  
 MARLI APARECIDA GONCALVES

MARLI APARECIDA MACIEL  
MARLI DORNELES  
MARLI IVONE GAIO  
MARLI RODRIGUES DOS SANTOS  
MARLI TEREZINHA DA CRUZ  
MARTA ALVES  
MARTA APARECIDA RODRIGUES  
MARTA DE LIMA CAMPOS  
MARTA FATIMA ANTUNES  
MARTA ISABEL DE OLIVEIRA  
MARTA LOCATELLI  
MARTA MOREIRA  
MARTA PELLIN  
MATILDA RODRIGUES ALVES  
MEDIANEIRA DE FATIMA CAMARGO DE ARAUJO  
MERI TEREZINHA ALVES DOS SANTOS MACIMAVICINS  
MEURIN CRISLEI SOUZA MOREIRA  
MICHELE DA SILVA FURTADO  
MICHELI CAETANO  
MILTON MORAIS  
MIRIAM DA SILVA  
MIRIAM FERNANDES  
MIRIS ALVES DOS REIS  
MONALISA DANIELI DA SILVA CAMARGO  
MONALISA DE SOUZA  
MONICA DOS SANTOS DA SILVA  
MONICA GONCALVES DA SILVA  
MORGANA PRISCILA DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
NADEIRE FEITOZA MARQUES  
NADIA ANTUNES CARVALHO  
NADILSE LUZIA PELINTIER  
NADIR MARIA XAVIER DE OLIVEIRA  
NADIR RIBEIRO  
NATALIA ALVES MOREIRA  
NATALINA CALISCTIL  
NATALINA MACHADO CORTELINI  
NAYR DOMINGOS DA FONSECA  
NEIDE APARECIDA ALVES  
NEIVA HECKLER  
NEIVA PIRAN  
NEIVA SANTINA DELANY PERETTI  
NEIVA VARELA  
NEIVANIR RODRIGUES  
NELCI APARECIDA CHAVES BRANCO  
NELCI APARECIDA MICHELON FRUET  
NELCI DE SOUZA  
NELCI GENEROSO RODRIGUES DE ARRUDA  
NELI LUCI ANTUNES  
NELI RODRIGUES DE QUEIROS  
NELINA ROQUE BRANDINO DOS SANTOS  
NERCI APARECIDA DE SOUZA  
NEUSA APARECIDA RIBEIRO  
NEUSA LISBOA MARTINS DOS SANTOS  
NEUSO JESUS MORAES  
NEUZA TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS  
NILDA FRANCISCA MENGUE TURMINA  
NILDA IOLANDA LEMES  
NOELI DE SOUZA ZENERE  
NOELI GENIS MELERE  
NOELI LOURENCO DE MELLO  
NOELI MORAIS GHELLER  
NOELI TEREZINHA VALERIO  
NOEMI DA SILVA  
NOEMI DA SILVA MACHADO  
NOEMY DA SILVA ALVES  
NOERCI FONTES DE RAMOS DOS SANTOS  
OLVIDE CLARA GUZZI  
ONEIDE VALMIR GOMES  
ORDALINA PEREIRA DE MORAIS

ORELINA PERETTI  
ORESTINA DA SILVA P FRANCA  
OSNI LOPES CARDOZO  
OSNIR NUNES DOS SANTOS  
OTILIA DAS GRACAS CORDEIRO  
PAMELA CHRISTINA ALVES  
PATRICIA APARECIDA ALVES DA SILVA  
PATRICIA APARECIDA FERREIRA NERIS  
PATRICIA GIMBARSKI  
PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS ANJOS  
PATRICIA SOVRANI  
PIERINA APARECIDA ERDMANN WENDLER  
RAIMUNDA MATILDE RIBEIRO DE OLIVEIRA  
RAQUEL PERRONE ANSELMO  
RAQUEL SALETE PAZ  
RAQUEL VANESSA VOLPATTO  
REGIANE DIAS  
REJEANE ALVES DE BOLBA SANTOS  
REMI DE FATIMA DE OLIVEIRA MACIEL  
RENATA DOS ANJOS  
REVAILDA APARECIDA COSTA  
RITA DA SILVA  
RITA DE CASSIA DE LARA  
RITA DE CASSIA OLIVEIRA  
RITA SIQUEIRA  
ROBERTO FERREIRA  
ROSA APARECIDA NUNES  
ROSA DIAS MOREIRA ALVES  
ROSALINA DA ROSA SERAFIM  
ROSALINA FENILI  
ROSALINA RUBINI  
ROSANA APARECIDA MOREIRA  
ROSANA FERREIRA  
ROSANA RODRIGUES DA FREITAS  
ROSANA VEIGA  
ROSANE ANTUNES  
ROSANE ATT  
ROSANE DE ALMEIDA  
ROSANE DE SOUZA  
ROSANE DOS SANTOS  
ROSANE GERLACH  
ROSANE OLIVEIRA  
ROSANE PANTERA  
ROSANE PINTO  
ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA MACHADO  
ROSANGELA APARECIDA PEDROSO  
ROSANGELA KOKOWIC  
ROSANGELA PANTERA  
ROSANGELA TEIXEIRA FARIA  
ROSE APARECIDA MAFI  
ROSE FATIMA FERREIRA  
ROSE PELENTIR  
ROSE RIBEIRO DOS SANTOS  
ROSELANGELA APARECIDA RODRIGUES  
ROSELANIA MARIA LOPES  
ROSELEI GUARNIERI  
ROSELENE ADAM  
ROSELI DA ROSA  
ROSELI DE SOUZA  
ROSELI FOGACA  
ROSELI PANTERA  
ROSELI RODRIGUES RIBEIRO  
ROSELINA MARIANO  
ROSELITA TEREZINHA PINTO  
ROSEMAR APARECIDA TRINDADE  
ROSEMARI RIBEIRO DO NASCIMENTO  
ROSEMILDA DA SILVA CARRAO  
ROSENAIDE MARIA DE RAMOS  
ROSENILDA SOTEL

ROSILENE DREHMER  
ROSILENE MARIA DALLAGNOL  
ROSIMAR APARECIDA DOMINGOS  
ROSIMAR DA SILVA  
ROSINHA DE CAMPOS  
ROZALINA TELLES DE OLIVEIRA  
ROZELI POLICENO  
RUBIA DAIANI RAMOS  
RUTE DE OLIVEIRA  
RUTE RIBEIRO  
RUY NORATO DO AMARAL  
SALETE ALONSO DE SOUZA  
SALETE ANTUNES DE MOURA  
SALETE APARECIDA PICCINI  
SALETE CORDEIRO DE LIMA DEICHE  
SALETE DE SOUZA MACHADO FRANCA  
SALETE FAE  
SALETE FARIAS  
SALETE FERNANDES MEDEIROS  
SALETE GONCALVES  
SALETE MORAES  
SALETE TELLES DE OLIVEIRA  
SAMANTA DE SOUZA  
SAMARA DA SILVA  
SAMIRA RIBEIRO DE GODOY SALGADO  
SANDRA ANDREIA DE JESUS ALVES  
SANDRA APARECIDA BARBOSA  
SANDRA APARECIDA BATISTA  
SANDRA ARMILIATO  
SANDRA BRIGIDA MIGUEL  
SANDRA CATIA FERREIRA DA SILVA  
SANDRA ELIANE BAUER  
SANDRA LUCIA WAZLAWICK  
SANDRA MARA RODRIGUES  
SARA GONCALVES RYBANDT  
SEBASTIANA DOS SANTOS RIBEIRO RODRIGUES  
SEBASTIANA RIETER  
SEDINEIA GONDASKI  
SEREALIS SIMONE MAUL  
SERGIO FERNANDO ALVES  
SERGIO LUIZ MERGERT  
SHAIANE RUBINI  
SIDNEIA APARECIDA VARELA  
SILMARA APARECIDA MANDELLI  
SILMARA PEREIRA  
SILVALINA FERREIRA  
SILVANA APARECIDA DOS SANTOS  
SILVANA APARECIDA FALCHETTI  
SILVANA APARECIDA LOPES  
SILVANA APARECIDA PINTO DE LIMA  
SILVANA ARMILIATTO  
SILVANA CARDOSO DE LIMA  
SILVANA CRUZ DA SILVA  
SILVANA SAROTREL COSSA  
SILVANIA TERESINHA DA SILVA  
SILVIA DIAS  
SILVIA MELO PADILHA  
SILVIANE APARECIDA DE LIMA  
SIMONE BATISTA DE OLIVEIRA  
SIMONE GONCALVES ALVES  
SIMONE TEREZINHA DE MELLO SARACA  
SIRLEI ALVES DA LUZ  
SIRLEI ANTUNES  
SIRLEI APARECIDA CARLO DOS SANTOS  
SIRLEI APARECIDA FELIX  
SIRLEI DE FATIMA DA ROSA  
SIRLEI DOMINGOS  
SIRLEI FATIMA MACIEL  
SIRLEI FERREIRA DE SALLES KUSTER

SIRLEI GUEDES FERREIRA  
SIRLEI MACIEL  
SIRLEI TEREZINHA TEIXEIRA COSMA  
SIRLENE APARECIDA ALVES DOS SANTOS  
SIRLENE DOMINGUES  
SIRLEY APARECIDA DA VEIGA CORDEIRO  
SOELI TEREZINHA PETRY  
SOLANGE ALVES DOS SANTOS  
SOLANGE COSTA VALIERI  
SOLANGE FELIX BATISTA  
SOMARA DE SOUZA  
SONIA DE OLIVEIRA FERREIRA  
SONIA MARIA DOS SANTOS BRANCO  
SONIA MARIA PARANNA  
SUELI APARECIDA DA SILVA  
SUELI APARECIDA FURQUIM PINTO TIBES  
SUELI DA SILVA PINTO  
SUELI DA SIVA  
SUELI DE FATIMA RIBEIRO GARCIA  
SUELI FERNANDES  
SUELI FILOMENA SOMMARIVA  
SUELI PADILHA  
SUELI PEREIRA DUARTE  
SUELI RIBEIRO  
SUELI TEREZINHA MORAIS DA SILVA  
SUELLEM FABRICNEI  
SUSANA ANTUNES  
SUSANA RIBEIRO DE FREITAS  
SUZAMARA DA SILVA  
SUZANA COSTA  
SUZETE ALVES DE ANDRADE  
SUZETE DE OLIVEIRA  
TAIS APARECIDA DA SILVA MACHINSKI  
TALITA FERREIRA DE ARAUJO  
TANIA REGINA ALVES  
TATIANE GRAZIELA DE OLIVEIRA  
TATIANE TISSOT FERNANDEZ  
TERESA DIAS JACINTHO  
TERESA FRIEBEL  
TERESINHA ANTUNES DE MACEDO  
TERESINHA PASTORE BRIDI  
TEREZA ALVES RIBEIRO DA SILVA  
TEREZA BORG  
TEREZINHA ALVES DE OLIVEIRA TONIAZZO  
TEREZINHA ALVES MOREIRA  
TEREZINHA APARECIDA GONCALVES  
TEREZINHA APARECIDA GUINDANI  
TEREZINHA DA SILVA KOHLER KAYSER  
TEREZINHA DE FATIMA ALMEIDA LAVRATTI  
TEREZINHA FERNANDES FRANCA  
TEREZINHA FERREIRA  
TEREZINHA MARI DEON FISCHER  
TEREZINHA MARIA ZANON ORSO  
TEREZINHA MOREIRA RODRIGUES  
TEREZINHA ORBANO  
TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS  
TEREZINHA PEREIRA PRUENCA DA SILVA  
TEREZINHA RODRIGUES  
TEREZINHA RODRIGUES RIBEIRO  
TEREZINHA ROSANI DE SOUZA  
TEREZINHA SALETE DE LIMA  
THAIZA DA COSTA  
VALDENI ANTUNES  
VALDICREI DE OLIVEIRA  
VALDIR SERAFINI  
VALDIVINO OLIMPIO  
VALDOMIRO LINS  
VALERIA SILVEIRA  
VALMIR DE MELLO



VANDERLEIA ANTUNES SILVEIRA  
 VANDERLEIA ELIAS VARELA  
 VANESSA APARECIDA GONCALVES  
 VANEZA QUADROS DE GOIS  
 VANILDA APARECIDA PIRES  
 VANUSA CIRINO DA SILVA ANDREIS  
 VERA LUCIA CAMPANHA DA TRINDADE RIBEIRO  
 VERA LUCIA GOMES DE OLIVEIRA  
 VERA LUCIA HEEMANN  
 VERA LUCIA PASSAGLIA  
 VERA MARIA DOS SANTOS  
 VERA MARIA DOS SANTOS SILVA  
 VERALUZ DA ROSA  
 VERONICA DE FATIMA DE OLIVEIRA  
 VERONICE LIZ DA SILVA  
 VERONILDA FERRAZ  
 VILMA RODRIGUES BUENO  
 VILMA WANDSCHEER TEODORO  
 VILMAR LUIS GOLIN  
 VITALINA BONFIN OLIVEIRA  
 VITORIA LEITE GUIMARAES  
 VIVIANE GOMES ALVES  
 VIVIANE LOPES  
 WANDERLI MACCARINI  
 ZELI TEREZINHA DE SOUZA  
 ZELIA ANTUNES RODRIGUES  
 ZELINA SALES DA ROSA DE ARAUJO  
 ZENAIDE TEREZINHA MEDEIROS  
 ZENAIR RODRIGUES DE CAMARGO  
 ZENI PEREIRA MACHADO  
 ZENILDA TEREZINHA DE SOUZA  
 ZENITA ALEXANDRE BRESOLIN  
 ZENITA APARECIDA ALVES  
 ZENITA ELIZIO

### Edital de Notificação Nº 0020/2011

SECRETARIA DE FINANÇAS  
 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0020/2011

Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
Altair Toldo	790.148.019-04	350/2011	07/11/2011
Alzira dos santos Alves	010.449.659-24	5.137/2011	07/11/2011
Amilcar da Silva Correa	08.674.388/0001-18	5.059/2011	07/11/2011
Antonio Ambrósio da Silva	400.753.899-91	8.544/2011	07/11/2011
Antonio João Zangalli	776.586.559-53	1.064/2011	07/11/2011
Aparecida Maria Oliari	516.372.789-34	7.714/2011	07/11/2011
Arminio Antonio Spanholi	168.180.919-20	996/2010	07/11/2011
Borges Vieira Transportes e Logística Ltda	08.955.345/0001-00	8.288/2011	07/11/2011

Clayton de Almeida Fabricio	039.711.239-45	1.417/2011	07/11/2011
Cleni Padilha Schneider	051.406.899-01	9.004/2011	07/11/2011
Darci Luiz Laskoski	433.364.699-53	141/2010	07/11/2011
Dionísio Kubiak	459.884.040-49	4.678/2011	07/11/2011
Edite da Silva e Souza	471.418.759-72	5.997/2011	07/11/2011
Euri Lima	195.762.699-20	3.287/2007	07/11/2011
Ivori Bavaresco	508.244.069-15	6.886/2011	07/11/2011
Jardinagem Jardim Belo Ltda	03.723.321/0001-02	6.755/2011	07/11/2011
João Padilha dos Santos	767.232.329-68	4.420/2007	07/11/2011
José Cozza	503.573.289-49	9.069/2011	07/11/2011
Marcelo Luiz Refosco	386.134.419-04	2.580/2009	07/11/2011
Milto Zancanelli	423.225.709-82	8.988/2011	07/11/2011
Ocimar Borges Xavier	370.833.419-15	1.023/2011	07/11/2011
Posto de Lavação do Nei Ltda	04.501.779/0001-80	66/2011	07/11/2011
Prestadora Taylor Ltda	03.490.283/0001-95	3.551/2010	07/11/2011
Reunidas S.A. Transportes Coletivos	83.054.395/0009-90	7.434/2011	07/11/2011
Sebastião da Silva	991.324.009-34	8.927/2011	07/11/2011
Valdomiro da Silva	400.725.689-68	578/2011	07/11/2011

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 7 de novembro de 2011.

ALEXANDRE GAVASINI  
 Secretário de Finanças

### Relação de Aprovados na Primeira Etapa do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
 FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
 CNPJ: 03.333.619/00001-06  
 VIDEIRA - SC

RELAÇÃO DE APROVADOS NA PRIMEIRA ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC (EM ORDEM ALFABÉTICA).  
 EDITAL Nº 001/2011

INSCRIÇÃO	NOME
024	ANDREA ROMANATTO MORO
019	CAROLINA FUMAGALLI TASCA HOFFMANN
031	CAROLINE APARECIDA MAFRA
008	CLEUSA APARECIDA FALCHETTI LAURINDO
016	EDUARDO ALISSON SPORR
028	EDWIN ALBERT MULLER
011	ELIANE DOS SANTOS DE SOUZA MEZARROBA
015	GLADIS OELKE
017	IVETTE SILVA DO AMARAL
039	JAQUELINE GONÇALVES
009	JULIANA BITELLO DE SOUZA CANTELLI
001	JULIANA WEBER
010	JULIO CARLOS DE OLIVEIRA

034	MACLEISE TRENTO
020	MARCIA DIONICE GAIO BANDT
007	MARILENE VANZ DOS SANTOS
022	MARILIA VOIDALESKI
021	MARLI APARECIDA CORONETTI NORA
004	MIRIA CAVALHEIRO MACHADO DE CAMPOS
002	NIVERSE REGINA VALER
023	ROSA CRISTINA DUTRA ZARDO
006	SELONIR ALVES GARCIA SCOPEL
025	SILVANA TOCCOLINI
038	ZELI DO PRADO

VIDEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
KATIANI G. DE MORAIS  
Presidente do CMDCA

### Edital de Notificação Nº 021/11

SECRETARIA DE FINANÇAS  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 021/2011

O Município de Videira, através do senhor Secretário de Finanças, no uso de sua competência e atribuições legais, considerando que estes contribuintes não foram localizados no endereço constante do cadastro municipal para entrega dos DAM's do lançamento de contribuição de melhoria notificado através do Edital de Notificação 018/2011 de 07 de outubro de 2011

NOTIFICA os contribuintes relacionados do lançamento da contribuição de melhoria de seus imóveis situados nas referentes ruas: Máximo Santini, Afonso Machienavie, e Luiz Carlos Machienavie no Município de Videira, para a retirada dos respectivos DAM's para pagamento do tributo, no Departamento de Tributação ou através do site do município [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), Link Serviços On Line - Portal Tributário.

Renata Zucchetti Simonetto CPF 046.913.789.44  
Cesar de Bastiani CPF 767.357.969.34

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 08 de Novembro de 2011.  
ALEXANDRE GANASINI  
Secretário de Finanças

**Vitor Meireles**

**PREFEITURA**

### Lei Nº 0803

LEI N. 0803, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;  
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, pelo preço mínimo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

I - O veículo RETROESCAVADEIRA, MARCA MASSEY FERGUSON,

MODELO MF86 HS, ANO DE FABRICAÇÃO 1992, SÉRIE N. S 504610753, COR AMARELA.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 07 de novembro de 2011.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal de Vitor Meireles

### Decreto Nº 083/2011

DECRETO N.º 083/2011  
FIXA PONTO FACULTATIVO

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas no Artigo 79, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles no dia 14 de novembro de 2011.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente do Feriado Nacional da Proclamação da República.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE NOVEMBRO DE 2011.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11

### Portaria Nº 199/2011

P O R T A R I A Nº 199/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 47, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, e Lei Complementar Municipal nº 019/2005, de 18/11/2005,

Nome: JULIANA APARECIDA DA SILVA BERTEI  
Cargo: FARMACÊUTICO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Adicional Mensal de Insalubridade, num total de 20%, tendo por Base de Cálculo o Salário Mínimo vigente, dentro da Secretaria da Saúde e Promoção Social, com vigência a partir de 07 de novembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de novembro de 2011, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE NO-  
VEMBRO DE 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

**Portaria Nº 200/2011**  
P O R T A R I A Nº 200/2011

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de  
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve  
CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13  
de maio de 2003,

Nome: PAULO JOÃO PEIXE FILHO  
Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Mu-  
nicipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde,  
por 15 dias, pelo período de 07/11/2011 a 21/11/2011, conforme  
Atestado Médico do Dr. Roberto Coppi, CRM/SC 4659, sendo que  
a partir desta data o servidor deverá ser encaminhado ao INSS -  
Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia  
Médica, ficando o servidor licenciado pelo período estabelecido  
pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicio-  
nada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei  
nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 08 DE NO-  
VEMBRO DE 2011.  
IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

## Consórcios

### AGIR

**Resolução Nº 024/2011 - AGIR**  
RESOLUÇÃO Nº. 024/11

Institui Banco de Horas para os servidores da AGIR.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Diretoria Executiva  
da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização  
de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no  
uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso  
XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais  
dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer para os servidores da AGIR, a obrigatorieda-  
de do preenchimento do horário de entrada e saída com a res-  
pectiva assinatura em folha ponto de forma individualizada, com

antecedência de no máximo 15 (quinze) minutos antes de seu  
horário de entrada e 15 (quinze) minutos depois do seu horários  
de saída.

Art. 2º. Instituir o Banco de Horas no âmbito da AGIR, para fins de  
compensação de carga horária.

Parágrafo 1º. Consideram-se servidores os ocupantes dos cargos  
constantes no Anexo I do Estatuto do Consórcio Público.

Parágrafo 2º. As horas excedentes seguirão os termos do Artigo  
42, Inciso IV c/c Artigo 49 do Anexo II - Estatuto dos Servidores  
Públicos da AGIR, instituído pelo Estatuto do Consórcio Público.

Art. 3º. A carga horária excedente registrada no Banco de Horas  
deverá ser compensada, obrigatoriamente, nos três meses sub-  
sequentes, a critério da chefia imediata, sem prejuízo do serviço.

Parágrafo Único. Decairá do direito o servidor que, injustificada-  
mente, não usufruir as horas registradas em Banco de Horas no  
prazo estabelecido no caput deste artigo.

Art. 4º. Cabe ao Diretor Geral a autorização e o controle do saldo  
de compensações.

Art. 5º. Ficam ratificadas as cargas horárias excedentes registra-  
das desde julho do corrente ano até a presente data, com anuên-  
cia do Diretor Geral.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 25 de outubro de 2011.  
SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

### CINCO

**Extrato do Contrato n. 0034/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0034/2011/CINCO

Contratada: CATIA REGINA FUCK DA ROCHA ME. Objeto: forne-  
cimento de refeições (café da manhã e almoço incluído um refri-  
gerante), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO  
aos empregados públicos do CONTRATANTE. Valor Total Estimado  
do Contrato: R\$ 800,00 (oitocentos reais). Data: 07.11.2011. Vi-  
gência: 07.11.2011 a 31.12.2011. Fundamentação: Dispensa de  
Licitação - artigo 24, II e parágrafo único, Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

**Extrato do Contrato n. 0035/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0035/2011/CINCO

Contratada: IDELBRANDO GOMES DA ROCHA. Objeto: prestação  
de serviço de hospedagem, em estabelecimento de propriedade  
do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE,  
período de hospedagem de 07 de novembro de 2011 a 31 de de-  
zembro 2011. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 1000,00 (um  
mil reais). Data: 07.11.2011. Vigência: 07.11.2011 a 31.12.2011.  
Fundamentação: Dispensa de Licitação - artigo 24, II e parágrafo  
único, Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

**Extrato do Contrato n. 0036/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0036/2011/CINCO

Contratada: JULIANA MARA CAMPOS DA ROCHA KOJIKOSKI ME. Objeto: fornecimento de refeição (jantar incluído um refrigerante), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE. Valor Total Estimado do Contrato: R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais). Data: 07.11.2011. Vigência: 07.11.2011 a 31.12.2011. Fundamentação: Dispensa de Licitação - artigo 24, II e parágrafo único, Lei 8.666/93.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

**Extrato do Termo Aditivo n. 0018/2011**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0018/2011/CINCO

Contrato: 0026/2011/CINCO. Contratada: CLAUDIR JOSÉ PARIS. Objeto: A locação de um imóvel urbano localizado na Rua Maria Rita, s/n - Centro, na cidade de Ibiam, SC., de propriedade do LOCADOR. Objeto do Aditivo: alteração do prazo de Vigência, passando a vigorar até dia 10/11/2011 e alteração do valor, passando para R\$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco reais), correspondente a 3 meses de locação. Data do Aditivo: 01.11.2011. Data do Contrato: 10.08.2011. Vigência do Contrato: 10.08.2011 a 31.10.2011.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

**Extrato do Termo Aditivo n. 0019/2011**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0019/2011/CINCO

Contrato: 0028/2011/CINCO. Contratada: LANCHONETE DEUZA LTDA ME. Objeto fornecimento de refeições (café, almoço e jantar, incluído um refrigerante por refeição), em estabelecimento de propriedade do CONTRATADO aos empregados públicos do CONTRATANTE. Objeto do Aditivo: alteração do prazo de Vigência, passando a vigorar até dia 10.11.2011. Data do Aditivo: 01.11.2011. Data do Contrato: 10.08.2011. Vigência do Contrato: 10.08.2011 a 31.10.2011.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

**Extrato do Termo Aditivo n. 0020/2011**  
CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO  
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 0020/2011/CINCO

Contrato: CT0001/2010/CINCO. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA. Objeto: Pelo fornecimento de licenças de uso com acessos simultâneos, não exclusiva, mediante contratação de empresa para locação dos sistemas de Contabilidade Pública, Folha de Pagamento e Compras e Licitações em ambiente windows, utilizando banco de dados relacional. Objeto do Aditivo: ajustam a correção dos valores contratados, de acordo com o IGP-M acumulado no período de 12(doze) meses, no importe de 6,95%, passando para os seguintes valores:

- a) Sistema Folha de Pagamento - R\$ 186,63 (cento e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos) mensais;
- b) Sistema Compras e Licitações - R\$ 125,35 (cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos) mensais;
- c) Sistema de Contabilidade Pública - R\$ 186,63 (cento e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos) mensais;
- d) Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 64,17 (sessenta e quatro

reais de dezessete centavos) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos) o KM rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 106,95 (cento e seis reais e noventa e cinco centavos) ao dia, apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico. Valor Total: R\$ 5.983,32 (cinco mil, novecentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos), conforme detalhamento especificado no seu Anexo II. Data do Aditivo: 01.11.2011. Data do Contrato: 21.10.2010. Vigência do Contrato: 21.10.2010 a 31.10.2012.

NELMAR PINZ - Presidente do CINCO  
Prefeito de Fraiburgo

